

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
Doutorado em Sociologia

Caetano Braun Cremonini

**CORRENDO ATRÁS DA MÁQUINA**

A experiência temporal de duas categorias de trabalhadores: assalariados formais e entregadores por aplicativos

Porto Alegre

2023

Caetano Braun Cremonini

**CORRENDO ATRÁS DA MÁQUINA**

A experiência temporal de duas categorias de trabalhadores: assalariados formais e entregadores por aplicativos

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cinara Lerrer Rosenfield

Porto Alegre

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Braun Cremonini, Caetano  
Correndo atrás da máquina. A experiência temporal  
de duas categorias de trabalhadores: assalariados  
formais e entregadores por aplicativos / Caetano Braun  
Cremonini. -- 2023.  
223 f.  
Orientadora: Cinara Lerrer Rosenfield.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Sociologia do trabalho. 2. Sociologia do tempo.  
3. Trabalho assalariado. 4. Trabalho por plataformas.  
5. Aceleração social. I. Lerrer Rosenfield, Cinara,  
orient. II. Título.

Caetano Braun Cremonini

## **CORRENDO ATRÁS DA MÁQUINA**

A experiência temporal de duas categorias de trabalhadores: assalariados formais e entregadores por aplicativos

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cinara Lerrer Rosenfield

**Aprovada em:** Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cinara Lerrer Rosenfield (PPGS – UFRGS)  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda (Departamento de Sociologia – UFRGS)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marilís Lemos de Almeida (PPGS – UFPel)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ludmila Costhek Abilio (PPGS – Unicamp)

---

Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup>. Enio Passiani (PPGS – UFRGS)

Dedico esta tese a todas as trabalhadoras e  
trabalhadores que generosamente me  
concederam seu tempo, suas histórias e seus  
sonhos, esperando que tenha sido justo com  
essa generosidade.

Dedico à Thais Leidens, que com amor e  
companheirismo caminha comigo sob os  
céus de Porto Alegre e além.

Dedico ao Oreste, o menino que me  
ensinou a saltar no escuro.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta pesquisa de doutorado só foi possível a partir do suporte direto ou indireto de um número grande de pessoas. Agradeço, inicialmente, à querida professora Cinara Lerrer Rosenfield, que me orienta desde o mestrado de maneira zelosa, rigorosa e acolhedora. Em nome da Cinara, agradeço ao Grupo de Pesquisa e Trabalho em Justiça Social (JusT), coletivo no qual pude expor os muitos percalços envolvidos na elaboração desta tese, ensaiar interpretações teóricas e refinar caminhos metodológicos. Em especial, agradeço ao amigo Wagner Nascimento, companheiro de escrita e de angústias com relação à conclusão de nossos respectivos trabalhos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e todas as suas trabalhadoras e trabalhadores, que demonstram na prática a importância da educação e pesquisa públicas e de qualidade. Agradeço também a vários professores e professoras que me acompanharam no percurso de mestrado e doutorado, com trocas e reflexões generosas, postura democrática, aberta e acolhedora. Nomeio, sob o risco de esquecer alguém: Raquel Weiss, Fernando Cotanda, Felipe Gonçalves Silva, Enio Passiani, Karl Monsma, Luciana Mello e Marilís Lemos de Almeida – à Luciana e Marilís, agradeço também imensamente pela participação na qualificação do projeto desta pesquisa e pelas importantes contribuições ofertadas naquele momento.

Agradeço às pessoas que foram fundamentais para que esta pesquisa se realizasse ao me apontarem contatos de trabalhadores que poderiam participar como entrevistados: Leonardo Baldessarelli, Giovani de Oliveira (membro terrível do G.O.C.), Isadora Fagundes, Jéssica da Rosa, Jandira Mathias Bragatto e Henrique Weiss. Ao Henrique, agradeço imensamente pelos caminhos para chegar aos entregadores. Agradeço a todas e todos os trabalhadores que generosamente participaram desta pesquisa, aos quais não nomeio por motivos de confidencialidade.

Agradeço às minhas queridas colegas e amigas do Hospital Sanatório Partenon e do TDO Ampliado, que me ensinam diariamente sobre a responsabilidade e importância de trabalhar no Sistema Único de Saúde: Magda Ribeiro, Salete Biazetto Machado, Cláudia Olinto, querida camarada Elsa Roso e Thaís Botelho da Silva, companheiras de lutas e utopias. É uma honra e um privilégio pensar e agir com vocês em prol de modelos mais democráticos de cuidado e de saúde pública. À Thaís, agradeço também pelos

almoços em que compartilhamos sonhos e dilemas e nos quais pude expor alguns dos argumentos e angústias desta tese.

Agradeço aos meus amigos mais antigos, aqueles que constituem o território a partir do qual me oriento na vida desde sempre: Isa, Pedro, Jaime, Cecelo, Marquito, Thati, Ana Ferreira, Ana Schuster, Vitor, Teteo, Max, Faustinho. Agradeço à Karina Sassi – encontro potente em minha trajetória – pelas perguntas e pelos ouvidos.

Agradeço aos meus pais, Ruy e Luiza, que sempre buscaram facilitar esse processo de pesquisa respeitando as contradições de seu filho e que permitiram momentos de escrita com o cuidado amoroso do Oreste. Agradeço às pessoas que foram fundamentais para a conclusão desta tese ao dividirem comigo e com a Thais o trabalho de cuidado e afetivo com o Oreste: as queridas amigas Ana Schuster (novamente) e Ayenne Conceição, Mariliza Mafaccioli, Assis Leidens e Tobias Leidens (em memória). Ao Tobias, eu gostaria de dizer que você foi muito importante para todos nós e que sentimos sua falta.

Agradeço à Thais e ao Oreste, por bem mais do que posso nomear e a quem dedico esta tese.

*Uma das escolas de Utlön chega a negar o tempo: argumenta que o presente é indefinido, que o futuro não tem realidade senão como esperança presente, que o passado não tem realidade senão como lembrança presente.*

*Tlön, Uqbar, Orbis Tertius*

Jorge Luís Borges

*E os ouvi cantar, ainda os ouço cantar, agora que não estou no vale, bem baixinho, apenas um murmúrio quase inaudível, os meninos mais lindos da América Latina, os meninos mal alimentados e os bem alimentados, os que tiveram tudo e os que não tiveram nada, que canto mais lindo o que sai dos seus lábios, que bonitos eles eram, que beleza, apesar de estarem marchando ombro a ombro rumo à morte, eu os ouvi cantar e enlouqueci, eu os ouvi cantar e não pude fazer nada para que parassem, estava longe demais e não tinha forças para descer até o vale [...]*

*Amuleto*

Roberto Bolaño

## RESUMO

Esta pesquisa investiga as relações entre experiência do tempo e formas de trabalho diferenciadas a partir de sua estabilidade, quais sejam, o assalariamento formal e o trabalho mediado por plataformas. Para isso, define inicialmente o tempo como um conceito sociológico e demonstra sua aproximação com as transformações históricas do trabalho nas sociedades capitalistas. A noção de experiência de tempo foi operacionalizada a partir de três dimensões: tempo cotidiano, tempo biográfico e tempo geracional. O objetivo geral da pesquisa foi elaborar uma interpretação sociológica das experiências temporais de jovens adultos inseridos nos modelos de assalariamento formal e trabalho mediado por plataformas, atentando para as diferenças e aproximações dessas experiências a partir da estabilidade do modelo de trabalho desempenhado. A pesquisa se organizou a partir do método qualitativo, realizando entrevistas em profundidade com 18 trabalhadores – sete assalariados formais do setor administrativo e 11 entregadores por aplicativos –, com a análise sendo realizada a partir das três dimensões temporais mencionadas previamente. Na dimensão cotidiana da experiência temporal, observamos diferenças objetivas entre os dois grupos, com os entregadores trabalhando por jornadas mais longas e por mais dias e tendo rotinas mais desorganizadas, mas também aproximações a partir de uma tendência do trabalho assalariado formal de incorporar dinâmicas similares às do trabalho por plataformas, como o não pagamento de tempos em que o trabalhador se encontra à disposição da empresa sem realizar nenhuma tarefa específica. Ainda nessa dimensão, vimos como fatores extrínsecos ao trabalho têm grande peso na experiência cotidiana, bem como as diferenças na apropriação subjetiva dessa experiência. Ao analisarmos a dimensão biográfica a partir do olhar para o passado, vimos como as trajetórias da maior parte dos sujeitos de ambos os grupos é marcada pela fragmentação e instabilidade, com experiências múltiplas e com diferentes tipos de vínculo (formal, informal, estágio), bem como exploramos o peso que a ampliação do acesso a níveis mais altos de educação formal teve nessas trajetórias. Com relação ao futuro, vimos como a maior parte dos sujeitos tem suas expectativas marcadas pelo risco social da insegurança econômica, apresentam projetos que muitas vezes não passam pelo assalariamento formal e se mostram por vezes encurtados à realidade do tempo presente. A partir da análise dessas duas dimensões do tempo, realizamos uma interpretação da experiência geracional desses jovens adultos, demonstrando como fazem parte de uma geração marcada pela ampliação do acesso ao ensino superior, pela contração da experiência do presente, pelo rebaixamento do trabalho assalariado formal e por projetos de futuro que passam por certa idealização do empreendedorismo. Concluindo, demonstramos como há uma tendência geral de desorganização da experiência temporal no mercado de trabalho brasileiro, da qual o trabalho mediado por plataformas representa uma espécie de vanguarda, mas que também atinge aos assalariados formais. A partir desses achados, apontamos para os vínculos entre modelos de trabalho historicamente típicos da periferia do capitalismo e a sua reorganização enquanto sistema socioeconômico que implica um processo de aceleração social geral que vem sendo teorizado nos últimos anos.

**Palavras-chaves:** Experiência do tempo. Mercado de trabalho. Assalariamento formal. Trabalho mediado por plataformas. Aceleração social.

## ABSTRACT

This research investigates the relationships between the experience of time and different forms of work based on their stability, namely formal wages and platform-mediated work. For this, it initially defines time as a sociological concept and demonstrates its approximation with the historical transformations of work in capitalist societies. The notion of time experience was operationalized from three dimensions: everyday time, biographical time and generational time. The general objective of the research was to elaborate a sociological interpretation of the temporal experiences of young adults inserted in the models of formal salary and platform-mediated work, paying attention to the differences and approximations of these experiences from the stability of the model of work performed. The research was organized based on the qualitative method, conducting in-depth interviews with 18 workers – seven formal salaried workers in the administrative sector and 11 delivery workers using apps –, with the analysis being carried out based on the three temporal dimensions previously mentioned. In the daily dimension of the temporal experience, we observed objective differences between the two groups, with delivery workers working longer hours and for more days and having more disorganized routines, but also approximations, based on a tendency of formal salaried work to incorporate similar dynamics those of platform work, such as non-payment for time spent at the company's disposal without performing any specific task. Still in this dimension, we saw how extrinsic factors to work have great weight in the daily experience, as well as the differences in the subjective appropriation of this experience. When analyzing the biographical dimension from the perspective of the past, we saw how the trajectories of most subjects in both groups are marked by fragmentation and instability, with multiple experiences and different types of bond (formal, informal, internship), as well as exploring the weight that increased access to higher levels of formal education had on these trajectories. With regard to the future, we saw how most of the subjects have their expectations marked by the social risk of economic insecurity, as well as presenting projects that often do not go through formal wages and are sometimes shortened to the reality of the present time. From the analysis of these two dimensions of time, we performed an interpretation of the generational experience of these young adults, demonstrating how they are part of a generation marked by the expansion of access to higher education, by the contraction of the experience of the present, by the relegation of formal salaried work and for projects for the future that involve a certain idealization of entrepreneurship. In conclusion, we demonstrate how there is a general tendency towards disorganization of the temporal experience in the Brazilian labor market, of which work mediated by platforms represents a kind of vanguard, but which also affects formal wage earners. Based on these findings, we point to the links between work models historically typical of the periphery of capitalism and its reorganization as a socioeconomic system, which implies a process of general social acceleration that has been theorized in recent years.

**Keywords:** Experience of time. Labor market. Formal salary. Platform-mediated work. Social acceleration.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	–	Informações gerais dos assalariados formais	47
<b>Quadro 2</b>	–	Informações gerais dos ciclo-entregadores por aplicativo	48
<b>Quadro 3</b>	–	Trajetória profissional do Assalariado Formal nº. 1	53
<b>Quadro 4</b>	–	Trajetória profissional da Assalariada Formal nº. 2	54
<b>Quadro 5</b>	–	Trajetória profissional da Assalariada Formal nº. 3	55
<b>Quadro 6</b>	–	Trajetória profissional da Assalariada Formal nº. 4	56
<b>Quadro 7</b>	–	Trajetória profissional da Assalariada Formal nº. 5	57
<b>Quadro 8</b>	–	Trajetória profissional do Assalariado Formal nº. 6	58
<b>Quadro 9</b>	–	Trajetória profissional do Assalariado Formal nº. 7	59
<b>Quadro 10</b>	–	Informações básicas dos Assalariados Formais	60
<b>Quadro 11</b>	–	Trajetória profissional do Entregador nº. 1	62
<b>Quadro 12</b>	–	Trajetória profissional do Entregador nº. 9	65
<b>Quadro 13</b>	–	Trajetória profissional do Entregador nº. 10	65
<b>Quadro 14</b>	–	Trajetória profissional do Entregador nº. 11	66
<b>Quadro 15</b>	–	Informações básicas dos Entregadores por aplicativo	67
<b>Quadro 16</b>	–	Rotina geral dos trabalhadores formalmente assalariados	70
<b>Quadro 17</b>	–	Rotina geral dos entregadores por aplicativos	72
<b>Quadro 18</b>	–	Carga horária dos entregadores a partir do sistema de trabalho	73
<b>Quadro 19</b>	–	Modelos de trajetórias profissionais	127
<b>Quadro 20</b>	–	Nível educacional dos trabalhadores entrevistados	128
<b>Quadro 21</b>	–	Apresentação da dimensão biográfica temporal referente ao futuro dos trabalhadores formalmente assalariados	139
<b>Quadro 22</b>	–	Apresentação da dimensão biográfica temporal referente ao futuro dos entregadores por aplicativo.	140
<b>Quadro 23</b>	–	Relação entre formação educacional e projetos de futuro	188
<b>Quadro 24</b>	–	Imaginários de futuro que não passam pelo assalariamento formal	202

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1. TEMPO COMO CATEGORIA SOCIAL .....	14
1.2. TEMPO, TRABALHO E ACELERAÇÃO SOCIAL .....	19
1.3. DUAS FORMAS DISTINTAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	24
1.4. PROBLEMA DE PESQUISA .....	41
1.5. JUSTIFICATIVA E HIPÓTESE .....	42
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>45</b>
2.1. ASSALARIADOS FORMAIS .....	52
2.1.1. Assalariado Formal nº. 1.....	52
2.1.2. Assalariada Formal nº. 2.....	53
2.1.3. Assalariada Formal nº. 3.....	54
2.1.4. Assalariada Formal nº. 4.....	55
2.1.5. Assalariada Formal nº. 5.....	56
2.1.6. Assalariado Formal nº. 6.....	57
2.1.7. Assalariado Formal nº. 7.....	58
2.2. ENTREGADORES POR APLICATIVO .....	61
2.2.1. Entregador nº. 1.....	61
2.2.2. Entregadora nº. 2.....	62
2.2.3. Entregador nº. 3.....	62
2.2.4. Entregador nº. 4.....	63
2.2.5. Entregador nº. 5.....	63
2.2.6. Entregadora nº. 6.....	63
2.2.7. Entregador nº. 7.....	64
2.2.8. Entregador nº. 8.....	64
2.2.9. Entregador nº. 9.....	64
2.2.10. Entregador nº. 10.....	65
2.2.11. Entregador nº. 11.....	66
<b>3. DIMENSÃO COTIDIANA DA EXPERIÊNCIA TEMPORAL</b> .....	<b>68</b>

3.1. DIFERENÇAS OBJETIVAS NA TEMPORALIDADE COTIDIANA DOS DOIS GRUPOS .....	68
3.2. APROXIMAÇÕES NA TEMPORALIDADE COTIDIANA DOS DOIS GRUPOS .....	82
3.3. FATORES EXTRÍNSECOS AO TRABALHO QUE INFLUENCIAM A EXPERIÊNCIA TEMPORAL COTIDIANA .....	88
3.4. A EXPERIÊNCIA TEMPORAL COTIDIANA EM SUA DIMENSÃO SUBJETIVA.....	98
<b>4. PASSADO: TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS E FORMAÇÃO EDUCACIONAL .....</b>	<b>114</b>
4.1. TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS: PERCURSOS FRAGMENTADOS E A ESTABILIDADE POSSÍVEL.....	115
4.2. O PAPEL DA EDUCAÇÃO FORMAL NAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS.....	128
<b>5. FUTURO: RISCOS SOCIAIS E OS PROJETOS POSSÍVEIS .....</b>	<b>138</b>
5.1. RISCOS SOCIAIS A PARTIR DA ANÁLISE DOS DOIS GRUPOS .....	141
5.2. PROJETOS DE FUTURO.....	153
<b>6. DIMENSÃO GERACIONAL DO TEMPO: ESBOÇO DE INTEPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA .....</b>	<b>176</b>
6.1. EDUCAÇÃO SUPERIOR, DESENCANTO E PROJETOS DE FUTURO .	179
6.2. O TRABALHO COMO TERRENO MOVEDIÇO E A CONTRAÇÃO DO PRESENTE .....	191
6.3. O REBAIXAMENTO DO ASSALARIAMENTO FORMAL NOS IMAGINÁRIOS DE FUTURO .....	195
6.4. “TER O MEU PRÓPRIO NEGÓCIO”: PROJETOS DE FUTURO, EMPREENDEDORISMO POPULAR E DESEJOS DE LIBERDADE .....	203
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>209</b>
<b>8. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>216</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. TEMPO COMO CATEGORIA SOCIAL

A presente pesquisa apresenta uma investigação sociológica sobre a experiência de tempo de duas diferentes categorias de trabalhadores: os trabalhadores formalmente assalariados e os ciclo-entregadores por aplicativos. O estudo está estruturado a partir das relações entre a experiência temporal e níveis distintos de estabilidade da forma de trabalho desempenhada. Isto é, as duas categorias profissionais foram escolhidas pelas diferenças no grau de estabilidade proporcionado pelo modelo do emprego formal em comparação com o trabalho mediado por aplicativos. Desse modo, há um pressuposto implícito, a ser confirmado ou não com a pesquisa, que subjaz a investigação como um todo: formas mais ou menos estáveis de trabalho proporcionam experiências temporais distintas, que impactam a vida das pessoas em sua dimensão mais imediata e em uma dimensão longitudinal.

Contudo, antes de iniciarmos, cabe um primeiro argumento à seguinte questão: por que realizar uma pesquisa sociológica sobre a experiência do tempo e sua relação com o trabalho? Nossa primeira inquietação sobre o tema surgiu a partir dos resultados de uma investigação sociológica anterior, na qual estudamos formas de sofrimento associadas ao trabalho de uma categoria profissional específica: jornalistas<sup>1</sup>. Nessa pesquisa, observamos dois sofrimentos que pareciam estar especificamente relacionados a transformações na experiência temporal. O primeiro tinha relação com o sentimento de aceleração e sufocamento, provocado pelo excesso de demandas a serem resolvidas num espaço curto de tempo devido à reestruturação do processo de produção jornalística. Em outros termos, os trabalhadores narravam histórias atravessadas pela ansiedade, pelo ritmo de trabalho maníaco, pelo sentimento de não dar conta das demandas e pela paralisia diante dessa percepção de sua própria insuficiência diante das tarefas. Nesse sentido, havia uma relação entre o sofrimento e a aceleração do tempo social a partir da reestruturação produtiva. O segundo modelo de sofrimento relacionado a certa dimensão temporal foi revelado quando os jornalistas falavam sobre o futuro: a percepção de envelhecer em meio a uma profissão que se juveniliza, com essa juvenilização sendo expressa em diversos casos de jornalistas veteranos que são demitidos e excluídos das

---

<sup>1</sup> Remetemos ao texto em questão: Cremonini (2019).

grandes empresas, se mostrou motivo de grande angústia. Nesse contexto, alguns sujeitos chegavam a dizer que preferem nem pensar sobre o futuro.

Desse modo, os sofrimentos dos jornalistas vistos na nossa pesquisa anterior têm relação com uma dimensão mais imediata do tempo – o excesso de ações a serem desempenhadas em uma determinada jornada de trabalho – e com uma dimensão mais longitudinal – a vida que se mostra turva e insegura quando os sujeitos tentam olhar para frente. Achado que demonstra a transversalidade que a categoria tempo detém. Por um lado, o tempo acontece na vida no que ela tem de mais imediato, intimamente vinculado às formas pelas quais o cotidiano é organizado em determinados ritmos, fluxos e descansos. Por outro, no que ela tem de mais longitudinal: o tempo se manifesta nas formas pelas quais lembramos e narramos nosso passado e a história que veio antes de nós, bem como nos modos pelos quais somos capazes de vislumbrar o horizonte do futuro. Passado e futuro nos habitam no presente.

E a experiência do tempo é um fenômeno profundamente social, conforme argumentaremos adiante: ela depende dos modos pelos quais a sociedade é organizada em termos materiais e ético-normativos. Viver o tempo de modo mais ou menos acelerado tem relação com a quantidade de ações desempenhadas em um determinado ciclo: por exemplo, uma jornada de trabalho de oito horas pode ser sentida como mais ou menos acelerada a depender do tamanho da equipe de trabalhadores disponível para desempenhar um determinado número de tarefas. Da mesma forma, ter angústia ou certa tranquilidade com relação ao futuro, bem como ser capaz de dar sentido ou não ao que aconteceu no passado, são atitudes relacionadas aos modos pelos quais a sociedade é organizada: sociedades em crise, nas quais não é possível a segurança mínima para lançar projetos e traçar planos, tendem a propiciar futuros mais sombrios, turvos e incertos. A orientação de nossas atitudes com relação ao tempo – por exemplo, a compreensão de que o presente deve ser um tempo de trabalho, comedimento e repressão dos prazeres em prol de benefícios futuros, como na ética protestante de Weber (2004) – revela como a experiência temporal está imbuída de uma dimensão ético-normativa. Conforme afirma Rosa (2019a, p. LIX), “[...] o tipo e a maneira de nosso estar no mundo [...] depende, em grande medida, das estruturas de tempo da sociedade em que vivemos”. O tempo está ligado às formas pelas quais vivemos, pensamos, planejamos, lembramos, nos relacionamos e sofremos.

Mas o que é o tempo, enquanto categoria sociológica? A dificuldade de apreender o tempo enquanto fenômeno social tem relação com sua relação com os ciclos naturais:

o tempo sincroniza os acontecimentos do mundo físico (o nascer e o pôr do sol, a rotação da Terra e a sua translação ao redor do sol, o percurso do ponteiro do relógio entre um marcador e outro) com o mundo biológico (o tempo de vida entre nascer e morrer, o ritmo circadiano que designa o ciclo biológico dos seres ao longo de um dia, a frequência em que respiramos e em que o nosso coração bate) e, por fim, com o mundo social. A vida social estrutura-se a partir de um tempo compartilhado organizado a partir de acontecimentos naturais – dia e noite, por exemplo, historicamente organizam o tempo socialmente estabelecido de trabalho e repouso. Conforme demonstraremos aqui, o tempo pode ser pensado, para dois autores clássicos da sociologia, como uma representação abstrata que permite a orientação das vidas individuais e coletivas, tendo como origem a própria sociedade.

Émile Durkheim (1989), em seu período tardio, investigou, como pano de fundo de sua pesquisa acerca das formas elementares da vida religiosa, a gênese das noções fundamentais do pensamento, dentre as quais estariam as categorias de tempo e espaço. O autor propõe nessa obra que a religião e as noções fundamentais do pensamento seriam fenômenos sociais, tendo origem na sociedade enquanto sistema de forças. Para Durkheim (1989), o tempo seria uma categoria historicamente formada a partir da dinâmica da vida social: trata-se de uma representação coletiva, abstrata e impessoal, na qual os acontecimentos podem ser situados a partir de pontos de referências determinados, representando, portanto, o ritmo da própria vida social.

Norbert Elias (1998), por sua vez, fiel a seu modelo de interpretação processual dos fenômenos sociais, compreendeu a noção moderna de tempo a partir de um longo percurso de progressiva abstração e diferenciação da sociedade. O tempo moderno seria, num conceito algo aproximado daquele de Durkheim (1989), uma representação altamente abstrata e genérica, capaz de sintetizar fenômenos muito distintos entre si a partir de um mesmo quadro impessoal no qual os sujeitos localizam os acontecimentos da vida e da história. Por seu alto nível de generalização e síntese, o tempo, tal qual experienciado pelos modernos, seria resultado de um longo processo de aprendizagem transcorrido historicamente. Assim, o tempo representaria um meio de orientação em meio ao fluxo da vida: “A sucessão irreversível dos anos representa, à maneira simbólica, a sequência irreversível dos acontecimentos, tanto naturais quanto sociais, e serve de meio de orientação dentro da grande continuidade móvel, natural e social” (Elias, 1998, p.10). Desse modo, o tempo, enquanto representação social, seria uma padronização entre processos ocorridos que passam a servir como quadro de referência e medida para o

transcorrer de acontecimentos e processos completamente diversos entre si. Conforme explica o autor:

Mediante a fixação mais ou menos arbitrária de uma certa posição do sol (em relação a outras estrelas, por exemplo) como ponto de partida e ponto de chegada de uma unidade social de determinação do tempo, a saber, o ano, eles [os seres humanos] conseguem construir um quadro de referência para a *sincronização* das atividades humanas (Elias, 1998, p.47, grifo nosso).

Chamamos atenção ao termo grifado acima: sincronização. O tempo, enquanto quadro e representação social, organiza as atividades humanas dentro de um mesmo padrão mínimo de funcionamento. A partir dessa perspectiva, o tempo tem sentido de orientação para o funcionamento da vida em sociedade, servindo como referência para organização de períodos da vida em que o sujeito está sob os cuidados da sociedade, está em plena atividade produtiva ou gozando do direito de não produzir mais após feita sua contribuição. Elias (1998) aponta ainda para a dimensão normativa do tempo, que estaria relacionada à formação da estrutura da personalidade. Nesse sentido, diferentes maneiras de experienciar o tempo estariam associadas a modelos diferentes do desenvolvimento social da personalidade:

Uma maneira de agir mais orientada para as necessidades imediatas do que para o futuro exige uma autodisciplina menos rigorosa e menos uniforme. Uma maneira de agir e fazer planos para o futuro, talvez até para um futuro razoavelmente distante, exige a capacidade de subordinar a satisfação das necessidades presentes às satisfações esperadas no futuro (Elias, 1989, p.115-116).

O caráter normativo da experiência temporal apontado por Elias (1989) fica mais claro quando pensamos, por exemplo, na postura de comedimento e repressão de prazeres imediatos em prol de benefícios futuros, sintetizada pelo conceito de diferimento das recompensas de Carmen Leccardi (2005), que se faria predominante durante a Modernidade Clássica e a formação do capitalismo industrial. Tal postura ecoa em obras fundamentais na compreensão desse período histórico, como na noção de ética protestante de Weber (2004) ou mal-estar na cultura de Freud (2015). Somente em sociedades orientadas para o futuro é que uma postura de renúncia das satisfações imediatas é capaz de fazer sentido e servir como modelo normativo aos sujeitos.

Desse modo, podemos compreender o tempo como uma categoria social altamente abstrata que compõe um quadro de orientação para a vida em sociedade, tendo, também por isso, forte teor normativo no sentido que, a partir da forma pelo qual ele é

experenciado, pressupõe determinados modelos de regulação das condutas e ações humanas. De nossa parte, apontamos ainda como, ao ser vivido como fato natural e organizar o funcionamento da vida social, o tempo exprime em si relações de poder, com o controle sobre o tempo se constituindo, em última instância, no controle do correr da própria vida: o direito ao tempo livre, o direito a um trabalho não sobrecarregado, o direito de parar de trabalhar a partir de certo momento da vida, são todas questões políticas que passam pela disputa em torno do tempo. Como escreveu Hartmut Rosa (2019a), as estruturas temporais, ao conjugar facticidade – o tempo existe para os sujeitos para além de suas possibilidades de ação e controle, sendo vivido como um dado natural – e uma natureza social, “[...] constituem o ponto central para a coordenação e integração de projetos de vida individuais e exigências sistêmicas [...]” (Rosa, 2019a, p.10). Assim, o tempo seria uma categoria especialmente rica para uma proposta de sociologia interpretativa por apontar um caminho promissor para a compreensão das ações e projetos dos sujeitos em meio às estruturas sociais.

Feita essa primeira defesa do tempo enquanto conceito sociológico, é necessário avançarmos num grau menor de abstração para que essa categoria possa ser operacionalizada numa pesquisa empírica. A partir da adaptação feita por Rosa (2019a) de uma classificação elaborada por Anthony Giddens, propomos pensar a experiência do tempo a partir de três dimensões: a dimensão cotidiana, a dimensão biográfica e a dimensão geracional. O tempo cotidiano diz respeito à vida em sua forma mais imediata, com suas rotinas de trabalho e descanso, vigília e sono, ações de diferentes naturezas presentes no dia a dia dos sujeitos; seu caráter é “[...] altamente repetitivo e cíclico [...]” (Rosa, 2019a, p. 17) devido às próprias rotinas que passam pela repetição de eventos, sendo, por isso, constitutivo para a reprodução da vida social e suas estruturas. O tempo biográfico se refere à temporalização da vida como um trajeto, estabelecendo um certo percurso biográfico para cada sujeito que tem início com o nascimento e se encerra com a morte; os sujeitos refletem sobre o tempo que lhes cabe no mundo como um todo e se questionam sobre como querem despendê-lo, tomando decisões a respeito de estudos, trabalho, ações políticas, constituição ou não de família etc. Por fim, a dimensão geracional é a compreensão do tempo de uma determinada época e geração, no qual nosso tempo cotidiano e de vida estão inseridos, dizendo respeito à realidade histórica e social que marca determinada geração. Nesse sentido, a dimensão geracional do tempo pressupõe a possibilidade de experiências, riscos e horizontes em comum. Desse modo, o autor escreve como essas diferentes dimensões do tempo “[...] fundem-se [...] em um

significante orientador da cultura e das ações, sob o qual modelos culturais e necessidades estruturais, exigências sistêmicas e perspectivas dos atores são abrigadas” (Rosa, 2019a, p. 24).

É importante apontar que, enquanto a dimensão cotidiana do tempo está envolta no presente, as dimensões biográfica e geracional passam pelo passado e pelo futuro devido à sua compreensão como trajetória. O passado daria conta daquilo que já aconteceu e que é rememorado e narrado a partir da experiência do presente. O futuro, por sua vez, diz respeito ao que ainda não aconteceu, mas que conseguimos imaginar, projetar e esperar a partir da experiência do presente. Rosenthal (2014) explica como o passado, ao ser rememorado e narrado, revela primeiramente interesses e dilemas que se apresentam no tempo presente, com a experiência efetivamente vivida no passado se revelando somente indiretamente. Assim, toda a experiência de rememoração do passado sempre dirá respeito, primeiramente, à vida presente. Da mesma forma, os diferentes futuros que podem ser imaginados, por sua vez, têm efeito configurador do presente e da interpretação do passado vivido, com essa imaginação revelando riscos, dilemas e desafios que se apresentam para uma determinada geração (Cantó-Milá; Moncunill; Seebach, 2020). Como escreveu Alfred Schutz (1979), qualquer experiência diz respeito também ao que se espera do futuro, o que nos permite dizer que investigar o futuro é investigar, também, as condições de possibilidade do tempo presente. Assim, tanto as experiências de futuro quanto de passado revelam e configuram a vida em seu momento presente, servindo, portanto, para compreendermos os dilemas, riscos e horizontes compartilhados por determinada geração.

Desse modo, para os propósitos da pesquisa temos três dimensões analíticas e operacionais do tempo – cotidiano, biográfico e geracional –, com essas duas últimas se desdobrando em passado, presente e futuro. Assim, este estudo investigará a relação entre a experiência do tempo em suas múltiplas dimensões e a transformação do mundo do trabalho a partir de duas formas laborais que são diferenciadas a partir de sua estabilidade. Demonstraremos, adiante, a íntima relação entre tempo e trabalho.

## 1.2. TEMPO, TRABALHO E ACELERAÇÃO SOCIAL

Nas sociedades capitalistas modernas, a maior parte do nosso tempo de vida é organizado em torno do trabalho: grande parte de nosso dia passamos trabalhando, organizamos nosso deslocamento para cumprir os horários ou tarefas profissionais que nos cabem, bem como nossas semanas são organizadas em torno do trabalho remunerado

e do trabalho reprodutivo não-remunerado. Em última instância, não seria excessivo afirmarmos que a própria vida nas sociedades modernas é organizada a partir da contribuição produtiva dos sujeitos: nascimento e formação escolar para, uma vez chegada a idade adulta, contribuir no mercado de trabalho; passado o auge produtivo, direito ao descanso com reconhecimento do esforço dispendido para o bem-estar geral (ainda que essa última parte seja cada vez mais objeto de disputa, com o envelhecimento sendo, muitas vezes, sinônimo de empobrecimento). Essa forma de estruturação do tempo de vida, contudo, não deve ser vista como um fenômeno natural, com uma história associada ao desenvolvimento das formas de trabalho capitalista e de suas transformações.

Edward Thompson (1998) demonstrou, a partir de pesquisa histórica acerca da classe trabalhadora inglesa, como o capitalismo industrial instituiu uma determinada experiência temporal marcada pela disciplina e pelo uso produtivo do tempo. Se o tempo de trabalho vivido nas sociedades tradicionais era orientado para a resolução de tarefas e vivido a partir de esquemas cíclicos – ritmos da natureza que designavam momentos de semeadura e colheita, por exemplo –, a experiência temporal do processo produtivo capitalista é radicalmente outra. A partir do estabelecimento da carga-horária diária, da divisão e supervisão do trabalho (com suas conseqüentes formas de disciplinamento da mão de obra), o tempo é tornado uma entidade abstrata, quantificável e linear, numa transformação que durou várias gerações para se concretizar. O estudo de Thompson (1998) a partir dos escritos históricos da Inglaterra do século XVIII demonstra como a instituição de uma temporalidade própria do trabalho capitalista industrial dependeu de um processo longo de disciplinamento de sujeitos que eram, em sua maior parte, oriundos do mundo rural, onde esse modelo de experiência de tempo ainda não havia se afirmado. Thompson demonstra como essa mudança na experiência temporal é alicerçada não somente pela transformação no âmbito da produção, mas também em uma determinada moral social impregnada, até certo ponto, pela ética protestante que foi estudada por Weber em seu célebre texto. Assim, em sua interpretação, o autor demonstra como o tempo e sua experiência são fenômenos historicamente constituídos, dependendo da organização social da produção e da moral socialmente compartilhada.

Uma vez completada, a instituição dessa temporalidade específica organizou para a classe trabalhadora aquilo que Rosa (2019a) denominou de trajetórias típicas de vida: nascimento, escolarização, vida produtiva no mercado de trabalho capitalista, aposentadoria e morte. Tais trajetórias seriam frutos de um longo processo de aceleração

social iniciado com a modernidade, que na visão desse autor teria inaugurado uma certa compreensão progressista do tempo. Por compreensão progressista, estamos nos referindo a uma orientação temporal dos sujeitos que é direcionada ao futuro, dimensão que seria vivida como uma experiência em aberto a ser construída a partir da ação no tempo presente e que, por isso, daria sentido à vida nas sociedades modernas. Na modernidade, o futuro seria a instância temporal ao redor da qual a vida social se organizaria, revelando, por um lado, uma concepção cronológica e abstrata do tempo e, por outro, uma dimensão normativa da experiência temporal que fundamentaria determinados modos de agir. Vamos examinar o argumento do autor com mais vagar.

Um dos atuais expoentes da teoria crítica alemã, Hartmut Rosa (2019a) elaborou uma interpretação inovadora acerca da modernidade e das sociedades contemporâneas. Para este autor, a modernidade seria um processo histórico marcado, sobretudo, pela imensa aceleração temporal, pensando aceleração como o aumento de eventos por unidade de tempo. As sociedades modernas seriam aquelas marcadas pelo que o autor chama de estabilização dinâmica, isto é, somente se estabilizariam por meio do crescimento econômico, da transformação nos estilos de vida e da inovação científica constante – na modernidade, a estagnação seria vivida como crise e tenderia ao colapso social. Nesse sentido, com o conceito de aceleração social, Rosa (2019a) busca contemplar as grandes e constantes transformações que atravessam as sociedades modernas, desde a vida cotidiana na qual o tempo parece cada vez mais escasso até as transformações sociais e ciclos econômicos que marcam as experiências de cada geração.

A perspectiva crítica da interpretação de Rosa (2019a) se dá a partir de sua leitura da história da modernidade. Em seu entendimento, a aceleração moderna teria sido responsável pela abertura dos horizontes de expectativa dos sujeitos ao trazer elementos novos e não-experimentados para a vida social – isto é, na medida em que as sociedades modernas se caracterizariam pela transformação de si mesmas, o futuro passa a poder ser experimentado como uma instância distinta da vida passada e presente, carregando a promessa de uma vida outra a ser construída. Essa mesma aceleração, a partir de certo momento, teria ultrapassado os limites que permitiam uma organização da vida em bases minimamente confiáveis, fazendo com que, devido à instabilidade que desorganiza a vida presente, o futuro deixe de ser portador de alguma promessa de diferença – o que teríamos seria um eterno presente de instabilidade e fragmentação no qual não é possível mais enxergar as possibilidades de um futuro distinto. Nesse sentido, na imagem de Rosa (2019a), a vida nas sociedades capitalistas contemporâneas seria repleta de movimento e

instabilidade e, paradoxalmente, estática, por não apontar para nenhum outro amanhã que não o presente acelerado de hoje.

Assim, a partir do conceito de aceleração social, Rosa (2019a) dá forma teórica a certo mal-estar próprio da atualidade por um tempo que parece passar cada vez mais rápido. Sua compreensão da modernidade passa por um período clássico, no qual a aceleração social teria promovido uma abertura dos horizontes de expectativa e promovido certa estabilidade de fundo representada nas trajetórias estáveis de vida, que daria lugar a um período tardio, caracterizado pela instabilidade crônica e pelo fechamento dos horizontes a partir de uma aceleração que ultrapassou os limites críticos para a organização da vida. O conceito de aceleração social elaborado pelo autor é mobilizado em sua obra a partir de diferentes esferas da sociedade moderna, em relação direta com a acumulação capitalista a partir do desenvolvimento de formas de exploração do trabalho, circulação e consumo de mercadorias e comunicação, no que Rosa (2019a) denomina como aceleração técnica. Contudo, ele vai além, na medida em que teria como motores outros certa dimensão cultural que se expressa na concepção moderna de uma vida bem vivida, assim como o que o autor denomina como motor socio-estrutural, isto é, a tendência à complexificação e heterogeneização das sociedades modernas. Desse modo, o autor vai falar em diferentes formas de aceleração social: a aceleração técnica, a aceleração da mudança social e a aceleração do ritmo de vida, todas em relação com formas de sofrimento modernas, bem como com a tendência de esvaziamento da vida democrática observada nas sociedades capitalistas das últimas décadas. Desse modo, sua obra conjuga um diagnóstico potente do mundo contemporâneo com certo olhar para o passado a partir da compreensão de que haveria uma experiência perdida: a experiência do capitalismo organizado no qual os horizontes de expectativa estariam distantes do espaço de experiência vivida e os sujeitos poderiam ordenar sua conduta em prol de um futuro a ser constituído.

Em nosso modo de ver, a força da interpretação teórica de Rosa (2019a) – seu caráter sistêmico que é capaz de fornecer uma narrativa sociológica baseada no tempo ao processo de constituição das sociedades modernas e sua reestruturação a partir daquilo que vem sendo chamado de neoliberalismo – é, também, responsável por algumas de suas limitações. Vejamos como, para o autor, esse momento em que a aceleração social passa a ultrapassar o seu ponto crítico, desestruturando a vida social como um todo, data de um momento histórico bastante específico:

Do Esclarecimento até o meio, *de certa maneira até mesmo o fim do século XX*, em largas porções do mundo ocidental, a experiência de dinamização foi interpretada ante o horizonte das esperanças do progresso: crescimento econômico, inovação tecnológica e aceleração social eram tendencialmente percebidos, até mesmo onde surgiam como coação, enquanto elementos, meios e pressupostos para um aumento das possibilidades de autonomia e autenticidade (Rosa, 2019a, XXIII, grifo nosso).

Em escrito posterior, o mesmo autor nos diz que tais transformações críticas aconteceram:

[...] *por volta de 1990*, com a revolução política em torno da queda do Muro de Berlim, *a transição para os modelos de produção just-in-time pós-fordista*, a desregulação dos mercados financeiros e a revolução digital todos impulsionando massivamente a dinamização” (Rosa, 2019b, posição 558, tradução nossa, grifos nosso)<sup>2</sup>.

Desse modo, a experiência de aceleração contemporânea do tempo passa, dentre outras esferas, pelo trabalho e sua reestruturação a partir da década de 1990. Há certa limitação própria de um eurocentrismo involuntário nessa interpretação: ao se pretender uma teoria geral da modernidade capitalista, a reflexão de Rosa (2019a) tende a universalizar uma experiência em grande parte restrita à população trabalhadora masculina dos países do centro do sistema capitalista. Esse olhar para o passado e para o que seria uma experiência perdida de um capitalismo organizado, como frisamos anteriormente, é também um olhar de certa nostalgia pela perda do Estado de Bem-Estar Social próprio das nações da Europa Ocidental na qual o intelectual se insere. Como atenta Leccardi (2002), o modelo de trajetórias estáveis que fundamentaria uma certa continuidade biográfica se vincula, em grande medida, à figura do indivíduo masculino capaz de constituir uma relação estável com o universo do trabalho remunerado. Acrescentamos que em países como o Brasil, a trajetória da maior parte da classe trabalhadora é historicamente muito mais marcada pela instabilidade e precariedade do que aquela traçada por Rosa (2019a). Dito isso, o argumento central de que a modernidade teria trazido aos sujeitos a capacidade de projetar as ações para a vida cotidiana das populações trabalhadoras não estaria invalidado na medida em que há uma tendência de expansão do mercado de trabalho capitalista, absorvendo a força de trabalho feminina e, como será apresentado adiante, no caso de países da periferia do capitalismo haveria a possibilidade de ascensão social por meio do trabalho assalariado (que jamais

---

<sup>2</sup> No original: [...] critical changes occurred around 1990, as the political revolution surrounding the fall of the Berlin Wall, the transition to post-Fordist just-in-time production models, the desregulation of financial markets, and the digital revolution all massively drove dynamization”.

se estende a toda classe, mas que funcionaria como horizonte organizador do futuro). Da mesma forma, é inegável também que a reestruturação produtiva levada a cabo nas últimas décadas transformou profundamente a experiência temporal dos sujeitos em suas vidas organizadas para o trabalho, com mudanças na dimensão cotidiana (uma equipe menor tem menos tempo para desempenhar as tarefas, por exemplo), biográfica (com o avanço de modelos instáveis e fragmentados de carreiras profissionais) e geracional (o compartilhamento da possibilidade mais real de desemprego e inatividade, por exemplo).

Dáí surge nossa indagação: como se opõem, do ponto de vista da experiência temporal no atual momento histórico, duas formas de trabalho que são diferenciadas pela estabilidade? Quais sejam, o emprego formal, enquanto espaço tradicionalmente mais protegido no mercado de trabalho brasileiro, e o trabalho por aplicativos, uma forma nova, instável, sem jornadas e temporalidades fixas além da própria demanda.

### 1.3. DUAS FORMAS DISTINTAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Conforme exposto previamente, opomos nesta pesquisa experiência de tempo de trabalhadores inseridos em duas formas distintas de trabalho: o emprego assalariado formal e o trabalho mediado por plataformas. Aqui, faremos uma breve exposição das diferenças entre esses dois modelos. É preciso, primeiramente, que expliquemos o que entendemos por estabilidade neste estudo. Posteriormente vamos apresentar o modelo de assalariamento formal em seu paradigma típico-ideal e o modo como se estruturou na sociedade brasileira. Por fim, vamos expor o modelo de trabalho por plataformas, sua ascensão e as suas características principais.

Estabilidade tem, historicamente, o sentido de garantia de permanência no trabalho. Na legislação trabalhista brasileira (Brasil, 1943), o termo tem esse sentido, dando conta de situações nas quais o empregado não poderá ser demitido sem justa causa. Para os fins deste estudo, propomos pensar a estabilidade como uma categoria um pouco mais ampla, buscando contemplar a experiência temporal dos trabalhadores em suas diferentes dimensões. De acordo com a definição de dicionário (Houaiss, Villar, 2001, p. 1243), estabilidade seria: (1) a qualidade de estável; (2) sinônimo de firmeza, solidez, imobilidade; (3) condição daquilo que se mantém constante e invariável; (4) estado de equilíbrio, de imperturbabilidade. Estável, por sua vez, seria: (1) aquilo que é firme, seguro; (2) aquilo que não varia, inalterável, invariável (Houaiss, Villar, 2001, p. 1248). Desse modo, a palavra “estabilidade” está relacionada à solidez, constância e imobilidade.

Adaptando o termo para o tema da pesquisa, propomos pensar formas de trabalho que forneçam maior ou menor estabilidade para a experiência temporal vivenciada pelos trabalhadores. Desse modo, na dimensão cotidiana, um trabalho com maior grau de estabilidade é aquele que, em comparação com outro, apresenta uma rotina menos variável, permitindo maior organização pessoal por parte dos sujeitos. Desse modo, estabilidade, em termos da experiência temporal cotidiana, está relacionada a jornadas de trabalho fixas, dias de descanso delimitados e rotinas bem estabelecidas. Na dimensão biográfica, formas de trabalho que podem ser consideradas de maior estabilidade são aquelas nas quais: (1) a permanência do trabalhador é mais segura, com maiores dificuldades para o desligamento; (2) há regulamentação de afastamentos por motivos de saúde e constituição de família; (3) há períodos de descanso previstos, como férias remuneradas; (4) há remuneração fixa e realizada no mesmo período do mês; (5) há possibilidades de ascensão profissional, permitindo certa expectativa de mobilidade. Tais características permitem, em termos biográficos, um planejamento e uma maior organização de vida em comparação com formas de trabalho nas quais elas não estão presentes.

Pelos critérios acima estabelecidos, a forma mais estável de trabalho disponível no mercado de trabalho brasileiro seria aquela do serviço público. Contudo, por seu acesso mais restrito e seu menor peso no mercado brasileiro em comparação com o emprego em setor privado, compreendemos que o emprego público não serve como a opção mais representativa de estabilidade para a massa trabalhadora nacional. O emprego formal assalariado urbano compõe historicamente a forma mais estável de trabalho *amplamente acessível* à maior parte da população trabalhadora brasileira. Inicialmente, veremos o que caracteriza esse modelo de emprego assalariado a partir do que poderíamos compreender como seu caso exemplar, que se estruturou nos países da Europa Ocidental a partir do pós-Guerra e, posteriormente, vamos acompanhar como ele foi instaurado no Brasil.

Castel (1998) dedicou-se a compreender a ascensão e crise da sociedade salarial na França, um dos países nos quais esse modelo assumiu sua forma paradigmática que se proliferou em diferentes termos para outras nações. O autor constrói uma interpretação histórica segundo a qual a relação salarial teria surgido a partir da transformação da condição proletária para a condição operária, que depois se expandiria para dar forma à sociedade salarial. A condição proletária marcaria uma exclusão quase completa do corpo social, com o trabalhador se vendo obrigado a desempenhar suas funções para a

manutenção das condições de reprodução da vida e sem ter acesso aos bens socialmente produzidos e a qualquer tipo de seguridade social, ocasionando um quadro que o autor denomina de “[...] vulnerabilidade de massa” (Castel, 1998, p. 415). Por sua vez, a relação salarial que passa a se tornar dominante para os operários na França da década de 1930 difere daquela primeira em uma série de aspectos, especialmente pela remuneração: o salário deixa de ser a retribuição pela tarefa desempenhada e passa a contemplar uma jornada de trabalho fixa. Essa forma de relação de trabalho passa também a assegurar direitos sociais, como afastamento remunerado por doenças, acidentes de trabalho e aposentadoria, bem como permite a participação dos operários na vida social por meio do consumo, da habitação, do acesso à educação formal e do lazer. Desse modo, Castel (1998) vai falar na relação salarial como uma forma de inserção subordinada no corpo social: ao invés da exclusão quase total da condição proletária, teríamos um modo de pertencimento social por meio do trabalho subordinado. É importante salientar que tais categorias são cristalizações de processos sociais que se deram ao longo do tempo, de modo que o autor explica, por exemplo, que a relação salarial começou a se esboçar já com a Revolução Industrial, chegando mais claramente à sua forma paradigmática a partir da década de 1930, com o estabelecimento do modelo fordista.

O estabelecimento da relação salarial para a classe operária permitiu, por parte do capital, um movimento de disciplinamento da força de trabalho e racionalização do mercado de trabalho como um todo. Isso porque, ao estabelecer jornadas de trabalho com remuneração fixa, ao invés do antigo modelo de remuneração por tarefa, essa forma de relação laboral permitiu uma separação clara entre a população economicamente ativa e os inativos, que deveriam ou ser excluídos do mercado ou integrados sob as formas regulamentadas. Essa separação permitiu a racionalização do mercado, com o impedimento da inserção de trabalhadores intermitentes que se recusavam ao disciplinamento do trabalho em tempo integral. Essa distinção nítida entre os que trabalham efetivamente e os que não o fazem é a primeira característica vista por Castel (1998) na relação salarial. A segunda característica é a fixação do trabalhador em seu posto durante toda a jornada e a racionalização do processo de trabalho a partir de uma gestão do tempo organizada cientificamente. Essa característica tem íntima relação com o desenvolvimento da teoria científica da administração de Taylor, ainda que, conforme o autor aponta, essa é o ápice de um processo mais longo de tentativa de disciplinamento e organização temporal da força de trabalho. A terceira característica é o acesso para os operários, por meio do salário, a novas possibilidades de consumo dos produtos da

produção em massa. Isso se fez necessário a partir da expansão dos centros industriais e, com isso, do rompimento dos vínculos da classe trabalhadora com seu meio rural de origem que permitia, mesmo para os operários industriais, alguma subsistência ligada à terra. Com a fixação do salário para jornadas específicas, observa-se uma relação entre aumento de remuneração, aumento da produção industrial e aumento do consumo de massa. A quarta característica é o acesso, por meio dos operários, à propriedade social na forma de serviços públicos de seguridade que os protegem de um estado de privação absoluta. Desse modo, a classe operária passa a ter “[...] maior acesso a bens coletivos, tais como a saúde, higiene, moradia, instrução” (Castel, 1998, p.434). Por fim, a última categoria seria a inscrição dos sujeitos trabalhadores em um direito do trabalho que os reconhecem como membros de um coletivo dotado de estatuto social, reconhecendo juridicamente o grupo de trabalhadores como interlocutor e ator na disputa com a classe proprietária.

É essa forma de trabalho que caracterizaria o que Castel (1998) denomina de condição operária, com as progressivas lutas sociais permitindo avanços em direitos como férias remuneradas e redução das jornadas (o autor explica que, na França, a jornada semanal de 40 horas foi conquistada em 1936). A consolidação do que o autor chama de sociedade salarial se dá durante as quatro décadas entre 1930 e 1970, nas quais há um grande aumento dos assalariados não-operários. Nesse período, com a complexificação da produção industrial, a proliferação dos serviços de comércio, bancos, administração pública, comunicação e publicidade, a condição salarial passa a contemplar trabalhadores dos mais distintos campos, para além daqueles diretamente envolvidos na produção da indústria. Desse modo, o autor mostra como a relação salarial que inicialmente marca a condição operária se expande para grande parte das funções profissionais da França urbana no pós-Guerra, dando luz a uma sociedade na qual os antagonismos sociais se concretizam a partir da disputa pelas colocações e classificações no mercado de trabalho.

Para além da relação salarial propriamente dita, a sociedade salarial se caracteriza, no contexto francês analisado por Castel (1998), pela articulação de dois fatores fundamentais para seu modelo de gestão política e social: o crescimento econômico e o crescimento do Estado social. É bem documentado como, no pós-guerra, houve uma importante expansão econômica, em grande medida a partir da intervenção e do investimento estatal, que foi interrompido somente na década de 1970. Esse crescimento permitiu não somente uma maior abundância de bens para a divisão social, mas também caracterizou um modelo social baseado na crença de um futuro progressivamente melhor:

Através de seus modos de consumo, seu investimento em bens duráveis, seu uso de crédito, o assalariado antecipa a cada dia a perenidade do crescimento e vincula concretamente seu destino a um progresso indefinido. Na sociedade salarial, a antecipação de um futuro melhor está inserida na estrutura do presente. Isso é ainda mais verdadeiro à medida que, por meio de uma projeção sobre as gerações seguintes, o assalariado pode esperar realizar mais tarde suas aspirações: o que ainda não pude realizar, meus filhos conseguirão (Castel, 1998, p. 480).

Observemos então como, se seguirmos a reflexão do autor, a sociedade salarial é uma sociedade orientada para o futuro a partir da crença no progresso e na melhoria das condições de vida a partir da expansão econômica. Rosa (2019a) também, ao tratar das estruturas temporais, fala na crença no progresso que marcaria a Modernidade Clássica que abarca o período retratado pela interpretação de Castel. O outro fator fundamental para a sociedade salarial foi o desenvolvimento do Estado social, com a instauração da seguridade social e os assalariados acessando o que o autor chama de propriedade social por meio de serviços públicos; a regulação da economia por parte do Estado, evitando grandes desequilíbrios e a busca de um compromisso mútuo entre atores distintos e opostos (trabalhadores e capitalistas). Muito já foi escrito sobre o Estado de Bem-Estar Social, cujo modelo mais paradigmático foram os países da Europa Ocidental e Escandinávia. De nossa parte, cabe apontar como tal cenário foi, em grande medida, circunstancial, com o acúmulo de lutas sociais anteriores desembocando num momento após a Segunda Guerra Mundial de grande desmoralização dos capitalistas do continente devido à sua própria colaboração com o expansionismo nazista (esse contexto é apresentado brevemente por Castel na página 482, nota 152)<sup>3</sup>.

Desse modo, vimos o modelo de relação salarial e de sociedade salarial a partir de um de seus exemplos mais paradigmáticos, o da França entre as décadas de 1930 e 1970. Trata-se de uma forma de regulação do trabalho que passa pelo salário e por jornadas de trabalho fixas, pelo direito a férias remuneradas, a afastamentos por questões de saúde e de constituição de família (maternidade e paternidade) e pelo acesso a direitos sociais fornecidos pelo Estado, motivo pelo qual Castel (1998) considera-a uma forma de inserção social subordinada. Essa sociedade floresceu e se estabeleceu num contexto de

---

<sup>3</sup> A esse respeito, sugerimos também o texto de Streeck (2018), que reforça o caráter contextual do Estado de Bem-Estar europeu. Para esse autor, a regulação social do pós-guerra foi imposta ao capital por razões históricas específicas. A crise que começa na década de 1970 e que vai dar na estruturação daquilo que vem sendo chamado de neoliberalismo revelaria a capacidade estratégica do capital e da classe capitalista, marcando o momento em que aquele se revelou “[...] como jogador, não como brinquedo; como um predador, não como um animal de criação” (Streeck, 2018, p. 67).

expansão econômica, pleno emprego e estruturação de um Estado Social. No caso brasileiro, podemos ver o projeto de construção de uma sociedade salarial a partir do desenvolvimentismo inaugurado por Vargas na década de 1930; contudo, pelas características da sociedade nacional, bem como da inserção do país na divisão internacional do trabalho, tal processo se deu de forma distinta, carregando peculiaridades próprias.

Essas peculiaridades passam pelo modelo extremamente desigual de desenvolvimento brasileiro, bem como pela exclusão de parte importante da população trabalhadora do modelo de assalariamento teorizado por Castel, fazendo com que esse seja vivido como um privilégio. Rosenfield e Almeida (2014, p. 254) apontam que a “[...] sociedade brasileira jamais se constituiu como sociedade salarial e tampouco o Estado brasileiro assegurou a distribuição de renda ou de patrimônio, nem o acesso a oportunidades por serviços de educação, habitação e saúde justos e eficientes [...]”. Desse modo, o horizonte de uma sociedade salarial brasileira jamais se concretizou efetivamente, com esse modelo não se universalizando nos moldes europeus. Dados recuperados por Cardoso (2010) demonstram que, em 1940, no início do ciclo de industrialização e organização do trabalho urbano, 36,4% dos ocupados em atividades não agrícolas eram trabalhadores por conta própria; trinta anos depois, com o ciclo de industrialização já mais bem desenvolvido, essa taxa era de 20%. O autor aponta que esses dados, somados aos assalariados sem carteira, fazem com que cerca de metade da população trabalhadora estivesse fora da institucionalidade do assalariamento formal.

Diante disso, é importante salientar que mesmo o modelo paradigmático da sociedade salarial também teve, em seu apogeu, certo estrato de trabalhadores que não foi integrado, ao qual Castel (1998) chama de “[...] *periférico ou residual*” (Castel, 1998, p. 475, grifo do autor). Tratava-se de um pequeno bloco da força de trabalho, marginalizado, ocupada em experiências instáveis, sazonais e intermitentes. Esse grupo era constituído “majoritariamente por imigrantes, por mulheres e jovens sem qualificação, por trabalhadores de uma certa idade e que são incapazes de acompanhar as ‘reconversões em curso’ [...]” (Castel, 1998, p.476). Sua existência no centro do sistema capitalista em sua chamada Era de Ouro é relevante para nossos propósitos, uma vez que parece haver hoje uma expansão de modelos instáveis e inseguros que antes eram considerados como herança residual nessas sociedades. Contudo, isso não deve nos impedir de ver as diferenças entre a sociedade salarial em sua forma paradigmática e o modelo brasileiro: enquanto na França, quase 90% da população trabalhadora estava inserida como

assalariado no auge da sociedade salarial, os dados expostos no parágrafo anterior mostram que no Brasil quase metade da população trabalhadora estava fora do modelo de emprego formal. Desse modo, o trabalho por conta própria, os pequenos empreendimentos familiares e os bicos são constitutivos do mercado de trabalho brasileiro, ocasionando um quadro de instabilidade e insegurança que Fabrício Maciel (2021) define como sendo de precarização estrutural.

Dito isso, cabe examinar como se deu a estruturação do modelo de assalariamento formal no Brasil. Cardoso (2010, p. 86) argumenta como a herança da escravidão, em sua violência e coisificação dos seres humanos, “[...] estruturou o Estado capitalista entre nós”. O regime escravocrata teria legado, após seu encerramento oficial, um rebaixamento dos padrões de vida e uma ética da desvalorização do trabalho, bem como a condição de pária para as populações libertas. Desse modo, haveria, no Brasil, um achatamento das expectativas de melhoria de vida, que só se inverteria a partir do processo de industrialização iniciado com o projeto desenvolvimentista. Por desenvolvimentismo nos referimos, alinhados com a interpretação de Cardoso (2010), ao período inaugurado pela experiência varguista que, em suas diferentes facetas (nacional-populista no modelo varguista, com maior inclinação à esquerda no governo Goulart e autoritária e conservadora nos governos militares), seguiu até a década de 1980. Esse período foi marcado pelo papel indutor do Estado para a industrialização que se deu de maneira vertiginosa, pela expansão econômica e por um movimento de organização do trabalho urbano que buscava a criação de uma sociedade salarial que nunca se efetivou em sua completude (o trabalho rural, contudo, manteve padrões muito mais baixos de regulação, em grande medida devido ao peso e poder das oligarquias latifundiárias na sociedade nacional). Esse processo histórico e social tem como um dos seus grandes símbolos a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), criada em 1932, e entrou em crise no final da Ditadura Militar inaugurada pelo golpe 1964<sup>4</sup>. Nesse período, temos a organização do assalariamento urbano formal, o estabelecimento de salário-mínimo, jornada de trabalho de 48 horas semanais, assistências e benefícios sociais, afastamentos

---

<sup>4</sup> Na interpretação histórica na qual estamos nos baseando, ele foi seguido pelo período pós-desenvolvimentista, que foi iniciado no final da década de 1980 e aprofundado a partir dos anos 1990: seria caracterizado pela perda da centralidade da indústria na produção da riqueza nacional, pela abertura comercial e financeirização da economia e, por fim, pela redução do papel do Estado na organização da esfera econômica e do mundo do trabalho.

e direito a férias remuneradas, com essas diferentes regras sendo unificadas a partir da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943.

A regulação do trabalho urbano, associada ao ambiente de penúria e exploração vivida no meio rural, bem como o processo crescente de industrialização e de abertura de novos postos em função deste, criaram uma utopia da ascensão social por meio do emprego assalariado formal, conforme tematizado por Cardoso (2010). Contudo, isso não significou uma absorção da classe trabalhadora como um todo nesse modelo: o autor aponta como, ainda que a indústria tenha ganho prevalência na acumulação entre 1940 e 1980, a geração de empregos no setor foi sempre menor do que a riqueza produzida. Do mesmo modo, conforme aponta Oliveira (2013), a grande acumulação capitalista produzida nesse período foi estruturada a partir da restrição salarial e do aumento da taxa de exploração do trabalho, tornada possível a partir de certa economia natural representada por laços comunitários ainda presentes numa população trabalhadora recém egressa do campo, que podem ser vistos nos mutirões para a construção de residências populares e pelo desenvolvimento de serviços a baixíssimos custos. Desse modo, como argumenta Cardoso (2010):

Em sua grande maioria oriunda do campo, ou tendo seus pais com origem ali, a população brasileira de baixa escolaridade foi atraída para as cidades com a promessa de melhoria de vida, promessa inscrita na utopia da proteção social. Mas encontrou empregos de péssima qualidade, mesmo quando formalmente estruturados (Cardoso, 2010, p. 261).

Isso não significou, contudo, a falência da dimensão utópica da ascensão social por meio do trabalho, que se manteve presente e organizou os horizontes de expectativa da classe trabalhadora brasileira durante o período desenvolvimentista, conforme argumentou Cardoso (2010). No entanto, por seu caráter restrito – jamais foi estendido para toda a população trabalhadora –, bem como pelos direitos associados a ele, o emprego formal estruturou aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) denominou “cidadania regulada”, isto é, um padrão de direitos sociais e do estatuto de cidadão disponível somente para os trabalhadores formalmente assalariados (vamos voltar a esse tema com mais vagar em outro momento do texto). Por se organizar a partir de jornadas de trabalho e remuneração mensal fixas, direito a férias e à previdência social, o emprego formal pode ser visto como o modelo mais protegido historicamente acessível aos setores da classe trabalhadora com menor nível de educação formal (os sujeitos com nível mais alto de educação formal, no Brasil desenvolvimentista, tinham acesso a postos

superiores no mercado de trabalho, em termos remuneratórios, de estabilidade e de reconhecimento social).

Também na sociedade brasileira houve uma expansão da relação salarial que inicialmente caracterizava a condição operária para outras funções, como descrito por Castel (1998) no modelo francês. Nessa perspectiva, os estudos sobre a classe média brasileira demonstram, a partir do próprio processo de industrialização, a expansão dos assalariados urbanos não ligados diretamente à produção (Quadros, 1985; Oliveira, 1987). Desse modo, há uma expansão nos postos de gerência, atividades de escritório, ocupações no comércio, serviços e sistema bancário, em sua maioria organizados a partir do paradigma do assalariamento. Portanto, podemos ver, com as peculiaridades próprias do desenvolvimento brasileiro, uma trajetória similar de consolidação da relação salarial a partir do trabalho operário industrial e a expansão desse modelo para outros setores da vida econômica, fazendo do assalariamento um paradigma de estabilidade no mercado de trabalho brasileiro.

Do ponto de vista temporal, apontamos como esse modelo de organização do trabalho passa por rotinas fixas – jornada de trabalho de 44 horas semanais (que foi conquistada a partir da Constituição de 1988), dias específicos para descanso (preferencialmente nos finais de semana) – e capacidade de planejamento da temporalidade em termos biográficos (férias, aposentadoria, remuneração estável para o trabalho desempenhado que permite o planejamento de gastos, bem como um grau maior de estabilidade na medida em que a ruptura do vínculo de trabalho é menos facilitada que nos modelos informais). O processo de reestruturação produtiva dos últimos trinta anos também teve fortes efeitos sobre o modelo de assalariamento formal: a partir da década de 1980, há uma queda expressiva no emprego industrial e um inchaço no setor de serviços (Pochmann, 2020), bem como sucessivos movimentos de flexibilização dos direitos sociais do trabalho. Krein, Abílio e Borsari (2021) apontam como, desde a década de 1990, há um processo de despadroneização da jornada de trabalho. A despadroneização seria:

[...] uma expressão da flexibilização do tempo de trabalho, em que múltiplos arranjos de jornadas vão sendo recompostos em diferentes segmentos econômicos, desfigurando uma ‘jornada padrão’ nas relações de empregos formais até então regulada, com a introdução de novas escalas e turnos e, especialmente, a redistribuição do tempo de acordo com as necessidades do empregador (Krein, Abílio, Borsari, 2021, p. 253).

Esse processo se traduziria em medidas legais, como a criação dos bancos de horas, os contratos parciais, a permissão do trabalho aos domingos e a ampliação das horas em turnos de revezamento. Desse modo, se a Constituição de 1988 buscou estabelecer uma jornada padrão, tem havido forte e contínua pressão dos setores empresariais para que essa seja despadronizada em prol de seus próprios interesses de acumulação. Essa tendência foi reafirmada com a Reforma Trabalhista de 2017, que introduziu novas regulamentações que aprofundam esse processo de flexibilização temporal. Krein, Abílio e Borsari (2021) citam, dentre outros, a possibilidade de compensação individual da jornada, a possibilidade de jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, o teletrabalho, a eliminação de tempos dedicados ao trabalho, mas não trabalhados e o contrato intermitente, num movimento “[...] que tende a ampliar a extensão do tempo à disposição sem pagamento dos chamados tempos mortos [...]” (Krein, Abílio, Borsari, 2021, p. 255), algo especialmente característico do modelo do trabalho uberizado ou por plataformas, conforme veremos adiante.

Do ponto de vista de uma estabilidade temporal de longo prazo – pensando em termos de carreira e a dimensão biográfica do tempo –, Krein *et al.* (2018) apontam como o mercado de trabalho formal no Brasil é historicamente marcado por um nível de flexibilidade mais alto do que em comparação com nações centrais do sistema capitalista, com as empresas tendo maior liberdade para romper o vínculo empregatício. De acordo com os autores, “[...] a alta rotatividade da mão-de-obra é uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro e não pode ser explicada por situações conjunturais” (Krein *et al.*, 2018, p. 103), atingindo mais fortemente os trabalhadores com baixa escolaridade. Na compreensão desses autores, a Reforma Trabalhista de 2017, ao institucionalizar formas de contratação atípicas e precárias e ao facilitar as demissões a partir dos acordos diretos, tende a agravar essa característica.

Desse modo, por suas características próprias e significação histórica, podemos afirmar que o emprego formal é um dos formatos de maior estabilidade de exploração capitalista do trabalho no Brasil (estando atrás do serviço público, que é menos acessível à grande massa da população trabalhadora nacional), ainda que jamais tenha alcançado os padrões observados nas sociedades salariais do centro do sistema capitalista. Esse mesmo modelo de relação salarial tem passado por transformações importantes nas últimas décadas, capitaneadas pela ação política e social das classes capitalistas e que se traduzem na flexibilização de suas antigas garantias e padrões de estabilidade temporal. Tais flexibilizações parecem ser, em alguma medida, fruto também da pressão do avanço

da informalidade e de novos modelos de organização do trabalho, como as terceirizações e o trabalho por plataformas, no assalariamento como antigo nicho de estabilidade. Nesse sentido, um dos interesses de nossa pesquisa é cotejar esse modelo de relação salarial com o do trabalho mediado por plataformas digitais, que, em nosso modo de ver, está na vanguarda desse processo de flexibilização e desestabilização da experiência, bem como do avanço da insegurança social.

O trabalho mediado por plataformas, por sua vez, representa uma tendência nova: esse modelo de recrutamento, organização e gestão do trabalho é exemplar em cenários econômicos marcados pela financeirização e sua conseqüente redução dos investimentos no setor industrial, uma vez que conjuga em si as formas de gerenciamento do trabalho baseadas nos avanços mais recentes das tecnologias de informação ao discurso de autolegitimação calcado no ideal do autoempresendedorismo e autonomia, algo especialmente poderoso em sociedades nas quais o desemprego e a inatividade tornaram-se destino comum para parte importante da população economicamente ativa. Aqui, demonstraremos, a partir de pesquisas recentes, como essa nova forma de trabalho parece implicar uma experiência temporal distinta para os trabalhadores.

Grohmann e Qiu (2020), em texto introdutório sobre o trabalho em plataformas, apresentam as principais características dessa nova forma de exploração capitalista da atividade laboral. De acordo com os autores, plataformas seriam infraestruturas digitais estruturadas por dados, organizadas por algoritmos e governadas por relações de propriedades, com normas e valores inscritas em seus desenhos, funcionando baseadas em dados, gestão algorítmica e vigilância, mas dependendo de várias formas de trabalho vivo para a extração do valor. Como o próprio termo indica, o trabalho por plataformas refere-se às formas de trabalho mediadas, organizadas e governadas por plataformas digitais. Seria próprio desse processo de plataformação a reconfiguração do trabalho a partir de uma crescente *taskificação* das atividades – isto é, a organização da atividade laboral a partir de tarefas –, modelo que leva a novas experiências de tempo e espaço, algo que iremos tratar com mais vagar no prosseguimento dessa discussão. A partir dessa definição inicial, os autores classificam três tipos de plataformas de trabalho: 1) plataformas que dependem de uma localização específica e transportam pessoas (por exemplo, a *Uber*) e coisas (p.e., o *iFood*); 2) plataformas de microtrabalho cujos trabalhadores treinam dados para a inteligência artificial (cujo grande expoente é o *Amazon Mechanical Turk*) ou exercem atividades de moderação comercial de conteúdo para empresas de mídias sociais; 3) plataformas de trabalho freelance.

Grohmann e Qiu (2020) chamam atenção também para o fato de que a plataformização não afeta a todos os trabalhadores da mesma forma, com a posição dos sujeitos dentro da estrutura social e ocupacional influenciando as maneiras pelas quais vivem esse processo. Nesse sentido, os autores apontam para a importância de uma contextualização geopolítica do trabalho em plataformas, de modo a compreender que os sentidos construídos nas sociedades da Europa e América do Norte não podem ser assumidos como padrão para sociedades como a brasileira, onde modelos de autoempreendedorismo precário são historicamente bastante presentes, tendo em vista que o horizonte do emprego formal jamais se tornou norma geral a toda população trabalhadora, mesmo no período desenvolvimentista. Desconsiderar a peculiaridades desses cenários levaria à universalização, equivocada, dos padrões do Norte para regiões na qual a precariedade sempre foi um fator constitutivo do mundo do trabalho – o chamado Sul Global. Desse modo, os autores apontam para o fato de o trabalho por plataformas se constituir em grande parte a partir dos legados da economia informal nessas regiões.

Abílio (2019, 2020, 2022) também dá atenção às diferenças nas formas pelas quais o trabalho por plataformas se insere em sociedades distintas centrais e periféricas do sistema capitalista. De acordo com a autora, globalmente as plataformas têm assumido o papel de “[...] promotoras da informalidade [...]” (Abílio, 2022, p. 133), levando a cabo a informalização de postos outrora formais e criando ocupações que já nascem informais. Essa informalidade, contudo, apresenta algum teor de novidade, uma vez que é conjugada com grande monopolização empresarial e com o fator tecnológico no gerenciamento do trabalho, de modo que observamos um cenário de controle centralizado “[...] sobre exércitos de centenas de milhares de trabalhadores informais concentrados e ao mesmo tempo dispersos” (Abílio, 2022, p. 133). Em sua inserção em sociedades como a brasileira, contudo, há maiores dificuldades para a definição do papel das plataformas, uma vez que estas apresentam novidades nas formas de gerenciamento do trabalho e, ao mesmo tempo, “[...] se frutificam na relação com elementos historicamente estruturantes do mercado de trabalho” (Abílio, 2022, p. 135). O caráter estruturalmente precário do mundo do trabalho no Brasil, marcado pelos altos índices de informalidade e por trajetórias profissionais múltiplas e fragmentadas faz com que, na visão da autora, certo teor de novidade na informalização observada nos países centrais não possa ser reproduzido acriticamente no contexto brasileiro. Desse modo, Abílio (2019, 2020, 2022) argumenta que situações associadas ao trabalho por plataformas – tais quais a

informalidade, a alta rotatividade e os trabalhos temporários – constituem elementos estruturantes das relações de trabalho de países como o Brasil, que seriam invisibilizadas em análises excessivamente focadas no peso das plataformas digitais e na aparente novidade que elas trariam. Desse modo, a autora (2019, p.10) propõe a tese de que o processo de uberização se caracterizaria pela apropriação produtiva, organizada e monopolística, por parte de empresas-aplicativos, dos modos de vida típicos do desenvolvimento periférico.

Desse modo, a perspectiva que organiza a tese de Abílio (2019, 2020, 2022) é a de compreender o processo de plataformização do trabalho – essa nova forma de gestão, organização e controle que se afirma como tendência global – dentro de um contexto histórico de décadas de flexibilização do trabalho e de execução das chamadas políticas econômicas neoliberais. As plataformas seriam ao mesmo tempo resultado e materialização de um novo estágio desse processo histórico, na medida em que levam ao extremo a lógica de organizar o trabalho geograficamente disperso (algo já presente nas cadeias produtivas globais). Assim, não seria o caso de negar a importância da economia digital para a reorganização do trabalho, mas sim de manter em vista que “[...] realiza uma atualização de elementos que estão em curso [...]” (Abílio, 2020, p.21). A organização pela dispersão própria do trabalho por plataformas se daria a partir de uma multidão de trabalhadores espalhados globalmente que, paradoxalmente, estão subordinados a uma mesma empresa<sup>5</sup>. No entendimento de Abílio (2019), as novas condições propiciadas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação permitiriam um mapeamento de todo o processo de trabalho a partir do processamento de dados em enorme escala, possibilitando um gerenciamento de múltiplas informações que caracterizariam um “[...] gerenciamento algorítmico do trabalho” (Abílio, 2019, p.2). A partir desse conceito, a autora defende a existência de uma relação de subordinação entre trabalhador e empresa, uma vez que é esta quem define o valor do serviço prestado pelo trabalhador (bem como a remuneração desse trabalhador por cada prestação de serviço) e quem detém pleno controle sobre a distribuição do trabalho e as regras que definem tal distribuição. Desse modo, Abílio (2019) vai propor a figura do trabalhador gerente de si subordinado, buscando caracterizar um processo no qual o gerenciamento do trabalho seria terceirizado para o próprio trabalhador que, contraditoriamente, segue subordinado

---

<sup>5</sup> Autores como Moraes, Oliveira e Accorsi (2019) também têm apontado para essa tendência de organização a partir da dispersão da força de trabalho realizada pelas plataformas.

à empresa, com a apropriação, por parte desta, de "suas estratégias de sobrevivência, sua administração do próprio tempo e seu conhecimento [...] como fatores da execução de seu trabalho e de sua produtividade" (Abílio, 2019, p.5).

De modo a sustentar sua argumentação, Abílio (2019) apresenta os resultados de uma pesquisa empírica que vem sendo realizada pela autora com motofretistas desde 2014, indicando importantes mudanças na organização do trabalho, alterações no perfil do trabalhador e rebaixamento do valor da remuneração. A menor remuneração – ocasionada pela situação de concorrência entre uma multidão de trabalhadores e entre diferentes aplicativos entre si – torna cada vez mais difícil para os motofretistas manterem seus rendimentos, situação que leva a uma *extensão do tempo de trabalho desses sujeitos* (conforme indicaremos adiante, outros autores também associaram as jornadas extensas à vulnerabilidade econômica dos trabalhadores). A autora observa também a tendência de emergência do que ela classifica como trabalho amador, que perderia a forma publicamente estabelecida do trabalho, não contando com estatuto profissional definível, mas que ainda pode ser fonte de rendimentos. A facilidade de acesso ao trabalho por plataformas, que depende em grande medida da simples adesão ao aplicativo, propiciaria essa relação amadora. No caso dos motofretistas, a autora observou a presença crescente nessa população específica de trabalhadores desempregados ou em ocupações precárias, fenômeno próprio da desestruturação do mundo do trabalho pela crise econômica e por políticas de liberalização. Assim, Abílio argumenta que nesse contexto a própria vulnerabilidade social da população trabalhadora seria apropriada pelas empresas de forma organizada e produtiva, transformando os sujeitos em trabalhadores *just-in-time*, à disposição da empresa sempre que necessário. A plataformização seria um processo, até então bem-sucedido, de transformação do trabalhador em sujeito disponível ao trabalho sempre que necessário, remunerado por tarefa, desprovido de direitos e que precisa se responsabilizar pelos custos e riscos de sua atividade. Em sua novidade, esse processo atualizaria características constitutivas de mercados de trabalho de países da periferia do capitalismo, historicamente invisibilizadas e vistas como desimportantes para as formas paradigmáticas de exploração da força de trabalho nas nações centrais desse sistema socioeconômico.

O caráter algo amador do trabalho por plataformas também pode ser visto nos resultados da pesquisa de Moraes, Oliveira e Accorsi (2019), que buscou analisar a percepção de motoristas de aplicativo sobre seu próprio trabalho em São Paulo. Os autores aplicaram um questionário estruturado ao redor de temas como o desemprego, o

caráter provisório ou definitivo do trabalho de motorista, a necessidade ou não de regulamentação, os ideais do empreendedorismo e sua relação com o trabalho realizado, a percepção sobre a remuneração, as relações de trabalho, os custos e riscos pelos quais o trabalhador se responsabiliza, entre outros. As respostas ao questionário aplicado indicam que os motoristas participantes, ao mesmo tempo em que celebram o ideal empreendedor e os avanços tecnológicos que se materializam no modelo de plataforma, criticam os abatimentos que ceifam seus rendimentos e que lhes parecem, muitas vezes, incompreensíveis, e percebem seu próprio trabalho de motorista como transitório, que será abandonado quando surgir a oportunidade de um emprego formal. Os autores consideram que o motorista das empresas-aplicativos seria, tipicamente, um trabalhador desempregado que segue em busca de um trabalho formal, que considera o desconto realizado sobre suas corridas extremamente alto (25% no caso da *Uber*) e que julga que os custos de manutenção do veículo deveriam ser pagos pela empresa. Esse sujeito típico tem no ofício de motorista a sua única fonte de rendimentos, com esse trabalho, portanto, não se enquadrando como uma atividade de complementação de renda. Os autores apontam ainda que o grau de escolarização relativamente alto para os padrões da sociedade brasileira indica uma tendência de expansão de formas de precarização do trabalho – isto é, de formas de trabalho instáveis, com alto grau de imprevisibilidade e considerável risco para o trabalhador – para grupos sociais que tradicionalmente estavam protegidos. Chamamos atenção que essa última afirmação dialoga com o argumento de Abílio (2019, 2020), para quem o trabalho por plataformas indicaria uma tendência de expansão de formas de exploração próprias da periferia do sistema capitalista, marcadas pela precariedade, para o centro da acumulação contemporânea. A pesquisa dos autores nos indica também a perspectiva transitória que os sujeitos atribuem a esse tipo de trabalho, visto como algo passageiro que será abandonado no caso de uma oportunidade de assalariamento formal, algo que dialoga com a construção teórica da aceleração social como um processo que teria como uma de suas marcas, no campo profissional, percursos profissionais fragmentados, instáveis e com diversas idas e vindas entre formalidade e informalidade.

Pesquisas recentes que têm analisado o trabalho por plataformas indicam a tendência de realização de longas jornadas de trabalho e de uma disponibilidade total do tempo dos trabalhadores pela plataforma que se concretizam a partir das necessidades de geração de renda por parte dos próprios trabalhadores (Abílio, 2019; 2020; Antunes, Filgueiras, 2020; Moda, 2020), com essa modalidade de trabalho atualizando antigas

formas de exploração capitalista da força de trabalho (Moda, 2020; Abílio, 2019; 2020). Do ponto de vista da experiência temporal cotidiana, autores têm demonstrado a tendência de realização de longas jornadas de trabalho e de dissolução da barreira que separava o tempo de vida no trabalho do tempo de vida fora do trabalho. Haveria, por trás dessa determinada experiência, um determinado padrão sociocultural de compreensão do tempo que estaria inscrita nas próprias plataformas, conforme propõe Wacjman (2019), mas, especialmente, a própria vulnerabilidade econômica dos sujeitos que acabam por ter de se manter à disposição *full-time* das empresas-plataformas, como atestam Antunes e Filgueiras (2020), Abílio (2019; 2020) e Moda (2020).

Judy Wacjman (2019) argumenta que as tecnologias e plataformas desenvolvidas no Vale do Silício carregariam em si mesmas um determinado ideal de temporalidade, marcado pelo imperativo da aceleração e pela compreensão do tempo como um recurso individual quantificável e manipulável em prol dos anseios e necessidades do próprio indivíduo. A autora realizou uma pesquisa empírica com desenvolvedores de calendários digitais dessa região acerca de sua relação com o tempo, demonstrando como o cotidiano desses trabalhadores muito bem remunerados e socialmente reconhecidos é marcado por longas horas de extrema devoção ao trabalho, pela gestão do tempo a partir de metas a serem atingidas e pelo imperativo moral de utilizar o tempo da forma mais produtiva possível. Desse modo, no entendimento da pesquisadora, as tecnologias produzidas ali, por carregarem as marcas dos sujeitos e da sociedade que as gerou, teriam inscritas em si mesmas esse determinado ideal do tempo como um *commodity*, o que obscureceria a própria dimensão política da experiência temporal (quem tem direito ao tempo nesses moldes e o quanto de trabalho invisibilizado é necessário para que alguns vivam a experiência nesses moldes, questiona a autora). A partir dos achados de Wacjman (2019), podemos pensar como a estrutura das plataformas, organizada a partir de tarefas e metas – no que tem sido chamado de taskificação (Grohmann, Qiu, 2020) –, carregaria em si mesma esse ideal sociocultural do tempo a partir de sua manipulação racional e do imperativo da aceleração, estando, como temos frisado, na vanguarda do processo de aceleração enquanto fenômeno social<sup>6</sup>. Contudo, no caso do trabalho por plataformas, há

---

<sup>6</sup> Remetemos aqui para a matéria jornalística de Scheiber (2017), publicada no *New York Times*, que revela que a empresa *Uber* empregou centenas de cientistas sociais e cientistas de dados para o desenvolvimento de técnicas de incentivos psicológicos para influenciar o tempo de engajamento dos motoristas no trabalho. De acordo com o texto, a empresa tem implementado técnicas presentes em vídeo games e outras plataformas (como serviços de *streaming*) para levar os motoristas a trabalharem mais tempo e, muitas vezes, em horários e locações que são menos lucrativas para si mesmos. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2017/04/02/technology/uber-drivers-psychological-tricks.html>

evidências claras de que esses determinados padrões de temporalidade se concretizam a partir, também, de condições de precariedade e vulnerabilidade socioeconômica.

Antunes e Filgueiras (2020) apontam, a partir de pesquisa com ciclistas entregadores de comida por plataformas, que esses trabalhadores são, na prática, obrigados a longas jornadas devido à baixa remuneração e à responsabilidade de manutenção de seus próprios instrumentos de trabalho. Desse modo, os trabalhadores, por necessidade econômica, acabariam por moldar sua vida à demanda por seus serviços, colocando-se à disposição por todo o tempo, tendo de arcar, também, com os momentos em que não podem ou não querem trabalhar por questões de saúde ou descanso. Assim, na compreensão dos autores, a plataformização teria como marca um grau maior de exploração do trabalho e a ruína do que restava da separação entre tempo de vida dentro e fora do trabalho. Esse achado é aproximado do feito por Felipe Moda (2020), que explorou mais a fundo as estratégias gerenciais das plataformas a partir do caso específico da Uber. O autor parte da premissa de que, apesar da condição de autônomos dos motoristas e da flexibilidade existente no serviço, haveria uma relação de subordinação clara entre trabalhadores e empresa, com esta última realizando um gerenciamento do trabalho a partir de mecanismos que excluem o contato direto entre gerente e trabalhador. A pesquisa foi realizada a partir de 22 entrevistas semiestruturadas com motoristas e ex-motoristas do serviço e detectou quatro formas de gestão do trabalho pela Uber. São elas: (a) gestão da intensidade e duração do trabalho, realizada pelo modo de assalariamento; (b) gestão ideológica sobre a condição do trabalho, feita a partir de uma aparente relação de parceria entre empresa e trabalhador; (c) gestão do local de realização do trabalho, efetuada por meio do gerenciamento algorítmico que coordena a movimentação da força de trabalho pelas ruas da cidade, fazendo com que o trabalho seja realizado nos horários e locais de interesse da empresa; (d) gestão de como o trabalho é realizado, que se daria a partir da avaliação realizada por uma multidão de usuários que garantiria a qualidade do serviço e serviria como controle do comportamento dos motoristas.

Desse modo, observamos no trabalho por plataformas um modelo mais instável, desprotegido e acelerado de exploração laboral, na qual a remuneração dos trabalhadores depende diretamente das tarefas executadas, o que os predispõe a extensas jornadas. Tal formato tem relação com antigos modelos de informalidade próprios dos mercados de trabalho da periferia do sistema capitalista. Em comparação com o emprego formal, o

---

trabalho mediado por plataformas parece predispor os trabalhadores a um tempo menos organizado nas dimensões cotidiana – não há jornadas de trabalho fixas, com o gerenciamento dos horários sendo feito pelos trabalhadores a partir de suas necessidades de renda – e biográfica – não há férias, licença-saúde ou remuneração estável que permitem um maior planejamento em longo prazo. Desse modo, para voltarmos à categoria de estabilidade proposta no início deste tópico, é possível dizer inicialmente que o trabalho por plataformas é muito mais instável que os padrões históricos estabelecidos pelo emprego formal no Brasil, ainda que, conforme observado por diversos autores, também esteja em curso um processo de desestabilização desse tipo de relação salarial.

#### 1.4. PROBLEMA DE PESQUISA

Nos tópicos anteriores, argumentamos acerca da natureza social do tempo e sua experiência, associamos essa categoria às transformações no mundo do trabalho e apresentamos duas formas distintas de organização de trabalho que serão investigadas na pesquisa. Com base nisso, lançamos a seguinte questão: como duas formas de trabalho urbano, diferenciadas a partir de sua estabilidade, formatam a experiência temporal de jovens adultos em suas diferentes dimensões, quais sejam a temporalidade cotidiana, a temporalidade biográfica (a partir do passado e para o futuro) e a temporalidade geracional?

A partir dessa pergunta, o objetivo geral da pesquisa foi: elaborar uma interpretação sociológica das experiências temporais de jovens adultos trabalhadores inseridos nos modelos de assalariamento formal e trabalho mediado por plataformas, atentando para as diferenças e aproximações dessas experiências a partir da estabilidade do modelo de trabalho desempenhado.

Os objetivos específicos decorrentes são: 1) compreender como o assalariamento formal e o trabalho mediado por plataformas formatam as experiências temporais cotidiana de jovens adultos trabalhadores; 2) compreender como as transformações recentes da sociedade brasileira têm impactado nas experiências temporais biográficas de jovens adultos trabalhadores inseridos nos modelos de assalariamento formal e trabalho mediado por plataformas; 3) compreender como a visão do futuro revela os principais riscos sociais percebidos e horizontes de expectativa vislumbrados por jovens adultos trabalhadores inseridos no modelo de assalariamento formal e trabalho mediado por plataformas, compreendendo também como esses riscos e horizontes conformam a experiência do tempo presente; 4) compreender como as dimensões cotidiana e biográfica

das experiências temporais de jovens adultos inseridos nos modelos de assalariamento formal e trabalho mediado por plataformas revelam determinada experiência temporal geracional.

### 1.5. JUSTIFICATIVA E HIPÓTESE

Conforme podemos ver acima, o problema e os objetivos desta pesquisa são bastante empíricos, ainda que mobilizem uma categoria de alto nível de abstração: a experiência do tempo. Nesse sentido, vemos como há duas categorias de trabalhadores estabelecidas com clareza e distinguidas a partir da estabilidade, o que pressupõe que exista uma diferença nas experiências de tempo de ambas devido às formas de trabalho nas quais estão inseridas. A questão seria, então: qual a importância dessa comparação, além de conhecer suas diferenças?

Já apontamos previamente como o teor fáctico da experiência do tempo – que é vivida quase como uma segunda natureza pelos sujeitos, ainda que seja um fenômeno eminentemente social – faz com que essa possa servir como uma das chaves para compreender a relação entre a orientação dos projetos e ações individuais e o ordenamento social no qual os sujeitos estão inseridos. Desse modo, uma categoria transversal como o tempo nos permite colocar em relação a experiência mais imediata dos trabalhadores – a vida em suas rotinas cotidianas e as formas pelas quais o dia-a-dia é organizado em torno do trabalho – com uma perspectiva mais longitudinal: o passado que trouxe o sujeito até o momento presente, o futuro que pode ser antevisto a partir dessa experiência atual. Desse modo, é possível relacionar a organização do trabalho em sua dimensão presente com as transformações sociais que impactaram as trajetórias pessoais e, por fim, com o campo de possibilidades a partir do qual é possível imaginar e projetar o futuro.

As pesquisas que conhecemos até o momento, especialmente no caso dos trabalhadores por plataformas, tendem a ter maior enfoque na realidade cotidiana dos sujeitos a partir de questões e categorias teóricas distintas, dando menor atenção a essa dimensão biográfica que passa por uma visão longitudinal<sup>7</sup>. Desse modo, como contribuição discutimos a relação entre o impacto que duas formas de trabalho, de

---

<sup>7</sup> Como exceção, apontamos o texto de Abílio (2022), que apresenta as trajetórias de diferentes trabalhadores por plataformas, remetendo, portanto, a uma dimensão biográfica. Contudo, o estudo da autora não tratou de uma perspectiva futura dessa dimensão, uma vez que esta não estava entre as questões que mobilizavam a pesquisa.

diferentes níveis de estabilidade, exercem sobre a experiência cotidiana dos sujeitos e a forma pelas quais a vida é experienciada em sua perspectiva longitudinal. Isto é, como o presente estruturado em torno de formas específicas de trabalho se relaciona com o passado, que, a partir de trajetórias pessoais em meio a determinados processos sociais que então ocorriam, fez com que os sujeitos chegassem aonde estão, e com o futuro que eles podem vislumbrar e planejar a partir do campo de possibilidades do presente.

O fato de explorarmos essa questão a partir de duas categorias distintas de trabalhadores pressupõe que, em nosso modo de ver, entre elas existirão diferenças na experiência temporal. Desse modo, a diferenciação a partir da estabilidade propiciada por elas se justifica pela tendência de desestabilização geral das formas de trabalho na contemporaneidade. Conforme argumentado anteriormente, o assalariamento formal, ainda que no contexto brasileiro seja marcado por baixas remunerações, menor difusão e maior rotatividade quando em comparação com o paradigma dos países centrais, representa historicamente uma das formas de estabilização da experiência de vida das classes trabalhadoras nacionais, constituindo parte estruturante dos horizontes de expectativa dessas no último século. O trabalho mediado por plataformas, por sua vez, devido às suas inovações gerenciais realizadas a partir da atualização de formas de vida marcadas pela instabilidade próprias da classe trabalhadora da periferia do capitalismo e à sua expansão como tendência geral no mundo do trabalho, é visto por nós como vanguarda do processo de aceleração social nesta esfera social<sup>8</sup>.

Desse modo, argumentamos que o modelo mediado por plataformas é a forma mais avançada, do ponto de vista da exploração capitalista, de uma tendência geral de desestabilização que vem atingindo a todas as formas de trabalho a partir das transformações econômicas e sociais das últimas quatro décadas. A partir dessa compreensão, supomos que, mesmo que a maior estabilidade ainda fornecida pelo assalariamento formal permitirá aos trabalhadores assalariados uma organização mais sólida de projetos, bem como revelará trajetórias profissionais mais estáveis, veremos uma tendência também de desorganização da experiência temporal desse grupo, que será dominante na categoria dos trabalhadores por plataformas. Assim, em nossa hipótese, encontraremos momentos diferentes de uma mesma tendência: um grupo estará em processo de desestabilização, o outro já exerce uma forma extremamente instável por

---

<sup>8</sup> Propusemos este argumento, primeiramente, em texto apresentado durante o período de elaboração do projeto que estruturou a realização desta pesquisa. Remetemos para Cremonini (2021a).

definição, que revela, a partir de suas características, a orientação geral das transformações recentes no mundo do trabalho.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir do problema de pesquisa, desenvolvemos uma pesquisa empírica qualitativa com duas categorias distintas de trabalhadores: assalariados formais do setor administrativo e ciclo-entregadores por aplicativos. O primeiro grupo representa o modelo historicamente mais estável e protegido para a grande massa da classe trabalhadora brasileira desde o período desenvolvimentista. O segundo grupo é representativo das novas formas de exploração do trabalho a partir do desenvolvimento tecnológico e da atualização de antigos modelos informais e precários. A coleta de dados foi realizada com o instrumento da entrevista em profundidade, organizada a partir dos seguintes temas: modelo de trabalho, experiência temporal cotidiana, histórico profissional e de vida e projetos de futuro. As entrevistas foram transcritas e analisadas pelo próprio pesquisador.

Participaram da pesquisa 18 trabalhadores das duas categorias. A opção pelos trabalhadores administrativos no grupo dos formalmente assalariados se deu pela grande representatividade desse setor na criação de empregos formais no Brasil. De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, as duas ocupações formais mais comuns no Brasil são assistente administrativo e auxiliar de escritório, atualmente com 2,1 milhões e 1,9 milhão de empregos, respectivamente (Barbosa, 2022). Inicialmente, buscou-se esses trabalhadores a partir do contato com grandes empresas localizadas em Porto Alegre: operadoras de planos de saúde, administradoras de shopping centers, operadoras telefônicas e imobiliárias. A resposta das empresas não foi colaborativa e não conseguimos acesso aos trabalhadores por essa via. Num segundo momento, começamos a acionar contatos próprios de pessoas inseridas ou com conhecidos inseridos em diferentes empresas – amigos, professores, conhecidos e colegas de trabalho. A partir desses contatos, chegamos aos assalariados formais entrevistados na pesquisa. Para o contato com esses sujeitos, foi garantida a confidencialidade dos dados, a proteção dos nomes próprios e das empresas citadas.

Como recorte etário, optamos por sujeitos nascidos entre 1986 e 1999 e que, portanto, em 2023 teriam entre 23 e 37 anos. Tal recorte pode parecer um pouco alongado para uma interpretação geracional de jovens adultos. Contudo, os participantes têm em comum o nascimento nas décadas em que se deram, no Brasil, de modo mais claro e definitivo, as transformações econômicas e sociais que, segundo o referencial teórico que viemos mobilizando, representam um movimento de aceleração e desestabilização da

experiência temporal em suas diferentes dimensões. Desse modo, todos eles são nascidos após o final da Ditadura Militar e início da Nova República e antes da virada para o século XXI. Por ter vivido a infância entre as décadas de 1990 e 2000, os sujeitos também experimentaram um acesso muito maior quando comparado à geração de seus pais, à educação formal (e os dados da pesquisa demonstram isso, conforme será exposto mais à frente). Lembremos que a década de 1990 foi de grande ampliação do acesso ao ensino fundamental, que chegou quase a níveis de universalização, enquanto a segunda metade da década de 2000 é marcada pelo desenvolvimento e ampliação de políticas públicas que buscam propiciar o ingresso de jovens de classe trabalhadora no ensino superior – que ainda hoje é bastante restrito em termos da grande massa da população trabalhadora brasileira, mas que passou a ser visto como uma possibilidade anteriormente não existente. Ao mesmo tempo, sua inserção no mundo do trabalho se dá em momento de grande desorganização, com o mercado sendo marcado por altos índices de desemprego, diminuição do trabalho formal e aumento da informalidade, implantação de novas estratégias de gestão da força de trabalho baseados em novas tecnologias, bem como o surgimento de novas formas de trabalho, como o trabalho mediado por aplicativos.

Foram entrevistados sete assalariados formais administrativos: quatro mulheres e três homens. Desse grupo, foram cinco participantes com mais de 30 anos e dois com menos. Desses sete, seis realizavam trabalhos de nível médio; uma realizava um trabalho administrativo de nível superior. Dos sete trabalhadores, uma tem remuneração menor do que R\$2.000,00; três, entre R\$2.000,00 e R\$2.500,00; dois entre R\$3.000,00 e R\$3.500,00; uma tem uma remuneração acima de R\$8.000,00. Todos os entrevistados do grupo têm ensino superior completo ou em andamento. Na próxima página, o quadro 1 apresenta as informações básicas desse grupo.

As entrevistas com os assalariados formais foram todas bastante longas, levando mais de uma hora e, em um caso específico, mais de duas horas e meia. Três entrevistas foram realizadas à distância; quatro entrevistas foram realizadas presencialmente, em cafés e estabelecimentos escolhidos pelos entrevistados. A decisão de encerrar com sete entrevistas se deu devido à grande quantidade de material disponível para análise e a possibilidade de observar padrões específicos nas entrevistas colhidas.

**Quadro 1:** Informações gerais dos assalariados formais

Entrevistado	Gênero	Idade	Raça/cor	Educação	Empresa (ramo)	Função	Remuneração
1	M	29	Branco	Mestrado	Energia elétrica	Assistente administrativo	R\$3.000,00
2	F	33	Branca	Superior completo	Saúde	Assistente administrativo	R\$1.912,00
3	F	36	Branca	Superior completo	Assistência social	Assistente administrativo	R\$3.500,00
4	F	35	Negra	Superior completo	Hospital privado	Enfermeira auditora	R\$8.212,00
5	F	30	Branca	Superior incompleto	Contabilidade	Auxiliar contábil	R\$2.400,00
6	M	28	Negro	Superior incompleto	Advocacia	Assistente administrativo	R\$2.000,00
7	M	30	Branco	Superior incompleto	Advocacia	Auxiliar financeiro	R\$2.100,00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos assalariados formais.

No grupo dos entregadores por aplicativo, inicialmente pensamos em entrevistar moto-entregadores, uma vez que dados anteriores indicavam que os trabalhadores com bicicleta seriam muito mais jovens<sup>9</sup>. Contudo, num primeiro momento tivemos grandes dificuldades para acessar os entregadores de moto. Após alguns encontros com ciclo-entregadores, observamos vários sujeitos que se enquadravam na geração que foi estabelecida para a pesquisa. Por indicação desses trabalhadores, começamos a ir periodicamente na base dos ciclo-entregadores do *iFood*, um espaço localizado no centro de Porto Alegre. Esse local se assemelha a uma grande garagem, com piso frio, no qual há uma grande quantidade de bicicletas que são alugadas pelos trabalhadores, um espaço com televisão, micro-ondas e cafeteira e algumas mesas e uma área ao ar-livre nos fundos. Os entregadores em geral ficam descansando no chão, comem marmitas ou macarrão instantâneo de copo, tomam café e fumam. Nesse local, apresentávamos a proposta da pesquisa e convidávamos os sujeitos para participarem; garantíamos também a confidencialidade dos dados e proteção dos nomes.

As entrevistas com os entregadores tiveram uma particularidade importante, explicada pelas próprias questões que a pesquisa se propôs a investigar: foram quase todas mais curtas do que a dos assalariados formais. Inicialmente, vários dos ciclo-entregadores

<sup>9</sup> A esse respeito, ver dados de Aliança Bike (2019) e Abílio (2019).

falaram que não tinham o tempo disponível para uma entrevista mais longa (era apresentada a proposta de uma conversa que durasse em torno de uma hora). Após essas várias negativas, passamos a abordar os trabalhadores a explicar que a entrevista duraria o tempo que eles tivessem disponíveis. A partir desse momento, conseguimos entrevistar os ciclo-entregadores, ainda que algumas dessas entrevistas tenham sido interrompidas por pedidos de entrega. Em alguns casos, conseguimos algumas entrevistas mais longas e aprofundadas. Pelo fato de terem sido mais curtas, realizamos um número maior de entrevistas com esse grupo.

Foram 11 ciclo-entregadores entrevistados. Desses, quatro têm mais de 30 anos; três têm entre 25 e 29; e quatro têm abaixo de 25 anos. Foram entrevistados duas mulheres e nove homens. Todos trabalham prioritariamente com o aplicativo *iFood* e a grande maioria trabalha também com outros aplicativos (*Rappi* e *Uber Eats*). As remunerações alegadas foram variáveis e um pouco confusas para organizá-las: por vezes, trabalhadores que desempenhavam menos horas alegavam receber valores mais altos do que aqueles que faziam jornadas mais extensas. Dos 11 entrevistados do grupo, uma tem Ensino Superior completo; quatro, Ensino Superior incompleto; três completaram Ensino Médio e realizaram cursos técnico-profissionalizantes; um completou o Ensino Médio; e dois completaram o Ensino Fundamental. Segue abaixo o quadro com as informações básicas dos ciclo-entregadores por aplicativo.

**Quadro 2:** Informações gerais do ciclo-entregadores por aplicativo

Entrevistado	Gênero	Idade	Raça/cor	Educação	Remuneração alegada
1	M	36	Branco	Ensino Superior incompleto	R\$3.000,00 a R\$4.000,00
2	F	33	Branca	Ensino Superior completo	Em torno de R\$3.000,00
3	M	25	Branco	Curso Técnico	Não estima ao certo.
4	M	32	Negro	Ensino Superior incompleto	Em torno de R\$3.200,00
5	M	24	Branco	Ensino Fundamental	Em torno de R\$2.500,00
6	F	29	Branca	Curso Técnico	Entre R\$2.000 e R\$3.000 (meta: R\$100 por dia)
7	M	34	Negro	Ensino Superior incompleto	R\$3.000,00
8	M	23	Negro	Ensino Superior incompleto	R\$2.000,00 a R\$3.000,00
9	M	25	Negro	Ensino Fundamental	Em torno de R\$3.500,00
10	M	23	Negro	Ensino Técnico	Não sabe ao certo.
11	M	23	Branco	Ensino Médio	Cerca de R\$2.600,00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados dos entregadores.

Desse modo, podemos ver como no grupo dos entregadores há a presença de sujeitos mais jovens do que no grupo dos assalariados formais: enquanto neste último todos têm mais de 28 anos, nos entregadores há seis com 25 anos ou menos. Proporcionalmente, o grupo dos assalariados formais é composto por mais pessoas brancas (há dois negros entre sete, em comparação com cinco entre 11 no caso dos entregadores). Do ponto de vista educacional, os assalariados formais estudaram mais tempo: todos ingressaram ou concluíram o ensino superior, enquanto nos entregadores temos cinco que não atingiram esse nível de ensino. A exposição das diferenças entre os grupos serve, somente, para fins comparativos dentro da própria pesquisa e da análise que seguirá, não tendo qualquer valor do ponto de vista amostral das populações de assalariados formais administrativos ou entregadores por aplicativos, uma vez que essa investigação não tem uma orientação quantitativa e nem foi pensada nesses termos.

Tendo sido feita a caracterização dos dois grupos entrevistados, vamos ao instrumento que foi utilizado para a coleta de dados: a entrevista em profundidade organizada a partir dos temas da pesquisa. Apesar dessa organização inicial a partir dos tópicos a serem desenvolvidos, as entrevistas tiveram estrutura aberta, se realizando a partir da relação estabelecida entre entrevistado e entrevistador. Os principais eixos organizadores da entrevista foram: (1) modelo de trabalho e experiência temporal cotidiana; (2) trajetória de vida e profissional; (3) projetos de futuro e horizontes de expectativa. Em apêndice a esta tese, expomos o roteiro básico para a condução das entrevistas. Conforme explicado anteriormente, as entrevistas tiveram durações variáveis, com as realizadas com os assalariados formais sendo mais longas e mais aprofundadas devido à sua maior disponibilidade de tempo. Todas as entrevistas foram transcritas analisadas pelo pesquisador.

A análise do material empírico foi realizada primeiro individualmente para cada entrevista a partir de cada uma das dimensões da experiência temporal que propomos no início da pesquisa: dimensão cotidiana, dimensão biográfica (dividida entre passado e futuro) e dimensão geracional. Assim, o plano de análise foi o seguinte: (1) análise individual de cada entrevista; (2) análise de cada categoria de trabalhadores a partir das entrevistas analisadas previamente; (3) análise das aproximações e diferenças entre as duas categorias; (4) análise geracional a partir dos movimentos anteriores.

A análise individual das entrevistas foi organizada a partir das diferentes dimensões da experiência temporal e teve com inspiração a proposta de Rosenthal (2014)

para análise da experiência passada narrada em entrevistas autobiográficas. A análise da dimensão cotidiana da experiência temporal se deu a partir dos seguintes passos: (1) análise objetiva da temporalidade cotidiana do sujeito; (2) análise da dimensão subjetiva da experiência temporal cotidiana; (3) análise de indicadores físicos e psíquicos que permitam a reconstrução fidedigna da experiência cotidiana.

No primeiro passo, os dados que indicam a rotina dos sujeitos em sua experiência cotidiana foram abstraídos das autointerpretações realizadas por eles em sua fala, buscando reconstruir essa rotina em sua temporalidade objetiva e sequencial a partir da construção de um dia típico em sua vida. Esse movimento foi mais fácil nos assalariados formais; os entregadores apresentavam menor exatidão em seus relatos de temporalidade cotidiana e alguns referiam não ter rotinas ou dias típicos. O segundo passo foi a análise da dimensão subjetiva da experiência temporal cotidiana, na qual buscamos justamente as autointerpretações relegadas no momento anterior, bem como os sentimentos e afetos que se revelam na fala sobre essa rotina cotidiana. A partir desse movimento, construímos hipóteses sobre como essa experiência temporal é vivida pelos sujeitos, aproximando dados objetivos da dimensão subjetiva. No passo final, buscamos indicadores físicos e psíquicos que reforcem ou permitam rever as hipóteses lançadas anteriormente (por exemplo, o trabalhador que refere que não tem problemas com sua rotina, mas relata crises de ansiedade corriqueiras e ter trancado o curso universitário por estar muito cansado).

A segunda dimensão temporal analisada individualmente nas entrevistas foi a biográfica, com divisão entre narração do passado profissional e familiar e projetos e horizontes de futuro. Pensamos, inicialmente, em analisar a narração do passado a partir do modelo proposto por Rosenthal (2014). Essa autora apresentou uma proposta analítica, baseada na teoria fenomenológica, para a apreensão do passado vivido a partir da narração realizada posteriormente. Essa proposta de análise se organiza a partir de três passos: (1) análise sequencial dos dados objetivos ou biográficos; (2) análise dos campos temáticos e apresentação da história de vida a partir dos campos temáticos; (3) reconstrução da história de vida vivenciada. Contudo, uma vez que a maior parte das entrevistas dos entregadores não permitiu esse nível de aprofundamento, optamos por um modelo um pouco mais simples e adequado a dados mais rápidos. Desse modo, realizamos uma análise sequencial objetiva, com enumeração das diferentes experiências de trabalho em sua ordem temporal e condição de trabalho dos pais (essa última não foi possível em todos os casos); posteriormente, analisamos as interpretações que os trabalhadores deram para

essas experiências; por fim, associamos os acontecimentos da vida familiar e profissional dos sujeitos aos processos históricos e sociais em curso no período.

Os projetos e horizontes de futuro, por sua vez, foram analisados a partir das categorias de futuros não desejados e os futuros imaginados e projetados. No caso dos futuros não-desejados, buscamos compreender os riscos sociais que são revelados pelos temores dos trabalhadores entrevistados. A partir da leitura desses cenários negativos hipotéticos foram traçadas categorias de análise pelas quais eles poderiam ser parcialmente classificados (exemplo: insegurança econômica, vida inteiramente dedicada ao trabalho, dentre outros). Os projetos e imaginários de futuro, por sua vez, foram analisados da seguinte forma: inicialmente, detectávamos o desejo de futuro que era revelado pela fala do entrevistado (exemplo: melhorar sua vida econômica), então verificávamos o que o sujeito propunha como projeto para alcançar esse desejo (exemplo: investir no mercado financeiro); por fim, buscamos compreender o nível de concretude desses projetos, avaliando sua organização lógica e temporal. Assim, observamos tanto projetos bem-organizados de futuro (ainda que não necessariamente facilmente concretizáveis) como imagens de futuro que não eram capazes de estruturar projetos organizados.

A partir das análises realizadas de todas as entrevistas individualmente foram buscados padrões próprios dentro de cada categoria de trabalhadores em cada dimensão temporal. Posteriormente, colocamos os dois grupos em diálogo, buscando aproximações e diferenças nas dimensões de análise.

O último passo foi, a partir da aproximação dos dois grupos, traçar uma interpretação da experiência geracional dos trabalhadores. Assim, buscamos experiências, projetos e temores em comum que caracterizam os sujeitos de ambos os grupos, bem como explicar as diferenças que surgiram entre os dois grupos e internamente a cada um, expondo as diferentes respostas encontradas pelos indivíduos aos dilemas vividos no tempo histórico que compartilham.

Para finalizar o relato dos procedimentos metodológicos, vamos apresentar brevemente os 18 participantes da pesquisa, com seus horários e rotinas de tempo cotidiano, sua trajetória de trabalho e estudos e seus projetos de futuro. Nesse tópico, não será realizado um movimento de análise, que se dará nos capítulos seguintes. Devido à garantia de confidencialidade, os trabalhadores serão identificados nesta pesquisa a partir do grupo em que estão inseridos (assalariados formais ou entregadores por aplicativos) associado a um código número (nº. 1, nº. 2 etc.). Também por motivos de garantia de

confidencialidade, algumas informações mais sensíveis ou que permitissem identificação dos sujeitos foram ocultadas.

## 2.1. ASSALARIADOS FORMAIS

Serão apresentados individualmente os sete assalariados formais que fizeram parte desta pesquisa.

### 2.1.1. Assalariado Formal nº. 1

Homem de 29 anos, branco, trabalha como assistente administrativo em empresa do ramo de energia num município com cerca de 120 mil habitantes no interior do Rio Grande do Sul (RS). Vive na mesma cidade com os pais, irmã e avô. Entrevista realizada em um café em bairro de classe média de Porto Alegre. Sua remuneração mensal é de R\$3.000,00, com R\$1.500,00 sendo declarados na carteira de trabalho e R\$1.500,00 sendo pagos em espécie, “por fora”. Jornada de 44 horas semanais de trabalho: entrada às 7h30 e saída às 17h30, com uma hora e meia de intervalo para almoço (12h até 13h30). Trabalho consiste em abrir as faturas de energia das empresas clientes, colocar em planilhas e produzir relatórios a partir delas; estima fazer em torno de 50 relatórios por dia. Sente que sua rotina no momento está tranquila. Por viver em cidade pequena, vai e volta a pé do trabalho. Realiza atividades físicas, sociais ou educacionais quase todas as noites (Yoga, futebol, curso de investimentos, coral). Costuma dormir por volta das 22h. É formado e mestre no setor de engenharia, com ambos os cursos sendo realizados em universidade pública. Seus pais vivem na mesma região há décadas: o pai trabalhou como vendedor e é formado em nível superior devido à experiência de seminário católico, a mãe tem curso superior incompleto e trabalhou a maior parte de sua vida como dona de casa. No quadro 3, na próxima página, vemos a trajetória profissional desse entrevistado. Observamos que o entrevistado chegou a trabalhar como engenheiro em órgãos públicos (fundação de pesquisa e órgão das forças armadas), mas acabou optando por retornar à cidade natal e à casa dos pais.

Para o futuro, ele diz que não quer se ver sem dinheiro para perseguir seus interesses. Tem o objetivo de enriquecer e poder parar de trabalhar a partir dos 40 anos. Para isso, pretende utilizar o atual emprego para conquistar outro em uma empresa concorrente do ramo, com melhor remuneração e, a partir disso, direcionar investimentos no mercado financeiro que o permitam acumular capital. Trata-se de um projeto de futuro no qual o trabalho é somente o instrumento para alcançar uma emancipação representada pela ideia de viver sem trabalhar.

**Quadro 3:** Trajetória profissional do Assalariado Formal nº. 1

Data	Experiência	Regime
2017 a 2019	Mestrado em Universidade pública. Bolsa: R\$1.500	Bolsista
Jul a ago/ 2019	Garçom. Salário: R\$2.000	Assalariamento Formal
Set/2019 a set/2021	Pesquisador em Fundação pública em outro estado brasileiro. Frustração com o salário. Remuneração: R\$3.500	Estatutário
Set/2021 a abr/2022	Engenheiro de órgão das Forças Armadas em outro estado do Brasil. Relato de condutas abusivas e sofrimento psíquico. Remuneração: R\$7.000	Estatutário
Jun a nov/2022	Retorno para a casa dos pais. Técnico em edificações. Empresa de armazenagem no interior do RS. R\$3.000	Assalariamento Formal
Fev/2023	Atual emprego de assistente administrativo em empresa de gestão de energia. Remuneração: R\$1.500 na carteira + R\$1.500 “por fora”	Assalariamento Formal

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista

**2.1.2. Assalariada Formal nº. 2**

Mulher de 33 anos, branca, trabalha como assistente administrativa em cooperativa que terceiriza serviços de saúde para municípios na região sul do país. Vive com marido e filha em apartamento próprio em bairro periférico em Porto Alegre. Entrevista realizada em shopping center próximo da região onde a entrevistada mora. Sua remuneração mensal é de R\$1.912,00. Realiza 44 horas semanais de jornada: entra às 8h12 e sai às 18h, com uma hora de intervalo (12h às 13h). No trabalho, é responsável por fechamento de escalas de funcionários, recrutamento de pessoal, fiscalização de ponto e fiscalização em unidades de saúde. Também realiza trabalho por sobreaviso não remunerado, ficando responsável pelo celular da empresa 24 horas por dia para resolver eventuais problemas de pessoal nos serviços de saúde.

Acorda diariamente às 6h00 para deixar a filha na sogra e vai para o trabalho de carro junto com o marido; leva em torno de uma hora para se deslocar na ida e na volta. Não realiza nenhuma atividade física, lúdica ou social fora do trabalho para além de sua vida familiar. Diz também que é responsável por cerca de 70% do trabalho doméstico em sua casa. Sente o trabalho como muito imprevisível e relata muito cansaço e exaustão mental. É formada em jornalismo, mas nunca atuou na área. Seus pais têm curso superior incompleto e trabalharam a carreira toda como bancários. No quadro 4 vemos sua trajetória profissional, marcada por empregos administrativos de nível médio.

Para o futuro, deseja não continuar recebendo o mesmo salário que ganha hoje. Projeta fazer uma pós-graduação que lhe permita alcançar um posto de trabalho um pouco

mais bem remunerado, mas não demonstra almejar uma grande ascensão social a partir disso.

**Quadro 4:** Trajetória profissional da Assalariada Formal nº. 2

Data	Trabalho	Regime
2015	Recepcionista em clínica (situação de assédio moral precipitou sua saída). Experiência de seis meses.	Assalariamento Formal
2016 até 2018	Assistente administrativo em Empresa de eventos. Saída ocasionada pela falência da empresa.	Assalariamento Formal
Final de 2018	Auxiliar financeiro numa empresa de embalagens (postura abusiva da chefia). Experiência de três meses. Salário: R\$1.200	Assalariamento Formal
2019	Desemprego	Desemprego
Outubro a dezembro de 2019	Trabalho temporário de assistente administrativo em empresa de eventos	Informal
2020 até 2022	Desemprego	Desemprego
Abril de 2022	Entrada no atual emprego. Salário: R\$1.912	Assalariamento Formal

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista realizada

**2.1.3. Assalariada Formal nº. 3**

Mulher de 36 anos, branca. Trabalha há três anos como assistente administrativa em serviço de assistência social. Reside com o marido em apartamento próprio em região distante do centro em Porto Alegre, trabalha no centro. Entrevista realizada à distância. Remuneração mensal de R\$3.500,00. Realiza 40 horas de jornada semanal (8h30 até 17h30, com uma hora de intervalo). Em seu trabalho, realiza pagamentos, controle de ponto dos funcionários, pagamentos de salários, organização da casa e das doações recebidas e compra de materiais. Sente-se bem remunerada para a função que exerce. Relata rotina cansativa, especialmente devido ao deslocamento diário de transporte público. É formada em Gestão de Recursos Humanos; na adolescência, gostaria de ir para a área da saúde e chegou a ingressar numa faculdade de Fisioterapia, mas a família não tinha condições de pagar o curso. Seus pais trabalhavam com pequenos negócios familiares no ramo de alimentação. Hoje, o pai trabalha como microempreendedor de reparos domésticos (instalação de gás, parte elétrica etc.) e a mãe trabalha como cuidadora. Em sua trajetória profissional (ver quadro 5, página 55), podemos ver várias experiências de atendimento ao público e, posteriormente, uma transição para o trabalho administrativo, com praticamente todas sendo em regime de assalariamento formal (com exceção de um estágio).

**Quadro 5:** trajetória profissional da Assalariada Formal nº. 3

Data	Trabalho	Regime
2004	Caixa em loja de calçados	Assalariamento Formal
2005 até 2007	Auxiliar de laboratório em farmácia de manipulação	Assalariamento Formal
2008	Atendente na mesma farmácia	Assalariamento Formal
2010 a 2012	Atendente em outra farmácia	Assalariamento Formal
2016	Início de curso de Administração (não concluiu)	Estudante
2016 a 2017	Estagiária de administração em construtora	Estágio
2019	Graduação em Gestão de RH	Estudante
2020	Atual emprego	Assalariamento Formal

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista.

Para o futuro, a entrevistada deseja uma vida financeira mais tranquila e sem tantas dívidas. Demonstra grande temor em perder o atual emprego porque sente que não encontrará um posto de trabalho com a mesma remuneração tão facilmente. Está realizando uma pós-graduação para ter maior segurança em seu emprego atual.

**2.1.4. Assalariada Formal nº. 4**

Mulher de 35 anos, negra, vive com o marido e dois filhos pequenos em município na região metropolitana de Porto Alegre. Entrevista realizada em shopping próximo ao seu local de trabalho. Trabalha como enfermeira auditora em hospital privado na capital gaúcha. É graduada em enfermagem e pós-graduada em Auditoria em Enfermagem. Remuneração mensal de R\$8.212,00. Realiza 44 horas de jornada semanal (das 8h às 18h, com uma hora de intervalo). Em seu trabalho, realiza auditoria de glosas dos planos de saúde em torno do pagamento de procedimentos realizados no hospital. Acorda diariamente às 4h30 para fazer práticas matinais de reiki, exercícios e leitura. Sai de casa às 7h15 e vem de carro para Porto Alegre, em trajeto de aproximados 45 minutos. Não vê os filhos pela manhã. Chega em casa por volta das 19h15. Demonstra sofrer com a distância e o pouco tempo disponível para os filhos e a vida familiar, se questionando constantemente se deseja permanecer nessa rotina. Não vê meios claros de sair do atual emprego em função da importância de sua remuneração para a vida familiar. Sua mãe foi empregada doméstica durante toda a vida profissional; quase não tem contato com o pai. Sua trajetória é claramente ascensional e de maior estabilidade que os demais, com a inserção numa empresa (hospital privado) e a mobilidade dentro dessa mesma instituição, conforme podemos ver no quadro 6 (página 56).

Para o futuro, não quer permanecer com o mesmo estilo de vida e rotina que tem hoje, desejando estar mais próxima dos filhos e menos envolvida em seu trabalho. Não tem projetos claros para conseguir isso.

**Quadro 6:** trajetória profissional da Assalariada Formal nº. 4

Data	Trabalho	Regime
2005 e 2006	Curso de técnica em enfermagem	Estudante
2006	Estágio no atual hospital	Estágio
2007 a 2014	Técnica de enfermagem no mesmo hospital, trabalhando na assistência	Assalariamento Formal
2014 a 2020	Técnica auditora no mesmo hospital	Assalariamento Formal
2020	Formatura em Enfermagem	Estudante
2020	Enfermeira auditora no mesmo hospital	Assalariamento Formal

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista.

**2.1.5. Assalariada Formal nº. 5**

Mulher de 30 anos, branca, vive com a mãe em casa em bairro periférico de Porto Alegre. Entrevista realizada num café próximo ao seu local de trabalho. Trabalha há cinco meses como auxiliar contábil na zona sul de Porto Alegre. Remuneração de R\$2.400,00. Realiza jornada de 44 horas semanais (8h até 17h30). Como autônoma, trabalha com revenda de semijoias e cosméticos, incrementando sua renda. Acorda diariamente às 5h20 e vai de ônibus para a região do seu local de trabalho para escapar do trânsito. Faz musculação antes de entrar no horário de trabalho. Relata estar numa boa rotina nesse momento, mas expressa sempre muito incômodo e stress com a rotina de transporte público. Gosta bastante do trabalho de vendas que faz. Está fazendo graduação em Ciências Contábeis. Sua mãe trabalhou como diarista; o pai, como caseiro em um sítio (tem pouco contato com ele). Tem histórico profissional extremamente fragmentado, com múltiplas experiências em áreas distintas (ver quadro 7, página 57). Podemos observar uma predominância do modelo de assalariamento formal, com experiências de informalidade e estágios; há mesmo um momento em que ela tem de recorrer ao trabalho como diarista (o mesmo da mãe) em função das dificuldades financeiras.

Para o futuro, a entrevistada deseja se formar e conseguir completar pelo menos um ano no atual emprego. Quer investir mais no seu trabalho como revendedora, diz que acha que dá muito certo e gosta de fazer. Não conseguimos ver em sua fala projetos em longo prazo.

**Quadro 7:** Trajetória profissional da Assalariada Formal nº. 5

Data	Trabalho	Regime
2008 a 2010	Prefeitura de Porto Alegre	Estágio
Final de 2010 e início de 2011	Telemarketing	Assalariamento Formal
Fev 2011	Financeira de crédito	Informal
Mar 2011	Administrativo em escritório de advocacia. Situação de assédio sexual.	Assalariamento Formal
Abr 2011	Auxiliar administrativo em escola de idiomas; acúmulo de funções	Assalariamento Formal
Maio até dezembro 2011	Trabalho <u>u</u> como diarista duas vezes por semana	Informal
Dezembro de 2011 até novembro de 2012	Recepcionista em escola de idiomas e informática	Assalariamento Formal
2013	Estágio em escola de inglês (fazia curso de Recepção de Eventos pelo PRONATEC)	Estágio
Junho a novembro de 2013	Assistente administrativo em empresa do ramo de agronegócio	Assalariamento Formal
Novembro 2013	Agência de publicidade legal. Ficou somente duas semanas.	Assalariamento Formal
Dezembro 2014 e janeiro de 2015	Atendimento ao público no SENAC	Assalariamento Formal
2015	Departamento pessoal em imobiliária	Assalariamento Formal
2015 até meados de 2016	Administração do camelódromo de Porto Alegre	Assalariamento Formal
Agosto 2017 até janeiro 2019	Banco	Estágio
Janeiro 2019	Câmara de dirigentes lojistas de Porto Alegre	Estágio
Fevereiro a maio 2019	Empresa de contabilidade	Estágio
Maio a julho 2019	Empresa de contabilidade	Estágio
Julho a setembro 2019	Desemprego	Desemprego
Set 2019 até meados de 2020	Empresa de contabilidade	Estágio entre set-dez 2019. Depois formal.
2020/2021	Companhia Riograndense de Saneamento	Estágio
2022	Empresa de contabilidade	Estágio
Início 2023	Empresa de contabilidade atual	Assalariamento Formal

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista realizada.

### 2.1.6. Assalariado Formal nº. 6

Homem de 28 anos, negro, vive com esposa e filha em casa alugada em cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Entrevista realizada à distância. Trabalha como assistente administrativo em empresa de advocacia no centro da capital gaúcha. Remuneração em torno de R\$2.000. Jornada de 40 horas semanais (das 9h00 às 18h00, com uma hora de intervalo). Faz pagamento de folha de funcionários e contas,

recebimento de valores, fechamento de ponto. Está com curso de graduação trancado em Ciências da Computação devido à falta de tempo e de energia física e mental. Consegue se exercitar no intervalo de almoço. Relata crises de ansiedade e esgotamento e demonstra inconformidade com o tempo que passa em torno do trabalho diariamente. Desloca-se para o seu trabalho de trem, gastando em torno de uma hora cada trecho (ida/volta). Seu pai era cobrador em uma empresa de ônibus de viagens interestaduais, mas teve problemas sérios de saúde e se aposentou por invalidez. A mãe alternava o trabalho como diarista, em momentos de maior dificuldade econômica, com o trabalho doméstico realizado em casa. Lembra de períodos de insegurança econômica e alimentar na infância. Segue trajetória profissional do entrevistado, marcada por certa estabilidade (está na mesma empresa desde 2015).

**Quadro 8:** trajetória profissional do Assalariado Formal nº. 6

Data	Trabalho	Regime
2013	Final do Ensino Médio	Estudante
2013 e 2014	Trabalhos informais avulsos	Informal
2015	Office boy na atual empresa	Assalariamento Formal
2017	Promoção para assistente administrativo	Assalariamento Formal

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista.

Para o futuro, deseja não ter que viver de salário a vida inteira. Quer se formar na faculdade e montar uma empresa de prestação de serviços na parte de tecnologia. Admite, porém, fazer essa transição de área para outro emprego formal, porque sabe que necessita de estabilidade em função de suas necessidades familiares.

**2.1.7. Assalariado Formal nº. 7**

Homem de 30 anos, branco, trabalha no setor financeiro em empresa de advocacia. Vive com os pais em município da região metropolitana de Porto Alegre, se desloca de trem até o centro de Porto Alegre, onde trabalha. Entrevista realizada à distância. Remuneração mensal de R\$2.100,00. Faz 44 horas de jornada semanal. É responsável por pagamentos de todas as questões envolvidas nos processos; também dá apoio ao setor administrativo. Faz musculação no intervalo de almoço e relata atividades esportivas e educativas nos horários fora do trabalho (joga futebol e voleibol com grupo de amigos à noite). Trabalha também informalmente em festas num bar em sua cidade. Está cursando Análise e Desenvolvimento de Sistemas numa faculdade privada. Relata crises de ansiedade que vincula à rotina agitada e às exigências da faculdade. Seus pais tentaram

empreender em pequenos negócios (loja e lancheria). O pai, depois, se tornou zelador em uma casa de repouso; mãe trabalha com confecção de roupas. Segue trajetória profissional caracterizada por alguma estabilidade (está no atual emprego já há seis ou sete anos):

**Quadro 9:** Trajetória profissional do Assalariado Formal nº. 7

Data	Trabalho	Regime
2010	Estágio na Prefeitura de Porto Alegre (Ensino Médio)	Estagiário
2011 a 2014	Vendas em empresa de identificação	Assalariamento Formal
2014 a 2016	Vendas em uma escola de cursos	Assalariamento Formal
2016 ou 2017 (não tem certeza)	Emprego atual	Assalariamento Formal

Fonte: elaboração própria a partir de entrevista.

Para o futuro, deseja não ter que renunciar às coisas que gosta por assumir compromissos como paternidade ou se ver sem dinheiro. Quer fazer outra faculdade, mas não sabe de quê; não quer trabalhar na área em que está se formando. Deseja permanecer no atual emprego até encontrar outra coisa que lhe interesse mais, mas não sabe o quê.

Desse modo, temos o seguinte quadro dos assalariados formais.

**Quadro 10:** Informações básicas dos Assalariados Formais

Nº	Gênero	Idade	Cor/ raça	Moradia/família	Tipo de empresa	Tempo no emprego	Função	Carga horária semanal	Remuneração
1	M	29	Branco	Casa própria com família em município de 120 mil habitantes.	Gestão, comercialização e produção de energia elétrica	Há um mês e meio	Assistente administrativo	44h (seg-sex)	R\$3.000 (R\$1.500 declarados na carteira + R\$1.500 em espécie)
2	F	33	Branca	Com marido e filha em apartamento próprio no bairro periférico de Porto Alegre.	Cooperativa de terceirização de serviços de saúde para municípios	Há 11 meses	Assistente administrativo	44h (seg-sex)	R\$1.912
3	F	36	Branca	Com marido em apartamento próprio na zona sul de Porto Alegre.	Serviço de assistência social.	Há três anos e meio.	Assistente administrativo	40h (seg-sex)	R\$3.500
4	F	35	Negra	Com marido e dois filhos em apartamento próprio em município na Grande Porto Alegre.	Hospital privado	Há 16 anos no hospital como assalariada. Há três anos no atual cargo.	Enfermeira auditora	44h (seg-sex)	R\$8.212
5	F	30	Branca	Com a mãe em casa em bairro periférico de Porto Alegre.	Escritório de contabilidade	Há cinco meses.	Auxiliar contábil	44h (seg-sex)	R\$2.400
6	M	28	Negro	Com esposa e filha em casa alugada em município da grande Porto Alegre.	Empresa de advocacia	Há oito anos.	Assistente administrativo	40h (seg-sex)	R\$2.000
7	M	30	Branco	Com os pais em casa da família em município da grande Porto Alegre.	Empresa de advocacia	Há sete ou seis anos (não sabe precisar).	Auxiliar financeiro	40h (seg-sex)	R\$2.100

Fonte: elaboração própria com base na pesquisa de campo.

## 2.2. ENTREGADORES POR APLICATIVO

Conforme dito no tópico sobre a construção do corpo empírico, as entrevistas realizadas com os entregadores não puderam, devido às questões temporais do próprio trabalho realizado por essa categoria, ter o nível de aprofundamento que foi atingido com os assalariados formais. Desse modo, não temos todos os dados obtidos no outro grupo para todos os entregadores. Todas as entrevistas com os entregadores foram realizadas nas imediações da base dos cicloentregadores do *iFood*, localizada no centro de Porto Alegre.

### 2.2.1. Entregador nº. 1

Homem de 36 anos, branco, trabalha com tele-entrega desde 2020 em diferentes aplicativos. Vive na região central de Porto Alegre num apartamento alugado com a esposa, o filho e a mãe. Trabalha no sistema Operador Logístico (OL)<sup>10</sup>, fazendo 11 horas de trabalho diárias em seis dias da semana. Seus turnos de trabalho são: das 11h às 15h; das 15h às 18h; das 18h às 22h. Tem direito a 20 minutos de descanso em cada turno, totalizando uma hora de descanso por dia. Remuneração mensal alegada varia entre R\$3.000,00 e R\$4.000,00. Refere cansaço físico e mental pela rotina de trabalho. Está estudando Ciências Contábeis, mas trancou o curso por não ter tempo e condições mentais para dar seguimento neste momento. No quadro 11, podemos ver a trajetória profissional do entrevistado, na qual há uma inserção precoce no trabalho braçal e informal e um percurso fragmentado de formação técnica e empregos formais até o atual momento.

Para o futuro, o entrevistado deseja poder trabalhar menos e melhorar sua remuneração. Planeja fazer isso a partir de investimentos no mercado financeiro, planejando uma estratégia em médio e longo prazo para atingir esses rendimentos. Avalia também trabalhar como contador, quando se formar, mas diz que seu principal plano são os investimentos financeiros. Quer seguir nas entregas por no máximo mais dois anos.

---

<sup>10</sup> O modelo OL se organiza a partir de uma empresa contratada pelo *iFood* que realiza a intermediação das atividades de entrega, gerenciando o trabalho dos entregadores a partir de escala de horários e locais. Os entregadores que optam por essa modalidade entram em escalas diárias de trabalho (de oito ou 11 horas, dentre os nossos entrevistados), devendo cumprir a carga horária no local estabelecido. O trabalho dos OLs é dividido em três turnos, com combinação de descanso de 20 minutos a cada turno de trabalho: os turnos são entre 11h e 15h, 15h e 18h e 18h e 22h. Desse modo, o modelo OL constitui uma forma pela qual a empresa garante um número mínimo de trabalhadores nas diferentes regiões para que o fluxo de entregas não seja prejudicado. No regime Nuvem, por sua vez, não há combinação nenhuma de horários a serem cumpridos, com o entregador realizando um autogerenciamento e organizando sua própria escala de trabalho.

**Quadro 11:** Trajetória profissional do Entregador nº. 1

Data	Trabalho	Regime
1999-2000	Servente de obras quando tinha 12 anos	Informal
2002-3	Mecânico (15 para 16 anos)	Assalariamento Formal
Sem data definida	Desemprego	Desemprego
Sem data definida	Pizzaiolo	Informal
Sem data definida	Mecânico em indústria	Assalariamento Formal
Sem data definida	Eletricista em indústria	Assalariamento Formal
2012-2019	Diferentes experiências como eletricista em empresa de construção civil (não temos com exatidão quantas foram essas experiências)	Assalariamento Formal
2019-2020	Operador Logístico	Assalariamento Formal
2020 até hoje	Entregador	Informal

Elaboração própria com base em entrevista realizada.

### 2.2.2. Entregadora nº. 2

Mulher de 33 anos, branca, vive com marido e filho em cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Trabalha no sistema OL, oito horas por dia, seis dias na semana. Horários: 11h às 15h e 18h às 22h. Relata rotina exaustiva física e psicologicamente. É formada em curso superior de Gastronomia. Refere experiência formal de emprego como professora de um curso de culinária; diz que adoeceu e desenvolveu uma situação de sofrimento psíquico grave em função da carga de trabalho na época, se afastando por motivos de doença. Não temos dados suficientes para compor um quadro de sua trajetória profissional. Para o seu futuro, quer não ter que priorizar mais tanto o trabalho como hoje e nos seus últimos anos. Deseja abrir um negócio próprio no ramo da gastronomia. Pretende parar com o trabalho de entregas em no máximo um ano.

### 2.2.3. Entregador nº. 3

Homem de 25 anos, branco, vive em cidade da região metropolitana de Porto Alegre. Trabalha no sistema Nuvem, não informa uma rotina certa de horários. Diz que trabalha uma média de 12 horas por dia. Conta que já trabalhou 16 horas por dia em alguns períodos. Vem e volta de ônibus de sua cidade, refere que perde mais de três horas de deslocamento todos os dias. Trabalha com entregas desde 2018. Tem formação em curso de Salvamento Aquático, já tendo trabalhado na área. Não temos dados suficientes para compor um quadro de sua trajetória profissional. Relata que sua rotina se tornou mais exaustiva nos últimos tempos, após ter sofrido dois acidentes no trabalho. Não refere projetos claros de futuro: fala em abrir um negócio próprio, depois fala em voltar para a

área de salvamento. Quando perguntado, diz que quer seguir mais um ano e meio no trabalho de entregas, mas depois diz que pode prosseguir por mais tempo ou retornar.

#### **2.2.4. Entregador nº. 4**

Homem de 32 anos, negro, vive em cidade da região metropolitana de Porto Alegre com família (esposa e filha). Trabalha no modelo Nuvem em torno de 11 horas por dia. Diz que reorganizou seus horários após situação de esgotamento e distância da família, terminando seu trabalho sempre às 21h30. Diz que já trabalhou muito mais horas. Trabalha com entregas desde setembro de 2022. Antes, relata experiência com vendas (formal) e agente censitário. Não temos informações suficiente para compor um quadro de sua trajetória profissional. Estava cursando Licenciatura em História, mas interrompeu o curso devido à carga horária de trabalho. Não quer seguir muito mais tempo nas entregas. Projeta terminar a faculdade e fazer concurso público para a área de educação.

#### **2.2.5. Entregador nº. 5**

Homem de 24 anos, branco, reside em bairro periférico de Porto Alegre com pais e irmão. Trabalha no sistema nuvem entre 12h e 22h, seis dias por semana. Refere remuneração em torno de “dois e pouco”. Relata muito cansaço e exaustão física pela rotina. Refere trabalhos em supermercado (formal), lavagem de carro, pintura de casa e obras (esses últimos três, informais). Seu pai trabalha em lavagem de empresa de ônibus. Diz que quer uma vida financeira melhor em seu futuro; para isso, menciona o desejo de abrir futuramente um negócio próprio, mas não apresenta projetos estruturados. Quer seguir nas entregas até tirar sua carteira de habilitação.

#### **2.2.6. Entregadora nº. 6**

Mulher de 29 anos, branca, vive com o marido em bairro na região central de Porto Alegre. Trabalha com entregas há três anos e meio, normalmente cinco dias na semana. Trabalha no modelo Nuvem. Diz que não ter rotina fixa, se organiza a partir das promoções e do movimento de pedidos. Tem como meta ganhar R\$100 por cada dia trabalhado. Refere experiências de trabalho formal como vendedora e administrativo, mas diz que não foram importantes. Diz não querer voltar para o modelo de assalariamento formal. Quer ter saúde para seguir trabalhando e não tem data para sair das entregas. Seu projeto de futuro é comprar uma moto para melhorar seus rendimentos.

### **2.2.7. Entregador nº 7**

Homem de 34 anos, negro, vive com pais, esposa e filha. Trabalha com entregas há mais ou menos dois anos, no modelo Nuvem e não sabe informar uma rotina certa de trabalho. Diz que trabalha entre oito e 12 horas (margem de tempo muito grande), de cinco a seis dias na semana. Veio do Rio de Janeiro para Porto Alegre há pouco mais de um ano. É eletricitista com vários cursos técnicos na área. Conta que tinha uma empresa de instalações no Rio de Janeiro, mas faliu no primeiro ano de pandemia. Estava cursando Engenharia Elétrica, mas interrompeu devido à carga de trabalho. Não quer fazer entregas indefinidamente; pretende retomar a faculdade e sua empresa. Quer também retomar um restaurante delivery, que montou após a falência da empresa.

### **2.2.8. Entregador nº. 8**

Homem de 23 anos, negro, vive com os pais e dois irmãos em um bairro periférico de Porto Alegre. Os irmãos também trabalham com entregas. Está há mais ou menos três anos como entregador. Trabalha no sistema nuvem, em torno de 11 horas por dia, seis dias por semana. Seu pai trabalha com mudanças e frete. Relatou uma experiência de trabalho anterior: era jovem-aprendiz e depois foi efetivado no setor administrativo de uma empresa de terceirização de serviços. Qualifica essa experiência de emprego como a pior de sua vida devido à sobrecarga de demandas e funções e à remuneração injusta. Tem discurso fortemente marcado por termos e linguagem oriundas do mundo empresarial. Diz que, concomitante ao trabalho com entregas, está montando uma empresa para viabilizar negócios de outras pessoas e organizando um aplicativo no modelo *Uber* para fretes e mudanças. Pretende seguir como entregador até o final do ano e depois investir em sua empresa. Entende que o aplicativo também vai lhe dar o retorno financeiro necessário para sair das entregas.

### **2.2.9. Entregador nº. 9**

Homem de 25 anos, negro, vive com a esposa e filha em uma região de classe trabalhadora empobrecida de Porto Alegre. Trabalha no sistema OL, sete horas por dia com o aplicativo mais quatro horas com um restaurante fixo; nos finais de semana, faz 11 horas só com o aplicativo. Trabalha todos os dias da semana. Diz que não tem tempo para ficar cansado ou sentir a ausência da família, pois faz essa rotina exaustiva por sua filha. Sua experiência de vida é profundamente marcada pelos anos em que esteve preso. Atualmente está em liberdade condicional. Abaixo, o quadro com sua trajetória.

**Quadro 12:** trajetória do Entregador nº. 9

Data	Experiência / trabalho	Regime
2014 a 2015	Empacotador e operador de caixa em supermercado	Assalariamento Formal
2017 até 2022	Prisão	Não se aplica
2022	Chapista em lancheria	Informal
2022	Trabalho em feiras	Não informado
Outubro 2022	Pizzaiolo	Assalariamento Formal
Novembro 2022	Começou como entregador	Informal

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista realizada.

Para o seu futuro, não quer retornar para o crime nem ver a filha indo para esse caminho. Pretende montar uma empresa de entregas e uma loja de cosméticos e roupas. Conta que já começou a adquirir alguns itens para venda. Pretende também retomar estudos (tem Ensino Fundamental completo) e um dia fazer faculdade.

**2.2.10. Entregador nº. 10**

Homem, 23 anos, negro, vive sozinho em bairro periférico de Porto Alegre. Está somente há três anos em Porto Alegre, trabalha no sistema nuvem. Trabalha entre oito e 11 horas por dia, seis dias na semana. Alguns dias, faz os três turnos de entrega inteiros (11h às 15h; 15h às 18h; 18h às 22h), em outros, tira o turno da tarde para ficar na base descansando. Tem duas famílias: foi adotado por outra família, quando muito pequeno, devido às condições precárias de sua família biológica. Conta que a sua família adotiva também vivia em condições de insegurança econômica. Viveu um tempo em Caxias do Sul, onde terminou o Ensino Médio e fez cursos técnicos na área de metalurgia e logística. O quadro de sua trajetória profissional não tem exatidão de datas, mas pode ser estruturado da seguinte forma:

**Quadro 13:** trajetória do Entregador nº. 10

Data	Experiência / trabalho	Regime
Adolescência	Lavagem de carros	Informal
Adolescência	Produção de massas	Informal
2017 até 2023	Setor de produção em metalúrgica	Assalariamento Formal
	Operador de máquinas na mesma metalúrgica	Assalariamento Formal
	Operador logístico na mesma metalúrgica	Assalariamento Formal
	Operador logístico em outra metalúrgica	Assalariamento Formal
Abril 2023	Demissão	Desemprego
Mai/jun 2023	Início com entregas	Informal

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista realizada.

Para o futuro, quer um modelo de vida com flexibilidade, podendo trabalhar de qualquer lugar. Pretende seguir nas entregas e realizar revendas pela internet. Sonha em cantar e viver disso, mas diz que é um sonho e não um projeto.

### 2.2.11. Entregador nº. 11

Homem, 23 anos, branco, vive com a mãe em bairro na região central de Porto Alegre. É migrante vindo da Venezuela, tendo chegado no Brasil em 2019. Trabalha no sistema OL. Atualmente, realiza oito horas por dia. Até um mês antes da entrevista, fazia 11 horas de jornada, mas pediu para reduzir pois se sentia muito exausto. Contudo, sente que a remuneração fica muito baixa e está pensando em voltar a trabalhar 11 horas. Trabalha seis dias na semana. Desde que chegou em Porto Alegre passou por diferentes experiências de trabalho. Segue quadro de trajetória com datas aproximadas.

**Quadro 14:** Trajetória do Entregador nº. 11

Data	Experiência / trabalho	Regime
2019	Chegada no Brasil (Boa Vista)	Não se aplica
2020	Trabalho como entregador em Boa Vista	Informal
2021	Chegada em Porto Alegre	Não se aplica
2021 (dois meses)	Pizzaiolo	Informal
2021	Auxiliar de cozinha em refeitório de hospital	Assalariamento Formal
2022	Início como entregador	Informal
2022	Pizzaria em casa para delivery (reduziu ritmo das próprias entregas para se dedicar a isso)	Microempreendedor
2022	Retorno às entregas tempo integral	Informal

Fonte: Elaboração própria com base em entrevista realizada.

Desde que começou a trabalhar com entregas (há um ano e meio), montou também uma pizzaria delivery em sua própria casa para atender aos pedidos por aplicativo. Contudo, não deu prosseguimento ao negócio porque teve problemas de saúde em sua família que o desestabilizaram. Quer, no futuro, conquistar segurança econômica e um bom padrão de vida. Não se vê conseguindo isso com empregos formais. Planeja comprar uma moto para as entregas e retomar negócio em ramo alimentício. Não quer trabalhar como entregador indefinidamente, mas não tem data certa para sair.

Desse modo, temos o seguinte quadro dos entregadores.

**Quadro 15:** Informações básicas dos Entregadores por aplicativo

Nº	Gênero	Idade	Cor/raça	Moradia/família	Modelo	Há quanto tempo faz entregas/pretende parar	Carga horária semanal estimada	Remuneração alegada
1	M	36	Branco	Apartamento alugado com esposa, filho e mãe. Região central de Porto Alegre (POA).	OL	Desde final de 2021 Prazo de dois anos para parar.	66h (11h/seis dias)	Entre R\$3.000,00 e R\$4.000,00
2	F	33	Branca	Marido e filho em cidade da grande POA	OL	Desde 2022. Prazo: mais um ano	48h (8h/seis dias)	Em torno de R\$3.000,00
3	M	25	Branco	Sozinho em cidade da grande POA	Nuvem	Desde final de 2018 Sem prazo certo para sair.	Não é possível estimar. Rotina muito variável.	Não estima ao certo.
4	M	32	Negro	Com esposa e filho em cidade da grande POA	Nuvem	Desde setembro 2022 Prazo: dois anos.	60 a 66h (10 a 11h/seis dias)	Em torno de R\$3.200,00
5	M	24	Branco	Com pai e irmãos em bairro periférico de POA.	Nuvem	Desde 2021 Prazo: terminar CNH.	60h a 66h (10 a 11h/seis dias)	Em torno de R\$2.500,00
6	F	29	Branca	Com marido em bairro central de POA.	Nuvem	Desde 2020 Não quer sair das entregas.	Não é possível estimar. Rotina muito variável.	Entre R\$2.000 e R\$3.000 (meta: R\$100 por dia)
7	M	34	Negro	Esposa, filha e pais na zona sul de POA	Nuvem	Desde 2021. Sem prazo para sair.	Não é possível estimar.	R\$3.000,00
8	M	23	Negro	Com pai e irmãos em bairro periférico de POA.	Nuvem	Desde 2020; Prazo: até o final do ano quer parar.	66h (11h/seis dias)	R\$2.000,00 a R\$3.000,00
9	M	25	Negro	Esposa e filha em região empobrecida de POA	OL + restaurante fixo	Desde nov/2022. Prazo: sair das entregas até o final do ano.	77h (11h/sete dias)	Em torno de R\$3.500,00
10	M	23	Negro	Sozinho em casa alugada em bairro periférico de POA.	Nuvem	Há três semanas. Sem prazo para sair.	48 a 66h (oito a 11h/seis dias)	Não sabe ao certo.
11	M	23	Branco	Com a mãe em casa alugada, bairro central de POA.	OL	Desde 2022. Quer sair, não tem prazo.	48h (oito/seis dias).	Em torno de R\$2.600,00

Fonte: elaboração própria com base na pesquisa de campo.

### **3. DIMENSÃO COTIDIANA DA EXPERIÊNCIA TEMPORAL**

Um dos objetivos específicos desta pesquisa é compreender como duas diferentes formas contemporâneas de trabalho urbano capitalista, diferenciadas a partir de sua estabilidade, formatam a experiência temporal cotidiana de jovens adultos trabalhadores. Desse modo, cotejamos o trabalho assalariado formal como um modelo historicamente estável dentro do mercado brasileiro com o trabalho mediado por plataformas, representante de um modelo novo de instabilidade que reatualiza antigas formas de instabilidade. Assim, a primeira questão a ser respondida é: para além das atividades que são desempenhadas no trabalho, há diferenças na experiência temporal cotidiana entre os trabalhadores administrativos formalmente assalariados e os entregadores por aplicativos? Se há diferenças, elas se devem à maior ou menor estabilidade presente nos dois modelos de trabalho? Por fim, podemos encontrar elementos em comum entre essas experiências temporais cotidianas?

Desse modo, neste capítulo realizaremos primeiramente uma descrição objetiva do que encontramos com os dois grupos nessa dimensão da experiência temporal, quantificando as horas trabalhadas, expondo a organização diária desses trabalhadores e a possibilidade de realização de atividades externas ao trabalho. Vamos então expor como fatores externos ao trabalho remunerado – a constituição de um novo núcleo familiar, a realização ou não de trabalho doméstico e de cuidado e as questões referentes ao deslocamento nas cidades – têm grande impacto na experiência temporal cotidiana dos dois grupos de trabalhadores. Por fim, descreveremos como as rotinas de trabalho e de vida são apreendidas subjetivamente pelos sujeitos, dando vazão a experiências distintas; com esse último tópico, buscamos demonstrar como os dois modelos laborais aqui tratados têm influência nas formas pelas quais os sujeitos efetivamente vivem, em sua esfera íntima, o tempo em sua dimensão cotidiana.

#### **3.1. DIFERENÇAS OBJETIVAS NA TEMPORALIDADE COTIDIANA DOS DOIS GRUPOS**

Voltemos à primeira pergunta feita no início do capítulo: há diferenças na experiência cotidiana entre os trabalhadores administrativos formalmente assalariados e os entregadores por aplicativos? Como ponto de partida, podemos responder claramente: sim, há diferenças e essas diferenças, em grande medida, se devem aos modelos distintos de gestão do trabalho. Os assalariados formais apresentam uma rotina cotidiana mais

organizada e objetivamente desempenham uma carga horária menor do que a apresentada pelos entregadores por aplicativos. No caso dos entregadores, observamos diferenças dentro do grupo a partir do modelo de gerenciamento do trabalho (nuvem ou OL): aqueles que trabalham no regime OL apresentam um grau maior de organização da rotina do que os que trabalham no regime Nuvem. Podemos dizer que esses últimos buscam organizar uma rotina a partir de suas horas no trabalho, mas essa é mais variável e mais dependente do fluxo de entregas e das promoções remuneratórias oferecidas pela plataforma<sup>11</sup>: seus relatos são mais atravessados por imprevistos e perdas de horários devido a diversos fatores. Nesse grupo, houve também alguns entregadores que relataram não poder descrever uma rotina típica, pois seu dia-a-dia era variável demais e dependente do funcionamento da plataforma, com suas ofertas de ganhos maiores em determinados momentos. Os entregadores, em seus dois modelos de gerenciamento, tendem a trabalhar mais horas e mais dias do que os assalariados formais, por motivos que serão discutidos adiante.

Como primeira constatação, podemos afirmar que os trabalhadores administrativos formalmente assalariados são capazes de relatar uma rotina minimamente organizada, com um funcionamento típico que se repete cotidianamente. Todos os trabalhadores relatam o horário de entrada no trabalho, seus períodos de intervalo, horário de saída do trabalho e a rotina de atividades realizadas para além do trabalho. Esse primeiro apontamento se mostra importante porque, como veremos adiante, o mesmo não pode ser dito para o caso dos entregadores por aplicativos. Assim, dos sete trabalhadores assalariados formais entrevistados, quatro realizam jornadas de 44 horas semanais de trabalho e três de 40 horas; todos fazem suas jornadas de segunda à sexta-feira, não trabalhando em seus empregos nos finais de semana. Há também diferenças importantes nas experiências dos diferentes sujeitos dentro do próprio grupo, como veremos adiante. No entanto, é possível traçarmos um padrão de rotina cotidiana como tendência geral nesses entrevistados, conforme indicado no quadro 16.

---

<sup>11</sup> Trataremos mais à frente sobre as promoções realizadas pelo aplicativo, mas como primeiro esclarecimento: trata-se de adicionais pelo valor de entrega básico oferecidos pela empresa-aplicativo a partir de suas próprias necessidades de mão-de-obra. Ao invés de receber R\$6,00 por uma entrega de três quilômetros, o entregador recebe R\$10 no dia com promoção, por exemplo. Atenção: as promoções não têm o sentido habitual dessa palavra quando associada ao trabalho (como promoções para cargos superiores), sendo adicionais remuneratórios para as entregas.

**Quadro 16:** Rotina geral dos trabalhadores formalmente assalariados

<b>Turno</b>	<b>Atividade</b>
Manhã	Despertar (entre 6h00 e 7h00 para a maioria dos entrevistados).
	Organização em casa (desjejum e higiene matinal)
	Deslocamento para o trabalho
	Entrada no trabalho (a maioria por volta das 8h00, com algumas variações)
	Trabalho pelo turno da manhã;
Meio-dia	Intervalo (a grande maioria com uma hora de intervalo)
Tarde	Trabalho pelo turno da tarde
Tarde/Noite	Saída do trabalho e deslocamento para casa
Noite	Turno dedicado à vida doméstica, familiar, sono e, em alguns casos, outras atividades (educacionais, esportivas, sociais e lúdicas).

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Há variações individuais, conforme dito anteriormente, com alguns colocando exercício físico no intervalo para almoço ou muito cedo pela manhã, outros participando de atividades no turno da noite, mas podemos dizer que há uma certa uniformidade no modelo de trabalho assalariado a partir dessa organização acima. Desse modo, podemos observar que os diferentes entrevistados, realizando jornadas de 44 ou 40 horas semanais, organizam seus dias inteiramente ao redor de sua atividade laboral. O tempo em casa pela manhã é curto, a maior parte do dia é vivida dentro do escritório e o expediente somente se encerra quando a noite está iniciando. A possibilidade de realizar ou não outras atividades para além do trabalho e da vida doméstica dependerá, conforme veremos adiante, de outras questões extrínsecas ao trabalho. Contudo, mesmo com a maior parte do dia sendo vivido ao redor do trabalho, há inegavelmente um nível mínimo de previsibilidade para a vida cotidiana, com organização para que existam poucas variações entre os horários de despertar, entrada e saída do escritório, deslocamento, refeições e sono. Conforme veremos mais à frente, essa previsibilidade não necessariamente se reproduzirá na natureza do trabalho que é desempenhado dentro da jornada, o que acaba por determinar diferenças importantes dentro do próprio grupo dos assalariados formais. É importante mencionar também que, mesmo com todos os participantes desse grupo sendo capazes de relatar uma rotina minimamente organizada com carga horária fixa de trabalho, observamos também em alguns casos uma tendência de incorporação de dinâmicas desorganizadoras nessa experiência temporal, seja a partir de práticas por parte da empresa (como a prática de sobreaviso não-remunerado que acaba fazendo com que exista uma carga horária de trabalho fora do escritório que não é contabilizada), seja a partir de práticas dos próprios trabalhadores (por exemplo, o trabalho autônomo em contraturno), algo que será abordado no próximo tópico.

No caso dos entregadores por aplicativos, há diferenças importantes entre aqueles que optam pelos dois regimes de trabalho. Os que trabalham no regime OL cumprem escalas (de oito ou 11 horas, com predominância para a última dentre os nossos entrevistados) que são fechadas diariamente: os entregadores disponibilizam seus nomes para a escala do dia seguinte e, a partir disso, a empresa de operação logística faz o manejo dos trabalhadores para a área de atuação (região central de Porto Alegre, no caso dos participantes desta pesquisa). Desse modo, eles necessariamente organizam uma rotina para cumprir os horários para os quais estão comprometidos, respondendo diretamente às gerências dessas empresas terceirizadas para eventuais ausências e impossibilidade de cumprir a carga acordada. Os trabalhadores OL fazem horários fixos a partir do gerenciamento da empresa intermediária, com combinação de descanso de 20 minutos a cada turno de trabalho. Os turnos são entre 11h e 15h, 15h e 18h e 18h e 22h. Dentre os trabalhadores que optaram por esse modelo, houve diferentes relatos sobre a rigidez dessa rotina a partir das várias empresas que atuam realizando esse gerenciamento. Um deles contou como decidiu sair de sua antiga operadora logística porque ele era obrigado a parar um dia na semana, num modelo que ele associava ao assalariamento formal e não lhe agradava. Outros, que atuam com outras empresas, afirmaram que o fato de optarem pela modalidade OL não impede que eles continuem trabalhando para além dos turnos e dias estabelecidos (a maioria não o faz, tendendo a manter as rotinas que são organizadas pela escala, mas um dos entregadores OL relatou trabalhar horários diferentes no final de semana).

No regime Nuvem, justamente por não haver combinação nenhuma de horários a serem cumpridos, com o entregador organizando sua própria escala de trabalho, observamos rotinas relatadas de modo menos organizado, com maior possibilidade de mudanças devido a questões do próprio trabalho (fluxo de entregas e promoções que propiciem ganhos maiores de remuneração em determinados horários) e menor certeza e exatidão quanto aos momentos de intervalo e final de expediente. Há, no caso de alguns dos entrevistados que trabalham nesse modelo, a tentativa de estruturação de uma rotina por conta própria, mas também sujeitos que relataram que não conseguem apresentar uma rotina mínima: suas horas de trabalho variam muito a partir de diferentes fatores que se influenciam mutuamente, como o movimento de pedidos, a presença de promoções remuneratórias e as próprias condições de cansaço físico e vida pessoal. Nesses casos, quando questionados se era possível contabilizar mais ou menos as horas trabalhadas diariamente, as respostas variaram: houve um que diz que costuma trabalhar entre dez e

14 horas diariamente, mas que isso varia muito, apresentando uma margem extremamente ampla (quatro horas) de variação; outra que informou que não tem uma rotina fixa e que se organiza a partir das promoções e de suas condições físicas; e um que diz que não tem rotina certa e que tudo depende de vários fatores.

A partir dessa primeira diferenciação interna ao grupo dos entregadores, podemos tentar organizar um quadro de rotina desses trabalhadores, de maneira menos exata do que o dos formalmente assalariados e sabendo que há alguns que relatam não se enquadrar nessa organização, da seguinte forma:

**Quadro 17:** Rotina geral dos entregadores por aplicativos

Turno	Atividade
Manhã	Despertar
	Organização em casa (desjejum e higiene matinal)
	Deslocamento para a base dos entregadores do <i>iFood</i>
	Retirada da bicicleta na base dos entregadores
	Início do trabalho às 11h (primeiro turno 11h-15h)
Tarde	Trabalho até às 15h (20 minutos de intervalo para os OLS)
	Trabalho no turno da tarde (alguns poucos relataram descansar entre 15h e 18h)
Tarde/Noite	Descanso de 20 minutos para os OLS
	Início do terceiro turno (18h-22h)
Noite	Trabalho até em torno das 22h. Alguns (nuvens) relataram seguir trabalhando noite adentro, especialmente em dias de maior movimento (sextas e finais de semana)
	Deslocamento para casa
	Reserva de aluguel de bicicletas para não esperar na fila na manhã seguinte para retirada (a partir da meia noite). Informar nome na escala do dia seguinte (OLS).

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

Esse esquema geral, contudo, não é capaz de capturar uma complexidade maior de organização dos horários. No quadro 18 podemos ver a carga horária relatada pelos diferentes entregadores, ficando demonstrada uma grande variação entre os 11 participantes da pesquisa. Assim, mesmo que tentemos enxergar uma rotina típica no grupo dos entregadores, há uma multiplicidade nas jornadas desempenhadas. Podemos ver claramente como, no caso dos OLS, temos uma informação mais clara sobre horas trabalhadas, enquanto diversos trabalhadores do modelo Nuvem relatam jornadas com grandes margens de variação (de dez a 14 horas diárias, por exemplo) ou falam que não têm rotina fixa. Essa multiplicidade também se manifesta nas jornadas semanais relatadas: há desde casos que realizam 48 horas semanais até outros que relatam surpreendentes 77 horas semanais, com 11 horas de trabalho todos os dias da semana.

**Quadro 18:** Carga horária dos entregadores a partir do sistema de trabalho

Entregador	Sistema	Carga-horária narrada
1	OL	11h, seis dias: 66 horas semanais.
2	OL	Oito horas diárias, seis dias: 48 horas semanais.
3	Nuvem	10 a 14h diárias, não sabe precisar. Não tem dias fixos de descanso, variando a partir de suas condições físicas. Não é possível fazer uma previsão aproximada da carga horária, que é extremamente alta.
4	Nuvem/ restaurante fixo	10h a 11h por dia, não informou folga: de 60h a 77h semanais;
5	Nuvem	Em torno de 10h por dia, seis dias: mínimo de 60h semanais;
6	Nuvem	Não tem rotina, se organiza a partir de promoções. Conta que costuma trabalhar mais de 12 horas nas sextas, sábados e domingos devido aos maiores rendimentos. Em dias de semana, menos.
7	Nuvem	Não tem rotina certa, diz trabalhar entre oito e 12 horas diárias. Costuma fazer seis dias na semana, mas isso também varia. Jornada não pode ser estimada sem uma grande margem de variação (48h a 72h semanais).
8	Nuvem	11h diárias, 6 dias: 66 horas semanais.
9	OL+ Restaurante fixo	11h diárias, sete dias: 77 horas diárias.
10	Nuvem	Alguns dias faz 11h, outros faz oito horas, seis dias na semana: de 48h a 66h semanais.
11	OL	8h diárias, seis dias na semana (reduziu no último mês, mas pensa em voltar para as 11h diárias). Carga horária no momento de 48h semanais.

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

Dito isso, apesar das grandes variações e incertezas na tentativa de estimar a carga-horária dos entregadores, é seguro afirmar que eles trabalham mais horas e dias do que o grupo dos trabalhadores formalmente assalariados. Com isso, obviamente têm menos tempo disponível fora do trabalho, dificultando a realização de outras atividades; desse modo, os que conseguem narrar uma rotina a descrevem inteiramente ao redor do trabalho e do deslocamento para o trabalho. O menor grau de previsibilidade da rotina é acentuado no caso dos que trabalham pelo regime Nuvem, e pode ser visto nas horas trabalhadas – diversos entregadores informam margens de horas trabalhadas bem grandes –, nos tempos de intervalo (que no caso dos que trabalham pelo modelo Nuvem são pautados pelo ato do entregador desligar o aplicativo ou pela ausência de pedidos) e nos dias trabalhados (diversos entregadores relataram não ter dias fixos de descanso, avaliando a partir de suas próprias condições físicas, questões pessoais a serem resolvidas e rentabilidade do próprio trabalho pelas condições oferecidas pela plataforma). Desse modo, voltamos à pergunta que abriu este capítulo para responder que, sim, há diferenças importantes na experiência temporal cotidiana entre os dois grupos e elas se devem, em grande medida, ao grau de estabilidade do trabalho desempenhado. Afirmarmos que o grau de estabilidade tem

importância na diferença das experiências entre os grupos não significa excluir outros fatores: são trabalhos de natureza muito diferentes, que envolvem, em um caso, uma rotina sedentária dentro de escritório e, em outro, o movimento nas ruas com maior esforço físico e sob demanda dos pedidos. Contudo, argumentamos que a estabilidade do trabalho em sua dimensão cotidiana – pensando estabilidade com constância e invariabilidade que permitem a estruturação de uma rotina – impacta fortemente nas diferenças entre os grupos. Nos parágrafos que se seguem, vamos examinar as razões pelas quais justificamos tais diferenças.

Do ponto de vista da rotina, nossos dados demonstram que os assalariados formais têm maior previsibilidade, seguidos pelos entregadores OL e, por fim, pelos que aderem ao modelo Nuvem. A maior previsibilidade do assalariamento formal é algo já esperado, uma vez que, como já defendemos anteriormente, esse modelo de relação salarial é o paradigma para o trabalho organizado no mercado brasileiro. Nesse sentido, as transformações recentes, com incorporação de dinâmicas desestabilizadoras no assalariamento, agem sobre uma estrutura ainda erguida e que sustenta rotinas típicas bem conhecidas por gerações de trabalhadores: jornadas semanais de 44 ou 40 horas, entrada em horário fixo pela manhã, intervalo para almoço, saída do trabalho em horário fixo no final da tarde, dias fixos para descanso nos finais de semana. Ainda que, conforme veremos no próximo tópico, possamos observar aproximações entre os grupos a partir da desorganização da rotina de alguns assalariados formais que expressam essa tendência de desestabilização dessa estrutura já montada, tal estrutura permanece lá e permite a esse grupo uma maior organização pessoal e de vida.

No caso dos entregadores, a própria divisão do campo encontrado nos obrigou a um esforço analítico posterior, observando que existem diferenças importantes entre aqueles que trabalham com operadoras logísticas e os que aderem ao modelo Nuvem. Nesse sentido, os OLs apresentam maior previsibilidade de rotina porque respondem a um gerenciamento externo, cumprindo escalas previamente organizadas. Desse modo, observamos como, ainda que o modelo de trabalho mediado por aplicativos traga novidades como o autogerenciamento (que trataremos logo adiante, ao falar da rotina dos Nuvens) e o gerenciamento algorítmico, no caso das entregas ele parece não poder renunciar à gerência direta para garantir a prestação de serviços nos locais e horários desejados. Assim, os entregadores optantes do sistema OL parecem se encontrar num híbrido, do ponto de vista de sua experiência cotidiana: cumprem rotinas pré-estabelecidas, com horários fixos e descansos previstos, mas não recebem pelo tempo de

trabalho e sim pelas entregas realizadas (conforme veremos adiante, esse modelo de remuneração está intimamente ligado às longas jornadas desempenhadas). A escolha pelo modelo vinculado às operadoras logísticas se dá pela organização da rotina, preferência para aluguel de bicicletas e prioridade nos pedidos. Contudo, os relatos da relação com essas empresas foram ambivalentes, com alguns relatando casos nos quais as gerências são compreensivas e flexíveis para eventuais dificuldades dos entregadores e outras falando em gerências duras, que impõem o trabalho mesmo em situação de doença sob o risco de ser excluído das escalas da empresa. Desse modo, com esse modelo, os aplicativos conjugam as inovações gerenciais próprias do trabalho mediado por plataformas com as gerências diretas e, de acordo com alguns relatos, autoritárias e inflexíveis, ocasionando numa experiência cotidiana organizada em rotinas fixas para os entregadores e, ao mesmo tempo, incertas quanto à remuneração.

No caso dos entregadores que optam pelo modelo Nuvem, a ausência de rotina relatada por alguns, bem como a grande variabilidade das jornadas descritas por outros, revelam a menor estabilidade que essa forma de relação de trabalho fornece para a organização da experiência cotidiana dos sujeitos. Essa menor organização é um dos sintomas de uma relação de trabalho na qual, conforme propôs Abílio (2019; 2022), o gerenciamento é terceirizado para o próprio trabalhador, que, mantendo-se subordinado à empresa que o remunera, busca estruturar suas rotinas a partir do equilíbrio entre suas necessidades de renda, de descanso e de vida fora do trabalho. Nessa perspectiva, foi mais comum, dentre os entregadores Nuvem, relatos de jornadas de 14 ou 16 horas que eram seguidas por períodos de redução de carga-horária, com o próprio modelo de autogerenciamento em meio à busca pela renda diária se mostrando flexível e desorganizador. A dita autonomia se traduz, em diversos casos, na imprevisibilidade e, com isso, na incapacidade de traçar planos e projetos mais claramente em meio ao cotidiano pouco estruturado.

Exposta a análise sobre as diferenças na organização das rotinas dos grupos, vamos tratar agora dos motivos pelos quais os entregadores efetivamente trabalham mais tempo do que os formais. Chama atenção, primeiro, que nos entregadores dos dois modelos de gerenciamento há uma naturalização de jornadas extremamente extensas, realizadas em seis ou mesmo sete dias da semana. Esse maior tempo de trabalho, em comparação com os formais, está intimamente relacionado ao modelo de remuneração e aos baixos valores pagos no setor. Como podemos ver nos quadros 1 e 2, parece haver uma tendência de os entregadores ganharem valores um pouco mais altos quando em

comparação com os trabalhadores formalmente assalariados. Tal remuneração obviamente não engloba valores para alimentação e transporte, de modo que essa informação necessariamente deve ser relativizada; contudo, há uma percepção de ganhos mais altos para a maioria dos entregadores entrevistados, quando comparam sua atual situação com o trabalho de carteira assinada. Essa percepção de uma remuneração mais alta, contudo, se dá somente a partir de jornadas de trabalho extremamente extensas. Os entregadores entrevistados na pesquisa informam que organizam sua carga horária de trabalho a partir dos ganhos que estipulam como necessários e desejáveis: os OLs optam por turnos de oito ou 11 horas a partir de suas necessidades remuneratórias e os Nuvem organizam seu trabalho a partir dos mesmos parâmetros. Desse modo, ainda que alguns relatem trabalhar pautados pelo número de horas, isso se deve, em grande medida, ao fato de serem as horas necessárias para que eles façam o número de entregas para a remuneração estipulada. Outros, do modelo Nuvem, revelam que não pensam nas horas trabalhadas, se pautando pela meta de ganhos estabelecida (por exemplo, R\$100 diários). Eles informam que o valor da entrega de até três quilômetros de deslocamento pelo iFood é de R\$6,00; a cada quilômetro a mais de deslocamento, há um acréscimo de R\$1,50<sup>12</sup>. As promoções remuneratórias, utilizadas pela plataforma para que haja um número necessário de entregadores para dar conta dos pedidos do dia, sobem o valor da entrega simples (até três quilômetros) para R\$10,00. Esses adicionais de valor, por sua vez, têm grande impacto na auto-organização de alguns entregadores, como veremos mais abaixo em alguns exemplos.

Assim, as longas jornadas desempenhadas pelos entregadores se justificam, sobretudo, pelos baixos valores pagos pelo trabalho desempenhado, se estendendo a partir das necessidades de ganho dos sujeitos. A maior flexibilidade do trabalho, vista especialmente no caso dos Nuvens, que permite aos sujeitos autonomia para folgar a partir de suas próprias necessidades de descanso e não pautados por um dia fixo estabelecido pela empresa, bem como estenderem suas jornadas para obterem ganhos maiores, na prática é atenuada devido à necessidade de longas jornadas para que esse modelo se mostre sustentável economicamente. Os ganhos eventualmente maiores, em comparação com os assalariados formais, se dão a partir de jornadas de 11 horas diárias trabalhadas em seis ou sete dias na semana, muitas vezes. Conforme já referido, tais ganhos são livres

---

<sup>12</sup> Conforme explicado anteriormente, vários entregadores relataram trabalhar também com outros aplicativos, optando pelo que lhes fornecer melhor remuneração no dia e horário.

de descontos, mas também de auxílios específicos para transporte e alimentação. Portanto, a maior autonomia tem como contrapartida não somente o maior risco e imprevisibilidade, mas uma redução imensa do tempo fora do trabalho, de modo que podemos inclusive relativizar esse suposto ganho de autonomia: a remuneração necessária para a reprodução da vida não parece ser obtida, nesse modelo de trabalho, sem que a temporalidade cotidiana seja quase inteiramente organizada ao seu redor.

Tais achados se encontram em consonância com aqueles encontrados por outros autores, como Antunes e Filgueiras (2020), que apontam, a partir de uma pesquisa com entregadores ciclistas, que esses trabalhadores são, na prática, obrigados a longas jornadas devido à baixa remuneração e à responsabilidade de manutenção de seus próprios instrumentos de trabalho<sup>13</sup>. Na visão dos dois autores, os trabalhadores, por necessidade econômica, acabariam por moldar sua vida à demanda por seus serviços, à disposição por todo o tempo, tendo de se responsabilizar, também, pelos momentos em que não podem ou não querem trabalhar por questões de saúde ou descanso.

Essa responsabilização dos trabalhadores pela própria condição de saúde – são eles que arcam com os momentos em que precisam descansar ou se encontram doentes e/ou acidentados – está no âmago do movimento de reconfiguração do trabalho com uso de plataformas digitais, com essas empresas se apresentando, sempre, como parceiras dos trabalhadores. A chamada uberização do trabalho, pensada dentro de um processo mais amplo de reestruturação produtiva que já vinha ocorrendo há décadas, tem como diretriz a transferência de riscos e custos da empresa para os trabalhadores, conforme atestam Krein, Abílio e Borsari (2021), num processo de “[...] produção política da insegurança social [...]” (Laval, 2017, p. 101). Como escreve este último autor a respeito da precariedade das novas formas laborais, os modelos baseados no empreendedorismo são pautados pela incerteza e pelo risco, uma vez que “[...] a remuneração depende do preço obtido no mercado” (Laval, 2017, p.103). Esse autor compreende haver uma “[...] reformulação do trabalho assalariado sob a figura do empreendedor” (Laval, 2017, p.107), cuja sina é, justamente, viver em meio à incerteza<sup>14</sup>. Diante dessa incerteza, o trabalho exaustivo por um período muito pronunciado de tempo acaba sendo o que resta para que os sujeitos possam obter uma renda de sobrevivência mínima ou suficiente para

---

<sup>13</sup> Destacamos que a maioria dos entregadores entrevistados nessa pesquisa alugavam as bicicletas que utilizavam, não usando equipamento próprio.

<sup>14</sup> Laval (2017) vai falar ainda sobre a necessidade de uma afirmação positiva do modelo de vida empreendedor, algo que trataremos em outro tópico.

que tenham acesso ao mundo do consumo e, além disso, possam dar conta de outras variáveis não cobertas pela forma de trabalho que exercem (por exemplo, o valor do transporte público que vários desses sujeitos utilizam ou da alimentação). Diante da insegurança da própria função que exercem, a experiência cotidiana dos entregadores parece uma grande corrida atrás da renda do hoje.

Felipe Moda (2020), que pesquisou as práticas gerenciais das empresas de aplicativos a partir do caso dos motoristas da *Uber*, identificou um modelo de gestão do trabalho baseado na remuneração por tarefa desempenhada. Vejamos com calma seu argumento. As plataformas de serviços não estipulam jornada de trabalho e salário fixo mensal, deixando a decisão sobre as jornadas desempenhadas e a remuneração recebida a cargo dos trabalhadores. Desse modo, a remuneração não se dá por um salário calculado pelo número de horas trabalhadas; no caso dos entregadores aqui pesquisados, o valor é calculado a partir das entregas realizadas e do valor estipulado por cada entrega (dependente da demanda de pedidos que, por sua vez, tem influência nas promoções oferecidas pela plataforma). Moda (2020) então considera que há, obscurecida, uma relação de assalariamento comum no início do capitalismo e nas camadas mais desprotegidas da classe trabalhadora: a remuneração por peça produzida ou tarefa desempenhada. Em seu entendimento, seria possível traçarmos um paralelo com essa forma remuneratória, na qual “[...] a quantia recebida varia de acordo com o que é produzido em vez de ser um valor fixo repassado periodicamente para o trabalhador, como o salário por tempo de trabalho” (Moda, 2020, p.61). Pioneiramente, Marx (2017, p.624-625) detectou essa forma de remuneração em seu estudo sobre a relação de trabalho capitalista, apontando como o salário por peça tornaria do próprio interesse do trabalhador o emprego de sua força de trabalho da forma mais intensa possível, bem como o prolongamento de sua jornada de trabalho, aumentando, assim, sua remuneração diária ou semanal. Lembramos também como Castel (1998) detecta o início da relação salarial na transição da remuneração por peça produzida ou tarefa desempenhada para a remuneração fixa por carga-horária desempenhada, que estruturou o paradigma de emprego nas sociedades capitalistas. Desse modo, no caso do trabalho por aplicativos, o que observamos é um retorno – dentro de suas novidades observáveis a partir da inserção da tecnologia em prol das necessidades de acumulação – para um modelo de remuneração anterior, associado ao início do capitalismo industrial.

No caso dos entregadores por nós entrevistados, podemos observar claramente as longas jornadas desempenhadas e sua relação direta com o modelo de remuneração, com

a maior liberdade e autonomia de carga horária alegada sendo acompanhada de mais trabalho e mais horas trabalhadas para atingir os níveis remuneratórios desejados. Há, portanto, um vínculo direto entre a organização do trabalho dos entregadores por parte da empresa e a experiência temporal dos sujeitos, que é distinta daquela dos assalariados formais: ao ganharem não por tempo trabalhado, mas por tarefas desempenhadas, torna-se do seu interesse estender as jornadas o quanto for possível para melhores remunerações.

Dentro desse quadro de remuneração por tarefa desempenhada, as promoções disponibilizadas pelas plataformas têm papel importante na experiência cotidiana dos entregadores. Lembremos, a promoção nada mais é do que um adicional de valor remuneratório para as tarefas desempenhadas: no caso do *iFood*, os entregadores informam que a entrega básica de até três quilômetros passa a valor R\$10,00 ao invés de R\$6,00. Esses trabalhadores, muitas vezes, organizam suas jornadas em função das promoções, trabalhando muito mais horas quando essas estão disponíveis para garantir uma melhor remuneração, como podemos ver a partir de uma série de exemplos. Uma boa ilustração para essa situação aconteceu em uma tarde de feriado em 2023 que passamos toda na base dos entregadores em Porto Alegre. A base estava cheia de entregadores algo ociosos, à disposição aguardando pedidos, mas sem entregas para realizar durante grande parte do tempo. Eles reclamavam do baixo movimento – Porto Alegre muitas vezes esvazia nos feriados, com parte da população, quando tem condições, viajando – e, concomitantemente, justificavam estar ali devido à promoção oferecida pelo *iFood* naquele dia. Com a figura da promoção remuneratória a empresa garantiu que, mesmo em um dia de baixo movimento, houvesse uma grande quantidade de trabalhadores disponíveis para realizar as entregas necessárias, não deixando os clientes sem o serviço; ao mesmo tempo, o gasto da própria empresa com os trabalhadores seguiu mínimo, uma vez que a promoção só é válida para as entregas realizadas (num dia de baixo movimento, lembramos), com todo o tempo em que os entregadores passaram aguardando na base sendo não-remunerado. Trata-se, portanto, de uma maneira de manter a força de trabalho disponível em momentos de maior interesse para a empresa.

Além dessa observação de uma situação específica, a importância das promoções de remuneração na organização temporal dos trabalhadores por aplicativos foi exposta por seus próprios depoimentos, especialmente no caso dos que trabalham no modelo Nuvem. Nesse sentido, houve entregadores que relatavam mudar seu planejamento semanal a partir das promoções que lhe permitiam maiores ganhos, bem como casos

daqueles que diziam se organizar inteiramente a partir desses adicionais de remuneração. Um caso exemplar é o da Entregadora nº6 (2023, informação verbal), uma das entrevistadas que diz que não tem uma rotina certa para informar, mas que se organiza junto com o marido (também entregador) em torno das promoções: “A gente sabe que na sexta e no domingo tende a ter mais promoções, então a gente já organiza toda a semana em função da sexta, do sábado e do domingo, para ter mais rentabilidade”. As promoções, portanto, têm peso importante nessa certa imprevisibilidade que encontramos nas experiências temporais cotidianas dos entregadores, fazendo com que a força de trabalho flexibilize suas rotinas e organizações para poder acessar ganhos remuneratórios maiores.

Moda (2020) identifica também uma gestão algorítmica do trabalho, que faz com que ele seja realizado nos horários e locais de interesse da empresa. Trata-se de um gerenciamento realizado a partir dos cálculos algorítmicos, que têm como base os dados gerados pelos próprios trabalhadores e usuários, que indica em tempo real como as atividades devem ser desempenhadas. No caso dos entregadores, essa forma de gerenciamento se traduz nas próprias entregas que são disponibilizadas, em sua localização e no tempo disponível para realizar as tarefas. Importante dizer que, no caso de não cumprimento do tempo para a entrega, o entregador tem prejuízos em seu score, isto é, a avaliação no aplicativo. Entregadores com score mais alto tendem a receber mais pedidos de entregas e, com isso, têm acesso a mais trabalho e a mais remuneração. Isso faz com que seja de interesse do trabalhador o trabalho em alta intensidade, tornando mais difícil estratégias de lentificação do trabalho para resguardo e descanso<sup>15</sup>.

É interessante perceber que, mesmo que em diversos momentos os entregadores digam gostar da aparente autonomia oferecida por esse modelo de trabalho, observamos casos daqueles que buscam diminuir o grau de incerteza de seu trabalho e remuneração. Nesse sentido, dois entregadores dividem seu tempo entre o trabalho pelo aplicativo e o trabalho, no turno do almoço, com algum restaurante fixo, que, ainda que informal, ofereça uma remuneração certa pela jornada desempenhada de segunda à sexta-feira. Trata-se de um indício de certa percepção da própria fragilidade na relação com a plataforma, buscando um nível um pouco maior de estabilidade em sua remuneração. O trabalho fixo em um determinado período de horas permite-lhes escapar

---

<sup>15</sup> A esse respeito, um caso inusitado que ocorreu durante a pesquisa de campo foi quando a Entregadora nº. 6 pediu para parar a entrevista, pois estava num local cheio de entregadores com scores mais altos do que o dela e assim não receberia nenhum pedido de entrega. O acesso ao trabalho, portanto, passa por uma avaliação e por uma disputa indireta com os outros trabalhadores, com a entregadora avaliando sua localização e o score dos colegas que a cercam e se movimentando a partir dessa avaliação.

momentaneamente das incertezas que permeiam o modelo dos aplicativos, como o fluxo dos pedidos variável, os valores oferecidos pela empresa e a avaliação das entregas.

Desse modo, ao retomarmos a questão que apresentamos no início deste tópico, vimos como as diferentes formas de gerenciamento e organização do trabalho têm impactos importantes nas experiências temporais cotidianas dos trabalhadores. Nesse sentido, o assalariamento formal, ainda que em meio a transformações que em última instância parecem visar desconstitui-lo, segue propiciando uma estrutura para a organização dessa experiência, no sentido de rotinas estáveis e previsíveis. No caso dos entregadores, observamos diferenças importantes a partir do modelo de trabalho escolhido pelos trabalhadores. Os que optam pelo Nuvem realizam um autogerenciamento, apresentando, por isso, mais dificuldades em manter rotinas organizadas e previsíveis, com vários desses trabalhadores relatando serem mobilizados pelas promoções de remuneração oferecidas pelas empresas em dias e horários específicos. Desse modo, seu tempo cotidiano é pautado pela tentativa de equilíbrio entre suas necessidades de renda, as condições remuneratórias oferecidas pelos aplicativos, seu cansaço físico e mental e as demandas de sua vida fora do trabalho – nesse sentido, há uma mistura entre gerência de si mesmo e gerenciamento algorítmico que influenciam essa experiência. Contudo, a existência das operadoras logísticas demonstra como as plataformas, no ramo das entregas, não podem prescindir de um gerenciamento direto para a realização do trabalho a partir de seus interesses. Nesse sentido, os trabalhadores que escolhem o gerenciamento das operadoras logísticas se encontram numa espécie de híbrido, desempenhando rotinas fixas em meio à incerteza remuneratória, seguindo as tarefas organizadas pelo funcionamento algorítmico da plataforma e, ao mesmo tempo, respondendo a chefias diretas que lhe cobram o cumprimento das escalas previamente acordadas.

Também podemos concluir que os entregadores (OLs e Nuvens) trabalham mais horas e mais dias do que os assalariados formais e não têm quase nenhum tempo para atividades fora do trabalho, algo explicado pelo modelo de remuneração por tarefa desempenhada e pelo baixo valor de remuneração, diante do qual o trabalho de entregas só se mostra sustentável, do ponto de vista econômico, se realizado por jornadas extremamente longas. Desse modo, o modelo de remuneração por tarefas se enquadra na perspectiva de utilização da força de trabalho a partir das necessidades empresariais sem contrapartida, com os entregadores por muito tempo à disposição sem, necessariamente, realizarem entregas durante todo esse tempo (e não sendo remunerados pelo tempo sem

entregas). Trata-se de um padrão muito diferente da relação salarial, na qual os sujeitos são remunerados pelo tempo que permanecem no trabalho. Uma vez expostas as diferenças entre os dois grupos, iremos, no próximo tópico, tratar das aproximações nas experiências cotidianas dos assalariados formais e entregadores.

### 3.2. APROXIMAÇÕES NA TEMPORALIDADE COTIDIANA DOS DOIS GRUPOS

No tópico anterior, tratamos das diferenças que puderam ser observadas na temporalidade cotidiana dos assalariados formais em comparação com os entregadores. Aqui, vamos examinar as possíveis aproximações entre esses dois grupos. Uma delas apareceu já no tópico anterior, na medida em que tratamos dos modos de organização e de rotina dos entregadores que trabalham no modelo OL: assim como os formais, cumprem horários e têm descanso previsto, ainda que sua remuneração dependa das entregas feitas e eles também estejam tão desprotegidos, do ponto de vista trabalhista, quando os entregadores que atuam no modelo Nuvem. Desse modo, se temos os assalariados formais e os entregadores Nuvem como dois modelos paradigmáticos opostos no que diz respeito à estabilidade da experiência cotidiana, os entregadores OL se encontram no meio dos dois quanto ao estabelecimento de rotinas com algum grau de previsibilidade em seu dia-a-dia<sup>16</sup>. Para além dessa aproximação, já tratada, vamos demonstrar aqui como podemos ver, nos relatos dos assalariados formais, semelhanças que se dão por tendências de desorganização desse modo de vínculo trabalhista. Essas tendências se concretizam a partir de ações de gerenciamento, exploração e remuneração do trabalho por parte das empresas contratantes, mas também, em alguns casos específicos, partem de ações dos próprios assalariados formais que buscam maior autonomia e flexibilidade.

Iniciativas de flexibilização da jornada de trabalho têm sido levada a cabo desde a década de 1990, no sentido de desconstrução da estrutura regulatória do assalariamento formal em prol das necessidades patronais (Krein, Abílio, Borsari, 2021). Tais iniciativas se inscrevem num cenário histórico global de reestruturação produtiva - já tratadas exaustivamente na literatura sobre o tema e no cenário brasileiro - que culminam, em

---

<sup>16</sup> É importante salientar: não estamos propondo que os entregadores do regime OL sejam um meio termo entre os dois modelos no sentido das relações de trabalho estabelecidas, uma vez que são tão desprotegidos e precários quando os entregadores do modelo Nuvem. O comentário enfoca, somente, a possibilidade de organização da experiência temporal cotidiana.

2017, na aprovação da Reforma Trabalhista, a institucionalizar práticas como o trabalho intermitente, o teletrabalho, a compensação individual, as jornadas de 12 por 36 horas, dentre outras, na perspectiva de redução dos custos com os tempos mortos do trabalho. Contudo, em grande medida, a Reforma de 2017 buscou legalizar dinâmicas que já vinham ocorrendo no mercado de trabalho nacional, operando no sentido de desconstituir o padrão de proteção social associado à relação salarial (Krein; Colombi, 2019). Em nosso estudo, observamos práticas empresariais que se inscrevem nessa lógica e que constituem elementos de desorganização da experiência temporal dos trabalhadores. Ainda que tais práticas constituam ilegalidades ainda hoje para o assalariamento formal, elas revelam aproximações do modelo de trabalho uberizado observado no caso dos entregadores.

O paradigma da relação salarial pressupõe a separação entre o tempo de trabalho e o tempo fora do trabalho: o trabalhador é remunerado pela jornada exercida em seu local de trabalho e, uma vez fora desse local e período do dia, pode se dedicar a outras atividades. Já vimos como, na interpretação de Castel (1998), esse modelo de remuneração por tempo exerceu grande influência no desenvolvimento das sociedades capitalistas do século XX. Essa separação entre tempo de trabalho e tempo livre teve impactos importantes na indústria do lazer, turismo e cultura – remetemos aqui ao texto clássico de Adorno (1995) que, fiel à sua perspectiva crítica e escrevendo no momento áureo das sociedades salariais europeias, argumenta no sentido de uma continuidade entre o tempo livre e o tempo de trabalho a partir de sua funcionalidade para a reprodução capitalista. Contudo, conforme apontamos no parágrafo anterior, há décadas pode ser observada uma tendência de flexibilização desse modelo de organização temporal. No caso dos assalariados formais entrevistados para esta pesquisa, vimos tendências de embaralhamento entre os tempos de trabalho e fora do trabalho a partir de tarefas a serem realizadas e de trabalho em regime de sobreaviso não remunerado. Nesse sentido, conforme vamos argumentar mais à frente, há uma aproximação com a lógica do trabalhador à disposição encontrada nas entregas por aplicativos.

Primeiramente, é preciso reconhecer que esse padrão não foi visto em todos os assalariados formais, com alguns casos afirmando que não realizam ou se preocupam com suas tarefas profissionais quando terminam o seu expediente. Contudo, essa sobreposição de temporalidades (trabalho/fora do trabalho) foi presente em diversos casos, dentre os quais o mais representativo é o da Assalariada Formal nº. 2, que trabalha como assistente administrativa oficialmente 44 horas semanais e recebe mensalmente R\$1.912,00. Vejamos como ela absorve uma série de demandas outras à sua função que não são

remuneradas. Em seu emprego numa cooperativa que terceiriza serviços de saúde para municípios no Rio Grande do Sul, ela é responsável pelo fechamento das escalas de cerca de 250 funcionários, pelo recrutamento de pessoal para trabalho nos serviços de saúde, pelas demissões e pela fiscalização de ponto e do uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que faz quando vai presencialmente às unidades entregar as escalas de horário. Para além disso, a entrevistada trabalha de sobreaviso, ficando todos os dias com um celular da empresa para a resolução de possíveis problemas que possam acontecer. Os problemas são variados e exigem capacidade de lidar com o imprevisto; podem acontecer em qualquer horário, inclusive tarde da noite, quando ela está em casa com a família. O exemplo de problema que mais acontece, segundo ela, é quando algum trabalhador avisa que não poderá fazer seu horário em determinada unidade de saúde, de modo que ela precisa encontrar, no prazo de horas, outra pessoa para ficar em seu lugar; outras situações comuns são acidentes de trabalho que precisam ser comunicados ou algum funcionário que está sem o uniforme e precisa recebê-lo em curto prazo de tempo para começar a trabalhar. Desse modo, ainda que a jornada oficial de trabalho seja de 44 horas semanais, é óbvio que a entrevistada tem sua vida fora do trabalho completamente invadida pelas demandas profissionais, com esse trabalho de sobreaviso não sendo remunerado por meio de qualquer adicional. Não por acaso, ela define sua rotina de trabalho como uma montanha-russa, com alto grau de imprevisibilidade.

Podemos afirmar que, no caso dessa trabalhadora, há a incorporação de uma lógica mais próxima do modelo informal, por sua imprevisibilidade e irregularidade, no assalariamento formal, que permite, por parte da empresa, um grau maior de exploração e espoliação do trabalho. Com uma remuneração bastante baixa, a trabalhadora realiza 44 horas semanais, exercendo múltiplas funções que vão além do estabelecido para o cargo de assistente administrativa, bem como resolve uma série de demandas imprevistas que podem acontecer em quaisquer horários. Desse modo, ainda que a entrevistada tenha uma rotina de horários organizada, com entrada às 8h12 e saída às 18h, ela também afirma que no trabalho “não tem uma rotina” (Assalariada Formal N°. 2, 2023, informação verbal) e que vive uma imprevisibilidade constante. Há uma certa hibridez entre uma rotina organizada (com entrada e saída do trabalho em horários regulares), uma dinâmica de trabalho extremamente corrida e multifacetada (com o exercício de várias funções no mesmo dia) e acontecimentos que desorganizam a própria rotina em sua estrutura (representados pelo trabalho de sobreaviso, que produz demandas múltiplas a qualquer hora do dia ou da noite).

A prática de sobreaviso não remunerado vista nesse caso é, do ponto de vista de seu funcionamento, extremamente similar à lógica de não remuneração dos tempos de espera dos entregadores, ainda que os trabalhos sejam de natureza muito diferentes. A trabalhadora fica à disposição da empresa durante as 24 horas do dia, com o celular profissional, pronta para resolver qualquer demanda que possa surgir. Esse tempo não é remunerado, de modo que, assim como os entregadores quando aguardam, ela está à disposição, evocando a figura do trabalhador *just-in-time* (De Stefano, 2016). Esse termo foi proposto primeiramente, até onde sabemos, por De Stefano (2016, p.4), que afirmou que as tecnologias da economia de plataformas (*gig-economy*) permitem um nível de flexibilidade novo, com os trabalhadores disponíveis na medida das necessidades empresariais e somente sendo remunerados nos momentos em que efetivamente estão executando as tarefas. Desse modo, observamos como, da mesma forma que os entregadores que por vezes passam longos períodos aguardando pedidos na base em um dia de baixo movimento, a Assalariada Formal nº. 2 está à disposição sem ser remunerada. Diferentemente desses, contudo, ela também não será remunerada para o caso de ter que, efetivamente, resolver alguma situação imprevista: esse trabalho faz parte do cargo que exerce, ainda que não esteja previsto contratualmente.

Para além da questão legal – a prática, nesses moldes, é ilegal –, cabe perceber como ela se dá num contexto específico. Não somente o emprego formal parece acossado pelas ofensivas patronais no sentido de desconstrução de suas estruturas de seguridade social, mas também se encontra cercado pelo crescimento da informalidade nos últimos anos, dos modelos de terceirização dos serviços e pela pulverização de formas de autoempendedorismo subordinado (Rosenfield; Almeida, 2014) identificadas na *PJotização e MEIcização* das relações trabalhistas. Desse modo, o caso está inserido num contexto histórico de eliminação das redes de proteção e segurança social do trabalho. Não por acaso, a própria empresa que emprega a Assalariada Formal nº. 2 atua terceirizando serviços de saúde, isto é, flexibilizando o trabalho que estrutura os serviços públicos municipais de atenção à saúde da população. Desse modo, o contexto de desproteção geral do trabalho exerce uma função de pressão que faz com que haja maior tolerância a esse tipo de prática na relação salarial formal: durante a entrevista, a trabalhadora reconhece a ilegalidade, demonstra incômodo com a situação, mas pretende ficar no emprego por mais tempo, pois entende que as condições do mercado de trabalho estão difíceis e acha que uma experiência maior nessa empresa pode ajudar a melhorar o seu currículo para uma eventual troca futura. Desse modo, parece haver um rebaixamento

geral do trabalho na medida em que a profusão de modelos mais inseguros e menos estáveis servem como pivôs para a pressão, que se dá no cenário político, mas também nas relações diárias dentro das empresas, exercida sobre o assalariamento formal.

Para além de ações empresariais, há uma aproximação entre os mundos formais e informais também a partir das ações dos trabalhadores que buscam ampliar sua fonte de renda e sua rotina realizando outras atividades remuneradas em turnos inversos ao trabalho. O caso mais paradigmático dessa situação foi o da Assalariada Formal nº. 5, que realiza 44 horas de jornada semanal como auxiliar de contabilidade e também atua como revendedora de semijoias e cosméticos de maneira autônoma. Desse modo, ela conta que em todos os sete dias da semana separa um tempo importante para fazer contato, prospectar e conversar com clientes, tirar fotos e vídeos dos produtos para colocar nas redes sociais, gerenciar as contas de *Instagram* das duas linhas de produto (ela tem uma conta para cada uma), fazer entregas dos produtos, dentre outras atividades. Portanto, sua experiência temporal cotidiana também revela certa hibridez, com a rotina organizada de trabalho formal associada ao trabalho constante em horários diversos (noites dos dias de semana, outros horários nos finais de semana) como revendedora autônoma que, assim como os entregadores, não tem vínculo formal nem remuneração por tempo de trabalho com as empresas que revende. Assim como os entregadores, sua remuneração se dá pelas tarefas desempenhadas – no caso, as vendas realizadas – não sendo contabilizado o tempo que disponibiliza para essa ocupação. De modo parecido com o que vemos nos entregadores, ela associa diretamente sua remuneração nas vendas à sua dedicação pessoal: “vai muito do meu esforço, porque em vendas tu tem que correr atrás” (Assalariada Formal Nº. 5, 2023, informação verbal).

A busca por uma multiplicidade de rendas pode ser associada às baixas remunerações recebidas no assalariamento formal. Não por acaso, essa entrevistada conta que começou a trabalhar como autônoma com as vendas após uma viagem em 2020, quando se viu em dificuldades financeiras e decidiu que precisava de uma renda extra (na época, ela também estava formalmente empregada). Ela entende que “se tu tens uma renda extra, não é que tu não te preocupas, mas bem ou mal tu tens, não é uma reserva, mas tu tens onde puxar [em caso de necessidade]” (Assalariada Formal Nº. 5, 2023, informação verbal). Para além das baixas remunerações, o caso dessa entrevistada é exemplar no sentido de uma trajetória extremamente fragmentada, repleta de muitas e distintas experiências de trabalho (conforme será visto no capítulo referente à dimensão biográfica a partir do passado). Essa alta rotatividade revela de alguma forma a própria

insegurança e instabilidade encontrada no modelo de assalariamento formal hoje e parecer relação com sua busca por um trabalho e uma renda constante numa atividade que, contraditoriamente, é marcada pela ideia de flexibilidade, autonomia e imprevisibilidade (vendas não são sempre regulares). Como se, diante da insegurança do próprio mercado de trabalho formal, a entrevistada acabasse por encontrar, num trabalho que demanda sua mobilização contínua (ela fica em função das vendas todos os dias), certa regularidade mínima que lhe permita um pouco mais de segurança econômica.

Esse exemplo demonstra como algumas práticas chamadas empreendedoras (ainda que, tenhamos claro, a entrevistada está trabalhando diretamente, de modo informal, para empresas de cosmético e de joias, remunerada somente pelas peças vendidas) estão relacionadas também à compressão salarial e à insegurança do mercado de trabalho como um todo. Num contexto de experiências múltiplas e curtas de trabalho de baixa remuneração, a revenda constitui mais uma forma de “se virar”, sobreviver e tentar manter padrões mínimos de renda a despeito das alternâncias que possam vir a ser experienciadas no mercado de trabalho, como já havia visto Abílio (2014) estudando as revendedoras de cosméticos. Portanto, ainda que seja uma prática da própria trabalhadora – isto é, não é algo que a empresa lhe impõe, como no caso anterior, e sim algo que ela diz que deseja e gosta de fazer –, ela também tem relação com a insegurança do mundo do trabalho contemporâneo e se insere no mesmo contexto de avanço da desproteção social e de uma precariedade estrutural do trabalho no Brasil.

Desse modo, vimos como, respeitando as diferenças claras entre as duas formas de trabalho, há também aproximações que se dão pelo contexto atual. A primeira delas é o gerenciamento pelas operadoras logísticas do trabalho dos entregadores, que faz com que os que optam por essa modalidade tenham uma experiência temporal cotidiana mais organizada em comparação com os colegas do modelo Nuvem, e cumpram horários, dias de trabalho e períodos de descanso previamente acordados de forma mais próxima dos assalariados formais. Outra aproximação vista foi a tendência de eliminar o pagamento dos tempos mortos do trabalho, com o caso exemplar de uma assalariada formal que passa o dia inteiro à disposição da empresa para a resolução de eventuais problemas sem que, contudo, ela seja remunerada por isso. Nesse sentido, podemos observar como, assim como o trabalho de entregas, há a necessidade de estar à disposição da empresa para executar tarefas assim que elas sejam solicitadas (aproximando-se do trabalho sob demanda, portanto), ocasionando uma desorganização importante dos padrões de rotina da temporalidade cotidiana. Por fim, observamos na ação de alguns assalariados formais

o desejo e a necessidade de realizar trabalhos informais, próximos da lógica das entregas pelo não reconhecimento de vínculo laboral e pela remuneração por tarefa, no turno inverso. Essa prática também significa um tempo cotidiano muito mais tomado por demandas de trabalho e pode ser explicada, em alguma medida, pela instabilidade e insegurança do mercado de trabalho brasileiro, fazendo com que trabalhos como a revenda de itens de beleza constituam uma segurança mínima num cenário incerto. Em comum, nas três situações, está o gerenciamento do trabalho a partir dos interesses capitalistas em um contexto de avanço da insegurança social: seja na necessidade de uma gerência direta do trabalho de entregas para dar conta da demanda em uma determinada área, seja na não-remuneração dos tempos em que há trabalho de divulgação e propaganda, mas não vendas direta dos produtos ou, por fim, na ilegalidade de manter uma profissional responsável por resolver os eventuais problemas de escala da empresa durante as 24 horas por dia sem a remuneração por esse trabalho.

### 3.3. FATORES EXTRÍNSECOS AO TRABALHO QUE INFLUENCIAM A EXPERIÊNCIA TEMPORAL COTIDIANA

Se no tópico anterior demonstramos as diferenças e aproximações entre os dois grupos, neste mostraremos como existem distinções importantes na experiência temporal cotidiana dos sujeitos dentro de cada grupo que se dão, em grande medida, por fatores que são extrínsecos ao trabalho. Desse modo, vamos explorar essas questões que, como veremos, têm grande influência no cotidiano dos trabalhadores: o deslocamento para o trabalho, a constituição de um novo núcleo familiar e a realização do trabalho reprodutivo.

Antes de adentrarmos nesses fatores extrínsecos, contudo, cabe lembrar que questões intrínsecas ao próprio trabalho remunerado explicam diferenças importantes entre as experiências dos sujeitos dentro do mesmo grupo. Lembremos como, no grupo dos assalariados formais, trabalhadores contratados para a mesma função e que exercem oficialmente a mesma carga horária podem ter experiências cotidianas muito distintas: para o Assalariado Formal nº. 1, sua rotina de trabalho é vivida como tranquila no momento, enquanto a Assalariada Formal nº. 2 percebe-se em meio a uma grande imprevisibilidade. Isso se dá porque, apesar de compartilharem uma mesma estrutura (ambos assistentes administrativos, ambos realizam 44 horas semanais durante os dias de semana), as dinâmicas de trabalho são bastante diferentes. Ela acumula mais funções e realiza trabalho remunerado em horários fora de seu expediente, enquanto ele realiza tarefas específicas de trabalho administrativo dentro de sua jornada. Da mesma forma,

no grupo dos entregadores, ainda que o trabalho tenda a ser o mesmo – estar à disposição e, a partir dos encaminhamentos feitos pelo aplicativo, realizar as entregas –, também podemos observar diferenças devidas às formas pelas quais esse trabalho é gerenciado. Desse modo, como já foi demonstrado, enquanto os que trabalham no regime OL tendem a ter uma previsibilidade maior de rotina, com cumprimento de horário mínimo, os que trabalham no regime Nuvem precisam auto-organizar uma rotina de trabalho ou, caso de alguns, se pautar inteiramente a partir de promoções e movimento de entregas.

Reconhecido isso, vamos tratar agora dos fatores extrínsecos ao trabalho remunerado que têm grande peso nas experiências cotidianas de tempo. Observamos, inicialmente nos assalariados formais, como a constituição de um novo núcleo familiar implica um tempo fora do trabalho muito mais atravessado por questões que dificultam a realização de atividades de autocuidado, sociais e educacionais. Nesse sentido, podemos ilustrar como os assalariados formais n.º 1 (jornada de 44h semanais), n.º 5 (44h) e n.º 7 (40h) – dois homens e uma mulher –, ambos solteiros e ainda vinculados ao seu núcleo familiar de origem (vivem com os pais), são capazes de realizar com regularidade atividades como yoga, futebol, coral e um curso de investimentos (n.º1), academia, curso universitário e atividades sociais (n.º5) ou academia, futebol/voleibol e curso universitário (n.º7). O fato de, apesar de adultos, formalmente empregados e remunerados, ainda constituírem o lado mais jovem de seu núcleo familiar lhes permite uma maior autonomia na organização de seu tempo livre, não necessitando, nesse momento, realizar um eventual trabalho de cuidado. Diferente é a situação daqueles que constituíram um novo núcleo familiar com filhos, como o caso das trabalhadoras formais n.º 2 (44h), n.º 4 (44h) e n.º 6 (40h) (duas mulheres e um homem), que, por agora exercerem também um papel afetivo e laboral de cuidado de crianças, se veem com mais dificuldade de organizar autonomamente seu tempo fora do trabalho em atividades outras que não a rotina familiar e de trabalho doméstico. Dessa forma, o Assalariado Formal n.º 6, casado e pai de uma menina, interrompeu seu curso superior momentaneamente por exaustão e incapacidade de dar continuidade à rotina como estava e diz que a única atividade que consegue realizar hoje fora do trabalho é o treino em academia em seu intervalo de almoço. A Assalariada Formal n.º 4, casada e mãe de dois meninos, por sua vez, somente consegue ter um momento solitário porque acorda diariamente entre 4h30 e 5h da manhã, quando lê e faz alguma prática matinal de Reiki ou exercício, e só vê seus filhos à noite porque precisa sair de casa antes de eles acordarem. Por sua vez, a Assalariada Formal n.º 2, casada e mãe de uma menina, diz que no momento não tem tempo e energia para realizar qualquer

atividade física, lúdica, social ou educativa fora do trabalho, sentindo-se completamente exausta no final do dia e dedicando seu tempo e atenção para a criança e organização da rotina familiar.

A possibilidade de uma autonomia do tempo fora do trabalho e a relação com a vida familiar é profundamente afetada pela questão do trabalho doméstico e reprodutivo, que, por sua vez, não pode ser desvinculada de uma questão de gênero. Nesse sentido, as mulheres casadas e com filhos entrevistadas em ambos os grupos falam, seguidamente, em tarefas doméstica e de cuidado como atribuições que elas precisam dar conta para além do trabalho remunerado, algo menos presente nos depoimentos dos homens (mas não totalmente ausente, conforme será ilustrado). A carga de trabalho reprodutivo aparece como um fator importante na exaustão das pessoas, especialmente das mulheres, e, também, mobiliza a ampliação da rede de cuidado para outras familiares. Novamente servindo como caso exemplar, a Assalariada Formal nº. 2, que afirma que não tem condições de fazer qualquer atividade fora do trabalho e da vida familiar, diz que realiza cerca de 70% das atividades domésticas. Desse modo, para além das 44 horas semanais de trabalho remunerado e das responsabilidades que são próprias a uma família com filha, ela arca com a maior parte desse trabalho reprodutivo que não é remunerado. Portanto, quando a entrevistada diz que se sente mentalmente exausta no final do dia e que não tem energia para fazer mais nada, é bastante claro que há motivos muito objetivos para essa exaustão, que passam pelo seu trabalho remunerado, mas, para além dele, pelo trabalho reprodutivo que desempenha em casa.

As mulheres com filhos que foram entrevistadas seguidamente falam na importância do apoio de suas mães ou sogras no cuidado com as crianças e com a casa, expondo, dessa forma, como o afeto familiar é atravessado pelo trabalho reprodutivo que torna possível o trabalho remunerado nos moldes do mercado capitalista, bem como a divisão sexual do trabalho faz com que essa dimensão do cuidado e do doméstico seja historicamente relegada às mulheres da família. Nesse sentido, se anteriormente o trabalho doméstico feminino das esposas era responsável pela possibilidade de reprodução da vida com a exploração do trabalho masculino no mercado, a inserção das mulheres nesse mesmo mercado acaba sendo permitida, muitas vezes, a partir da sua sobrecarga e do papel de cuidado exercido pelas avós, conforme relatado pelas nossas entrevistadas.

Essa conjugação entre afeto familiar, trabalho doméstico e o papel das mulheres no cuidado familiar não é novidade e vem sendo denunciada há muito tempo por

pensadoras feministas. Lembremos como Silvia Federici (2019, p.42-43), em texto originalmente publicado em 1975, expõe como o trabalho doméstico foi “[...] transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas [...]”, não sendo, portanto, reconhecido como trabalho e, assim, remunerado. Esse trabalho doméstico de cuidado com as crianças, a alimentação e a higiene, é obviamente fundamental para a reprodução e manutenção de vida, razão pela qual é denominado trabalho reprodutivo, e, conforme podemos observar em nossas entrevistadas, tem grande peso nas experiências cotidianas das mulheres. Federici (2019, p.225) observou como, no caso dos países capitalistas centrais, há uma tendência de reorganização do trabalho reprodutivo, que passa a ser cada vez mais desempenhado por mulheres migrantes provenientes de nações periféricas a partir da inserção feminina no mercado de trabalho remunerado. No caso das mulheres da classe trabalhadora brasileira aqui entrevistadas, o que vemos é o acúmulo do trabalho remunerado e não-remunerado, com consequente exposição dessas a uma maior sobrecarga que se manifesta em sua exaustão física e mental, bem como uma reorganização do trabalho reprodutivo de outra ordem, com o papel de cuidado e afetivo das avós se mostrando fundamental para a manutenção das condições sociais de reprodução da vida que permite aos dois membros do casal o acesso ao mercado de trabalho remunerado.

A constituição de um novo núcleo familiar e a execução do trabalho reprodutivo também têm impacto sobre as experiências cotidianas de tempo do grupo dos entregadores, ainda que de forma um pouco diferente daquela observada nos formalmente assalariados. Se os entregadores trabalham mais horas e mais dias do que o outro grupo, a presença de família com criança aparece como um fator que faz, no caso da única mulher com filho do grupo, reduzir a carga horária de trabalho remunerado. A Entregadora n.º. 2 (2023, informação verbal) diz explicitamente que trabalha oito horas por dia, seis dias por semana (uma jornada semanal de 48 horas, portanto, e menor que as dos seus colegas), porque “tenho filho e moro longe”. No caso do Entregador n.º. 4 (2023, informação verbal), que vive com esposa e filho, observamos que o entrevistado realizava uma carga horária altíssima – ele conta que saía de casa às 7h30 para começar o trabalho às 9h e seguia até meia-noite, 01h da manhã, chegando em casa por vezes às 2h30 –, mas que decidiu reduzir sua jornada porque já estava “afetando o tempo na minha casa”. Hoje, trabalha em torno de 11 horas diárias, seis dias na semana.

Verificamos como, por um lado, a Entregadora n.º. 2 decidiu que realizaria as oito horas diárias em função do filho, revelando por trás disso um trabalho de cuidado que

precisa ser realizado no ambiente doméstico. De outro lado, o Entregador nº. 4 viu que precisava reduzir uma jornada extremamente extensa porque praticamente não ficava em casa com a família – é fácil perceber que esse trabalho de cuidado necessariamente precisava ser realizado por outra(s) pessoa(s), o que denota diferenças entre os dois casos. Contudo, ambos os trabalhadores optaram por restringir suas jornadas em função do núcleo familiar constituído. Um pouco diferente é o caso do Entregador nº. 9 (2023, informação verbal), que vive com esposa e uma filha de três anos e trabalha 11 horas por dia todos os sete dias da semana. Trata-se de uma altíssima jornada semanal de 77 horas, justificada por ele justamente pela preocupação com o futuro da filha. O entrevistado tem em seu histórico envolvimento com o crime e algumas experiências de prisão, e diz que trabalha todos os dias por tantas horas justamente para que a filha tenha mais e melhores oportunidades do que as que ele teve. Ele praticamente só vê a filha acordada pela manhã, quando a leva para a escola, mas diz que, quanto a isso, “nem tem o que sentir”, porque ele não quer que “ela passe pelo que eu passei”. Desse modo, nesse caso a constituição de um núcleo familiar é justificativa para uma jornada maior de trabalho remunerado; novamente, contudo, há um trabalho reprodutivo que segue sendo feito por alguém na ausência do entrevistado (a esposa, a mãe, a sogra?). Parece óbvio que trabalhar 11 horas em seis ou sete dias na semana numa ocupação insegura não pode ser considerado um privilégio masculino. Ainda assim, é necessário apontar como essa rotina de superexploração é também permitida a partir da de um trabalho não-remunerado de cuidado organizado por relações familiares e desempenhado, em sua maioria, pelas mulheres.

Outro fator que demonstrou ter grande influência na experiência temporal cotidiana de ambos os grupos de trabalhadores foi o deslocamento entre casa e trabalho. As formas pelas quais esse deslocamento é feito, bem como o tempo necessário para percorrer as distâncias, têm impacto direto na possibilidade de realização de outras atividades para além do trabalho, bem como na experiência de cansaço e exaustão ao final do dia. Cabe, primeiramente, apontar como dentre os sete assalariados formais, seis trabalham em Porto Alegre; todos esses seis vivem em áreas distantes do centro da cidade ou em cidades vizinhas da chamada região metropolitana. No caso dos entregadores, temos 11 no total, todos trabalhando em Porto Alegre, com oito vivendo em bairros distantes do centro da cidade ou em municípios vizinhos. Esse quadro exemplifica, primeiramente, como a organização espacial histórica das grandes cidades brasileiras se deu com a expulsão de grande parte da classe trabalhadora nacional para as regiões

periféricas e cidades-satélites, num processo que Roberto Andrés (2023) localiza no processo de urbanização da primeira metade do século XX. Para além da distância, a forma de deslocamento e o tempo a ele associado são elencados como fatores importantes para a organização temporal cotidiana, tendo impacto direto em como essa experiência é vivida pelos sujeitos.

Há diversos exemplos de como o deslocamento urbano impacta nas experiências de tempo cotidiano dos trabalhadores, mas, talvez, um dos mais representativos (por constituir uma exceção) seja justamente o do sujeito para o qual essa questão não está presente. O Assalariado Formal nº. 1, o único que não trabalha em Porto Alegre, mas numa cidade do interior do Rio Grande do Sul com cerca de 120 mil habitantes, consegue realizar outras atividades para além de sua rotina de trabalho. Isso se deve, como exposto anteriormente, em parte pelo seu menor envolvimento com demandas familiares e domésticas, uma vez que o entrevistado é solteiro e segue vivendo em seu núcleo familiar de origem, mas também pelo fato de ele viver próximo do trabalho, indo e voltando a pé em dez minutos. Desse modo, o deslocamento total entre seu local de trabalho e sua casa é realizado em 20 minutos diários, numa caminhada solitária em que pode organizar seus pensamentos, observar a cidade e divagar com alguma liberdade. Essa dinâmica gera um grande impacto em sua rotina. Vejamos como ele costuma acordar às 5h50 da manhã para realizar Yoga e organizar seu desjejum; caso o entrevistado tivesse que realizar um deslocamento que leva em torno de uma hora cada trecho (ida/volta), como é o caso da Assalariada Formal nº. 2, essa prática matinal ou seria inviabilizada ou teria que ser feita num horário muito mais cedo (50 minutos antes, por volta das 5h), ocasionando um grau de cansaço muito maior.

Desse modo, comparemos a situação desse assalariado que, por morar numa cidade menor, constitui uma exceção dentre todos os entrevistados, com os outros trabalhadores que buscam estratégias alternativas para perder menos tempo e energia em seus deslocamentos. A Assalariada Formal nº. 3 opta por pegar uma lotação<sup>17</sup>, mesmo com essa modalidade de transporte não sendo coberta pelo Vale Transporte que recebe em seu emprego. Ela paga do seu bolso o valor do transporte porque para ir de ônibus até

---

<sup>17</sup> Em Porto Alegre, há o modelo de transporte por lotação, que são microônibus que fazem itinerários similares aos dos ônibus com maior autonomia para paradas e maior conforto, tendo capacidade de transporte de 21 a 25 passageiros sentados. O transporte por lotação é um sistema complementar à rede de ônibus urbano, sendo apresentado como alternativa para usuários que buscam maior agilidade e conforto em seu deslocamento. O valor da tarifa de lotação é maior do que a de ônibus: quando da escrita desse texto, a tarifa de ônibus custava R\$4,80, enquanto a de lotação saía por R\$8,00. Informações em: <https://prefeitura.poa.br/transporte>

o trabalho teria que caminhar muito mais, uma vez que não há paradas próximas à sua casa, e porque o ônibus que vai para a região central da cidade fica extremamente lotado nos horários em que precisa se deslocar. A Assalariada Formal nº. 5, que vive em um bairro periférico da capital gaúcha, acorda às 5h20 e logo pega o ônibus para ir para o trabalho, mesmo entrando somente às 8 horas. Isso a permite escapar do trânsito mais pesado da manhã e ela aproveita para fazer musculação numa academia vizinha ao local em que trabalha. Em seu relato, a questão do transporte e do deslocamento aparece sempre como um incômodo e uma preocupação, e ela conta como sair de casa no horário mais convencional, pegando o ônibus lotado, “era totalmente estressante, um ônibus cheio e não tem lugar, tu já chega estressada [no trabalho], é horrível” (Assalariada Formal Nº. 5, 2023, informação verbal).

Essa percepção de como o deslocamento implica uma perda do tempo de vida ao redor do trabalho foi presente em outros depoimentos, nos quais ficava claro a elaboração realizada pelos sujeitos da situação de exploração e cansaço que está vinculada ao modo de vida urbano no Brasil, que obriga o longo e desgastante deslocamento em sistemas de transporte em geral deficitários e lotados. Os percursos tomam tempo que poderia ser dedicado a outras atividades e os assalariados vivenciam rotinas que são quase que inteiramente tomadas pela centralidade do trabalho: se deslocar por um longo tempo para o local de trabalho, realizar a jornada diária, retornar para casa em mais um longo deslocamento, muitas vezes num meio de transporte cheio e em más condições. O tempo restante é pequeno e insuficiente para desenvolver outros interesses.

Os entregadores também demonstraram, em grande medida, incômodo e desconforto com o tempo de deslocamento. Nesse grupo, somente um realiza um deslocamento curto a pé, dois se deslocam de motocicleta, cinco de ônibus e três de bicicleta. Como podemos intuir, os que demonstram em sua fala maior desconforto a esse respeito são os que se deslocam de ônibus e de bicicleta. Vejamos como o Entregador nº. 3, que vive na cidade de Alvorada – município pertencente à região metropolitana de Porto Alegre – gasta normalmente mais de três horas diárias somente em seu deslocamento de ônibus. Ele se organiza, em geral, para terminar seu trabalho por volta das 22h, mas muitas vezes fica até mais tarde em função de maior movimento de pedidos ou de promoções promovidas pela empresa; nesses casos, precisa chegar no terminal de ônibus até a meia-noite e vinte, último horário de saída do ônibus que o deixa em casa. Ele conta que já aconteceu de perder o horário e acabar passando a noite na rua em Porto Alegre, mas que hoje se organiza para que essa situação não se repita. Assim como ele,

outros entregadores falam em deslocamentos em transporte público que, somados, levam em torno de duas a três horas diárias, enquanto desempenham jornadas de trabalho muitas vezes de 11 horas por dia: o tempo livre desses trabalhadores é quase inexistente, portanto, e tomado quase que inteiramente pela necessidade de repouso.

Já os entregadores que se deslocam de bicicleta, ainda que gastem um tempo menor de deslocamento (os três vivem em Porto Alegre, tendo que cobrir uma distância menor entre sua casa e a base dos entregadores da *iFood*), revelam cansaço maior devido a essa locomoção. O Entregador nº. 5 é um exemplo claro: ele vive em um bairro periférico da cidade e utiliza sua própria bicicleta para vir até a região central da cidade e trabalhar. Desse modo, não usa as bicicletas elétricas que são alugadas por seus colegas (alega que não o faz também para não perder dinheiro), o que ocasiona num grau maior de esforço físico diário, expresso diversas vezes em sua fala. Outro exemplo é o Entregador nº. 10, também residente em um bairro periférico de Porto Alegre: ele caminha em torno de dois quilômetros para chegar a uma estação de aluguel de bicicletas que faz parte do sistema patrocinado pelo banco Itaú. Dessa estação, pedala até a base dos entregadores, onde troca de bicicleta e começa o trabalho. Faz o mesmo trajeto de noite em seu retorno para casa, indo até a última estação de aluguel e fazendo os quilômetros finais a pé. Ainda que diga que ainda não tem sentido tanto cansaço em sua rotina de entregador (ele estava somente há três semanas na função quando realizamos a entrevista), o entrevistado fala por algumas vezes sobre o deslocamento – “o que é cansativo para mim é a locomoção, quando eu saio do serviço” (Entregador nº. 10, 2023, informação verbal). Ele diz que pelo fato de utilizar mais as bicicletas elétricas, não tem percebido um desgaste físico excessivo ao longo do seu dia, mas volta a dizer “meu desgaste é isso que eu te falei, me locomover depois que saio”.

Esses últimos casos são paradigmáticos das estratégias que os trabalhadores acabam por desenvolver diante de um trabalho no qual não recebem nenhum tipo de vale-transporte ou auxílio para deslocamento. Para não reduzir seus rendimentos, eles – ainda jovens e com condições de arcar com a maior carga ao qual acabam submetendo seus corpos – abdicam da possibilidade do uso de transporte público e lidam com o maior cansaço devido à locomoção adicional de bicicleta. Os que optam por utilizar o transporte público, em diversos casos, fazem deslocamentos longos e cansativos, como exposto anteriormente; por vezes, acabam conjugando o percurso de ônibus com mais alguns quilômetros de caminhada, devido ao caráter deficitário do sistema público de transporte.

Esse quadro se explica, em grande medida, pela tendência de estabelecimento das populações trabalhadoras mais empobrecidas para as margens e cidades satélites dos grandes centros urbanos, bem como pela precariedade do próprio sistema de transporte, ocasionando uma situação que vincula o deslocamento urbano à exaustão, sofrimento e sentimento de perda inútil do tempo de vida. Ainda que essa seja uma pesquisa vinculada mais diretamente à sociologia do trabalho, tais constatações não são fortuitas: o ato de se deslocar até o local de trabalho tem relação direta com a experiência de trabalho vivida pelos sujeitos, com sua carga de cansaço, sofrimento e sentimento de exploração. Isso é reconhecido pelos próprios trabalhadores, com entrevistados de ambos os grupos falando, em diversos momentos, sobre a não-remuneração por seu tempo de transporte, a exaustão vinculada ao deslocamento e o sentimento de frustração pelo longo tempo perdido. Tal cenário não deveria nos surpreender, uma vez que a centralidade da pauta do transporte e da mobilidade para certo mal-estar que perpassa nossas formas de vida urbana contemporâneas foi demonstrada de maneira explosiva pelas grandes revoltas de 2013. A deterioração do transporte público subfinanciado e gerido a partir de interesses capitalistas, o crescimento do uso do transporte individual e o aumento do tempo de deslocamento nas cidades são questões que escapam do escopo desta tese<sup>18</sup>, mas geram impactos incontornáveis para a experiência temporal cotidiana dos trabalhadores por nós entrevistados.

Como aqui investigamos a experiência de tempo vivida em sua dimensão cotidiana, é possível afirmar categoricamente: o deslocamento até o trabalho tem impacto direto e importante sobre essa. Os sujeitos que vivem mais longe, que não têm condições de utilizar veículo (carro ou motocicleta) próprio para se locomover e/ou que dependem de um sistema de transporte público precarizado ou de sua própria força física para realizar seu deslocamento objetivamente gastam mais horas em torno do trabalho, têm menos tempo disponível para outras atividades (afetivas e familiares, sociais, educacionais, lúdicas e de autocuidado) e expressam, em suas falas, incômodo, cansaço e hostilidade com a situação. Muitas vezes se percebem como vítimas de exploração a partir, justamente, das dificuldades relacionadas ao deslocamento, que acaba por fazê-los colocar em xeque, em suas falas, todo o seu modelo de remuneração e de trabalho: questionam o porquê de não serem remunerados pelo tempo de deslocamento, salientam

---

<sup>18</sup> Para uma análise ao redor desses temas e de sua relação com as revoltas de 2013, remetemos ao texto de Andrés (2023).

suas horas de deslocamento deveriam ser somadas às de trabalho, reforçam como o deslocamento para casa na noite faz com que se sintam exaustos.

Essa distinção entre aqueles que dependem mais diretamente do transporte público ou de sua própria força física para realizar longos deslocamentos não exclui o fato de que mesmo os trabalhadores que utilizam carro próprio – todos assalariados formais, nesta pesquisa – também expressam cansaço e stress em função de seu deslocamento. Tal fato indica o quanto as grandes cidades brasileiras se tornaram, em grande medida, locais de sofrimento para grande parte da população trabalhadora. Cidades congestionadas, com altíssimo número de carros que provocam lentos, cansativos e estressantes deslocamentos em meio a dias repletos de trabalho remunerado e doméstico. Salientamos que Porto Alegre é uma capital ainda não tão grande, com congestionamentos menores e menos lentos do que outras grandes cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, apenas para darmos alguns exemplos.

É possível afirmar também que o fato de os entregadores não receberem vale-transporte os expõe ainda mais a modelos de deslocamento inseguros – retornar de bicicleta no final da noite para casa após um dia longo de trabalho, por exemplo –, bem como os predispõe a um trabalho ainda mais longo e exaustivo, uma vez que o valor do transporte precisa ser abatido de seus rendimentos (independentemente desses rendimentos serem, em alguns casos, maiores do que os dos do grupo formalmente assalariado).

Desse modo, demonstramos como, para além de questões intrínsecas ao trabalho desenvolvido, a experiência temporal cotidiana que é organizada em torno do trabalho remunerado também é fortemente influenciada por fatores extrínsecos – a constituição de um novo núcleo familiar, o trabalho reprodutivo e o deslocamento urbano. Tais questões aparecem em ambos os grupos de trabalhadores, mas se articulam de modo distinto dentro dos dois. Podemos afirmar que é clara uma distinção de gênero na realização do trabalho reprodutivo e, com isso, uma sobrecarga superior sobre as mulheres que acumulam suas funções remuneradas com parte maior desse labor não-remunerado. No âmbito do deslocamento urbano, percebemo-lo como um fator importante para ambos os grupos, com os entrevistados buscando diferentes estratégias para diminuir o tempo perdido e o cansaço associado. Observamos também que os entregadores se encontram mais expostos a formas inseguras de deslocamento por não receberem, em seu modelo de trabalho, a remuneração do transporte público.

### 3.4. A EXPERIÊNCIA TEMPORAL COTIDIANA EM SUA DIMENSÃO SUBJETIVA

Começamos esse tópico reconhecendo que uma separação estrita entre as dimensões objetiva da experiência temporal cotidiana – horas trabalhadas, dias trabalhados, rotinas estabelecidas etc. – e subjetiva – modos pelos quais a experiência é narrada, sentimentos e afetos revelados pela narrativa, eventual sofrimento exposto na fala sobre o dia-a-dia – só tem valor analítico tendo em vista nossa dificuldade em contemplar a experiência como um todo. Os sujeitos efetivamente vivem experiências temporais nas quais essa separação não é estanque, com o estado psíquico por vezes afetando a dita objetividade de sua rotina cotidiana e vice-versa. Nos tópicos anteriores, por diversas vezes mencionamos fatores subjetivos que apareceram nas entrevistas enquanto tratávamos de uma análise que se pretendia mais objetiva. Contudo, para fins de uma exposição mais clara e de uma análise mais cuidadosa, propomos no texto essa divisão.

Como podemos esperar, os aspectos subjetivos em torno da experiência temporal cotidiana não são os mesmos para os dois grupos, tampouco são completamente uniformes dentro de cada grupo de trabalhadores. Eles também estão diretamente ligados às horas trabalhadas, ao tipo de trabalho que é realizado e aos fatores externos ao trabalho que apresentamos previamente (deslocamento, constituição de família e realização de trabalho reprodutivo). Podemos colocar, como proposição inicial, o seguinte paradoxo: os trabalhadores formalmente assalariados, que, como vimos, realizam uma jornada de trabalho mais curta e em menos dias, tendem a apresentar mais claramente, em sua fala, a enunciação de uma oposição contra as empresas e as chefias, bem como um sofrimento vinculado ao tempo de vida perdido em função do trabalho. Na fala dos entregadores por aplicativo, por sua vez, há uma tendência desse tipo de situação aparecer de forma mais velada e menos explícita, presente mais como subtexto do que como argumento principal de suas explicações. Esse paradoxo não exclui a complexidade presente dentro de cada grupo com, em alguns casos, os modelos de apropriação subjetiva da experiência e eventual sofrimento se aproximando daqueles observados como tendência no grupo contrário.

Vamos explorar esse aparente paradoxo, bem como a complexidade de ambos os grupos da pesquisa, nos parágrafos por vir. Contudo, antes disso é necessário argumentar que a dimensão objetiva da experiência temporal tem relação íntima com a apropriação subjetiva realizada pelos sujeitos dessa experiência, de modo a não dar a entender,

falsamente, que esta última se encontra distante da realidade social vivida no plano concreto. Desse modo, as horas e dias trabalhados, o trabalho doméstico realizado, as dificuldades de deslocamento, as responsabilidades familiares, tudo isso têm grande impacto em como a experiência temporal cotidiana é apreendida subjetivamente pelos sujeitos. Pessoas que realizam jornadas com as mesmas 44 horas semanais, como os assalariados formais n.º. 1 e n.º. 2, expressam sentimentos extremamente distintos: enquanto o primeiro diz repetidas vezes sobre como seu trabalho e sua rotina estão tranquilos no atual momento, a segunda fala que de noite se encontra em estado de “exaustão mental”. Tais diferenças se devem ao fato de, apesar de ambos realizarem a mesma carga horária de trabalho remunerado, *eles viverem objetivamente experiências muito distintas* devido aos fatores elencados anteriormente.

O grande dispêndio de tempo em função do trabalho aparece como fator de angústia para diversos trabalhadores de ambos os grupos. A impossibilidade de se dedicar a outros interesses, a distância da família e de outras relações próximas em função de um cotidiano tomado pelo trabalho e o sentimento de redução da vida às atividades laborais surgem nas falas expressando perturbação, indignação e cansaço. Esse primeiro achado está em consonância com a história das disputas sociais ao redor do tempo de trabalho, que há séculos motivam debates econômicos e políticos de maneira mais intensa até do que os conflitos em torno da remuneração, como assinala Rosa (2019a, p. 25). Como aponta Castel (1998, p. 438), a luta pela redução do tempo de trabalho é uma das aspirações mais antigas e veementes da classe trabalhadora, por permitir que o trabalhador não seja reduzido somente ao seu trabalho, mas possa também experimentar a vida de outras formas. O desejo de não ter a vida restrita à ocupação profissional entra em conflito com os interesses de reprodução do capital, ocasionando um mal-estar que perpassa os relatos.

Conforme apresentado no início do tópico, esse mal-estar aparece mais claramente enunciado no grupo dos assalariados formais. Mesmo em um exemplo típico de ascensão social bem-sucedida por meio do trabalho, como no caso da Assalariada Formal n.º. 4, podemos observar uma grande angústia vinculada à rotina inteiramente organizada para o trabalho e a ausência de tempo para a convivência com seus dois filhos<sup>19</sup>. Contudo,

---

<sup>19</sup> O caso dessa entrevistada é singular: ela se motivou a participar da pesquisa justamente porque entende que o pouco tempo disponível para as outras esferas de sua vida é uma questão que lhe provoca grandes angústias e dúvidas com relação ao que ela quer para o futuro, mesmo que, hoje, se encontre em um posto bem-remunerado que representa uma trajetória ascensional de sucesso.

dentre esse grupo esse sentimento aparece de modo mais exemplar nas palavras do Assalariado Formal nº. 6, que trabalha 40 horas como assistente administrativo numa empresa de advocacia. Ele mora em Canoas, cidade vizinha à Porto Alegre, e se desloca toda manhã de trem para o centro da capital gaúcha, onde está localizado seu local de trabalho; após suas oito horas diárias de carga horária, sai às 18h30 e retorna para casa. À noite, se dedica à convivência com a família (esposa e filha) e, depois que a filha dorme (por volta das 22h), tenta ainda estudar e realizar cursos. A falta de tempo e energia para desenvolver seus outros interesses, que tenta no curto momento noturno após o sono de sua filha, lhe provoca sofrimento e revolta, que é revelada por sua fala:

Eu começo minha rotina às 7h, eu saio às 8h de casa para ir ao trabalho e chego às 19h15 em casa! Imagina! Eu fico quase 12 horas fora, metade de um dia eu fico na volta de trabalhar! Daí o restante eu tenho que dividir entre sono, cuidar da minha família e estudar! Eu tento não ficar pensando nisso, porque quando tu para pra pensar nisso... [não completa] (Assalariado Formal Nº. 6, 2023, informação verbal).

Ele sente, a partir dessa reflexão, que não é remunerado adequadamente por seu tempo, pois o salário não engloba as horas que passa se deslocando, e conclui que praticamente vive para o seu trabalho. Esse sentimento de ter a vida inteiramente tomada pelo trabalho, assim como a falta de tempo para desenvolver seus outros interesses e eventuais dificuldades econômicas que sua família enfrenta, são associadas, por esse entrevistado, às crises de ansiedade que ele tem sofrido nos últimos anos. Ele conta que as crises começaram quando a situação financeira de sua família estava mais apertada e, além disso, numa época ele ainda realizava jornada semanal de 44 horas de trabalho (na mesma empresa em que está hoje). Vejamos como ele interpreta esse momento:

Tem a carga horária que tu precisa cumprir, tu fica devendo hora, tu tem questão de faculdade, tudo junto, tua vida financeira não está saudável... Tudo junto acabou me causando um transtorno de ansiedade muito forte, e a partir dali, daí sim, eu senti que nunca mais consegui me recuperar, ficar 100% (Assalariado Formal Nº. 6, 2023, informação verbal).

Chama atenção como sua fala, ao contar desse período e desse acontecimento em sua vida, parece sobrecarregada: os elementos vão se somando sem pausa (carga horária, horas devidas, faculdade, vida financeira) até a conclusão na manifestação do sofrimento por meio da crise de ansiedade. E a partir dela há uma mudança em sua vida e ele nunca mais conseguiu se recuperar plenamente. Aqui é difícil não lembrar de como Rosa

(2019a) aponta que um dos sintomas da superaceleração contemporânea se dá na crise psíquica dos sujeitos: o sentimento de intensa atividade sem, no entanto, um horizonte claro no futuro estaria, na visão desse autor, na fonte de fenômenos de sofrimento como a ansiedade e o *burnout*. Em âmbito bem mais modesto, pudemos observar esse tipo de sofrimento vinculado à ansiedade em nossa pesquisa prévia com jornalistas, quando diversos deles associavam o sofrimento por eles vivenciado com o excesso de tarefas desempenhadas em curto espaço de tempo no trabalho (Cremonini, 2019). No caso desse trabalhador assalariado, o sofrimento psíquico aparece relacionado à rotina de trabalho, às dificuldades de desenvolver seus outros interesses – que, conforme veremos na análise do futuro, passam pela formação educacional para a construção de um outro tipo de futuro – e, por fim, pela insegurança econômica. Desse modo, o tempo acelerado vivido em sua dimensão cotidiana tem relação com a improbabilidade de conquistar outra vida desejada no futuro, com essa dissonância entre o que se deseja e as condições atuais para chegar nesse lugar desejado sendo expressa na forma do sofrimento.

No caso do grupo dos assalariados formais, a clareza na expressão das angústias envolvidas no peso que o trabalho desempenha na organização de sua experiência temporal se deve, julgamos, ao status já consolidado historicamente da relação salarial. Conforme argumentou Thompson (1998), a disposição subjetiva para a temporalidade do trabalho capitalista envolveu um longo processo de disciplinamento corporal e moral a partir de diferentes estratégias por parte das classes capitalistas. Como aponta Castel (1998), a relação salarial comporta não somente o modelo de remuneração e as garantias legais de seguridade social, mas, também, “[...] uma forma de disciplina do trabalho [...]” (Castel, 1998, p.421) que passa pela submissão à organização temporal das jornadas de trabalho fixas. Desse modo, não há novidade em rotinas estruturadas em torno de oito ou oito horas e meia de trabalho diárias: o padrão é conhecido como paradigma organizador do mercado de trabalho brasileiro há mais de sete décadas e nossos entrevistados assalariados formais são, em diversos casos, filhos de trabalhadores que vivenciaram essa mesma estrutura temporal. Desse modo, o mal-estar e, por vezes, o sofrimento que emergem nos relatos da temporalidade cotidiana expressam o preço desse processo de disciplinamento: a percepção de que a vida poderia ser mais do que somente uma organização em torno do trabalho segue falando, mesmo que em voz baixa, e ecoando, em sua angústia, lutas sociais históricas em torno do direito ao tempo.

A enunciação clara dos desconfortos e angústias do trabalho dos assalariados formais pode ser explicada também pela transparência da relação de subordinação

salarial, que aparece em queixas, demandas e desconfortos. A identificação clara das chefias ou empregadores faz com que, em quase todas as entrevistas, seja possível detectar queixas direcionadas a situações do trabalho. Desse modo, nos parece que a lógica de uma subordinação salarial identificável facilita aos trabalhadores o encaminhamento dos desconfortos próprios da exploração capitalista de seu trabalho para alvos mais claros. Perceber-se numa relação profissional que, em diversos momentos, carrega traços de antagonismo permite identificar esses desconfortos e dar-lhes forma narrativa a partir de uma relação de oposição (a empresa e as chefias de um lado, de outro os trabalhadores).

No caso dos entregadores, podemos observar como tendência, presente na fala de diversos entrevistados, uma tensão entre uma valorização de um sentimento de maior liberdade em comparação com a subordinação salarial formal, a corrida por ganhos remuneratórios que são visíveis diariamente – e, em diversos casos, maior do que os dos assalariados formais – e estimulam o trabalho e, concomitantemente, o cansaço, a exaustão e os prejuízos físicos e psicológicos que se anunciam, por vezes abertamente e por vezes veladamente. Em meio a esse campo de forças que, do ponto de vista subjetivo, apontam para lugares distintos, o sujeito se equilibra.

A valorização de uma libertação da relação de subordinação salarial clássica aparece na fala de quase todos os entregadores, que dizem, com algum orgulho, que podem decidir seus próprios horários, descansar quando quiserem e que não são “Severino”<sup>20</sup> (termo usado por eles para identificar trabalhador de carteira assinada). Conforme veremos no capítulo sobre a dimensão biográfica do tempo, praticamente todos os entregadores tiveram empregos prévios nos moldes do assalariamento formal, lembrados muitas vezes como experiências de sofrimento e de injustiça. Novamente, a identificação clara de uma relação de subordinação parece importante para isso: os entregadores lembram de chefias abusivas, que reclamavam se eles fossem ao banheiro (caso do Entregador n.º. 11) ou quando eram necessários afastamentos por situações de saúde (Entregadora n.º. 6). Nesse sentido, o regime de trabalho atual de aparente autonomia é vivido como uma libertação de um modelo anterior identificado claramente com situações de opressão e exploração. O Entregador n.º. 10 (2023, informação verbal)

---

<sup>20</sup> O termo, por si só, já é muito interessante pelo que revela, pois, no imaginário nacional, trata-se de um nome associado à condição de trabalhador super-explorado oriundo do nordeste do Brasil. Lembremos como um dos grandes poemas modernos da língua portuguesa, de João Cabral de Melo Neto, utiliza-se do nome “Severino” para tratar da sina do trabalhador nordestino emigrante. O uso do termo, portanto, demonstra o quanto o trabalho formal é associado, no discurso dos entregadores, à condição de servidão.

ilustra isso ao dizer que “eu tenho flexibilidade de fazer isso: *se eu quiser*, eu trabalho, *se eu não quiser*, eu não trabalho”.

Talvez o caso mais emblemático dessa valorização de uma autonomia e de uma relação no qual a subordinação não está bem identificada é o da Entregadora n°. 6 (2023, informação verbal). Com algumas experiências de assalariamento formal, ela trabalha com entregas já há três anos e meio. Ela conta também que sofre de uma situação de saúde (artrite<sup>21</sup>, que é mais pronunciada em suas mãos) que lhe provoca dores intensas e faz com que, em alguns dias, ela precise ficar em casa. Em experiências anteriores, ela conta que os dias de eventuais afastamentos, decorrentes de sua condição de saúde, eram sempre situações desagradáveis, pois ela tinha que avisar a chefia e nem sempre isso era bem aceito: “eu tive bastante problema com isso quando era carteira assinada”. O seu novo regime de trabalho, sem a identificação clara de uma chefia que pode lhe fazer cobranças acerca dessas questões, não deixa de ser vivido como uma emancipação em relação à antiga relação de subordinação, na qual suas condições de saúde eram pauta de discussão com seus superiores nos casos de afastamento. Hoje, ela conta que “quando eu estou ruim, eu fico em casa. Isso é um dos grandes motivos de eu gostar tanto, porque não me gera o stress de ter que estar avisando patrão e tudo mais”.

Há, também, um vínculo entre esse sentimento de autonomia e liberdade e a remuneração. Foi comum, na fala dos entregadores, a percepção de que o modelo de trabalho que desempenham atualmente é mais justo, pois o dinheiro ganho é dependente do esforço realizado. Identificando as situações de emprego formal com baixos salários, os entregadores entendem que *eles têm a liberdade* de fazer as jornadas de trabalho longas o suficiente para obter os ganhos remuneratórios que acham necessários. A mesma Entregadora n°. 6 (2023, informação verbal) ilustra essa percepção quando diz “*se eu quiser* trabalhar mais horas para ganhar mais, *eu posso*”. O Entregador n°. 8 (2023, informação verbal) fala como “a pior coisa que alguém pode fazer é ganhar por tempo, a gente tem que ganhar pelo esforço”.

Esse entendimento de uma autonomia para gerenciar os próprios horários e trabalhar mais horas para ganhar mais dinheiro anda junta com a percepção, praticamente de todos os entregadores entrevistados, de que suas remunerações são bem melhores hoje

---

<sup>21</sup> De acordo com definição da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, trata-se de uma doença crônica das articulações, provocando dor, inchaço, calor e rigidez. Ver em: <https://bvsm.sau.gov.br/artrite-reumatoide-e-artrose-oesteoartrite/#:~:text=A%20artrose%20ou%20osteoartrite%20%C3%A9,parte%20do%20envelhecimento%20do%20organismo.>

do que quando trabalhavam em empregos formais. Em todas as entrevistas com os entregadores, quando falávamos sobre experiências anteriores de assalariamento formal e sobre a possibilidade de voltar ao trabalho nesses moldes, eles citaram que os ganhos hoje como entregadores são muito melhores e que não valeria a pena para eles esse retorno. A remuneração, portanto, anda junto com o sentimento de autonomia: poder trabalhar mais horas e mais dias é visto como uma libertação, uma possibilidade de se esforçar mais para ter ganhos maiores do que os de um trabalho formal, com jornada e remuneração fixas. De modo quase paradoxal para quem não está inserido nessa forma de trabalho, na fala desses entrevistados, desempenhar jornadas longuíssimas é percebido como uma liberdade: essa é uma forma de trabalho que permite que os sujeitos trabalhem até quando eles aguentarem para correr atrás de suas necessidades de renda. É difícil não ver esse sentimento de liberdade de trabalhar mais horas em conjunto com o processo histórico de esvaziamento do papel social do Estado (mais pronunciado nos últimos anos), com a reconfiguração do mundo do trabalho a partir de novas estratégias de acumulação capitalista e o esvaziamento da ideia de previdência e seguridade social, indicando um cenário no qual não há mais pacto de solidariedade possível. Nesse novo contexto no qual o papel regulatório do Estado parece não ter mais lugar, trabalhar jornadas longuíssimas para obter uma melhor remuneração aparece como conquista: se não há proteção social, que pelo menos não se atrapalhe a corrida de cada um.

Notemos também, ainda nessa questão de rendimentos como motivação para muitas horas de trabalho, como a organização das próprias plataformas (os aplicativos), com tarefas a serem desempenhadas (as entregas), distância a ser percorrida e a remuneração exata a receber pela tarefa auxiliam na percepção de certa materialidade do dinheiro a ser recebido. Esse processo de organização das plataformas vem sendo chamado de taskificação (Grohmann e Qiu, 2020) e ilustra como os próprios aplicativos já carregam um determinado ideal de temporalidade, marcado pelo imperativo da aceleração (Wacjman, 2019), bem como as estratégias que são utilizadas pelas plataformas para influenciar o tempo de engajamento de trabalhadores no aplicativo. A esse respeito, a reportagem de Noam Scheiber (2017) revela como a empresa paradigmática desse novo modelo – a *Uber* – emprega centenas de cientistas sociais e cientistas de dados para o desenvolvimento de incentivos psicológicos para aumentar o tempo de engajamento dos motoristas no trabalho, utilizando-se de técnicas presentes em vídeo games e serviços de streaming para fazer com que os sujeitos trabalhem mais tempo. No caso dos entregadores, destacamos como o sentimento dessa maior

materialidade da remuneração que influencia em sua dedicação ao trabalho se dá também porque, ao invés do valor fixo recebido pelo mês trabalhado, o sujeito vê o valor que receberá por cada entrega feita. Desse modo, é capaz de estabelecer metas pessoais de remuneração para o dia e seguir realizando entregas até essa meta ser batida. Como disse um dos entrevistados, “o cara vê o dinheiro” (Entregador N°. 11, 2023, informação verbal).

Essa forma de remuneração, contudo, ocasiona numa angústia maior dos sujeitos com relação ao movimento de entregas. Por estarem à disposição da empresa durante a maior parte do dia, mas não serem pagos por esse tempo e sim pelas entregas realizadas, observamos uma preocupação constante desses trabalhadores durante esses momentos vazios do dia. Foram vários os entregadores que, enquanto eram entrevistados para essa pesquisa, demonstraram certa ansiedade, com os olhos indo e voltando recorrentemente para o telefone celular à espera do chamado para o trabalho. O fato de entregadores com maior score terem preferência no recebimento de pedidos cria um cenário em que os sujeitos estão avaliando constantemente a posição onde estão, os scores dos colegas que o cercam e suas avaliações em comparação com eles, optando por se deslocar ou permanecer no mesmo lugar em busca dos pedidos. Em mais de uma das ocasiões em que realizamos a pesquisa de campo na base dos entregadores, esses trabalhadores expressaram frustração e angústia porque o dia estava muito ruim, do ponto de vista do número de entregas. Desse modo, ainda que não tenhamos observado, em nosso material de campo, falas que relatassem crises de ansiedade ou angústia de difícil manejo em função desse tempo de espera não-remunerado, nossa observação permite dizer que ele desempenha um papel importante na experiência subjetiva dos entregadores em sua relação com o trabalho e a renda que precisam ou desejam. Nascimento e Borges (2022), analisando a relação entre precarização do trabalho e saúde mental de trabalhadores por plataformas por meio de questionário online, elencaram como fatores estressores as longas jornadas de trabalho, a baixa remuneração e a falta de direitos básicos, não citando esse tempo de espera pelas entregas. Contudo, entendemos que, por observarmos a dinâmica do trabalho dos entregadores *in loco* e termos conversado com eles diretamente durante suas jornadas de trabalho, esse fator tenha aparecido mais facilmente em nossa pesquisa. Abílio (2022), traçando perfis de diferentes tipos de trabalhadores por plataforma, também observou que havia um tipo de ansiedade relacionado ao tempo de espera pelas tarefas, no que nossos achados se aproximam dos da autora (ainda que, em

seu estudo, os relatos desse tipo de sofrimento tenham sido mais claros do que nos entregadores entrevistados por nós).

O sentimento de liberdade exposto pelos entregadores e traduzido na ausência de chefias e na possibilidade de trabalhar o quanto se quer, contudo, tem limites muito claros que aparecem a partir dos corpos e das condições psíquicas das pessoas. O cansaço físico e mental está amplamente presente nas falas dos entregadores, seja de maneira aberta, seja de maneira velada. A compreensão de que os ganhos desejados são dependentes de um esforço altíssimo, não sendo sempre possíveis devido às condições físicas e psíquicas do sujeito, se revela em diferentes momentos das entrevistas. Vejamos como o Entregador nº. 3 (2023, informação verbal), que contou que, por um período, chegou a trabalhar 16 horas em alguns dias, explica sua remuneração: “Se tu estiver fisicamente bem para trabalhar, tu consegue puxar, estender um pouco mais ali e consegue fazer um dinheiro maior”. A fala ilustra como os ganhos financeiros mais altos, valorizados nas falas dos entregadores, são dependentes de um nível de esforço nem sempre viável – “se tu estiver fisicamente bem para trabalhar”, com o “se” sinalizando que isso nem sempre é realidade.

Esses limites físicos e mentais para obter ganhos maiores revelam, por outro lado, o tipo de aprisionamento pelo modelo de remuneração por tarefa adotado pelas plataformas de serviços, diante do qual o sujeito é obrigado a desempenhar longas jornadas para obter a renda necessária. O Entregador nº. 9 (2023, informação verbal), que trabalha 11 horas em todos os sete dias da semana e diz que não tem tempo para ficar cansado, ilustra ao dizer que “a nossa dificuldade é: se tu não trabalha, tu não tem, tu não ganha, [não é] como uma CLT. A gente tem que trabalhar todos os dias para poder pegar e sustentar a família”. Desse modo, o mesmo modelo de trabalho que os sujeitos narram como uma libertação da subordinação salarial revela outro tipo de subordinação e sobre-exploração, na qual o trabalho exaustivo em uma jornada de trabalho altíssima se mostra uma necessidade sem o qual os ganhos econômicos serão muito menores.

Trata-se de uma forma de exploração laboral na qual, como escreveu Veronica Gago (2018, p. 42-43), há uma composição inédita entre uma liberação do modelo de subordinação salarial fordista com novas formas de servidão baseadas no funcionamento do mercado. Desse modo, o sujeito, realizando entregas com diversos aplicativos num mesmo dia (*iFood, Rappi, Uber Eats*), que diz trabalhar nesse modelo porque obtém ganhos maiores e porque se sente libertado de um outro tipo de subordinação já experimentado, se vê também obrigado a trabalhar muito mais horas e mais dias por semana do que aqueles inseridos nesse outro modelo, o assalariamento formal. Sem esse

trabalho adicional, seus ganhos serão menores e não justificarão essa forma de trabalho sem garantias mínimas de seguridade. Desse modo, ainda que haja uma valorização, por parte dos entregadores, do esforço por eles desempenhado e sua tradução em dinheiro – como alguns falaram, eles ganham pelo esforço e não por tempo –, há uma exaustão que se anuncia, por vezes de forma atomizada, nos depoimentos, da qual parece ser quase impossível escapar.

Essa exaustão e o caráter de submissão presente no trabalho organizado por meio das plataformas podem ser ilustrados em várias falas dos entregadores, dentre as quais destacamos as do Entregador n.º 5 (2023, informação verbal). Esse entrevistado fala como “esse *serviço* cansa muito o corpo, a mente” e diz que seu trabalho “prejudica muito o corpo, mas a gente tem que trabalhar, não tem o que fazer”. Esse depoimento é particularmente revelador do caráter de servidão desse modelo de trabalho que acaba muitas vezes obscurecido por outros ganhos, sejam remuneratórios, sejam no sentimento de autonomia. Sua fala apresenta o trabalho excessivo, o qual ele identifica como prejudicial ao seu corpo, como uma realidade inegociável diante da qual resta seguir trabalhando – “a *gente tem que trabalhar, não tem o que fazer*”. Independente dos prejuízos físicos, da exaustão mental, de um eventual adoecimento: sem trabalho não há ganho e sem muito trabalho não há ganhos suficientes para justificar esse modelo tão desprotegido. A libertação da relação salarial se dá por um retorno, como propôs Moda (2020), ao modelo de remuneração por tarefa desempenhada, no qual as longas jornadas se tornam interesse do próprio trabalhador para obter a remuneração necessária para sua reprodução social.

Diante disso, os sujeitos não ficam inertes e acham diferentes estratégias para lidar com esse equilíbrio fino entre necessidades econômicas, possibilidades de ganhos e os seus próprios limites físicos e mentais. Foram comuns os sujeitos que relataram ciclos de reduções e aumentos de carga horária a partir de suas próprias condições de cansaço e necessidades remuneratórias. Um caso emblemático é o do Entregador n.º 11 (2023, informação verbal), que, no mês em que participou da entrevista para a pesquisa (junho de 2023), estava realizando uma jornada de trabalho de oito horas diárias, seis dias por semana. Sua rotina do trabalho, naquele momento, era entre 11h e 15h, com três horas de descanso na base dos entregadores, e entre 18h e 22h. Até o mês anterior vinha realizando 11 horas de jornada, trabalhando também entre 15h e 18h, mas resolveu reduzir porque ficava muito cansado. Em suas palavras: “eu chegava em casa e não dava para nada, com dor nas pernas, eu lembro como é que era, ficava muito, muito ruim”. Contudo, apesar da

lembrança de tamanha exaustão, ele dizia já estar pensando em retornar para a jornada de 11 horas no próximo mês, porque “o cara faz mais dinheiro” e porque, como não mora próximo à base dos entregadores, acaba passando o dia inteiro por ali mesmo. Ele conta também que já reduziu e aumentou a jornada várias vezes nesse tempo em que trabalha como entregador (um ano e meio) e que, quando está muito cansado, pede para sair do turno da tarde (ele trabalha no sistema OL).

Essa trajetória de uma redução de uma longa e exaustiva jornada para, logo no mês seguinte, pensar seriamente em voltar à mesma longa e exaustiva jornada, ainda que pareça algo peculiar, talvez revele certa capacidade de navegar em meio às diferentes variáveis que influenciam o trabalho de entregas por aplicativos: o sujeito equilibra suas condições físicas e mentais e a exaustão que atravessa sua experiência de trabalho com seus desejos e necessidades remuneratórias, flexibilizando ao extremo a própria rotina. Desse modo, ele alterna entre momentos nos quais as longas jornadas lhe levam a seus limites físicos e psíquicos com momentos breves de respiro que talvez sejam fundamentais para que o trabalho continue sendo suportável. Desprotegido e exercendo um trabalho desregulamentado, sabendo que sua remuneração é diretamente dependente da sua capacidade de realizar entregas por longas horas em seis dias por semana, o sujeito navega em sua própria exaustão, se equilibrando num fio tênue entre aquilo que seu corpo e mente permitem e aquilo que ele precisa e deseja do ponto de vista econômico.

A ausência de uma relação de subordinação clara também parece desempenhar outro papel na experiência subjetiva dos entregadores. Como visto anteriormente, os entrevistados não se identificam como empregados das empresas, trabalham com diferentes aplicativos ao mesmo tempo e se percebem como livres para fazer suas próprias jornadas de trabalho, podendo descansar quando quiserem e trabalhar mais quando acharem desejável. Se, por um lado, argumentamos como essa suposta liberdade esbarra nos próprios limites das pessoas e no modelo de remuneração, que acaba por obrigar longas jornadas de trabalho para ganhos considerados adequados, nos perguntamos se uma experiência de tempo cotidiana tão inteiramente preenchida pelo trabalho seria possível sem um sentimento de autonomia por parte dos trabalhadores. Explicando melhor a questão: por quanto tempo seria suportável, para sujeitos que realizam jornadas semanais muitas vezes acima das 60 horas numa função concretamente insegura e desprotegida do ponto de vista trabalhista, a reprodução dessa rotina se não houvesse a percepção de que, acima de tudo, quem decide e organiza esse tempo são esses próprios sujeitos? É de se perguntar se, houvesse uma relação de subordinação claramente

identificável que propicia o encaminhamento mais organizado dos muitos desconfortos presentes nesse modelo de trabalho, não haveria uma tendência maior do desencadeamento de hostilidades dos trabalhadores para a própria empresa e os gestores do trabalho, bem como de situações de desistências por parte dos próprios entregadores que acabariam por inviabilizar o modelo? Assim, o que estamos propondo como formulação é que o sentimento de autonomia e a percepção de que vivem uma maior liberdade do que a dos trabalhadores formalmente assalariados acaba sendo fundamental para a própria reprodução do trabalho por parte dos entregadores. Sem esse sentimento, talvez esse modelo de trabalho não se sustentaria.

Um caso especificamente interessante para ilustrar essa hipótese explicativa, bem como o papel dos futuros na capacidade de sustentação da vida presente, é a do Entregador nº. 8 (2023, informação verbal), que trabalha no modelo nuvem cerca de 11 horas em seis dias da semana. O entrevistado é um homem jovem, de 23 anos, com Ensino Médio completo e Superior interrompido, que vive com os pais e dois irmãos num bairro periférico em Porto Alegre. Seu pai trabalha realizando pequenos fretes; seus irmãos, assim como ele, trabalham em entregas por aplicativos (o entrevistado não informou as atividades da mãe). Podemos intuir que as necessidades econômicas de uma família com cinco pessoas fazem com que o trabalho de todos seja uma necessidade, com a opção pelas entregas por aplicativos tendo como parte de suas motivações os ganhos possíveis e o momento difícil para inserção no mercado de jovens e jovens adultos. Contudo, o discurso desse entrevistado é extremamente marcado por uma gramática moral própria do universo empresarial e do empreendedorismo. Ele conta que conjuga seu trabalho de entregador com o de empresário, pois está montando uma empresa que teria como função mapear terrenos e locais para a alocação de outros negócios. Sua explicação sobre a empresa parece, em muitos momentos, pouco próxima de sua realidade concreta, com a imaginação de ótimos lucros ao achar locais adequados para montar uma barbearia e um salão de beleza que seriam tocados por pessoas de sua rede de contatos pessoais. Ele conta que começou a trabalhar com entregas justamente por isso, para conhecer a cidade e achar os lugares, o que o possibilitaria começar esse outro trabalho como empresário. O entrevistado trabalha já há três anos como ciclo-entregador por aplicativo. Sua fala também é fortemente marcada pela recusa ao modelo de assalariamento formal, que ele conta que sempre foi recomendado por seus pais, no que ele identifica como uma espécie de transmissão da pobreza: “o melhor [que os pais querem para os filhos] está preso ao passado: eu tenho que conseguir um bom emprego

para conseguir um bom salário para me matar trabalhando oito horas por dia, nos finais de semana, e é isso”. É curioso porque, poderíamos argumentar, o entrevistado trabalha bem mais do que oito horas, também nos finais de semana, para conseguir uma remuneração necessária para ele e para contribuir nas despesas familiares. Contudo, ele entende que seu caminho é outro, pois ele estaria “levantando uma empresa do zero”, na qual ele, um de seus irmãos e outro amigo serão sócios: “a gente vai ser copresidentes da nossa empresa, *não vai ter ninguém acima da gente*”.

Como podemos ver, o discurso do entrevistado e suas ambições, muito marcadas pela gramática moral do empreendedorismo e do mundo empresarial, parece ter pouca relação com sua realidade concreta. É difícil imaginar que esses planos terão sucesso em médio prazo e que o modelo de negócios que ele está propondo possa ter alguma viabilidade financeira para lucrar em conjunto com pequenos estabelecimentos do setor de serviços, como barbearia e salão de beleza, que seriam viabilizados pelo trabalho de sua empresa. Também podemos supor que, apesar do entrevistado relatar que está trabalhando com entregas para mapear os locais da cidade e viabilizar seu plano empresarial, as entregas por aplicativos estejam muito mais próximas da necessidade econômica – com os três homens jovens da família trabalhando com isso – do que dessa autonomia relatada.

Contudo, talvez o caminho analítico mais interessante seja tentar compreender esse discurso em contato com a rotina desse sujeito que trabalha 11 horas por dia por seis dias na semana e vai e volta de ônibus para sua casa, com cada trajeto com duração média de 40 minutos. Nesse sentido, não estaria esse discurso mais próximo daquilo que Christopher Dejours (1992) chamou de “mecanismos de defesa”, no qual as relações sociais agem como elemento protetivo contra o sofrimento no trabalho? Lembremos como esse autor, observando a experiência de trabalhadores fabris na França, via em pequenas brincadeiras, piadas, manifestações de solidariedade e mesmo exposição consciente a riscos como mecanismos de defesa nos quais os sujeitos se afirmavam diante da estrutura produtiva; um caso exemplar narrado por ele seria o aumento voluntário do ritmo de trabalho por parte dos trabalhadores, que desafiavam a si mesmos e recapturavam, com isso, a própria autonomia diante do funcionamento heterônomo da produção na qual estavam inseridos. Na definição de Dejours (1992), esses mecanismos passam, portanto, por práticas cotidianas e coletivas, nas quais o grupo de trabalhadores se protegeria mutuamente dos fatores provocadores de sofrimento. Nesse caso, temos algo diferente, que passa mais por um sonho de futuro que aparenta ter pouca relação com

a realidade concreta do sujeito, mas que é sonhado junto com outros dois parceiros e parece exercer um papel de defesa psíquica diante da realidade vivida objetivamente. Um sonho que, mesmo que coletivo, tem uma dimensão individual maior e que estrutura práticas cotidianas, conforme veremos a seguir.

Quando questionado sobre o cansaço pela sua rotina de vida e trabalho, o Entregador n.º 8 (2023, informação verbal) responde indiferente, dizendo que “tanto faz, eu sigo o meu caminho”; depois, diz que “não trabalha pensando em horas, para não ter que comprar olhando para o preço”. Contudo, seu discurso revela, em diversos momentos, a exaustão por uma experiência temporal cotidiana que é quase inteiramente tomada por um trabalho fisicamente extenuante. Ele diz que tira folga todas as segundas-feiras porque é obrigado, “porque, querendo ou não, o nosso corpo, ele cede”. Ele fala como sua alimentação, por estar o tempo todo trabalhando na rua, “não é a melhor alimentação do mundo”, e que além disso tem “o fato de *eu estar literalmente quase 12 horas em cima de uma bike*, pedalando para tudo que é lugar”, o que gera “cansaço físico, mais o cansaço mental por não ter dormido direito, por não ter recuperado energias corretamente, isso vai acumulando”.

Essas respostas aparecem em momentos em que não perguntamos diretamente sobre o cansaço, mas sobre a rotina; o entrevistado não parece à vontade em admitir claramente que se sente muitas vezes exausto pelo dia-a-dia de trabalho, mas acaba falando sobre o tema quando é mobilizado para explicar seus momentos de folga. A fala também é reveladora porque, apesar de dizer que não trabalha pensando em horas, o entrevistado fala voluntariamente, demonstrando alguma irritação e cansaço por ficar “literalmente quase 12 horas em cima de uma bike” – o longo tempo de trabalho se impõe em sua experiência subjetiva, independentemente dos meios que utiliza para não pensar tanto nisso. Ele explica também que ele mistura a pesquisa para sua empresa com o seu trabalho de entregas, dizendo que vai por aí “construindo minha empresa, pensando, andando e vendo os melhores lugares”, muitas vezes parando no meio da rua “só porque eu vi um lugar bom para alugar, eu pego, paro, puxo o celular e anoto o número e volto para a minha rotina”. Ele conta que tenta “fazer essa mesclagem entre um trabalho e outro para dar uma emparelhada, *então não é tão cansativo*”. Ainda nessa mesma resposta, ele fala uma frase reveladora: “*eu preciso fazer o que gosto*”.

Os trechos grifados revelam o caráter protetor desse sonho empresarial: interromper rapidamente a rotina de entregas para tirar foto de um lugar faz com que o trabalho seja um pouco menos duro, um pouco mais suportável, uma vez que ele se vê

como sujeito autônomo dentro dessa experiência. A segunda frase grifada – “eu preciso fazer o que gosto” – mostra também como, numa rotina tão exaustiva, essa projeção de futuro que gera outras práticas na experiência presente talvez seja uma necessidade, sem a qual o sujeito não seria capaz de suportar; ele *precisa* faz algo além do que somente entregar refeições pautado pelo aplicativo. Desse modo, o cansaço que aparece indiretamente nas respostas desse entrevistado, bem como um sofrimento que se anuncia pela rotina, é em alguma medida atenuado pelo sentimento de autonomia e de estar desenvolvendo um outro projeto de futuro, uma empresa na qual ele será o copresidente junto com outros dois parceiros, na qual “não vai ter ninguém acima da gente”, independentemente de concretude desse sonho. A irrealidade do projeto parece funcionar como um caminho de sobrevivência psíquica em meio a uma realidade que talvez não pudesse ser suportada se encarada em toda a sua falta de perspectivas. Desse modo, talvez seja difícil pensarmos inteiramente o caso relatado a partir do conceito proposto por Dejours (1992), tendo em vista que, aqui, há menor coletividade envolvida nas práticas protetivas do que no modelo visto pelo autor. Contudo, nos parece que esse sonho – que por vezes parece ter pouca ligação com a realidade, mas que estrutura práticas cotidianas durante o dia de trabalho – tem considerável importância para que o sujeito siga funcionando em meio ao trabalho exaustivo e de poucos horizontes.

A identificação contemporânea de modelos de trabalho inseguros e precários com um arcabouço ético e discursivo próprio do mundo empresarial não é novidade, tendo sido observado na literatura sobre o tema recentemente. Laval aponta como a precarização das relações laborais necessita também de uma “[...] valorização da precariedade [...] [que se traduziria] na restauração da velha figura rejuvenescida do empreendedor de si mesmo” (Laval, 2017, p.105). Desse modo, o modelo do novo empreendedorismo retiraria sua fonte, do ponto de vista discursivo e moral, da “[...] elite do salariedade burguês diplomado, que faz da precariedade uma escolha assumida” (Laval, 2017, p.106). Se seguirmos a análise na perspectiva proposta pelo autor, veremos que não é por acaso que o Entrevistado nº. 8, em quem esse arcabouço ético-discursivo aparece mais claramente, retira diversos exemplos de biografias de empresários e CEOs de grandes empresas: esse é justamente o universo moral que apresenta a imagem positiva do modelo de precarização das relações laborais e da “[...] produção política da insegurança social [...]” (Laval, 2017, p.101).

Finalizando, expusemos, neste tópico, as diferentes formas pelas quais os sujeitos vivem subjetivamente suas experiências temporais cotidianas. Demonstramos como a

familiaridade com o modelo de assalariamento formal e a transparência da relação de subordinação inscrita nele, que são conhecidos há muitas gerações pelos trabalhadores brasileiros, fazem com que os trabalhadores formalmente assalariados expressem com bastante clareza conflitos, desconfortos e sofrimentos próprios à exploração capitalista do trabalho. Esses conflitos, desconfortos e sofrimentos, por sua vez, têm relação com os vários elementos que atravessam a experiência cotidiana: a natureza do trabalho desempenhado, o tempo de deslocamento, as obrigações familiares e a realização do trabalho doméstico e reprodutivo. A percepção de que seu tempo é quase inteiramente tomado pelo trabalho expressa o preço pago sob a forma de mal-estar de uma longa trajetória histórica de disciplinamento dos sujeitos em prol da temporalidade capitalista. No caso dos entregadores, observamos como os sujeitos se equilibram entre sentimentos positivos de autonomia e libertação da subordinação salarial, liberdade para se esforçarem o quanto quiserem para obter melhores remunerações e, ao mesmo tempo, limites físicos e psíquicos que se anunciam devido às altíssimas jornadas de trabalho desempenhadas. Nesse grupo, a exaustão, as frustrações, a falta de opção e o sofrimento estão presentes de maneira mais velada e atomizada nas falas, uma vez que, possivelmente, caso passassem por um processo de elaboração maior, a própria continuidade do trabalho nos termos em que ocorre estaria ameaçada. Traçamos, por fim, como hipótese explicativa que esse sentimento de autonomia, bem como arcabouço ético-discursivo do universo empresarial e do empreendedorismo, desempenhem um papel fundamental para a própria reprodução do trabalho, sem o qual, provavelmente, esse modelo de exploração não seria viável.

#### **4. PASSADO: TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS E FORMAÇÃO EDUCACIONAL**

Ao tratarmos da dimensão biográfica dos trabalhadores entrevistados a partir de um olhar para o passado, buscamos compreender como, tendo como variável a diferença de estabilidade das formas de trabalho desempenhadas, as transformações recentes da sociedade brasileira impactaram em suas vidas até o atual momento profissional. Novamente, a primeira pergunta a ser respondida é: há diferenças entre os dois grupos? Se houver, como essas diferenças de trajetórias passadas têm relação com o momento atual dos sujeitos no mercado de trabalho?

Tais perguntas partem de uma hipótese na qual os sujeitos que hoje atuam como entregadores por aplicativos têm uma história de vida mais marcada por formas precárias de trabalho, situações de desemprego e um nível menor de educação formal, situação que os teria encaminhado para esse modelo de atuação. Por outro lado, imaginávamos, no início da pesquisa, que os trabalhadores formalmente assalariados teriam um nível maior de educação formal e uma trajetória que, não obstante fragmentada pelas transformações no próprio assalariamento formal, poderia ser descrita como mais estável. Contudo, conforme veremos adiante, ainda que – respondendo à primeira pergunta – sim, há diferenças entre as histórias de vida dos dois grupos, os sujeitos parecem muitas vezes mais próximos do que o previsto. Primeiramente, ambos os grupos têm trabalhadores cujas trajetórias profissionais são marcadas pela fragmentação e pelo deslize constante entre modelos formais e informais. Do ponto de vista educacional, ainda que possamos observar no grupo dos assalariados formais uma uniformidade maior entre os sujeitos a partir do acesso à educação superior, observamos nos entregadores a presença de trabalhadores qualificados, com cursos técnicos, curso superior em andamento e, em uma situação, concluído. Desse modo, conforme vamos expor neste capítulo, nossa hipótese inicial parece parcialmente certa, com os entregadores representando uma fração da classe trabalhadora brasileira mais marcada pela precariedade e pela pobreza, mas havendo uma aproximação entre os dois grupos maior do que o previsto anteriormente.

#### 4.1. TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS: PERCURSOS FRAGMENTADOS E A ESTABILIDADE POSSÍVEL

Neste tópico, vamos examinar as trajetórias profissionais dos entrevistados de ambos os grupos, demonstrando aproximações e diferenças e vendo, em que medida, podem explicar o momento atual de trabalho que eles vivem. Desse modo, vamos observar como há uma tendência de fragmentação das histórias de trabalho de sujeitos de ambos os grupos, com múltiplas experiências que deslizam entre modelos formais e informais, dando luz a trajetórias que acabam mais próximas do que uma separação entre estabilidade e instabilidade pode fazer crer num primeiro momento. Posteriormente, vamos tratar dos modelos de estabilidade possíveis para os assalariados formais, que muitas vezes se traduzem numa estabilidade precária.

Propomos, inicialmente, uma bipartição entre trajetórias profissionais estáveis e organizadas e trajetórias instáveis e fragmentadas dos participantes da pesquisa. Por estabilidade, ao analisar as histórias de trabalho dos entrevistados, buscamos qualificar aquelas marcadas por experiências profissionais de média ou longa duração que possibilitem certa segurança material e algum planejamento de vida para o futuro. Desse modo, ao nos referirmos a trajetórias instáveis ou fragmentadas, não estamos tratando, necessariamente, de percursos profissionais nos quais não está presente o modelo de assalariamento formal e, sim, daqueles marcados por experiências múltiplas, curtas e episódicas. A partir dessa primeira definição, o dado que chamou nossa atenção foi a grande fragmentação das trajetórias profissionais encontrada em trabalhadores de ambos os grupos profissionais, com o constante deslizamento entre modelos formais e informais de inserção no mercado.

Portanto, a análise do passado narrado pelos entrevistados demonstrou uma predominância de trajetórias profissionais marcadas pela instabilidade e pela fragmentação. O fato desse padrão ter sido observado em ambos os grupos complexifica a hipótese inicial de que haveria diferenças importantes entre as histórias de vida entre ambos os grupos, que compreendia que os entregadores estariam muito mais próximos, do ponto de vista individual e familiar, do estrato historicamente inferior mais precarizado e sobre-explorado da classe trabalhadora brasileira. Ainda que algumas diferenças não deixem de existir e que, em nosso material de campo, apareça inegavelmente uma maior proximidade dos entregadores desse estrato inferior da classe trabalhadora, observamos também trajetórias que são bem mais similares do que o esperado em um primeiro momento, com um alto grau de instabilidade no mercado de trabalho formal.

Essa primeira constatação do domínio de trajetórias instáveis e fragmentadas, contudo, engloba uma multiplicidade de percursos profissionais que contemplaremos nos próximos parágrafos. Como primeira apresentação, a partir desse modelo instável pudemos ver: sujeitos de ambos os grupos com histórico de emprego formal no setor de serviços e administrativo e outros que alternaram experiências desse tipo com a informalidade; entregadores com histórico de emprego na indústria e alternância com a informalidade; sujeitos que se encontravam à margem da sociedade e se reinseriram no mercado de trabalho por meio das entregas por aplicativos. O histórico de assalariamento formal perpassa os dois grupos, mas, conforme veremos, nos casos de muitos entregadores é lembrado a partir de experiências injustas que não querem repetir. Chama a atenção, inclusive, que a grande maioria dos entregadores relata uma ou mais experiências de assalariamento formal.

Trajetórias instáveis com histórico de assalariamento formal no setor de serviços e administrativo foram presentes em ambos os grupos. No caso dos assalariados formais, o padrão mais recorrente desses percursos profissionais fragmentados foi o de trabalhadoras que atuaram alternando experiências formais curtas como recepcionistas, assistentes administrativas e vendedoras com outras informais em diferentes setores. Remetemos, aqui, às trajetórias das assalariadas formais nº. 2 (ver quadro 4, página 54), nº. 3 (quadro 5, página 55) e nº. 5 (quadro 7, página 57). Nesse grupo, o caso mais representativo dessa fragmentação foi o da Assalariada Formal nº. 5, que estava há cinco meses no emprego quando entrevistada para esta pesquisa. Desde o final do Ensino Médio, a entrevistada viveu 20 experiências distintas de trabalho, em sua maioria curtas e de diferentes formas: a trabalhadora alternou uma maioria de experiências formais de curta ou curtíssima duração, situações de informalidade e estágios, seja de curso técnico, seja do curso superior que está concluindo. As funções desempenhadas são variadas também: recepcionista, atendimento ao público, estagiária e auxiliar de contabilidade, assistente administrativo, auxiliar de departamento pessoal, teleoperadora de marketing, diarista informal etc. Fica claro que é muito difícil qualificarmos como estável a trajetória dessa trabalhadora, mesmo que boa parte de suas experiências tenha se dado em empregos formais: sua história profissional revela uma capacidade de adaptação a experiências distintas e curtas, bem como de lidar com a ameaça constante do desemprego e ter de recorrer ao trabalho doméstico remunerado. Não parece ser por acaso que, diante de uma trajetória tão marcada pela instabilidade, essa entrevistada esteja já há alguns anos conjugando seus empregos formais com um trabalho informal, atuando como

revendedora de produtos de beleza. Essa outra fonte de renda lhe permite alguma constância em suas remunerações, fato que revela, de parte dessa trabalhadora, uma capacidade de navegar e achar seguranças mínimas em meio à instabilidade do mercado de trabalho. Trata-se de um percurso profissional que pode ser caracterizado a partir do termo *viração*, essa forma de “[...] polivalência precária [...]” (Abílio, 2014, p.223) constitutiva do mercado de trabalho brasileiro e que, na visão dessa autora, assume novas formas no trabalho das vendas de produtos. Abílio (2014) já apontava, ao estudar o tema, como as vendas são conjugadas com outros trabalhos, numa estratégia para “se virar” para ter melhores rendimentos e complementar sua renda; no caso da nossa entrevistada, as vendas se inserem numa trajetória marcada pela incerteza que é própria do trabalho de nível médio no setor de serviços no século XXI.

Esse poderia ser o caso de uma exceção dentro de um quadro maior marcado pela estabilidade, mas, conforme apontamos anteriormente, essa percepção não se confirma ao olharmos para as trajetórias de outros assalariados formais. Podemos observar uma tendência de trajetórias caracterizadas por empregos de baixa remuneração e pequena duração, por curtas experiências de informalidade e pela ameaça permanente de desemprego. Esse tipo de percurso fragmentado no setor de serviços e nos empregos administrativos também pode ser observado no caso de alguns entregadores, o que novamente revela fronteiras mais tênues entre os dois grupos do que o esperado inicialmente. A Entregadora nº. 6 (2023, informação verbal), uma mulher de 29 anos, antes de começar a trabalhar com entregas, exerceu diferentes funções em empregos formais no setor administrativo – “nada muito importante”, em suas palavras – e no setor de vendas. Tais experiências, contudo, são lembradas como situações muito piores do que sua condição atual devido à baixa remuneração e à condição de subordinação, de modo que ela hoje não tem interesse em voltar a esse modelo de trabalho assalariado em função da baixa rentabilidade: “[como entregadora] ganho mais hoje. Bem mais. Depende só de mim”. Suas experiências de emprego formal também são lembradas devido às situações em que precisava se afastar do trabalho por um ou dois dias devido à sua condição de saúde (conforme explicado no perfil da entrevistada e na análise da dimensão cotidiana), em falas que revelam sentimento de injustiça pela condição de subordinação diante de chefias nem sempre compreensivas. Ela conta que não precisar avisar patrões quando precisa ficar em casa é um dos principais motivos pelos quais ela gosta do trabalho com entregas. A memória de empregos formais associados a situações desconfortáveis e injustas também apareceu em diversos dos entregadores entrevistados.

O Entregador nº. 8, um homem de 23 anos, também teve um emprego administrativo formal, que ele qualifica como a pior experiência de sua vida. Ele conta que foi contratado como jovem-aprendiz e depois efetivado em uma empresa que realiza terceirização de serviços de higiene e segurança, realizando trabalho administrativo e de recursos humanos. Ele recorda que viveu uma situação de acúmulo de funções e que não eram remuneradas adequadamente:

Eu recolhia cartão-ponto, eu fazia pagamento, eu fazia pagamento de VT [vale-transporte] e de vale-alimentação, se faltasse alguém eu tinha que substituir, deslocar outras pessoas, tinha que controlar o cartão-ponto delas, eu tinha que controlar a admissão, a seleção de entrevistas, eu tinha que fazer demissão, eu tinha que fazer literalmente tudo com um salário ridículo! (Entregador nº. 8, 2023, informação verbal).

Vejamos como essa situação relatada é similar à vivida pela Assalariada Formal nº. 2: ela também trabalha numa empresa de terceirização de serviços (de saúde), também acumula funções administrativas com recursos humanos, também fiscaliza pontos de muitos trabalhadores, também precisa achar soluções para eventuais ausências dos funcionários terceirizados e, também, ganha um baixo salário (em seu caso, há ainda o agravante dela ter sob sua responsabilidade um trabalho de sobreaviso não remunerado). Desse modo, há uma aproximação entre situações de dois sujeitos com histórias bem diferentes: ela é formada em jornalismo e vem de uma família de classe média trabalhadora urbana (os pais eram bancários com Ensino Superior incompleto), ele, mais jovem e com Ensino Médio concluído, proveniente de uma família de classe trabalhadora (o pai trabalha com pequenos fretes). Ambos, contudo, se viram num modelo de emprego administrativo de nível médio com muitas similaridades, o que reforça o caráter tênue das fronteiras que separam esses indivíduos diante do tipo de postos de trabalho produzidos pelo mercado brasileiro nas últimas décadas. No entanto, as soluções encaminhadas pelos dois para a situação encontrada nesse modelo de trabalho são diferentes: enquanto ela diz que vai permanecer o quanto aguentar, compreendendo o dinheiro e a estabilidade precária como elementos importantes para sua situação familiar, ele conta que aquilo fez com que ele se desmotivasse de maneira geral com o trabalho assalariado. Em suas palavras: “*todo emprego é assim: tu vai ser contratado para fazer uma coisa, tu vai fazer um milhão de coisas mas tu só vai ser pago por uma*” (Entregador nº. 8, 2023, informação verbal). Compreender as razões pelas quais ela decide permanecer em seu emprego e ele diz que não quer mais viver experiências de trabalho mediadas pela relação salarial passa por diferentes dimensões: a entrevistada é mais velha (33 anos) e constituiu uma família

com filha pequena, enquanto ele (23 anos) vive na casa dos pais, de modo que a maior estabilidade e segurança talvez sejam mais importantes para ela em sua organização de vida. Contudo, o que podemos ver é como essa pequena e incerta estabilidade de baixa remuneração tem um preço alto como contrapartida, o qual nem todos os sujeitos estão dispostos a pagar.

Essa percepção do modelo de emprego formal como experiência de sofrimento, desvalorização e injustiça também perpassa as trajetórias de outros entregadores. Lembramos que a Entregadora nº. 2 relata que teve de se afastar de um emprego formal por depressão ocasionada, em seu modo de ver, pela alta carga de trabalho que precisava dar conta. O Entregador nº. 11 (2023, informação verbal) também relembra de uma experiência formal de trabalho que lhe provocou sofrimento, expresso em crises de ansiedade recorrentes. O entrevistado, um homem venezuelano de 23 anos que vive no Brasil desde 2020, relata uma trajetória curta, porém marcada já por experiências variadas (informalidade, assalariamento formal, auto-emprededorismo e entregas) em que, novamente, podemos enxergar essa polivalência precária típica de mercados de trabalho marcados pelo alto grau de informalidade e desemprego. Desses trabalhos, o que ele mais lembra negativamente e passa mais tempo falando é o emprego formal, quando atuou como auxiliar de cozinha no refeitório de um hospital privado – “era muita incomodação, muito stress, e eu quando tenho um pouco de stress, eu fico muito ruim”. Quando instigado a falar do tema, ele conta que, quando fica sob muita tensão, sofre com crises de ansiedade, de modo que, quando trabalhava no refeitório do hospital, chegou a ter de ser levado a uma emergência hospitalar em decorrência de uma crise grave.

Desse modo, em ambos os grupos verificamos trajetórias fragmentadas que passam pelo assalariamento formal no setor de serviços e por empregos administrativos, inclusive com algumas situações muito similares entre sujeitos de grupos diferentes. Essas experiências de assalariamento são, em sua maioria, lembradas negativamente pelos entregadores, no que nossos achados se aproximam aos de Abílio (2022), que observou, numa pesquisa com diferentes tipos de trabalhadores por plataformas, diversos relatos em que o emprego formal era recordado “[...] como fonte de injustiças, exploração e insatisfação” (Abílio, 2022, p.151). Nesse sentido, as formas de trabalho discursivamente calcadas na autonomia e na ausência de subordinação parecem atrativas, pois dialogam com pessoas que muitas vezes viveram situações de exploração, injustiça e sofrimento em suas experiências de assalariamento formal. Os baixos salários, a subordinação que muitas vezes se traduz em comportamentos abusivos por parte das

chefias, o acúmulo de funções e a instabilidade, que parecem hoje características da maior parte dos empregos formais de baixa ou média qualificação aqui examinados, constituem situações que são recordadas como intoleráveis nos relatos dos entregadores.

Esse quadro tem relação com as transformações econômicas e sociais do país nas últimas décadas, com o inchaço no setor de serviços se dando em conjunto com a desestruturação do mercado de trabalho, expresso em altos índices de desemprego e na precarização das ocupações produzidas no setor, conforme argumentou Pochmann (2020). Desse modo, a desindustrialização e a ascensão do modelo de uma sociedade de serviços em moldes financeirizados ocasionou, na compreensão desse autor, num aumento de postos de trabalho de baixas qualidade e remuneração e alta rotatividade. Mesmo no período recente em que houve um aparente movimento de organização do mercado de trabalho, no auge do programa lulista que se deu com aumento de salário-mínimo e criação de postos formais, essa se concretiza a partir de um novo contexto que não é mais aquele no qual o paradigma a ser buscado era o da relação salarial estável e organizada vista no centro do capitalismo no pós-Guerra. Não por acaso, tratando ainda desse período, os autores apresentam figuras como a dos batalhadores (Souza, 2012), do precariado (Braga, 2012) ou da viração (Telles, 2006; Abílio, 2014): esses autores não estão dizendo a mesma coisa, importante salientar, mas, cada qual a partir de sua perspectiva, busca caracterizar uma realidade em que, mesmo num momento de relativo otimismo nacional, a formalização do trabalho caminha de mãos dadas com a precariedade, a superexploração e a insegurança social.

No caso dos sujeitos acima apresentados, de ambos os grupos, há ainda o agravante de que a maior parte deles começa a se inserir no mercado de trabalho já na década entre 2011 e 2020, marcada, a partir de sua segunda metade, pela crise econômica e do mercado de trabalho, com aumento do desemprego e da informalidade, bem como pelo avanço da insegurança social. Nesse sentido, as experiências curtas e fragmentadas de assalariamento formal, alternadas com a informalidade, se mostram consoantes com o cenário econômico e social do período, bem como com as características estruturantes do mercado de trabalho brasileiro que sempre foram de insegurança e instabilidade para parte importante da população trabalhadora.

Esse processo de progressiva desorganização do mercado de trabalho é concomitante e associado à desindustrialização e financeirização da economia nacional (Paulani, 2008; Pochmann, 2020), que vem sendo observada com clareza desde o encerramento do ciclo desenvolvimentista no final da década de 1980. Oreiro e Feijó

(2010) apontam a redução importante da indústria de transformação na produção nacional a partir do início da década de 1990, sendo de 36% em 1986 e caindo para cerca de 19% em 1998. Cruz e Santos (2011) descrevem também a queda consistente do emprego industrial no total de empregos a partir da segunda metade da década de 1980 até o final do século XX, passando de 27% de participação em 1986 para cerca de 18% a partir de 2002, valor em torno do qual a taxa se estabilizou na primeira década do século XXI. Essa redução constante da atividade industrial no peso da economia e do mercado de trabalho é fruto das transformações econômicas das últimas décadas do século XX e não foi restrita ao contexto brasileiro, tendo começado nos países centrais do capitalismo a partir de 1970 (Oreiro, Feijó, 2010) com a pulverização da produção e a reorganização da divisão internacional do trabalho. No caso do Brasil, há uma acentuação desse processo a partir da segunda década do século XXI, com dados do IBGE indicando, desde 2011, perda importante no número de empresas e queda de um milhão de postos de trabalho no setor entre 2011 e 2020 (Nery, 2022), bem como redução da participação do setor no PIB em cerca de 33% (Amorin, Neder, 2022). Essa acentuação da desindustrialização visto na última década tem relação com a crise econômica que o país viveu no mesmo período, com fatores mais conjunturais, como a pandemia de Covid-19, e com a opção política da burguesia brasileira pela rentabilização financeira como caminho de reprodução do capital.

No caso dos participantes da pesquisa, esse processo descrito acima se manifesta nas trajetórias de dois trabalhadores com experiência de assalariamento formal na indústria que hoje atuam como entregadores por aplicativos. O Entregador nº. 1 (ver quadro 11, página 62), homem de 36 anos que trabalha com entregas desde 2020, narra uma trajetória marcada pela inserção precoce no mercado de trabalho e pela tentativa – frustrada – de ascensão a partir da qualificação e da formalização na indústria e no setor da construção civil. Assim como vários outros casos apresentados anteriormente, sua trajetória profissional também é marcada pela fragmentação, com o desempenho de diferentes funções (mecânico, eletricista, pizzaiolo, operador logístico) em diferentes regimes de trabalho (formal/informal). Chama a atenção o fato de o entrevistado ter começado a trabalhar muito jovem numa função extremamente dura – servente de obras com 12 anos de idade –, bem como seu caminho em direção a um trabalho formal de maior qualificação a partir da formação em cursos técnicos-profissionalizantes (mecânica e elétrica, além de outros pequenos cursos, na sua definição, em logística). Desse modo, ele conta que trabalhou como mecânico e eletricista em indústria (não especifica qual) até

2012, quando saiu e começou a trabalhar como eletricitista na construção civil, setor em que seguiu até mais ou menos 2019. Nesse ano, atuou ainda como operador logístico, mas já considerava o salário muito baixo e, com o início da pandemia de Covid-19, optou pelo trabalho com entregas.

Assim, vemos como o percurso de qualificação profissional e inserção formal no mercado não foi capaz de propiciar ao entrevistado modelos de emprego estáveis, seguros e com boa remuneração, de modo que aos 33 ou 34 anos ele voltou a exercer um trabalho informal e fisicamente extenuante, tal qual fazia aos 12. Novamente, temos um quadro de empregos formais rotativos, de curta ou média duração, incapazes de fornecerem uma estabilidade de remuneração e função desempenhada. A adolescência e juventude do entrevistado, ocorrida no período em que havia certo otimismo com a economia brasileira e com a criação de postos de emprego, não é marcada por uma estabilidade, mas, sim, nos parece, pela tentativa de ascensão que acaba não concretizada. O início muito jovem num trabalho braçal informal denota condições de precariedade e insegurança econômica vividas por esse participante da pesquisa na época, com essas condições, contudo, se mostrando sempre presentes no risco de rebaixamento social, a despeito do esforço pessoal do entrevistado para trilhar um caminho que lhe ofertasse maior segurança e remuneração. Desse modo, é um caso no qual a utopia do trabalho formal nos parece concretamente frustrada na experiência real do sujeito, que, não por acaso, idealiza um futuro que passe pelos rendimentos financeiros (conforme veremos no próximo capítulo).

Similar a esse caso, pela formação técnica e experiência de assalariamento formal no setor da indústria, é a trajetória do Entregador nº. 10 (ver quadro 13, página 65), com a diferença de que esse entrevistado é mais jovem (23 anos). Assim como o participante anterior, também podemos vislumbrar condições econômicas bastante inseguras e restritas em sua história familiar. Ele conta que tem duas famílias: sua família biológica era muito pobre, de modo que ele foi adotado por uma outra família da região metropolitana de Porto Alegre, que ele qualifica como muito humilde. Ele conta que sua mãe adotiva “sempre trabalhou bastante, ela trabalhava fazendo limpezas em apartamentos, esses lugares, como diarista”. O entrevistado se mudou para Caxias do Sul por volta dos 13 anos de idade e voltou a morar com sua família biológica. Ele completou o Ensino Médio e fez cursos técnicos na área de logística e metalurgia. Na adolescência, teve experiências de trabalho informal na produção de massas e com lavagem de carros. Também trabalhou como vendedor em uma loja e depois foi para as indústrias

metalúrgicas da cidade<sup>22</sup>. Trabalhou primeiramente na produção, depois como operador de máquinas e então na logística; depois foi para outra indústria metalúrgica da cidade, também atuando na área de logística. Foi demitido em 2023 e passou um tempo no seguro-desemprego, até decidir voltar para Porto Alegre e começar a trabalhar com entregas. Assim, novamente, observamos a situação de um sujeito que parte de uma situação inicial de precariedade (vindo de família com dificuldades econômicas bastante importantes), realiza com grande esforço um caminho para uma ascensão por meio da própria qualificação e do assalariamento formal no setor da indústria, mas tal mobilidade não se confirma, com o retorno para uma função desprotegida e desregulada.

Conforme tratamos anteriormente, esses dois casos ilustram em alguma medida a decadência da economia industrial brasileira, com o projeto – agora cada vez mais antigo e restrito – de ascensão social de trabalhadores oriundos de famílias pobres por meio da inserção formal na indústria se mostrando frustrado nas novas condições sociais e econômicas. No passado mobilizados por esse antigo projeto, eles recaem numa forma de trabalho sobre-explorada e insegura – as entregas por aplicativos. A frustração dessa antiga aspiração, nesse caso, revela também o esgotamento de um projeto de país, o do desenvolvimentismo do século XX. A instabilidade econômica e as transformações no mundo do trabalho fazem com que antigos núcleos de estabilidade, como o trabalho formal industrial, não sirvam mais a esses propósitos. Desse modo, ambos, ao falarem sobre o futuro, imaginam cenários nos quais o trabalho exaustivo se mostra menos uma necessidade tal qual foi para eles durante toda a vida (algo que veremos no próximo capítulo). Ainda que a fala dos sujeitos não revele exatamente um afeto melancólico ao narrar o passado, este aparece marcado por grandes esforços em prol de uma ascensão que se viu frustrada.

Ainda contemplando a grande maioria de sujeitos com trajetórias instáveis e fragmentadas, vemos como o trabalho de entregas por aplicativo funciona como caminho de reinserção no mercado para pessoas em situação de desemprego ou, em alguns casos, para sujeitos que podemos qualificar como à margem. O desemprego era a situação de vários dos entregadores antes de se dedicarem a essa forma de trabalho. Pode parecer um pouco evidente que a opção pela entrega por aplicativos esteja vinculada a períodos de desemprego; contudo, isso não parece ser necessariamente uma tendência quando

---

<sup>22</sup> Caxias do Sul é a maior cidade da região da serra gaúcha e um dos principais polos industriais do Rio Grande do Sul, especialmente em produção de veículos, reboques e carrocerias. Ver em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pibmunicipal-nt.pdf>

observamos o trabalho mediado por plataformas como um todo, conforme visto na pesquisa de Abílio (2022). Essa autora, em investigação sobre os perfis ocupacionais de 14 trabalhadores por plataformas, detectou que “[...] o trabalho sob controle de plataformas não necessariamente é vivenciado como bico ou alternativa ao desemprego” (Abílio, 2022, p.145), muitas vezes se combinando com outras atividades nas quais os trabalhadores já estavam inseridos. Sua pesquisa apresenta três casos em que o trabalho por plataformas aparece como alternativa ao desemprego, mas aponta uma série de outras alternativas e combinações que aparecem em outros exemplos. Em nosso caso, a predominância de sujeitos que estavam desempregados ou que deixavam seus empregos de baixa remuneração em busca de uma renda mais alta se explica pela especificidade da categoria dos entregadores, em comparação com os entrevistados da pesquisa de Abílio, (2022) que abarca um espectro mais amplo de profissionais e plataformas de serviços, incluindo sujeitos com nível de renda e de educação formal mais altos. Desse modo, por constituir um trabalho inseguro, físico e exaustivo, as entregas por aplicativo tendem a atrair sujeitos de estratos mais baixos da classe trabalhadora.

A reinserção de sujeitos à margem por meio das entregas também apareceu em alguns casos de nossa pesquisa, especialmente nos entregadores nº. 5, 9 e 11. Já tratamos do último, que, por sua condição de migrante venezuelano – um país que, devido às clivagens políticas que escapam do escopo desta tese, carrega uma importante carga negativa no imaginário de parte de população brasileira –, relatou dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, bem como preconceito em algumas experiências profissionais. O Entregador nº. 5 (2023, informação verbal), homem de 29 anos com Ensino Fundamental, também pode ser classificado nessa categoria: seu baixo nível de educação formal para os atuais padrões da realidade brasileira traduz, ao que tudo indica, dificuldades econômicas importantes enfrentadas pela família. Desse modo, vemos como sua trajetória profissional é caracterizada por experiências informais (servente de obras, lavador de carros, pintura de casas) e uma única experiência formal de baixíssima remuneração (em supermercado), a qual ele mesmo classifica como “escravidão”. Nesse sentido, os trabalhos desempenhados não forneceram condições mínimas de estabilidade que permitissem a esse sujeito um movimento mínimo de ascensão, com ingresso em um nível mais alto de educação formal e de acesso a vagas mais bem remuneradas e protegidas. Nascido em 1994, ele parece ter se mantido à margem do processo de aumento dos níveis de escolarização da sociedade brasileira das últimas décadas, com essa exclusão tendo impactos importantes nas suas condições de inserção no mercado. Desse

modo, as entregas por aplicativo, em seu caso, significam a continuidade de um tipo de trabalho – físico, extenuante e sem seguranças trabalhistas – do qual ele jamais conseguiu efetivamente sair.

Também numa situação de marginalidade, o Entregador nº. 9 (2023, informação verbal) tem sua história de vida fortemente marcada pela experiência de encarceramento. Ele conta que chegou a ter trabalho formal como empacotador e operador de caixa em supermercado quando tinha 17 anos, mas acabou se envolvendo em atividades criminosas. Entre 2017 e 2022, foi preso três vezes, passando a maior parte desses anos na cadeia: “Eu ficava dois meses na rua, três meses, daí voltava e ia preso de novo”. Ao sair em liberdade condicional, no início de 2022, retomou relação com a mãe de sua filha de dois anos (na época) e decidiu se afastar do crime. Após essa decisão, primeiramente foi chapista de uma lancheria, num trabalho informal, noturno e pessimamente remunerado: fazia das 20h até às 8h da manhã seguinte, ganhando R\$50 por noite sem auxílio para passagem de ônibus. Depois, começou a trabalhar nas feiras de Porto Alegre, mas acabou se desentendendo com algumas pessoas e não ficou muito tempo. Por fim, foi trabalhar como pizzaiolo, num emprego formal: fazia das 16h até às 23h e recebia mensalmente R\$1.200, salário que não permitia que ele conseguisse arcar com as contas da família. Já nessa última experiência ele começou a trabalhar com entregas em horários alternativos e, ao ver que sua remuneração era mais alta, largou esse emprego para se dedicar exclusivamente às entregas, mesmo sabendo que o trabalho de carteira-assinada ajudava em seu processo criminal.

Desse modo, observamos como, para um sujeito cuja história da juventude foi profundamente marcada pela prisão e, depois, pela dificuldade em encontrar trabalho com remuneração que lhe permitisse, minimamente, arcar com as despesas familiares com a esposa, as entregas por aplicativos acabaram representando uma forma de inserção facilitada no mercado de trabalho. Pela sua própria desregulamentação e pelos ganhos remuneratórios, que se tornam possíveis a partir de jornadas extremamente extensas, esse modelo de trabalho acaba funcionando como uma maneira de inserção para sujeitos à margem que, justamente por tal condição, relatam dificuldades de encontrar postos de trabalho com alguma qualidade. Para as entregas, não há seleção ou disputa por vagas: basta se inscrever, começar a trabalhar e a ganhar alguma renda.

Diante do quadro que viemos compondo nesse tópico até então – com trajetórias instáveis e fragmentadas em ambos os grupos, histórias ascensionais interrompidas com o retorno dos sujeitos à situação de um trabalho inseguro e desprotegido, narrativas de

sofrimento vinculadas ao modelo de assalariamento formal que desembocam na opção pelas entregas por aplicativos, bem como a desregulamentação das entregas permitindo a inserção de sujeitos em situação de desemprego ou à margem –, vamos examinar, por fim, os três casos que podemos classificar como sendo de trajetórias estáveis. Um deles, o da Assalariada Formal nº. 4, é inegavelmente a história de uma inserção bem-sucedida e de mobilidade social ascensional: a trabalhadora, que trabalha na mesma empresa desde 2006, entrou como estagiária, se tornou técnica de enfermagem e depois enfermeira auditora, recebendo hoje uma remuneração bem acima da média dos outros participantes da pesquisa. Os casos dos assalariados formais nº. 5 e 6, contudo, não seguem esse mesmo padrão, podendo ser caracterizados como trajetórias de estabilidade precária ou de baixa remuneração.

Definimos essas trajetórias como sendo de estabilidade precária porque, ainda que os dois trabalhadores estejam nos mesmos empregos há bastante tempo para os padrões encontrados na pesquisa – um está na mesma empresa desde 2015, outro desde 2016 –, essa estabilidade se dá com base numa baixa remuneração e, ao mesmo tempo, é vivida como uma prisão que impede o desenvolvimento de outros interesses e projetos. O caso do Assalariado Formal nº. 6 é exemplar nesse sentido: a mesma estabilidade que lhe permite contar mensalmente com um salário garantido, o qual ele julga baixo e insuficiente tendo em vista sua condição familiar (casado e com filha), lhe impede de tentar explorar outros projetos profissionais que entende como mais promissores (pessoal e economicamente). Em suma, ele não tem condições de abrir mão dessa baixa remuneração estável que, por ocupar a maior parte do seu tempo na dimensão cotidiana, impede que ele desenvolva outros interesses (o entrevistado tenha trancado o curso superior que quer concluir e pelo qual passam seus planos de futuro). Desse modo, o emprego formal que desempenha se mostra uma estabilidade num baixo padrão de vida que o desagrada e impede que ele alcance planos e aspirações outras, mas do qual ele não pode abdicar.

Desse modo, a análise das trajetórias profissionais de ambos os grupos nos fornece o seguinte quadro, que ilustra diferentes processos sociais tratados neste tópico: a desindustrialização da economia nacional, o inchaço do setor de serviços, a baixa qualidade dos postos de trabalho criados nas últimas décadas, o avanço de modelos desregulamentados, bem como a precarização estrutural e histórica do mercado de trabalho brasileiro.

**Quadro 19:** modelos de trajetórias profissionais

Trajetórias instáveis e fragmentadas			Trajetórias estáveis e organizadas	
Empregos formais no setor de serviços alternada com informalidade	Empregos formais no setor da indústria alternada com informalidade	Sujeitos à margem que se reinserem no mercado pelas entregas	Inserção bem-sucedida, com mobilidade social ascendente.	Estabilidade precária ou de baixa remuneração.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas.

Concluindo, observamos primeiramente como as trajetórias profissionais de sujeitos dos diferentes grupos parecem, muitas vezes, se aproximar a partir da fragmentação e da instabilidade, fazendo com que as fronteiras entre as duas categorias profissionais pareçam muitas vezes tênues e borradas. Em ambos os grupos vimos histórias com várias experiências de trabalho, com os sujeitos muitas vezes se deslocando entre o modelo formal, o informal e o desemprego. Pudemos ver também como alguns entregadores relataram situações de empregos formais administrativos muito similares àquelas narradas pelos assalariados formais. As experiências de trabalho formal, na fala de vários dos entregadores, são expostas como situações de sofrimento, injustiça, subordinação e baixa remuneração. A permanência dos assalariados nos empregos administrativos que exercem, em comparação com a necessidade de recorrer às entregas no caso dos sujeitos do outro grupo que tiveram experiências parecidas, pode ser explicada, dentre outros fatores, pelo nível mais alto de educação formal do primeiro grupo (algo que vamos tratar no próximo tópico). Ainda no padrão de trajetórias instáveis e fragmentadas, observamos também sujeitos que buscaram uma ascensão social por meio da qualificação técnica e da inserção no trabalho industrial, frustrada a partir do atual cenário econômico e social do país. Vimos também como o trabalho por entregas parece desempenhar um papel de inserção facilitada para sujeitos em situação de desemprego ou à margem da sociedade devido à sua baixa regulação.

No padrão de trajetórias estáveis e organizadas, pudemos ver um único caso de uma inserção bem-sucedida com mobilidade social e outros dois casos daquilo que chamamos de estabilidade precária ou de baixa remuneração, quando o emprego formal é responsável pelo sustento mínimo das condições de reprodução da vida e, ao mesmo tempo, está no caminho do desenvolvimento de outros planos futuros do trabalhador. Esses padrões mais estáveis, contudo, foram minoria dentro de um quadro geral marcado pela instabilidade, fragmentação e flexibilidade.

#### 4.2. O PAPEL DA EDUCAÇÃO FORMAL NAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

Vimos acima como as trajetórias profissionais dos participantes desta pesquisa são marcadas, em sua maioria, pela fragmentação e pela instabilidade, revelando uma aproximação entre os dois grupos de trabalhadores. Neste tópico, vamos analisar como essas diferentes trajetórias se relacionam com a experiência educacional dos sujeitos. Como ponto de partida, chamou nossa atenção o alto nível de educação formal para os trabalhos realizados pelos participantes da pesquisa em ambos os grupos (lembramos que, durante a seleção de participantes para a pesquisa, não foi feito nenhum tipo de exigência ou restrição baseada no nível de educação formal). Nos assalariados formais, todos os sete entrevistados têm ou estão em processo de graduação no Ensino Superior; no grupo dos entregadores por aplicativos, ainda que essa proporção seja menor, também há vários sujeitos que começaram cursos de graduação ou realizaram cursos técnico-profissionalizantes. Essas características do grupo expressam o avanço da educação formal na sociedade brasileira observado nas últimas décadas. Outra questão, contudo, é: qual foi a ascensão social possível para esses trabalhadores a partir do acesso a níveis mais altos de educação formal e qual o papel que a educação formal teve em suas trajetórias profissionais? Vejamos no quadro 20 até quando os entrevistados da pesquisa tiveram condições de estudar.

**Quadro 20:** Nível educacional dos trabalhadores entrevistados

Nível educacional	Assalariados Formais (7)	Entregadores (11)	Total (18)
Ensino Fundamental	Zero	2	2
Ensino Médio	Zero	1	1
Ensino Médio com curso técnico	Zero	3	3
Ensino Superior incompleto	3	4	7
Ensino Superior completo	2	1	3
Pós-graduação completa	2	0	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de pesquisa

Enquanto o grupo dos entregadores apresenta alguns sujeitos com menos tempo de educação formal – nível fundamental e médio –, o grupo dos assalariados formais é todo composto por pessoas que estão cursando ou concluíram o Ensino Superior, ainda que em sua grande maioria exerçam cargos de exigência de nível médio. O grupo dos entregadores não somente apresenta alguns sujeitos que ingressaram no Ensino Superior como também outros que concluíram cursos técnicos-profissionalizantes, ainda que não

atuem em sua área de formação hoje. Temos, portanto, um quadro de educação formal relativamente alto associado à ocupação de postos com menor exigência ou à realização de trabalho sem exigência nenhuma (no caso dos entregadores).

Esse quadro geral dos nossos entrevistados dialoga com os avanços educacionais obtidos pela sociedade brasileira nas últimas décadas, bem como com a relação – nem sempre harmônica – desses avanços com o mercado de trabalho nacional. Como mostram os dados da PNAD sistematizados por Veloso, Filho e Peruchetti (2022), desde a década de 1990 podemos observar uma profunda transformação da composição educacional da população inserida no mundo do trabalho. Essa mudança se traduz, primeiro, em reduções importantes de grupos menos escolarizados: sujeitos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto passaram de 33,9% e 33,1% para 7,4% e 16,7%, respectivamente, entre 1992 e 2019. De outro lado, há um aumento significativo de participação de grupos mais escolarizados no mercado: trabalhadores com 12 a 15 anos de estudo (correspondente ao início e conclusão do Ensino Médio) foram de 14,3% para 42,3%, e com Ensino Superior incompleto ou completo (mais de 16 anos de estudo) passaram de 5,8% para 19% no mesmo intervalo temporal.

Historicamente, a educação formal é fator de grande importância na possibilidade de acesso a postos de trabalho superiores – mais bem remunerados, com maior estabilidade e segurança e com maior reconhecimento simbólico – no mercado de trabalho brasileiro, na medida em que o país convivia com altíssimas taxas de evasão escolar. Nesse sentido, como aponta Cardoso (2010) ao tratar do período desenvolvimentista, ainda que o avanço escolar não fosse pré-requisito para a inserção no mercado de trabalho, determinava o acesso às posições mais altas da estrutura social. Como argumenta o autor:

[...] os menos escolarizados [...] encontravam um mercado de trabalho repleto de posições de má qualidade, remunerando muito mal e exigindo pouca ou nenhuma qualificação formal, enquanto as posições médias e superiores apresentavam barreiras à entrada que exigiam escolaridade quase sempre inacessível para os trabalhadores pobres urbanos (Cardoso, 2010, p.321).

Numa sociedade como o Brasil desenvolvimentista, essa relação entre avanço na escolarização e acesso a estratos mais altos de sua estrutura de classe tendia a se retroalimentar: filhos de famílias mais ricas conseguiam estudar por mais tempo num contexto em que a maior parte dos jovens de classe trabalhadora deixava a escola precocemente para a inserção em formas de trabalho precárias, fazendo com que aqueles

também estivessem mais aptos, desse ponto de vista, para o acesso aos postos superiores do mercado de trabalho. Desse modo, a educação formal era um dos fatores fundamentais nas desigualdades presentes no mercado de trabalho brasileiro: dados da PNAD sistematizados e interpretados por Menezes-Filho (2001) mostram que, em 1977 (ainda no período desenvolvimentista, portanto), trabalhadores com ensino superior completo recebiam em média quase 18 vezes mais do que os analfabetos. Importante lembrar que, nesse contexto, o país ainda tinha taxas altíssimas de analfabetismo: segundo o censo demográfico de 1980, 25,9% da população com mais de 15 anos não havia sido alfabetizada (INEP, 2003). Portanto, o estudo por mais anos era uma impossibilidade para boa parte dos jovens de classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, exercia um papel de restrição às ocupações mais valorizadas.

O avanço da escolarização observado nos últimos trinta anos, em conjunto com as transformações econômicas do período, mudou um pouco esse panorama. Cardoso (2010) compreende que o ritmo lento de criação de postos de trabalho de qualidade e o avanço dos níveis de desemprego a partir da liberalização econômica do início da década de 1990 fizeram com que houvesse um aumento da competição pela inserção qualificada no mercado, de modo que, paradoxalmente, o aumento da escolaridade da população ter-se-ia traduzido em condições mais difíceis de entrada no mundo do trabalho para a população mais jovem. Isso não significa afirmar que a educação formal não tem peso na inserção dos sujeitos no mercado de trabalho; o argumento do autor é que ela hoje constitui mais um dentre os atributos necessários para que esses disputem as vagas em número insuficiente diante do quadro de maior formação geral.

Veloso, Filho e Peruchetti (2022) analisaram os impactos da educação no mercado de trabalho a partir das transformações do início da década de 1990. De acordo com os autores, a educação teve impacto considerável no nível de formalização, bem como nos rendimentos do trabalho; contudo, não exerceu maiores influências sobre a taxa de desemprego<sup>23</sup>. Desse modo, os trabalhadores mais escolarizados tendem a ter maior nível de formalização e maior renda. Contudo, o que não é avaliado pelos autores é a ocupação, por parte de sujeitos com maior nível de educação formal, dos postos de trabalho cuja exigência é inferior. De acordo com análise elaborada pela DIEESE (2018), no período

---

<sup>23</sup> Aqui há uma questão que nos parece importante: os autores argumentam que a taxa de participação no mercado de trabalho por parte do estrato com menor escolarização é bastante menor, quando em comparação aos outros grupos. Desse modo, o resultado encontrado a respeito da não-influência da educação nas taxas de desemprego parece influenciado pela maior não-participação, sequer como desempregados, desse setor menos escolarizado.

de crise econômica entre 2014 e 2017 a educação formal constituiu fator importante na permanência no trabalho em meio ao cenário de redução de postos; contudo, houve um aumento significativo no número de trabalhadores com nível superior completo ocupando vagas de trabalho com menores exigências. Desse modo, de acordo com esse departamento, dos 2,2 milhões de trabalhadores com ensino superior completo que conseguiram ocupação entre 2014 e 2017, mais de 62% (1,3 milhão) o fizeram em trabalhos que não demandam essa escolaridade.

Esse quadro geral é bem representado nos casos de nossos entrevistados. No grupo dos assalariados formais, há uma tendência predominante de ocupação de postos de trabalho inferiores ao nível de qualificação obtido por esses sujeitos. As exceções são a Assalariada Formal n.º 4, que está empregada num cargo de nível superior, com remuneração superior à média, e a Assalariada Formal n.º 5, que está num posto condizente com sua formação (ela está estudando Ciências Contábeis e atua como auxiliar de contabilidade). Chama a atenção também que praticamente todos os sujeitos desse grupo chegaram em um nível educacional mais alto do que seus pais, de modo que podemos compreendê-los como sendo parte desse movimento de expansão da educação formal visto nas últimas décadas. Portanto, é possível afirmar que para a maioria dos entrevistados o acesso ao ensino superior representou um acontecimento importante em suas vidas, com ampliação de horizontes e de possibilidades em comparação com aquele vivenciado por seus familiares. Veremos, nos próximos parágrafos, dois casos exemplares desse grupo: um de uma trajetória de mobilidade social ascendente bem-sucedida na qual a educação formal teve grande peso e outro no qual o avanço educacional representou mais uma conquista simbólica, com ganhos modestos em termos da condição material de vida.

A Assalariada Formal n.º 4 (2023, informação verbal) é o caso em que podemos observar mais claramente uma ascensão social vinculada à educação formal. Ela foi criada inteiramente pela mãe e conta que seu pai foi ausente durante toda sua infância (definição da entrevistada). Sua mãe trabalhou como empregada doméstica “desde sempre, não tinha a opção de não trabalhar porque era a única renda que nós tínhamos”. Ela conta que a mãe não gostava do trabalho, mas “era o que se apresentava na época e o que fazia mais sentido, junto às necessidades”. A fala denota uma situação de restrição econômica, com o trabalho da mãe como doméstica aparecendo como uma necessidade inegociável dentro das condições da família. Sua mãe completou o Ensino Médio (ela não informa sobre o pai). A entrevistada, por sua vez, fez curso de Técnico em Enfermagem e, a partir desse

curso, ingressou como estagiária no hospital em que permanece até hoje; depois, foi contratada como técnica de enfermagem. Ela então ingressou no curso superior em Enfermagem numa instituição privada, conseguiu uma bolsa de 50% pelo próprio hospital em que trabalha e financiou os outros 50% por uma financeira, tendo ajuda da mãe para viabilizar os pagamentos. Em 2020, se formou e passou a atuar como enfermeira auditora, recebendo um salário acima dos R\$8.000,00. Realizou também uma pós-graduação na mesma área (Auditoria em Enfermagem). Há, em seu caso, uma óbvia ascensão social, fruto de uma trajetória marcada por grandes sacrifícios pessoais e familiares. Diferentemente dos outros entrevistados do grupo, a conquista simbólica marcada pela conquista do diploma representou também, claramente, uma mobilidade social positiva: a família ascendeu em uma geração, com a filha de uma trabalhadora doméstica acessando um modelo de vida e de emprego típico de classe média urbana, com qualificação e boa remuneração em comparação com os padrões do mercado de trabalho brasileiro.

O outro caso exemplar é o da Assalariada Formal nº. 3 (2023, informação verbal), que passou toda a infância e adolescência em uma cidade vizinha de Porto Alegre. Sua mãe sempre se ocupou do trabalho doméstico, só começando a trabalhar de maneira remunerada nos últimos anos. Seu pai, por sua vez, tentou ter diferentes pequenos empreendimentos: dois ou três restaurantes e cozinha industrial para entrega de refeições. Nenhum dos dois ingressou no ensino superior. Hoje, a mãe passou a trabalhar como cuidadora de idosos, com alguma situação de dificuldade financeira, pelo relato da entrevistada; e o pai presta serviço de consertos, num modelo de microempresário – “trabalha ele e um ajudante, algo bem mais para o informal”. Desse modo, temos uma trajetória familiar que se caracterizou pela tentativa de realizar pequenos empreendimentos conjugada ao trabalho reprodutivo feminino, sem que essa possibilitasse uma ascensão continuada e sustentável – a entrevistada dá a entender que a mãe se encontra hoje em situação de algum aperto financeiro e o pai segue atuando num modelo muito próximo da informalidade. A entrevistada, por sua vez, conseguiu se formar em Gestão de Recursos Humanos e estava, no momento, fazendo pós-graduação, com ambos os cursos realizados numa instituição privada em formato de Educação à Distância (EaD).

Desse modo, com relação à história de sua família, há inegavelmente um avanço familiar no nível de educação formal que se concretizou na Assalariada Formal nº. 3; contudo, suas experiências de trabalho, até o momento, foram todas de nível médio. Hoje,

ela trabalha como assistente administrativa com salário em torno de R\$3.500,00. Ela não expressa incômodo com o fato: o diploma parece, em sua fala, mais uma necessidade para o acesso aos próprios postos de nível médio do que uma chave para chegar a postos de trabalho superiores. Cabe destacar, também, que sua trajetória educacional é marcada pelas condições econômicas que regulam o acesso a certas áreas profissionais: ela conta que desde bastante jovem “sempre quis ir para a área da saúde, eu sempre me via trabalhando dentro de um hospital”. Ela chegou a fazer vestibular para Fisioterapia, mas “quando eu fui pagar o boleto, eu vi que realmente não dava para mim”. Parece, desse modo, haver uma divisão entre uma escolha sonhada em momentos anteriores de sua vida – o trabalho em saúde – e uma escolha pragmática, mais voltada a possibilitar sua inserção no mercado de trabalho, ainda que essa inserção se dê em cargos de nível médio. A conquista de um curso superior, se não significou a inserção num posto de gestão de recursos humanos em uma empresa, representou uma pequena mobilidade em comparação com a realidade dos pais a partir do desempenho de cargos do setor administrativo.

Desse modo, expomos dois casos que exemplificam trajetórias distintas dentro do grupo dos assalariados formais. Um deles caracteriza um percurso de ascensão social em torno do trabalho e do avanço educacional. O outro expressa uma história na qual o curso universitário representou uma abertura de horizontes e uma conquista simbólica, mas se traduziu em ganhos modestos do ponto de vista de melhoria da vida em sua dimensão concreta. Distinta é a situação dos entregadores, na qual o investimento pessoal e familiar feito em educação parece não ter gerado qualquer retorno material em suas condições atuais de vida.

Nesse grupo, ainda que observemos alguns sujeitos com nível de educação formal mais baixo, podemos ver também como o acesso a cursos superiores passou a fazer parte do horizonte. Desse modo, temos uma entregadora com nível superior completo, quatro com nível superior incompleto, quatro com Ensino Médio completo (com três desses tendo também cursos técnicos) e dois com Ensino Fundamental completo. Obviamente, nenhum dos que têm curso superior completo ou incompleto ou curso técnico trabalham na área na qual realizaram essas formações. Todos os que têm Ensino Superior incompleto interromperam o curso que fazem, a grande maioria por motivos de disponibilidade de tempo e de energia. Desse modo, há uma homogeneização de trabalhadores com diferentes níveis de qualificação a partir do trabalho com entregas por

aplicativos, com todos, no momento, desempenhando uma função insegura e instável em busca de maiores rendimentos do que os encontrados no trabalho formal.

Assim, temos trabalhadores com cursos técnico-profissionalizantes em áreas da indústria que, no entanto, não estão empregados no setor; com técnico-profissionalizante na área administrativa, sem atuação correspondente. Uma trabalhadora graduada que adoeceu em sua experiência de emprego anterior e saiu de seu setor de formação. Trabalhadores com curso superior em andamento, porém interrompido devido às suas condições de trabalho atuais que tomam quase todo o tempo cotidiano de suas vidas. Boa parte desses trabalhadores vêm de famílias de estratos mais baixos da sociedade brasileira, com mães, muitas vezes solteiras, que trabalhavam como diaristas, pais que atuavam em serviços de baixa remuneração, como lavagem de carros e fretes. Desse modo, o que verificamos é um cenário no qual os investimentos feitos em cursos técnicos, escolarização e educação superior não foram capazes de sustentar um movimento de ascensão e estabilização em médio e longo prazo. Assim, conforme vimos no tópico anterior, boa parte dos entregadores chegou a acessar postos na indústria ou de trabalho administrativo, mas isso não os colocou numa situação de segurança mínima, com o risco de rebaixamento social se traduzindo na condição de desemprego que se efetivou para muitos e motivou a inserção nas entregas por aplicativo.

Um caso exemplar nesse sentido é o do Entregador n.º. 7 (2023, informação verbal): ele cursou Ensino Médio e tem vários cursos técnicos na área de elétrica. Também iniciou o Ensino Superior em Engenharia Elétrica, mas teve de interromper devido às dificuldades financeiras e ao trabalho que desempenha. Ele fala, em diversos momentos, com orgulho do quanto ele investiu em cursos para sua profissionalização – “o que eu investi no meu conhecimento, não se paga” –, tem experiência como eletricitista e chegou a ter uma pequena empresa de instalação de equipamentos elétricos que empregava outras pessoas e prestava serviço para grandes lojas de varejo. Seu trabalho como entregador veio após a falência da empresa, no primeiro ano da pandemia de Covid-19, e anda em conjunto com um plano de restaurante delivery que ele começou a colocar em prática. Desse modo, observamos uma trajetória na qual a educação teve um papel importante, mas não foi capaz de sustentar uma estabilidade em seus padrões de vida. O investimento em formação técnica se traduziu em atuação na área e no desejo de permanecer se qualificando para a construção de uma carreira no setor, com o início de curso superior; contudo, seus objetivos não tiveram como ser mantidos a partir das próprias condições da economia brasileira nos últimos anos. O trabalho como entregador

é inegavelmente um retrocesso diante de seus planos anteriores, num modelo de viração – alternando entregas com o desenvolvimento de um restaurante para as entregas – que se fez necessário para manter a entrada de renda para o sustento seu e da família.

Vemos também, no grupo dos entregadores, sujeitos com Ensino Fundamental completo (Entregadores nº. 5 e nº. 9), para os quais uma inserção de maior qualidade e remuneração no mercado de trabalho parecem muito difíceis no momento. Não por acaso, ambos estão inseridos na classificação de sujeitos à margem que se tornam entregadores, como propusemos no tópico anterior. Nesses casos, há a permanência de um padrão de ocupações informais e inseguras para os estratos mais precários da classe trabalhadora, com essa precarização podendo ser vista, dentre outros elementos, no menor nível de educação formal. Essa tendência de inserção de parte importante da força de trabalho em condições de informalidade e insegurança é constitutiva e funcional para o funcionamento desigual e sub-remunerado do mercado de trabalho brasileiro, como defendeu Oliveira (2013), e na atualidade se reproduz também em casos de jovens adultos com histórias de vida marcadas pelas dificuldades econômicas que recorrem ao trabalho de entregas por aplicativos.

O cenário apresentado sobre os entregadores parece estar associado à ocupação dos empregos de nível médio por parte de profissionais com maior nível educacional, uma vez que, com isso, há uma tendência de exclusão do mercado de parcelas com menos anos de educação (DIEESE, 2018). Assim, a incapacidade do mercado de trabalho em absorver os profissionais com ensino superior em postos de trabalho condizentes com esse nível educacional faz com que acabem tendo preferência na disputa pelas vagas de nível médio. Os trabalhadores com menos anos de educação formal, por sua vez, se veem relegados e com maiores dificuldades de inserção, tendo que optar por ocupações mais inseguras e precárias, como é o caso das entregas.

Antes de encerrarmos este tópico, gostaríamos de tratar brevemente dos casos de trabalhadores que interromperam – momentaneamente, em seus planos – sua formação superior em decorrência das suas atuais condições de vida. São eles os entregadores nº. 1, nº. 4 e nº. 7, e o Assalariado Formal nº. 6. Nos quatro casos, há um desejo de prosseguir uma formação na Educação Superior e, a partir dela, alcançar outro padrão de trabalho e segurança econômica. Contudo, os quatro precisaram interromper seus cursos em função das necessidades de trabalho e renda familiar. Há, portanto, um desejo ascensional que passa pelo ensino e que se vê frustrado diante da corrida diária para a manutenção da vida. Souza (2012) apontou, estudando trabalhadores de telemarketing, como a precariedade

daquela forma de trabalho promovia uma desorganização da vida como um todo das trabalhadoras e trabalhadores do setor, de modo a diminuir as chances de realização de planos e projetos futuros. Desse modo, ainda que os empregos na área do telemarketing fossem vistos pelos empregados como uma possibilidade de renda e organização de outros projetos, sua própria precariedade impedia que esses projetos de futuro efetivamente tomassem corpo devido à grande mobilização exigida das trabalhadoras e trabalhadores.

Essa lógica apareceu tanto em um caso de trabalho formal quanto nos entregadores por aplicativo, sugerindo uma aproximação entre os dois grupos. Em todos os casos, a necessidade de dar conta das demandas do tempo presente interrompe o sonho de construção de um novo futuro. Também, nos diferentes casos, o imenso dispêndio de tempo, energia física e psíquica para conjugar a atual vida laboral com os projetos futuros que passam pelo estudo ocasionam situações de sofrimento: lembremos como o Entregador nº. 1 (2023, informação verbal) diz que “não estava com a cabeça legal” e por isso trancou a faculdade, assim como o Assalariado Formal nº. 6 (2023, informação verbal) relata que sofria crises recorrentes de ansiedade e que precisou interromper momentaneamente o curso porque “estava ruim o tempo todo” e “tinha que dar uma pausa, se não ia acabar enlouquecendo”.

Desse modo, observamos que a educação formal teve efeito diferente nas trajetórias profissionais dos dois grupos. No caso dos assalariados formais, observamos dois padrões em que essa influência se deu. Para a grande maioria desse grupo, o avanço na escolarização e o ingresso no Ensino Superior representou um avanço simbólico e uma abertura de horizontes em comparação com seus pais, mas se concretizou em ganhos bastante modestos do ponto de vista de mobilidade social (ainda que tenha significado o ingresso no mercado de trabalho formal). Desse modo, a tendência que predominou foi a de profissionais com ensino superior exercendo funções de nível médio. O outro padrão é restrito ao caso de uma única trabalhadora, para quem a educação formal foi parte de uma trajetória de ascensão social que se concretizou num emprego com remuneração bem superior à média. No grupo dos entregadores, todavia, o que vimos foi que, para aqueles que tiveram condições de estudar por mais tempo, a educação formal não sustentou um movimento de mobilidade social concreto em médio e longo prazo. Assim, esses sujeitos se veem na mesma função insegura e precária exercida por trabalhadores com nível de qualificação bem menor e que, no Brasil, estão historicamente associados a trabalhos com essas características. Finalizando, em ambos os grupos estiveram presentes casos de

trabalhadores que interromperam os estudos em função das exigências atuais de vida e trabalho, com o avanço educacional não podendo se concretizar (ao menos nesse momento).

## 5. FUTURO: RISCOS SOCIAIS E OS PROJETOS POSSÍVEIS

No presente capítulo, vamos tratar da dimensão biográfica da experiência temporal a partir da visão para o futuro: o que se pode ou não vislumbrar da vida por vir a partir do tempo presente. Lembramos que em nosso objetivo específico referente ao tema, buscamos compreender o futuro a partir de duas figuras – os riscos sociais e os horizontes de expectativa –, bem como o papel que esse futuro têm na experiência do tempo presente. Como escreveu Alfred Schutz (1979), qualquer experiência diz respeito também ao que se espera do futuro, o que nos permite dizer que investigar o futuro é investigar, também, as condições de possibilidade do tempo presente.

Cantó-Milá, Moncunill e Seebach (2020) também apontam como os diferentes futuros que podem ser imaginados, por sua vez, têm efeito configurador do presente e da interpretação do passado vivido, com essa imaginação revelando riscos, dilemas e desafios que se apresentam para uma determinada geração. Esses autores argumentam que as imagens de futuro demonstram aquilo que pode ser imaginado a partir do tempo presente, para o bem e para o mal, revelando as condições sociais de possibilidade de imaginação; para cada tempo histórico, geração e classes sociais, há aquilo que se encontra além do que pode ser imaginado. Nesse sentido, o imaginado revela o que pode ser desejado, almejado e temido a partir da experiência de vida presente.

Desse modo, vamos expor como o futuro aparece nos dois grupos de trabalhadores a partir de suas dimensões positiva e negativa: isto é, o que não se deseja para o futuro e o que se deseja e projeta para o futuro. Os futuros não-desejados são um caminho para que possamos compreender os riscos sociais que ameaçam a vida desses jovens adultos: como atestam Cantó-Milá, Moncunill e Seebach (2020), a elaboração do que não se quer revela, em grande medida, as angústias e temores percebidos hoje. Os projetos, por outro lado, nos permitem entender os horizontes de expectativa e, mais do que isso, a capacidade de concretamente planejar a realização desses desejos.

Inicialmente, apresentamos os quadros de análise da dimensão biográfica dos dois grupos no que diz respeito às suas expectativas de futuro. Conforme pode ser visto na próxima página, os quadros são estruturados a partir das seguintes colunas: nº de identificação do entrevistado, idade, gênero, futuros não-desejados, horizontes de expectativa e projetos imagens do futuro.

**Quadro 21:** Apresentação da dimensão biográfica temporal referente ao futuro dos trabalhadores formalmente assalariados

N <sup>o</sup>	Idade	Gênero	Futuros não-desejados	Projetos de futuro	Imagem do futuro
1	29	M	Dificuldades econômicas: “estar com uma aposentadoria tipo a minha mãe”	Trabalhar só até os 40 anos e depois viver de rendimentos financeiros. Usar o atual emprego como trampolim para outra função mais bem remunerada em outra empresa.	Visão escatológica do futuro: fala em pandemias, exploração do meio-ambiente e desigualdade social gerando uma grande catástrofe.
2	33	F	Permanecer recebendo o mesmo padrão de remuneração que recebe hoje.	Projeto: fazer uma pós-graduação para sair do atual trabalho nos próximos anos: “Almejo um cargo com uma remuneração justa, que seja bom para mim. E que eu consiga dar conta”	Marcada pelo desejo de uma remuneração melhor e por algum pessimismo. “Daqui a 10 anos minha filha vai estar na faculdade. É um misto de apreensões. Meu Deus, o que vai ser da gente?”
3	36	F	Permanecer com dificuldades financeiras que enfrenta; perder o atual emprego; ter de voltar a trabalhar com o que não gosta.	Quer uma tranquilidade financeira. Projetos: se manter no trabalho e reorganizar os gastos familiares com o marido; terminar pós-graduação para ter mais segurança no trabalho.	Fala diversas vezes que espera “mais calma e tranquilidade”, revelando alguém constantemente tensionada pelas demandas atuais.
4	35	F	Permanecer no atual tipo de trabalho que realiza, sem tempo para vida familiar e atenção aos filhos.	Não sabe. Pensa em um retorno para a área assistencial da enfermagem, mas diz que isso ainda não está claro para ela: “Eu não quero fazer isso para minha vida toda, mas não sei o que fazer, neste momento, para sair deste ciclo”.	Visão esperançosa a partir do desenvolvimento pessoal e do desenvolvimento de seus filhos como pessoas solidárias.
5	30	F	Ter de trabalhar com o que não gosta ou em ambientes que não gosta devido às suas necessidades de renda. Ficar ociosa.	Projeto: se formar na faculdade e seguir na área de contabilidade. Projeto: manter seu trabalho com revenda e se dedicar cada vez mais a isso.	Visão desesperançosa, marcada por certa precariedade da vida urbana atual: fala em violência e baixa qualidade de educação.
6	28	M	Permanecer na condição de assalariado para sempre. Relaciona a relação salarial com exploração, subordinação, pobreza e sofrimento.	Sonha em abrir uma empresa e trabalhar com tecnologia e programação. Projetos: terminar a faculdade e utilizar o atual emprego como trampolim para trabalhar na área de tecnologia. Tensão: temor de perder a estabilidade atual e desejo de outra vida.	Marcada pelas próprias dificuldades econômicas enfrentadas no tempo presente, revelando horizontes de ascensão muito modestos.
7	30	M	Deixar de fazer as coisas que gosta por se comprometer com outras obrigações (ter um filho, ficar sem dinheiro).	Projeto: terminar a atual faculdade e seguir no seu emprego. Deseja fazer outra faculdade, mas não sabe qual. Até lá, pretende ficar no atual emprego. Horizontes parecem bastante encurtados ao tempo presente.	Ambivalente. Vê coisas positivas associadas ao avanço tecnológico e coisas negativas, que ele associa à crise de saúde mental geral.

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

**Quadro 22:** apresentação da dimensão biográfica temporal referente ao futuro dos entregadores por aplicativo.

Nº	Idade	Gênero	Futuros não-desejados	Projetos de futuro	Imagem do futuro
1	36	M	Permanecer no atual cenário de precariedade econômica, trabalhando muito para pagar as contas.	Ter maior liberdade de tempo além do trabalho. Projetos: aplicações financeiras para diminuir carga de trabalho, retomar e terminar faculdade e atuar como contador. Seguir nas entregas no máximo dois anos.	Marcada por instabilidade, dificuldades econômicas e muito trabalho. Futuro múltiplo: abrir um leque de opções para poder trabalhar menos.
2	33	F	Permanecer priorizando tanto o trabalho quanto faz hoje.	Ter mais tempo com a família. Projeto: abrir negócio próprio na gastronomia, entregas no máximo um ano.	Marcada pela crise no mercado de trabalho: fala em poucas oportunidades de trabalho de qualidade.
3	25	M	Permanecer tão distante da família quanto hoje devido ao excesso de trabalho.	Projeto: focar em negócio próprio (trailer de lanches). Projeto: retornar para a área de salvamento aquático. Seguir nas entregas mais um ano e meio.	Pouco clara, parece vinculada à condição atual de muito trabalho e à necessidade contínua de “se virar”. Expectativas parecem pouco organizadas.
4	32	M	Permanecer fazendo entregas para o resto da vida.	Projeto: terminar curso superior (História) e trabalhar na educação pública. Sonho: dar aula em faculdade. Ficar nas entregas no máximo mais dois anos.	Marcada por um desejo de estabilidade que não passa por assalariamento formal, mas por concurso público.
5	24	M	Permanecer nas condições de aperto econômico que vive.	Projetos: fazer CNH para ter outras oportunidades, abrir negócio próprio de lanches. Sonho: casa própria e automóvel. Quer sair das entregas quando fizer CNH.	Marcada por precariedade econômica e por expectativas pouco organizadas.
6	29	F	Ficar doente (saúde para trabalhar). Fim dos aplicativos.	Projeto: comprar uma moto para melhorar as entregas. Não quer sair das entregas.	Ligada ao presente, quer evoluir dentro do atual modelo de trabalho para ganhar mais e cansar menos.
7	34	M	Permanecer fazendo entregas para o resto da vida.	Projetos: retomar faculdade e empresa de eletricidade; restaurante de delivery. Sem data para sair das entregas.	Marcada por situações de racismo sofrida por ele e pela família, fala em futuro incerto e difícil.
8	23	M	Condição de precariedade econômica e subordinação profissional.	Fala várias vezes numa vida sem preocupação com dinheiro. Projeto: desenvolver sua empresa. Quer permanecer nas entregas até o final do ano.	Extremamente marcada por modelos morais e discursivos do mundo empresarial. Revela grande preocupação com insegurança econômica, contudo.
9	25	M	Voltar ao mundo do crime.	Projetos: montar loja de roupas e cosméticos, sair do trabalho de entregas na rua até o fim do ano, voltar aos estudos e fazer faculdade.	Encurtada à luta do presente: “ Não sei o que será do futuro, mas estou lutando para que seja bom”; “Vivo com a realidade, com o presente”.
10	23	M	“Me afastar de Deus, pois quando estou com ele me sinto forte”	Flexibilidade para trabalhar de qualquer lugar. Projetos: marketing digital, venda de produtos pela internet. Sonha em trabalhar como cantor e viver no meio da arte.	Demonstra preocupação com crise ecológica e preocupação com a injustiça presente nas relações de trabalho e na sociedade como um todo.
11	23	M	Permanecer fazendo entregas para o resto da vida.	Deseja estabilidade, casa própria e automóvel. Projetos: se mudar para o centro da cidade, comprar moto, montar negócio próprio de delivery, fazer faculdade.	Marcada por busca por estabilidade e por certa insegurança devido à experiência de migrante.

Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas.

## 5.1. RISCOS SOCIAIS A PARTIR DA ANÁLISE DOS DOIS GRUPOS

A partir da análise dos futuros não desejados, observamos como o temor da insegurança econômica perpassa transversalmente ambos os grupos, constituindo um risco social generalizado para a maior parte dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa. O medo de se ver – ou permanecer – em condições de insegurança e precariedade econômica apareceu em quase todos os sujeitos, manifestado a partir de diferentes formas e estruturando os futuros não-desejados. Esse risco social por vezes aparece mobilizado a partir da situação atual – eu não quero permanecer<sup>24</sup> como estou hoje –, por vezes a partir do temor da queda – eu não quero deixar de viver como vivo hoje – e, por vezes, a partir do medo da repetição – eu não quero acabar como os meus pais. Conforme veremos, as figuras dos pais apareceram muitas vezes como horizonte negativo vinculado ao modelo de assalariamento formal e a aposentadorias baixas, rejeitado por trabalhadores de ambos os grupos, mas predominantemente pelos entregadores a partir de um tipo de experiência geracional adquirida. Neste tópico, vamos tratar desses temas, buscando demonstrar como esses temores estão articulados ao cenário de instabilidade e vulnerabilidade que perpassa o mercado de trabalho brasileiro de maneira estrutural e conjuntural.

No grupo dos assalariados formais, vemos, com exceção da Assalariada Formal nº. 4 cujo temor para o futuro é de outra ordem, como o medo de se ver em condições de insegurança econômica se estrutura a partir de diferentes imagens. O medo de rebaixamento e de perda das atuais condições de vida apareceu claramente em alguns entrevistados, ainda que não da mesma maneira. Um caso exemplar é o da Assalariada Formal nº. 3 (2023, informação verbal), que apresenta, em diversos momentos de sua fala, o receio de perder o atual emprego. Ela considera seu salário (em torno de R\$3.500,00) um pouco acima da média para a função que exerce (assistente-administrativo), mas relata uma vida financeira muito apertada e difícil em função do custo de vida atual. A entrevistada diz que seu atual salário “talvez seja o mais alto que eu já ganhei de toda a minha jornada, e mesmo assim eu não consigo juntar, não consigo guardar”. Sua fala é

---

<sup>24</sup> Aqui gostaríamos de destacar que, nos dois quadros montados sobre a dimensão biográfica futura dos grupos de trabalhadores, fizemos questão de utilizar a palavra *permanecer* em todos os que apresentavam o temor de seguir no mesmo modelo de vida e trabalho, justamente para expressar esse elemento em comum que aparece em diversos casos: pessoas que não se imaginam suportando sua vida atual caso ela permaneça como está por muito mais tempo.

atravessada por desejos de calma e tranquilidade, bem como por palavras como sufoco e atropelo, sugerindo a própria condição da entrevistada diante de sua vida econômica.

A Assalariada Formal nº. 3 explica que seu maior gasto mensal é o cartão de crédito, porque tudo que eles não têm condições de pagar no momento, acabam parcelando: alimentação, farmácia e outros itens básicos para a manutenção da vida. Hoje, está tentando reorganizar sua vida financeira a partir do controle de gastos com o marido e diz que não tem perspectiva de entrada de uma renda maior. A partir desse contexto, o temor da demissão atravessa seu depoimento em vários momentos. Ela conta sobre um conflito que teve com uma chefia em seu trabalho, mas diz que “eu não posso sair hoje [do atual emprego]. Não gostaria de pedir demissão hoje, aí sim, *minha vida vira de cabeça para baixo*”. Ela entende que, perdendo seu emprego, dificilmente achará em curto ou médio prazo um trabalho que lhe pague a mesma remuneração. A busca de um pouco mais de segurança em sua vida lhe motivou a também começar uma pós-graduação EaD: quando perguntada se essa pós é um investimento para ter um cargo com melhor remuneração no futuro, ela esclarece que está fazendo-a para ter uma maior segurança em seu emprego atual – “Eu estou pensando mais no hoje, mesmo”. Desse modo, sua situação se assemelha a uma corrida para manter-se qualificada para conseguir permanecer no atual emprego e, a partir dele, começar a organizar minimamente a vida financeira que a atropela e sufoca. O risco de perda desse trabalho, ainda que temido, se revela real na fala da entrevistada, que depois de dizer que sua vida viraria de cabeça para baixo, diz que tem os pés no chão e que “se tiver que sair, vamos sair, vamos enfrentar”.

O temor da perda de emprego e o risco da insegurança econômica, nesse caso, articula diferentes processos sociais. A entrevistada diz que a maior parte de seu gasto mensal se dá a partir do cartão de crédito, situação relacionada, ao mesmo tempo, ao seu histórico de baixas remuneração e à financeirização da economia. Como aponta Federici (2019, p. 221), a financeirização da classe trabalhadora deve ser compreendida “[...] como uma resposta ao declínio dos salários e como uma recusa à austeridade imposta, e não simplesmente como um produto de manipulação financeira”. No caso do mercado brasileiro, acrescentaríamos que, mais do que declínio, a financeirização está relacionada a salários historicamente baixos, tendo em vista o alto grau de exploração da força de trabalho a partir do qual a acumulação capitalista se deu no país. Desse modo, o alcance de um padrão de vida um pouco mais confortável passa, necessariamente, pelo endividamento financeiro para alguém que exerceu empregos de nível médio durante toda a sua trajetória. O risco de perda do emprego, por sua vez, aparece em um mercado de

trabalho cuja característica estrutural é a alta rotatividade da mão-de-obra, conforme apontaram Krein *et al.* (2018) e Cardoso (2010). De acordo com esses autores, os contratos de trabalho por tempo indeterminado no Brasil já são bastante flexíveis, com os empregadores tendo ampla liberdade de ruptura do vínculo empregatício. Essa flexibilidade tende a aumentar a partir da Reforma Trabalhista de 2017, que, na análise de Krein *et al.* (2018), aumenta as possibilidades de gerenciamento da força de trabalho a partir dos interesses capitalistas. Desse modo, o caso aqui exposto ilustra um contexto social mais amplo de baixos salários, economia financeirizada (que se traduz numa financeirização das classes trabalhadoras para a manutenção de padrões mínimos de reprodução da vida), alta rotatividade no mercado e avanço das pautas empresariais na sociedade. O temor da entrevistada simboliza um cenário de risco real que atravessa o mercado de trabalho brasileiro.

O medo do rebaixamento social e da perda de sua atual condição passa, também, por formas um pouco distintas, mas cujo cenário de fundo é o mesmo, a partir da opção de alguns entrevistados por um modelo de adultez distinto daquele tradicional. Conforme atestam Cantó-Milá, Moncunill e Seebach (2020), a juventude é sobretudo um momento de transição no qual as pessoas se veem pressionadas a canalizar o fluxo de suas vidas em uma determinada direção a partir de escolhas educacionais, profissionais e pessoais. Neste sentido, como aponta Barros (2010), a passagem para a vida adulta seria historicamente simbolizada por alguns marcadores socialmente validados de maturidade: a possibilidade de sair da casa dos pais, o estabelecimento de relações amorosas e a eventual constituição de uma família e, sobretudo, a inserção no mundo do trabalho e a conquista de algum grau de independência financeira. Contudo, a década passada viu um aumento de jovens adultos que seguiram vivendo na casa de seus pais, indicando transformações nesse modelo de transição para a vida adulta: conforme dados do IBGE (2016), pessoas entre 25 e 34 anos que vivem na casa dos pais passaram de 21,2% para 25,3% no Brasil entre os anos de 2004 e 2015<sup>25</sup>. Trata-se de uma ampliação discreta dessa situação familiar, mas significativa, especialmente ao refinarmos a análise desses dados a partir de outras variáveis. Nesse sentido, podemos ver um aumento importante dos sujeitos nessa condição que tinham Ensino Superior incompleto ou nível mais elevado de educação formal, que eram de 22,6%, em 2004, e passaram para 35,1% entre 2004 e 2015 (IBGE, 2016). No mesmo período, vemos uma redução daqueles com ensino fundamental

---

<sup>25</sup> Não encontramos a atualização desse dado nos indicadores produzidos pelo instituto nos últimos anos.

incompleto, que foram de 31,7% para 15,9% (IBGE, 2016). Desse modo, houve um aumento bastante importante dos sujeitos entre 25 e 34 anos com níveis mais altos de educação que viviam com os pais.

O IBGE (2016) sugere que essa opção tenha relação com o prolongamento dos estudos e levanta outras hipóteses de cunho psicológico – dependência emocional dos pais e acomodação ao padrão de vida –, não testadas no modelo de pesquisa do instituto. De nossa parte, sugerimos que os dados revelam algumas das complexidades e ambiguidades do projeto lulista das duas primeiras décadas do século XXI. A redução do número de jovens adultos com baixo nível de educação formal vivendo com os pais parece ser um indicativo do importante processo de capitalização dos estratos mais pobres da população transcorrido nesse período, tendo em vista a associação entre poucas oportunidades de estudo, exclusão social e precariedade econômica. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico e da renda das famílias no período, que impulsionaram a demanda, bem como a queda da inadimplência e o aumento constante do salário-mínimo pressionaram o preço dos imóveis para cima (Aguiar, 2014), se traduzindo numa escalada do preço da moradia nas grandes cidades<sup>26</sup>. O aumento dos valores para aquisição e aluguel de imóveis, associado à inserção – cada vez mais comum, como vimos anteriormente – de sujeitos com nível educacional mais alto em empregos de nível médio e menor remuneração nos parece estar relacionada ao crescimento de jovens adultos desse estrato educacional que seguem vivendo na casa dos pais. Seguindo esse raciocínio, seguir vivendo na casa dos pais significa a possibilidade de um padrão mais alto de vida, apesar de salários que não permitiram a manutenção desse estilo de vida caso os sujeitos tivessem de arcar com a moradia ou a constituição de um novo núcleo familiar.

Isso aparece retratado principalmente nos temores de dois entrevistados do grupo dos assalariados formais. O Assalariado Formal n°. 1, que vive com os pais, diz que o principal temor que ele tem para o seu futuro é se ver sem dinheiro, pois ele sente que em outros âmbitos sua vida é muito boa: tem uma família legal, mantém relações sociais com as pessoas que gosta, pode se dedicar aos hobbies que lhe agradam (Yoga, futebol com os amigos, canto). O Assalariado Formal n°. 7 (2023, informação verbal), de maneira um pouco parecida, diz que o que ele não quer para o seu futuro é ter que “passar trabalho”. Quando pedimos que ele fale mais a respeito disso, descobrimos que passar trabalho é se

---

<sup>26</sup> Aguiar (2014) cita ainda o comportamento especulativo nas principais cidades do país, variável que, nos parece, não pode ser excluída da alta de preços.

ver sem condições econômicas para fazer as coisas que gosta: ele diz que sempre gostou de sair e de viajar e que por vezes observa “gente que não consegue fazer essas coisas porque está passando algum tipo de trabalho, porque teve um filho inesperado, engravidou alguém e tá tendo que pagar pensão, alguma coisa”. Ele prossegue, dizendo que conhece várias pessoas que, com uma remuneração maior que a dele, acabam não tendo o mesmo tipo de experiências que ele teve. Em suas palavras: “Eu me acostumei a conseguir fazer as coisas que eu quero, então o meu medo é que lá na frente aconteça alguma coisa que eu tenha que parar com esses privilégios, digamos assim”.

Nesses dois casos, os sujeitos são homens da mesma faixa etária (entre 29 e 30 anos), empregados em postos de nível médio e que vivem com os pais. Nenhum deles expressa, em algum momento de suas falas, o desejo de constituir um novo núcleo familiar. Ambos conseguem, apesar de salários modestos, vivenciar hobbies, atividades sociais e viagens. Desse modo, sugerimos que, num contexto em que tem se tornado cada vez mais comum a inserção de sujeitos com alto nível educacional e acostumados a certo padrão de vida próprio das classes médias urbanas em empregos de remuneração inferior às necessidades desse padrão, esteja também em ascensão um modelo de adultez vinculado à permanência na casa dos pais e menos relacionado aos marcadores clássicos de transição para a vida adulta. Esse argumento vai ao encontro da hipótese de Chester et al. (2019) que, estudando o contexto australiano, entendem que a precarização do mercado de trabalho ocorrida no momento de inserção da geração mais educada (do ponto de vista formal) da história do país se relaciona a um novo modelo de vida adulta. Nesse sentido, vemos como o temor da insegurança econômica, em nossos entrevistados, se revela pelo risco de ter de renunciar ao atual modelo de vida que conseguem manter hoje, que só é possível a partir de um arranjo familiar específico. Ambos sabem que caso tenham que arcar com outros custos – um filho, por exemplo – será impossível manter seu atual padrão, bem como têm ciência de que caso não vivessem na casa de seu núcleo familiar de origem, teriam de abandonar o estilo de vida que hoje experimentam. Desse modo, o risco de insegurança social aparece mobilizado a partir de imagens de futuro que, no fundo, expressam o temor do rebaixamento social.

A insegurança econômica como risco social apareceu também no medo de permanecer nas atuais condições de vida em ambos os grupos, mas foi predominante nos entregadores. Nesse sentido, as imagens de futuro revelam o medo de que a vida não mude, de que as dificuldades atuais perdurem no tempo indefinidamente. Esses temores apareceram nas falas de sujeitos que convivem com maiores níveis de precariedade e

insegurança econômica em seu tempo presente, motivo pelo qual foram amplamente presentes no grupo dos entregadores. No caso dos assalariados formais, o caso exemplar é o da Assalariada Formal nº. 2 (2023, informação verbal), que diz claramente que, para o seu futuro, ela não quer “*continuar* recebendo a mesma remuneração”. Ela classifica seu atual salário de R\$1.912,00 como “horrível [...] não é nem um salário-mínimo e meio, tu diz que teu funcionário é o encarregado do setor, mas remunera ele com um salário mínimo? Tu consegue achar isso justo?”.

Desse modo, o temor que aparece em sua fala é que sua vida não mude, que permaneça no mesmo nível de remuneração insuficiente para um mínimo de conforto em sua estrutura familiar. Esse temor atravessa várias outras falas da entrevistada, como podemos ver em sua resposta sobre o que ela espera do futuro da sociedade como um todo: “Eu gostaria que as pessoas fossem mais bem remuneradas”. Nessa mesma resposta, ela analisa o momento atual brasileiro, após quatro anos que ela classifica como horríveis (ela se refere ao período de governo de Jair Bolsonaro) e diz que acha que vai demorar mais de dez anos para que os salários se tornem um pouco melhores no mercado. Vemos aqui a angústia pelo futuro da filha nesse cenário: “Daqui a dez anos minha filha está na faculdade. Então é horrível isso, é um misto de apreensões né... *Meu Deus, o que vai ser da gente?*”. A fala da entrevistada é atravessada pela incerteza e pelo pessimismo diante do futuro, pela corrida para a manutenção de padrões mínimos de vida no presente e pelo duro desafio de ter alguma estabilidade para sua vida familiar e desenvolvimento de sua filha em meio a muito trabalho e baixa remuneração. O risco social da insegurança econômica aparece como um risco de permanecer no mesmo lugar em que se encontra hoje.

Esse caso é exemplar desse tipo de temor na medida em que a entrevistada é, dentre os trabalhadores formalmente assalariados, aquela que recebe o menor salário e cujo trabalho carrega mais traços de similaridade com a situação dos entregadores. Lembramos que, conforme visto na análise da dimensão cotidiana, seu emprego envolve grande quantidade de trabalho não-remunerado a partir da figura do sobreaviso, que a deixa à disposição da empresa 24 horas por dia. Sua trajetória também é marcada por alta rotatividade em funções de nível médio, de modo que é difícil ver, do ponto de vista profissional, um solo estável a partir do qual ela traça seus planos. Desse modo, pensando na experiência dos sujeitos, há uma proximidade entre um perfil de empregos de baixa remuneração, poucas garantias de permanência e que envolvem formas de não-

remuneração do trabalho com a realidade do trabalho uberizado: não por acaso, o temor de que a vida não mude também é presente massivamente no grupo dos entregadores.

Para começarmos a tratar desse grupo, cabe salientar, primeiramente, como o verbo *permanecer* aparece amplamente nos futuros não-desejados dos entregadores: sete dos 11 entrevistados informaram não querer permanecer como estão, indicando certa inviabilidade nessa forma de vida e trabalho para um planejamento de vida em médio e longo prazo. Vemos também que a grande maioria desses trabalhadores não quer continuar realizando entregas por muito mais tempo, o que reforça essa insustentabilidade a longo prazo. O risco de insegurança econômica aparece amplamente, mobilizado a partir do temor de permanecer como está, revelando o nível de precariedade que atinge o grupo. A insegurança econômica se associa às longas jornadas e ao sentimento de viver para o trabalho e para pagar as contas, presente na fala de diversos entregadores.

Como um caso exemplar desse cenário, vemos como o Entregador nº. 5 (2023, informação verbal) responde sobre o que não quer para o seu futuro: “Eu não quero *continuar* sendo regrado na vida financeira, quero ter uma vida financeira bem melhor. Tá muito difícil hoje”. Ele diz que percebe as coisas todas muito caras e que sua vida econômica é muito apertada. Dentre todos os entrevistados para esta pesquisa, ele é um dos únicos dois que referiram ter somente Ensino Fundamental, o que revela uma situação importante de precariedade material familiar e a ausência de oportunidades de educação formal. Conforme apontamos em nossa análise sobre o passado, podemos compreendê-lo, por ser oriundo de estratos mais precarizados da classe trabalhadora, como um sujeito à margem, com grandes dificuldades para inserção no mercado de trabalho em postos de maior qualidade. Trabalha em torno de dez a 11 horas por dia, seis dias na semana e expressa grande cansaço e prejuízos físicos oriundos de sua rotina como entregador. Conforme veremos no tópico referente aos horizontes de expectativa e projetos, no caso desse sujeito há indícios de que sua própria condição de precariedade econômica apareça como empecilho para que ele seja capaz de estruturar caminhos de saída para a atual situação, fazendo com que o risco social que ele expressa se mostre perigosamente real e presente – permanecer assim como está.

Esse caso demonstra como o trabalho das entregas por aplicativo está amplamente lastreado na condição de precariedade de amplos setores da classe trabalhadora brasileira. Como apontou Abílio (2019), os ciclo-entregadores constituem uma força de trabalho jovem, periférica e negra, que historicamente esteve dentre os setores mais desprotegidos da classe trabalhadora nacional. Nesse sentido, o grande crescimento do trabalho por

plataformas no Brasil se relaciona, conforme argumentou Moda (2020), às características estruturantes do mercado de trabalho brasileiro. As tradicionais altas taxas informalidade, agravadas pelo processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 1990 e ao consequente crescimento dos trabalhadores por conta própria, se expressam na existência de uma grande massa de trabalhadores à procura de formas de garantir sua subsistência. O temor do Entregador n.º 5 revela suas condições de vida atuais e uma construção histórica de exclusão social e de incapacidade de incorporação, por parte do mercado de trabalho, de amplos setores da classe trabalhadora.

A insegurança econômica é associada pelos entregadores, corretamente, às exigências de longas jornadas desempenhadas em seu trabalho. Como aponta o Entregador n.º 1 (2023, informação verbal), ele não quer seguir na vida em que está – “Eu não quero passar a minha vida inteira, todos os dias, tendo que correr atrás da máquina para pagar as contas no final do mês”. Como vários outros entregadores, ele trabalha 11 horas por dia, seis dias por semana e diz que a maior parte do dinheiro vai para custos básicos. A rotina e as dificuldades econômicas constituem um fator de grande exaustão e um empecilho para outros planos seus, como, por exemplo, a faculdade, que interrompeu pelo excesso de trabalho e questões de saúde mental. Em suas palavras: “O dia-a-dia, as contas, a casa, tu ter que estar correndo atrás da máquina: isso às vezes te tira muita energia”. Conforme visto na análise da temporalidade cotidiana, o modelo de remuneração por tarefa desempenhada prende esses trabalhadores a jornadas muito extensas e cansativas, sem as quais o risco de insegurança econômica, presente para praticamente todos, se efetiva em uma renda insuficiente para a reprodução da vida em condições mínimas. O desejo de trabalhar menos aparece na fala de vários entregadores, mas, com isso, o dilema de ter que reduzir de modo importante sua renda. Isso indica o quanto esse modelo de trabalho mobiliza do tempo e da energia dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, o quanto ele somente se sustenta, em termos remuneratórios, a partir dessa grande mobilização. Trata-se, podemos afirmar, de uma característica do próprio modelo de trabalho de entregas por aplicativos: a ambivalência entre manter condições mínimas de renda para a vida e, ao mesmo tempo, o desejo de poder se dedicar um pouco menos a um trabalho que ocupa quase todos os espaços temporais possíveis. Essa intensa corrida em busca de alguma tranquilidade é também representada pelas trajetórias fragmentadas

e instáveis (das quais o Entregador nº. 1 é um caso exemplar<sup>27</sup>), compostas por muitas experiências profissionais distintas e tentativas de qualificação profissional, que chegam na atual situação de trabalho desprotegido. Desse modo, o que resta, no presente, é “correr atrás da máquina”, expressão que representa bem certo sentimento de estar perdendo, ficando para trás, precisando dispendir grandes esforços para se manter próximo a essa máquina que segue girando em alta velocidade e que, se o sujeito relaxar, vai sair de seu campo de visão e ele será atropelado pelos gastos para a manutenção da vida.

A possibilidade de permanecer entregador indefinidamente também apareceu amplamente nesse grupo como horizonte negativo de futuro. Para além dos casos que expressaram diretamente, quando perguntados sobre o que não queriam para o futuro, o medo de seguir entregadores para sempre, quase todos os trabalhadores do grupo referiram querer deixar de trabalhar nessa função em algum prazo de tempo. Alguns dão uma data específica – até o final do ano de 2023, no máximo mais dois anos, no máximo mais um ano e meio –, revelando maior urgência e planejamento. Outros dizem que querem sair assim que puderem, demonstrando um desejo que ainda não se traduziu num projeto um pouco mais estruturado. Deixar de trabalhar como entregador, contudo, envolve conseguir algo que possibilite uma condição de renda parecida em meio a um cotidiano de trabalho que ocupa a maior parte do tempo e das energias do sujeito, criando um dilema que não é de simples resolução. As condições difíceis do mercado e a profusão de postos de trabalho de baixa qualidade revelam um cenário de dificuldades para conseguir uma renda similar à auferida por eles a partir de suas longuíssimas jornadas.

Um depoimento ilustrativo desse temor de seguir entregador indefinidamente pode ser visto na fala do Entregador nº. 4, que diz que o que ele não quer para o seu futuro é ficar fazendo entregas, pois seu corpo não vai aguentar:

Eu não quero mesmo é dedicar mais e mais tempo da vida atrás de uma remuneração que, no final das contas, não vale tanto a pena. É uma remuneração que é um pouco mais alta que a média do mercado, mas quando tu botas na caneta para ver a tua situação física, a tua situação psicológica e a ausência de casa, ela não compensa. O que eu não quero é só ter que aumentar a minha carga de trabalho conforme meus gastos vão aumentando. Eu quero diminuir minha carga de trabalho e aumentar o meu ganho (Entregador nº. 4, 2023, informação verbal).

---

<sup>27</sup> Esse entregador, lembramos, começou a trabalhar ainda muito jovem e buscou se qualificar para uma inserção na indústria, que não foi capaz, contudo, de sustentar uma mobilidade social a médio e longo prazo.

Novamente, temos associadas às dificuldades econômicas o trabalho exaustivo e os prejuízos dele decorrentes. Trata-se de uma descrição bastante eloquente de por que não quer prosseguir muito mais tempo com as entregas: a exaustão física e psicológica, a ausência de tempo para se dedicar a outras dimensões da vida, a compreensão de que nesse modelo ele precisa sempre aumentar sua carga de trabalho para dar conta de qualquer aumento de gastos. A situação de exploração e os seus efeitos sobre o trabalhador são expostas com a afirmação do sujeito diante dela – *eu não quero ficar aqui para sempre*.

Contudo, o fato de eles, em sua grande maioria, não quererem permanecer entregadores por muito tempo não significa um desejo pela inserção no assalariamento formal. Conforme veremos no próximo tópico, são poucos os projetos de futuro dos entregadores que passam pela relação salarial, associada pelos entregadores à baixa remuneração. A possibilidade de acharem um emprego de boa remuneração não aparece em suas falas, revelando certo realismo precário em suas análises da atual conjuntura. Nesse sentido, a imagem dos seus pais, que em sua maioria têm histórico de assalariamento, aparece como um horizonte daquilo que não desejam: eu não quero terminar como os meus pais, em condições de insegurança e precariedade econômica. Mesmo no grupo dos assalariados formais o envelhecimento típico da classe trabalhadora nacional, com aposentadorias baixas e insegurança econômica, apareceu associado às figuras paternas. Nesse sentido, foram comuns frases como “O que eu não quero para o meu futuro é estar com uma aposentadoria, tipo a minha mãe, que é aposentada com um salário-mínimo” (Assalariado Formal nº. 1, 2023, informação verbal), ou “Por causa dos meus pais eu vi que se eu esperar para viver só de salário e aposentadoria, lá na frente tu tens que viver pelo que estão dispostos a te pagar” (Assalariado Formal nº. 6, 2023, informação verbal). Outro exemplo é o depoimento do Entregador nº. 8 (2023, informação verbal) que, analisando os motivos pelos quais ele não quer o assalariamento formal, diz que: “Vai chegar minha aposentadoria e eu vou estar recebendo um nada, praticamente”. Esse entrevistado diz que os pais querem o melhor para os filhos, “[...] mas o melhor para eles está preso ao passado: eu tenho que conseguir um bom emprego para conseguir um bom salário para me matar trabalhando oito horas por dia, nos finais de semana, e é isso”. Poderíamos argumentar que hoje o entrevistado trabalha mais do que as oito horas por ele referidas, mas não é essa a questão. O que nos interessa, aqui, é ver como a inserção formal no mercado de trabalho está associada à subordinação e a um envelhecimento marcado pela pobreza. Como ele diz:

Eu não quero de jeito nenhum acordar com a cabeça enevoada pensando que eu tenho que conseguir dinheiro para pagar um aluguel, conseguir dinheiro para comer, que eu tenho que juntar dinheiro para ter uma boa vida, uma boa aposentadoria, que o governo não vai me pagar o suficiente quando eu me aposentar. Que eu vou passar anos da minha vida trabalhando *para eles* e nos últimos anos da minha vida eles vão me pagar com esmolas (Entregador N°. 8, 2023, informação verbal, grifo nosso).

Na fala acima reproduzida, o temor da insegurança econômica – ter que conseguir dinheiro para pagar aluguel e para comer, ter que juntar dinheiro para ter uma boa vida – anda junto com a rejeição à subordinação, que é associada a tal precariedade – viver de uma aposentadoria de esmolas depois de passar anos trabalhando *para eles*. A esse modo de vida do trabalho assalariado e da subordinação opõe um modo de vida empresarial, autônomo e livre de coerções, chefias e precariedade financeira. Contudo, sua fala é atravessada pelo temor da pobreza, que aparece como uma espécie de negativo dessa imagem empresarial.

Essa rejeição ao assalariamento foi muito menos presente no grupo dos assalariados formais, algo esperado, mas não foi completamente ausente em suas falas. O caso mais representativo é o do Assalariado Formal n°. 6 (2023, informação verbal), que diz que para o futuro ele não quer “viver só de salário”. A condição de assalariamento é vista por ele como “muito complicada, [porque] tu dependes do quanto a pessoa quer pagar pelos teus serviços”. O entrevistado explica que, em grande parte por observar a situação dos pais, ele percebeu que esperar para viver só de salário e aposentadoria significaria estar numa situação de dificuldades econômicas e de saúde. Com base nisso, diz que planeja outras formas de remuneração que não o salário: “Eu quero muito fazer uns investimentos, conseguir umas rendas extras, conseguir ganhar por serviço, não necessariamente por estar trabalhando para alguém e, sim, por ter feito alguma coisa para alguém”. Desse modo, sua recusa ao modelo de assalariamento – que é o modelo no qual está inserido há oito anos – se dá não somente por sua trajetória profissional, mas também por sua história familiar. Lembramos como o pai desse entrevistado trabalhava como cobrador em ônibus interestaduais, adoeceu e, por esse motivo, se aposentou por invalidez e até hoje enfrenta problemas importantes de saúde. Além desse fato, as memórias de infância desse trabalhador são atravessadas pela precariedade econômica – em suas palavras: “Teve um período que foi bem complicado, a gente nunca passou fome, mas teve um período que a gente comia só arroz e feijão e uma farinha de mandioca, que era o que tinha durante o mês”. Desse modo, a experiência de assalariamento está associada,

em sua história de vida familiar, à insegurança econômica e ao adoecimento. Esse mesmo entrevistado se enquadra no que classificamos com estabilidade precária ou de baixa remuneração e conta que se vê em constantes dificuldades financeiras, situação que é um dos motivos para as crises de ansiedade que lhe acometem constantemente, sugerindo certa repetição de um mesmo ciclo geracional que tanto teme reproduzir.

Desse modo, a recusa do Assalariado Formal nº. 6 ao assalariamento e a idealização de um modelo baseado na prestação de serviços se dá, em grande medida, com base em experiências pessoais e familiares de sofrimento, baixa remuneração e submissão da própria vida ao trabalho, no que se assemelha muito àquela elaborada pelos entregadores. O papel dos exemplos familiares nos futuros não-desejados e na rejeição ao assalariamento foi central para muitos sujeitos, conforme já apontado. No grupo dos entregadores, quase não foi possível enxergar projetos de futuro que passem pela relação salarial. Isso sinaliza que, a despeito da condição precária compartilhada por esse grupo, os sujeitos já conhecem bem a cartilha da exploração no modelo de assalariamento, tendo eles e seus pais vivido essa condição por diversas vezes, não querendo repetir o mesmo ciclo. Desse modo, não é possível pensarmos os atuais modelos de trabalho calcados na autonomia e no risco – mesmo que precários e inseguros – sem olharmos para o desejo de liberdade e de abundância presente na experiência geracional de sujeitos que sempre estiveram na ponta mais frágil da relação salarial. Um desejo completamente justificável, diga-se. É certo que os entregadores sabem que seu trabalho atual não oferece exatamente um caminho para a abundância, contudo, esse desejo aparece nas falas de vários sobre o trabalho como um todo ao explicarem os motivos pelos quais dizem rejeitar o assalariamento formal.

Desse modo, a insegurança econômica organiza quase todos os futuros não-desejados em ambos os grupos, se revelando como risco social real para a maioria dos sujeitos entrevistados. Isso sugere o quão pouco estável é o emprego formal desempenhado por diversos entrevistados desse grupo, bem como a imensa vulnerabilidade dos entregadores a esse risco social. Nos assalariados formais, ela assume matizes um pouco mais complexos: os sujeitos temem um rebaixamento dos padrões de vida que pode vir com a perda do emprego ou com outros fatores, como ter filhos, mas temem também permanecer nos mesmos padrões de insegurança e exploração. Esses temores estão relacionados aos baixos salários e à alta rotatividade do mercado de trabalho, bem como ao desenvolvimento de novas formas de vida adulta, distantes de antigos padrões de transição para essa etapa. No caso dos entregadores, há praticamente

uma predominância do temor de permanecer como estão hoje. Esses trabalhadores associam corretamente sua insegurança econômica ao excesso de trabalho, bem como veem seu modelo atual de trabalho como insustentáveis em longo prazo. O medo de permanecer num presente em constante movimento que, ao mesmo tempo, não aponta para um padrão melhor de vida – “correndo atrás da máquina”, como disse um dos entregadores – nos parece que tende a se generalizar a partir das tendências de desorganização do assalariamento formal que vêm sendo levadas a cabo nas últimas décadas. Também observamos como em ambos os grupos, mas predominantemente nos entregadores, a relação salarial foi rejeitada, pois associada a experiências de exploração, injustiça e penúria que os sujeitos observaram em seus familiares, revelando certa compreensão geracional da realidade de setores precarizados da classe trabalhadora.

Esses riscos sociais, em grande medida, formatam as angústias vividas pelos sujeitos e o planejamento de ações realizados no tempo presente, de modo que, como apontaram Cantó-Milá, Moncunill e Seebach (2020), os horizontes negativos de futuro têm papel estruturante da vida. Contudo, percebemos, nos vários relatos aqui mobilizados, o quanto para muitos desses trabalhadores esses riscos sociais estão próximos de se confirmarem, o que torna, por vezes, a tarefa de analisar tais angústias uma tarefa também triste. Vamos verificar, no próximo tópico, como os sujeitos articulam seus projetos de futuro, com essa categoria em relação próxima aos futuros que não desejam.

## 5.2. PROJETOS DE FUTURO

No pensamento sociológico, o conceito de projeto foi desenvolvido por Alfred Schutz (1979), que realizou uma aproximação entre as categorias sociológicas fundamentais elaboradas por Max Weber – a saber, ação, motivação e significado – com a filosofia fenomenológica de Husserl e Bergson. Nesse sentido, como informa Peters (2011), Schutz permanece fiel à proposta da sociologia compreensiva weberiana de “[...] incorporar o ponto de vista subjetivo do ator como central à teoria sociológica [...]” (Peters, 2011, p.86), conjugando-a com as bases da fenomenologia, que, ao estudar os fenômenos, os compreenderá como aquilo que constitui objeto da consciência. O ponto de partida para a filosofia fenomenológica seria, portanto, a compreensão de uma “[...] presença ativa e ordenadora da subjetividade cognoscente no ato de conhecer [...]” (Peters, 2011, p.87), com o conhecimento dos eventos do mundo consistindo não no registro passivo, mas na construção de objetos de pensamento. Schutz, desse ponto de

vista, realiza um procedimento teórico-metodológico de colocar a realidade objetiva do mundo social “entre parênteses” de modo a compreender esse mesmo mundo a partir da experiência e da ação do sujeito. Nesse sentido, a reflexão que o autor faz sobre a ação parte do pressuposto de que essa é elaborada por uma consciência imersa no tempo, que reapropria-se do passado na projeção do futuro.

Para pensar a ação no tempo, Schutz (1979) parte da concepção de tempo elaborada por Henri Bergson, que nos apresenta o conceito de duração – *durée* –, que relaciona o tempo com a experiência interior do sujeito, dizendo respeito ao tempo de vida interior de cada um. Schutz (1979) pensa a ação do sujeito como uma ação nesse porvir contínuo da duração, estabelecendo, a partir disso, que a ação teria um duplo caráter de motivação: (a) os motivos a fim de, isto é, direcionados para o futuro; (b) motivos por que, isto é, motivados pelo que se passou no passado. A ação teria, portanto, sempre relação com o passado e com o futuro, com as experiências vividas no presente se referindo não somente aquilo que outrora vivemos, que acessamos por meio de retenções e lembranças. É dessa dimensão futura da ação que Schutz vai tratar quando propõe a categoria *projeto*. O projeto seria uma representação antecipada da ação realizada mentalmente, isto é, “[...] uma fantasia [...], uma reprodução antecipada [...]” (Schutz, 1979, p. 145). Qualquer ação consciente somente o seria na medida em que, antes de ser realizada, haveria na mente do sujeito uma representação daquilo que será feito. Cabe notar, contudo, que essa representação ideal antecipada da ação, ainda que tenha orientação para o futuro (já que a ação em si ainda não ocorreu), alimenta-se da experiência do presente constituído pelo passado. Assim, o projeto depende de uma certa “[...] confiança na estrutura básica do mundo da vida [...]” (Schutz, 1979, p.28), cuja estabilidade permitiria aos sujeitos preverem comportamentos e funcionamentos do mundo social de modo a projetar sua ação futura.

Na produção brasileira, Gilberto Velho (2003) trabalhou com o tema do projeto partindo também da conceituação de Schutz. De modo a operacionalizar o conceito sem recair em um viés excessivamente racionalista, Velho (2003) propõe a noção de campo de possibilidades como a dimensão sociocultural que constituiria o espaço para a formulação e implementação dos projetos dos sujeitos. Conforme argumenta o autor, os projetos não se dariam num vácuo, mas num determinado mundo social que, em nosso modo de ver, compartilha determinado universo ético e se organiza a partir de certo modelo de reprodução material da vida. Desse modo, o projeto é, diferentemente de um sonho, intimamente ligado à ação, sua representação prévia antes de sua execução. Ele se

articula a partir do desejo que aponta para o futuro, mas sobre as experiências vividas no passado que são acessadas por meio de lembrança e das condições de vida do presente. Nesse sentido, o projeto sempre está em negociação com determinado campo de possibilidades.

A análise dos projetos dos entrevistados será realizada em duas dimensões. Primeiramente, analisaremos os tipos de projetos a partir de sua relação com o mundo do trabalho. Nesse sentido, veremos como os projetos se conectam ou não com o assalariamento formal, modelos de trabalho por conta própria ou mesmo projetos que não passam pelo trabalho. Posteriormente, analisaremos também os projetos em sua estrutura lógico-temporal: veremos se os projetos são pensados em curto ou longo prazo, se são organizados ou projetos múltiplos aparentemente sem relação entre si, se há projetos que não conseguem sequer se estruturar minimamente. Esse segundo nível de análise se justifica porque permitirá conexões entre as condições de vida e trabalho dos sujeitos e sua capacidade de se apropriar do futuro.

Desse modo, estabelecemos, a partir da análise do material empírico, três categorias gerais de projetos de futuro no que diz respeito à sua relação com o mundo do trabalho: (1) projetos que passam exclusivamente pelo assalariamento; (2) projetos que passam por outras formas de trabalho; (3) projetos que vislumbram uma vida sem trabalho. A primeira categoria é autoevidente: são projetos que se estruturam em torno do trabalho assalariado, ainda que, conforme veremos, isso se dê a partir de diferentes formas. A segunda categoria diz respeito a projetos que envolvem desejos de negócio próprio, de trabalhos baseados no modelo da prestação de serviços do tipo autoempresendedor e de modelos de vendas e entregas. Como podemos ver, essa categoria passa por certa idealização do empreendedorismo como libertação da relação salarial. A terceira categoria diz respeito à imagem futura de uma vida sem trabalho e tem forte presença de certa utopia do enriquecimento por meio de investimentos financeiros. Como veremos, essa última é a que apresenta maior grau de irrealidade.

Projetos que passam pelo assalariamento formal são muito mais presentes no grupo dos assalariados formais do que no dos entregadores, algo já esperado tendo em vista a importância da situação presente para a imaginação do futuro. Contudo, também poderíamos esperar que, por desempenharem um trabalho inseguro e instável como as entregas por aplicativos, os sujeitos desse grupo poderiam desejar certa estabilização proporcionada pela relação salarial, bem como imaginar a conquista de um emprego bem remunerado. O que vemos é que eles, em sua imensa maioria, sequer cogitam essa

possibilidade, associando o assalariamento à baixa remuneração e à subordinação. Somente um entregador apresentou um projeto ligado à relação salarial, ainda que com uma particularidade importante: o Entregador nº. 4, que planeja terminar seu curso superior de Licenciatura em História e a partir daí conseguir traçar uma carreira no setor público como professor. Desse modo, seu desejo é de conquista de uma estabilidade presente no serviço público e não no setor privado, em que o trabalho segue associado às características negativas mencionadas acima. O fato de praticamente não haver projetos de futuro dos entregadores que passem pelo assalariamento formal reforça nossa percepção anterior: há uma experiência pessoal e familiar já adquirida, com os sujeitos conhecendo bem os termos da exploração dessa forma de vínculo trabalhista, rejeitando-o em prol de outros modelos que, conforme veremos, muitas vezes parecem idealizados, mas que ainda representam um desejo emancipatório em seus contextos de vida. Esse desejo emancipatório se conjuga a um princípio de realidade, pelo fato de esses trabalhadores já estarem excluídos do mercado formal no momento e perceberem que talvez não exista outra forma de inserção que não seja a partir de empregos de baixa qualidade.

No grupo dos assalariados formais, vemos projetos que passam pelo assalariamento se estruturarem de diferentes formas. Foram bastante comuns planos de utilizar o atual emprego como trampolim para a conquista de um posto de melhor qualidade e remuneração. Isso passa, nos parece, pelo conhecimento dos trabalhadores da alta rotatividade do mercado de trabalho formal, que, se historicamente era mais restrito a estratos mais baixos da classe trabalhadora, conforme o argumento de Cardoso (2010), hoje atinge também os empregos administrativos que caracterizavam historicamente uma baixa classe média (Cardoso, 2020). Desse modo, há por parte de vários deles uma ciência de que não vão construir uma carreira na empresa em que hoje estão, o que lhes permite uma relação algo instrumental com o emprego atual, que serve para sustentar o atual momento da vida e para prospectar um posto melhor. Esses horizontes, contudo, são bastante modestos, sem a pretensão de uma alta remuneração ou a conquista de cargos de chefia importantes dentro das empresas. Assim, vejamos, como caso exemplar, o projeto da Assalariada Formal nº. 2 (2023, informação verbal), cujo futuro não desejado é, lembramos, o risco de permanecer recebendo a baixa remuneração indefinidamente. Ela diz que não tem desejo de ter muito dinheiro, tampouco almeja um cargo de chefia ou direção: seu desejo é por uma remuneração e uma carga de trabalho justos. Como ela mesmo diz: “eu não almejo virar o coordenador dentro de nenhuma empresa, eu almejo

ter um cargo com uma remuneração justa e que seja bom para mim e que eu consiga dar conta”. Desse modo, a partir desse horizonte organizador de seu desejo, a entrevistada projeta se qualificar para conseguir um posto de trabalho melhor que o atual:

Eu quero e eu vou começar a fazer uma pós [pós-graduação] porque eu quero sair dali. Só que para eu sair dali, eu preciso ter uma experiência mais sólida, uma pós-graduação para mostrar que tenho conhecimento técnico. Só por ter uma pós, já enche o currículo de uma pessoa, mas eu preciso de experiência (Assalariada Formal n.º. 2, 2023, informação verbal).

Desse modo, vemos que, em um primeiro momento, seu desejo por um trabalho melhor passa pela qualificação profissional que aumente seus atributos para a disputa no mercado de trabalho. Contudo, ela fala também em uma experiência mais sólida:

Um ano de experiência [na atual empresa] é pouco. Quem analisa um currículo pensa, "bah, um ano é muito pouco", é muito pouco. A minha ideia é não ficar ali os próximos anos. Vou ficar ali o quanto eu aguentar ou o quanto eles me aguentarem, porque é uma empresa com bastante rotatividade. Então, enquanto for bom para os dois eu vou ficar ali, mas a minha ideia não é continuar (Assalariada Formal n.º. 2, 2023, informação verbal).

Desse modo, em conjunto com a ideia de uma pós-graduação para aumentar sua qualificação e melhorar o seu currículo, seu projeto de conseguir um emprego melhor passa, também, por ficar mais tempo na atual função e aumentar o seu tempo de experiência. Ficar o quanto ela aguentar para que seu currículo seja melhor para participar da disputa. Conforme apontado, já há, em sua fala, a percepção do caráter temporário do emprego e da alta rotatividade da empresa. Portanto, há a compreensão do atual emprego como um trampolim para uma inserção melhor no mercado de trabalho. A pouca estima da trabalhadora por seu atual emprego é justificada pela baixa remuneração e pelo não pagamento do trabalho de sobreaviso que realiza, de modo que ela se sente plenamente justificada em seu uso instrumental da empresa para a qual trabalha hoje. O emprego formal, ao invés de fornecer uma estabilidade do ponto de vista de carreira, exerce o papel de um trabalho temporário, servindo como uma fonte de renda momentânea para que a entrevistada organize outras questões de sua vida para chegar a um posto de trabalho melhor. Como ela mesmo diz, ela sabe que não será valorizada como quer na atual empresa, nem remunerada como quer – “eu vou viver na promessa”. A entrevistada diz ainda que ela gostaria de uma estabilidade, de uma trajetória em longo prazo dentro de uma empresa; assim, se ela pensa no seu atual emprego a partir de uma lógica temporária, isso se deve menos ao seu desejo para sua vida profissional e mais às próprias condições de trabalho que exerce, com baixa remuneração e grande quantidade de trabalho não

remunerado. O desejo de estabilidade, importante para sua organização pessoal e familiar, é frustrado pela baixa qualidade dos empregos disponíveis.

A partir do caso exposto acima, vemos um dos caminhos pelos quais os trabalhadores assalariados lidam com o atual cenário de alta rotatividade e baixa remuneração, estruturando projetos que sonham com uma transição para postos melhores. Isso é possível também a partir de condições específicas que permitem essa imaginação de futuro: a possibilidade de seguir se qualificando, mesmo com o baixo salário, e de melhorar seus atributos para a disputa no mercado. Desse modo, ainda que a rotina dos assalariados formais seja em geral composta também por muito trabalho e cansaço, há ainda uma estrutura mínima de organização de horários que permite a realização de atividades de formação em contraturno, algo bem mais difícil no caso dos entregadores e de suas jornadas muito extensas. Não por acaso, muitos entregadores relataram ter interrompido cursos que faziam devido à exigência de seu trabalho. Há, portanto, uma desigualdade na própria possibilidade de melhorar sua chamada empregabilidade entre os dois grupos, com o trabalho de entregas impedindo, a partir de sua altíssima exigência, as capacidades do sujeito de agir em prol de um futuro outro.

Outra forma pela qual projetos que passam pelo assalariamento se estruturaram foi a partir de planos para permanecer no atual emprego. Como no modelo anterior, a luta por permanecer onde se está passa, também, por uma corrida para melhorar seus atributos, revelando, em grande medida, como o atual cenário de mercado de trabalho impõe uma grande corrida que, cada vez mais, se justifica não pelo horizonte de conseguir algo melhor, mas somente pelo temor de cair de sua atual condição. O caso exemplar, nesse sentido, é o da Assalariada Formal nº. 3, que, como vimos no tópico anterior, tem como horizonte negativo para o futuro perder o atual emprego. Seu projeto de futuro é permanecer no emprego atual e reorganizar sua vida financeira a partir dessa remuneração. A necessidade de permanecer no emprego está por trás de sua busca por uma pós-graduação, que ela já está realizando: ela diz que está fazendo o curso para ter mais segurança no atual trabalho. Desse modo, seu investimento num nível mais alto de educação formal não se dá numa perspectiva de ascensão para postos de trabalho superiores, mas a partir do desejo de se sentir mais segura no atual emprego. Nesse sentido, a educação formal aparece aqui não como um caminho ascensional, mas como mais um fator na corrida para se permanecer onde está. Observamos como, apesar de ter feito graduação e agora cursar uma pós-graduação, suas pretensões não são de empregos de nível superior. Há, desse modo, uma consciência implícita de que, com os níveis de

educação formal na sociedade brasileira, o curso universitário passa cada vez mais a servir como um fator de seleção para os antigos postos de trabalho de nível médio e menos para a conquista de postos de remuneração e reconhecimento simbólico mais altos, como era no período desenvolvimentista.

Desse modo, apesar de algumas diferenças, ambas as formas de projetos que passam exclusivamente pelo assalariamento formal revelam um mesmo cenário geral e se aproximam em várias dimensões. As aspirações são modestas: ter um emprego um pouco melhor ou conseguir permanecer no atual emprego de nível médio. Os instrumentos para efetivá-los são os mesmos: aumentar seus atributos para a disputa no mercado por meio da educação formal e, no primeiro caso, da permanência em um emprego que a desagrada. O fato de nenhum dos assalariados formais expor projetos claramente ascensionais, de construção de uma carreira dentro de empresas com conquista de postos de chefias de alta remuneração e reconhecimento simbólico passa, em grande medida, pela percepção de que esse caminho parece cada vez mais fechado mesmo para sujeitos de alto nível de educação formal, como é o caso da maioria deles. Ao não conseguirem – com exceção da Assalariada Formal nº. 4, de quem ainda trataremos neste tópico – uma inserção condizente com seu nível de formação, expressam uma consciência implícita de que o futuro passa por aspirações modestas em meio a um cenário instável.

O segundo tipo de projeto, aquele que não passa pelo assalariamento, foi extremamente presente no grupo dos entregadores. Isso se justifica, em certa medida, pela importância da situação atual de vida para a construção do futuro – eles já não são assalariados nos moldes da relação salarial clássica –, mas também, conforme já apontamos, pelo conhecimento que esse setor mais baixo da classe trabalhadora brasileira tem da alta exploração que o assalariamento sempre significou para eles. Essa categoria de projetos não está completamente ausente do grupo dos assalariados formais, como podemos ver no caso do Assalariado Formal nº. 6, aquele que, justamente, traz como memória de família a história de seu pai, assalariado de baixa remuneração que adoeceu e recebe uma aposentadoria insuficiente para as necessidades familiares. Contudo, ela foi absolutamente predominante nos projetos dos entregadores, com a grande maioria desejando ter um negócio próprio ou, em outros casos, realizar vendas ou mesmo seguir entregadores (esses últimos, poucos). Há, também, diferenças importantes na perspectiva de realização desse projeto entre os entregadores e o único caso dos assalariados formais que apresentou a aspiração de outras formas de trabalho, conforme será tratado abaixo.

A quase onipresença no grupo dos entregadores de modelos de projetos que passam por certa idealização do empreendedorismo e da ausência de subordinação pode ser pensada a partir da categoria de *neoliberalismo de baixo para cima*, elaborado pela socióloga argentina Verónica Gago (2018). A inovação da autora, nos parece, é, ao abordar o tema do neoliberalismo a partir da perspectiva foucaultiana, apontar para a vinculação desse regime socioeconômico com modos de vida marcados pela informalidade e pelo desejo de autonomia próprios das classes trabalhadoras da periferia do capitalismo. Assim, se há inegavelmente um neoliberalismo de cima para baixo, que passa pela reorganização do sistema produtivo global, dos modelos de acumulação e do papel do Estado na gestão econômica, Gago (2018) propõe focar sua atenção no papel das massas trabalhadoras na reprodução do sistema a partir de suas práticas cotidianas de sobrevivência na crise. Desse modo, nos diz a autora que o neoliberalismo de baixo para cima se estrutura a partir de:

[...] uma rede de práticas e saberes que assume o cálculo como matriz subjetiva primordial, e funciona como motor de uma poderosa economia popular que mistura saberes comunitários de autogestão e intimidade com o saber-fazer na crise como tecnologia de uma autoempresarialidade de massas. A força do neoliberalismo pensado dessa maneira acaba se enraizando nos setores que protagonizam a chamada economia informal como uma *pragmática vitalista* (Gago, 2018, p. 19, grifo da autora).

Desse modo, mais do que somente ações governamentais, o que caracterizaria o neoliberalismo na realidade latino-americana seria o seu enraizamento nas práticas e subjetividades populares a partir de modelos de autoempresarialidade. Portanto, falar de neoliberalismo de baixo para cima complexifica a questão ao pensar esses modelos de empreendedorismo popular e da economia informal a partir de certo desejo de libertação da exploração, da subordinação e da espoliação próprios por parte dos setores mais precarizados das massas trabalhadoras, bem como de modos de vida já marcados pela informalidade e pela flexibilidade que seriam característicos das classes trabalhadoras da periferia do sistema. Propomos pensar os projetos de negócio próprio, autoempreendedorismo e trabalhos flexíveis, extremamente presentes nos entregadores entrevistados, a partir dessa categoria.

Assim, vejamos como a Entregadora n°. 2 diz que pretende, no futuro, abrir um negócio no ramo da gastronomia. Única do grupo com ensino superior completo, ela conta que sua experiência de assalariamento formal foi marcada pelo adoecimento e pelo sofrimento, com um afastamento por depressão e posterior desligamento do emprego. O

modelo de entregas que vive hoje foi escolhido justamente por ela entender que se trata de um trabalho com menos pressão daquele vivido anteriormente. Seu plano é seguir nas entregas mais um ano para juntar mais algum dinheiro e, depois, abrir um negócio próprio de alimentação. Não podemos afirmar o quanto seus planos serão ou não economicamente sustentáveis, e sabemos do alto risco que por vezes esse tipo de iniciativa envolve. No entanto, chamamos a atenção para a posição peculiar da entrevistada ao propor esse projeto, dialogando bem com certo desejo emancipatório que viemos tratando nos parágrafos anteriores: ela já experimentou a condição da subordinação salarial em, aparentemente, sua pior face, adoecendo a partir dessa experiência; ela também experimenta hoje um modelo outro de exploração e percebe que não é sustentável para o seu futuro. Desse modo, ter um próprio negócio significa, em sua subjetividade, escapar de formas de espoliação e de subordinação que constituem a realidade vivida até então. Empreender aparece como sinônimo de libertar-se.

O caso acima exposto revela um contexto social mais amplo na medida em que tem sido observado, nos últimos anos, um crescimento constante da criação de pequenos empreendimentos no Brasil (Agência Brasil, 2022). Há certamente uma complexidade maior nesse dado, que passa também pelas instabilidades do mercado de trabalho e pela ocultação do assalariamento a partir de modos de autoempreendedorismo subordinado (Rosenfield; Almeida, 2014). Dentro dos limites da pesquisa, o que nossas entrevistas demonstram é como, para trabalhadores informais precarizados com experiências prévias de assalariamento de baixa remuneração e pouca estabilidade, há uma relação direta entre certo desejo de libertação e projetos de futuro que passam pelo negócio próprio. Essa relação entre desejo emancipatório e empreendedorismo popular é bem representada na fala do Entregador n.º 9 (2023, informação verbal): “O que vai ser do futuro eu não sei, mas eu estou lutando para que seja bom, né... Que eu tenha meu próprio negócio, *para não estar dependendo mais do iFood e nem ter que trabalhar de carteira assinada*”. Frisamos novamente: há uma aspiração de liberdade que passa por projetos desse tipo, quando enunciados por sujeitos que experimentam alguns dos modelos mais precários de exploração capitalista do trabalho.

Projetos de futuro que não passam pelo assalariamento formal também podem ser vistos mobilizando novas formas de distribuição e comercialização capitalista contemporâneas. Assim, também pudemos observar planos estruturados em torno da ideia das revendas de produtos pela internet. O Entregador n.º 10 (2023, informação verbal) diz que ele gostaria de ir para São Paulo “porque lá é o maior polo industrial do Brasil de

digital e daí eu queria fazer isso aí, vender alguns produtos de lá no Marketplace da internet<sup>28</sup>”. Ele diz que o que ele quer para o futuro é “[...] conseguir ter a flexibilidade de verdade, ter também aquela comodidade de trabalhar em qualquer lugar com marketing digital, trabalhar com coisas que vem mais da internet”. Esse desejo por flexibilidade motiva-o também a permanecer trabalhando com entregas, pois pode parar e voltar à função quando desejar a partir de suas necessidades. Planos de realizar vendas por internet foram vistos em alguns outros entregadores: o Entregador n.º 9, por exemplo, diz já está adquirindo produtos e tem seu registro como microempreendedor individual para viabilizar esse projeto. Menos focado numa ideia de negócio próprio, esse tipo de projeto está vinculado a um modelo que pode ser pensado como mais uma inovação nas formas capitalistas de exploração do trabalho. Algo similar às vendas do mercado de cosméticos analisado por Abílio (2014), vemos aqui a terceirização de custos e riscos para o trabalhador possibilitadas a partir da dispersão organizada da produção e circulação (Harvey, 1992; Abílio, 2014; 2020) que se estrutura sobre a infraestrutura tecnológica comunicacional. Nesse sentido, os sujeitos se formalizam como microempresários, adquirem os produtos de grandes marcas a partir de seus recursos próprios e os revendem, buscando o lucro nessa operação. Assim como nas revendedoras da *Natura* estudadas por Abílio (2014), não há nenhum tipo de vínculo estabelecido entre os trabalhadores e as empresas. Contudo, apesar da óbvia fragilidade e maior exposição aos riscos dos revendedores diante das marcas, podemos ver como nas falas do Entregador n.º 10 há novamente certa idealização de um modelo de maior liberdade: o entrevistado usa palavras como “flexibilidade” e “comodidade” para caracterizar o trabalho que ele pretende realizar, opondo às suas experiências anteriores na indústria quando, ele lembra, se sentia isolado da vida em comum por passar os dias inteiros dentro da empresa metalúrgica.

Chamamos atenção para as diferenças nos projetos que passam por trabalhos fora dos moldes da relação salarial entre os entregadores e o único assalariado formal que apresentou esse tipo de aspiração. Tais distinções se dão, obviamente, devido à condição de maior estabilidade a partir da qual o Assalariado Formal n.º 6 projeta um futuro marcado pelo desejo de exercer outros caminhos profissionais. O dilema desse

---

<sup>28</sup> Marketplaces online são sites que reúnem revendedores terceiros de diversas marcas e produtos, nos quais, a partir de cada venda, determinado percentual é destinado para o site marketplace. Um exemplo brasileiro de marketplace é o *Mercado Livre*.

trabalhador é exposto quando ele fala sobre estar há oito anos trabalhando na mesma empresa como assistente administrativo:

É, é que... Eu tô há 8 anos porque, como eu estou fazendo um curso que não tem a ver com a área, a minha ideia não era permanecer tanto, eu queria ir para Ciência da Computação... Só que daí eu fui conquistando coisas, eu tive minha filha e tal. Aí acaba tendo que.... *Tu tem que garantir a estabilidade antes de poder fazer qualquer coisa, né.* Com criança, com família, é mais complicado, tu não pode só decidir e fazer assim (Assalariado Formal n°. 6, 2023, informação verbal).

Conforme visto no tópico anterior, esse entrevistado gostaria de, no futuro, se libertar do assalariamento e realizar trabalhos a partir do modelo da prestação de serviços. Esses planos, contudo, demandariam um preço alto, que ele reconhece na fala acima: a perda da estabilidade que estrutura sua vida pessoal e familiar. Desse modo, ele planeja uma possível transição:

Ele [o atual emprego] é quase um trampolim, hoje. Eu preciso dele para poder chegar num lugar mais à frente, mas preciso dele para me manter hoje. Então, eu vou ficar aí, vou permanecer o quanto for necessário, mas *se eu tiver uma chance, se eu conseguir enxergar uma janela* que eu possa fazer essa troca, eu vou fazer essa troca (Assalariado Formal n°. 6, 2023, informação verbal).

O projeto passa, portanto, por um cenário repleto de condições bastante específicas: *se* ele tiver uma chance, *se* ele conseguir enxergar uma janela. Desse modo, ainda que num posto de baixa remuneração (R\$2.000,00), a ponto de ele relatar dificuldades econômicas corriqueiras, o entrevistado não pode simplesmente largar seu emprego para fazer a transição sonhada. Assim, ele reconhece que, em um primeiro momento “querendo ou não, eu preciso manter a segurança que a carteira de trabalho tem”, de modo que, ainda que não seja o seu ideal, ele admite que a troca de área profissional seja para outro emprego assalariado. Esse trecho é revelador das diferenças quando esse tipo de projeto emerge em assalariados, em comparação ao caso dos entregadores: o desejo esbarra nas condições minimamente protegidas nas quais ele se encontra hoje. Mesmo que a estabilidade que vive seja estruturada a partir de um baixo salário, ela é muito importante para sua organização de vida. Desse modo, admite começar a concretizar esse desejo por partes, buscando primeiro uma transição de área profissional nos moldes do assalariamento. No caso dos entregadores, esse tipo de projeto parece poder ser elaborado de maneira mais livre justamente pela sua situação de maior insegurança social. O Assalariado Formal n°. 6, como vimos, elabora cuidadosamente, analisa o cenário, os riscos, as possíveis idas e vindas, certa gradualidade do processo de

transição: sua posição mais estável e protegida, ainda que de baixa remuneração e num modelo de trabalho que não lhe agrada, lhe obriga isso. No fundo dos diferentes casos, contudo, está o desejo de libertação por parte de sujeitos para os quais a inserção no mercado de trabalho teve muito pouco de emancipatório.

Apesar de, como vimos no tópico anterior, a imensa maioria dos entrevistados do grupo querer sair do trabalho de entregas em médio prazo, podemos observar também um projeto que passa pela permanência nessa ocupação. A Entregadora nº. 6 é a única do grupo que apresenta um projeto de futuro inteiramente focado em seu trabalho atual. Ela não quer retornar para o assalariamento formal, que é lembrado como uma experiência de subordinação na qual ela precisava continuamente dar explicações sobre eventuais afastamentos por saúde. Seu projeto passa por permanecer nas entregas e melhorar suas condições de trabalho:

Eu pretendo continuar nas entregas. Eu gosto de trabalhar nas entregas, eu estou ganhando bem, depende do meu esforço e eu consigo agilizar o meu tempo. E o meu plano a médio e curto prazo é comprar uma moto, fazer habilitação e aumentar o horário, os rendimentos, tudo. Mas eu pretendo continuar nas entregas. Não quero que os aplicativos acabem. [...] Tem muita gente aí fazendo protesto que eu não concordo, estão fazendo do jeito errado, de repente. Sei que a gente tem que reivindicar os nossos direitos e tudo, mas a gente também tem que saber a nossa parte e reconhecer o que é bom nos aplicativos, que é essa questão do tempo e do valor (Entregadora nº. 6, 2023, informação verbal).

Assim, vemos um projeto claro de permanência no trabalho e melhoria de suas condições, com a compra de uma moto. Ela valoriza muito a autonomia desse modelo de trabalho, com possibilidade de gestão do próprio tempo e remuneração proporcional ao esforço dispendido. Apesar das jornadas longas e cansativas, aparentemente esse modelo de trabalho parece menos invasivo em sua vida do que aquele em que há uma clara subordinação representada pela chefia. Desse modo, os projetos de futuro que não passam pelo assalariamento, ainda que tenham algumas diferenças entre si, passam todos por aspirações de liberdade e de conquista de uma boa vida, com ambos esses anseios não sendo vislumbráveis pelos sujeitos no assalariamento formal. Seja desejando ter um negócio próprio, trabalhar com revendas ou mesmo seguir nas entregas, os sujeitos idealizam uma realidade em que são mais livres e mais ricos. O fato desses projetos serem predominantes no grupo dos entregadores é relevante para compreendermos a recusa de setores mais vulneráveis da classe trabalhadora ao assalariamento, que para eles, em geral, significou sobre-exploração.

A terceira categoria de projetos passa pelo desejo de uma vida futura sem trabalho a partir do retorno em investimentos financeiros. Esses projetos expressam, do ponto de vista sociológico, certo paradoxo, uma vez que o desejo de acumulação dos trabalhadores se dá pela mesma esfera – a financeira – que tem papel importante na estruturação das condições econômicas de instabilidade e precarização do mercado de trabalho que os atinge diretamente. Desse modo, vemos trabalhadores inseridos em funções aquém de sua formação educacional, bem como entregadores em condições de total insegurança do ponto de vista trabalhista, mirando-se em exemplos oriundos do mundo das altas finanças e de grandes executivos.

Assim, vemos como o Assalariado Formal n.º 1 (2023, informação verbal) conta que o que ele realmente quer para o seu futuro é: “ Ter muito dinheiro e não precisar trabalhar mais, é isso que eu quero: juntar tipo um milhão para investir, render uns R\$10.000,00 ou uns R\$8.000,00 por mês e não precisar trabalhar mais”. Assim, ele diz que quer trabalhar até os 40 anos e depois disso poder viver de rendimentos financeiros. Esse trabalhador recebe hoje R\$3.000,00 por mês num emprego de nível médio, mesmo sendo um sujeito com um nível de educação formal que pode ser considerado alto (ensino superior e mestrado concluídos) para a população brasileira. Assim, há uma óbvia irreabilidade entre esse projeto de futuro e suas condições atuais de vida. Contudo, ele diz que o setor de energia elétrica, no qual atua a empresa em que trabalha hoje, é um bom ramo para a ascensão: “Eu tô ganhando mal hoje, mas depois que eu aprender umas coisas e chamar a atenção de outras empresas com a minha formação, aí eu posso passar a ganhar muito dinheiro”. Ele diz, então, que esse é um plano real: aprender tudo o que puder na atual empresa para “[...] ir para outra empresa mais séria onde eu possa crescer de verdade. E aí, ganhar mais dinheiro lá. Essa é a ideia”.

Essa utilização instrumental do emprego atual se dá baseada no sentimento de que também a empresa não respeita seu trabalho como deveria: não por acaso, ele fala em ir para outra empresa mais séria<sup>29</sup>. Desse modo, há certa similaridade entre esse projeto e o da Assalariada Formal n.º 2, que também queria utilizar seu emprego atual para atingir outro cargo melhor e também se sente desrespeitada pela empresa. Contudo, diferentemente desse caso, cujo projeto passa inteiramente pelo trabalho assalariado formal, o Assalariado Formal n.º 1 quer conseguir uma melhor remuneração

---

<sup>29</sup> Lembramos como esse entrevistado diz que uma das coisas que o incomoda no atual emprego é a sua remuneração dividida, com R\$1.500,00 sendo declarados na carteira assinada de R\$1.500,00 sendo pagos por fora, para fins de sonegação de tributos.

exclusivamente para ter uma renda suficiente para investir no mercado financeiro. Ele está no momento fazendo um curso de investimentos, porque quando tiver uma reserva maior quer saber investir para ter um retorno satisfatório. Seu desejo se estrutura para um futuro em que ele não precise trabalhar mais, com os investimentos sendo responsáveis por mantê-lo com um bom padrão de renda mensal. Desse modo, o trabalho aparece em sua fala somente como um instrumento provisório: não se trata da idealização de uma trajetória profissional na qual o sujeito chegue a altos postos em determinada empresa e ganhe um alto salário, mas sim utilizar o trabalho para obter uma remuneração melhor e, a partir dela, acumular uma boa quantidade de dinheiro por meio de investimentos que vão reproduzir esses rendimentos para manter o sujeito num bom padrão de vida sem a necessidade de prosseguir trabalhando. Não há a aspiração de uma carreira, mas, sim, de uma corrida por acumular.

Esse tipo de projeto também apareceu no grupo dos entregadores, mais marcado pela condição atual de sobre-exploração. O caso exemplar desse grupo é o do Entregador nº. 1, que, justamente deu nome a essa condição a partir do seu desejo de “parar de correr atrás da máquina”. Seu projeto mais estruturado, do ponto de vista de sua estrutura lógica e temporal, é o de realizar aplicações financeiras – ele diz que esse é o seu primeiro plano. Ele conta que estuda por conta própria o tema há anos e está em um período de acumulação de ativos financeiros que lhe darão retorno em torno de dois anos:

Eu aplico bastante em renda variável<sup>30</sup> e hoje estou com a estratégia de fazer um período de acumulação para um futuro próximo. Porque hoje, como a economia tá fraca, a renda variável está bem estável, então está bom para acumular bons ativos e ter um rendimento nesses ativos quando a economia voltar ao normal, quando voltar a bombar [...] vai fazer com que os ativos comecem a valorizar novamente, tenham uma valorização. E isso vai fazer quem teve a paciência de acumular num período de crise, acaba tendo retorno quando essa situação acontece. É assim que grandes investidores, como Warren Buffet<sup>31</sup> agem, eles acumulam em tempo de crise, depressão, para realizar os seus ativos na época de fartura, digamos assim. Então eu estudei muito essa forma de investir e por isso eu desenvolvi essa estratégia (Entregador nº. 1, 2023, informação verbal).

---

<sup>30</sup> Renda variável diz respeito a ativos financeiros cujo retorno não pode ser dimensionado no momento da aplicação, podendo variar positivamente ou negativamente, de acordo com as expectativas do mercado. O modelo mais comum de investimento em renda variável é o das ações: títulos que representam uma parcela de determinada empresa. A renda variável se opõe aos investimentos de renda fixa, nos quais há taxas e indexadores definidos para o retorno financeiro. Ver em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/22/renda-variavel-entenda-o-que-e-como-funciona-e-como-investir.ghtml>

<sup>31</sup> Investidor e bilionário estadunidense.

A fala acima apresenta um projeto bem-organizado, do ponto de vista de seu encadeamento lógico, ainda que uma análise de sua possibilidade de concretização possa apontar que, com a sua renda atual e suas necessidades para a reprodução da vida, seja muito difícil imaginar que o sujeito vai conseguir o tipo de retorno que está esperando em seus investimentos. Sua estratégia demonstra um pensamento prospectivo organizado: ele quer aproveitar o momento de baixa na economia para acumular ativos financeiros de renda variável de modo que, em um momento de melhoria das atividades econômicas, passarão por uma valorização que vai lhe propiciar um bom retorno. Ele prevê que esse retorno vai começar a vir em torno de dois anos, que é o tempo que ele estipula para seguir como entregador.

Para além das aplicações, ele também deseja terminar sua faculdade de Ciências Contábeis (no momento interrompida). Contudo, seu desejo para o futuro não passa necessariamente pelo trabalho nessa área; ele afirma que seu plano principal está nos investimentos financeiros que lhe propiciarão uma independência econômica caso tudo corra bem, e que só vai trabalhar nessa área se esse seu plano “ainda não estiver tão adiantado”. Assim, para a imaginação de um sujeito cuja vida é marcada pelo excesso de trabalho que começou aos 12 anos como servente de obras informal, o mercado financeiro representa um caminho de libertação. À experiência da precariedade, das muitas funções profissionais que já exerceu na vida e do retorno a um trabalho físico informal como o de entregador, o entrevistado opõe uma imagem de futuro baseada nos retornos financeiros oriundos de investimentos que lhe emanciparão da atual condição. Retornos que virão sem a necessidade de trabalho, de, como ele diz, “correr atrás da máquina”. Nesse sentido, o entregador de 36 anos, que trabalha desde muito jovem em trabalhos braçais e precários, cuja ascensão profissional não se concretizou efetivamente, regula sua conduta a partir da figura de um investidor bilionário como Warren Buffet, que representa para ele a conquista da liberdade.

O paradoxo presente nesse tipo de projeto é o fato dele ser elaborado por trabalhadores que acabam vivendo na pele os próprios efeitos deletérios da financeirização sobre o mercado de trabalho. A ascensão dessa lógica de acumulação econômica é bem documentada, tendo se imposto, na economia global, a partir de meados da década de 1970, em conjunto com a reestruturação produtiva do capitalismo. Como aponta Pochmann (2022), esse processo está intimamente ligado ao aumento das desigualdades observados nas últimas décadas, bem como da concentração da riqueza e da mercantilização de diferentes esferas da vida em comum – mercados de saúde,

educação, cultura e arte, previdência etc. De acordo com o argumento de Borsari (2020), a financeirização atingiu a classe trabalhadora a partir de fenômenos associados. Do ponto de vista sistêmico, o baixo ritmo de crescimento econômico e a maior instabilidade de um regime de acumulação orientado para a valorização financeira; do ponto de vista do mercado de trabalho, a orientação para a maximização do valor acionário das empresas, que implicam a pressão permanente para a redução dos custos com o trabalho; por fim, do ponto de vista da vida cotidiana a partir das mudanças no comportamento das pessoas pelo acesso ao crédito. Já defendemos anteriormente como essa última dimensão apontada pelo autor tem relação direta com a baixa remuneração no mercado de trabalho, a partir da análise de Federici (2019) e Gago (2018).

Assim, os casos exemplares de desejo de uma vida sem trabalho a partir da acumulação financeira se dão em: (a) um sujeito de alto nível de educação formal que, contudo, está inserido num emprego de nível médio; (b) um sujeito de trajetória marcada pela inserção precoce no mundo do trabalho, pelo esforço por uma qualificação profissional que permitisse uma maior segurança e estabilidade e, no momento atual, pelo exercício de um trabalho extremamente inseguro e desprotegido. Ambos estão na ponta mais frágil desse mesmo processo narrado acima, com a pressão pela redução nos custos do trabalho se materializando em seus percursos profissionais. Diante desse quadro, contudo, suas respostas passam pelo desejo de fazer parte do processo em sua ponta mais rica, com a identificação com figuras de grandes investidores e CEOs<sup>32</sup> e a utopia de uma vida sem trabalho a partir de práticas que, em longo prazo, têm relação direta com sua condição atual em meio a um mercado de trabalho rebaixado. Paradoxalmente, a aspiração de liberdade passa pela identificação com os setores responsáveis pela própria situação de exploração.

Passamos, agora, para uma segunda dimensão de análise dos projetos de futuro para encerrarmos o tópico. Conforme sinalizado antes, buscamos compreender os projetos também a partir de sua estrutura lógica e temporal. Desse modo, avaliamos como os projetos se organizam logicamente a partir de ações previstas em curto, médio e longo prazo. Esse nível de análise se justifica por permitir que façamos relações entre a condição atual de vida e trabalho e a possibilidade dos sujeitos de planejarem e agirem em prol de futuros distintos de sua realidade presente. Assim, observamos: 1) projetos bem-

---

<sup>32</sup> Cabe mencionar que outros entregadores mencionaram exemplos oriundos do mundo corporativo, remetendo a casos célebres de sucesso nas narrativas do capitalismo contemporâneo.

estruturados a longo prazo, com encadeamento lógico de ações que visam chegar a outro lugar; 2) projetos encurtados, extremamente ligados às condições atuais de vida; 3) projetos múltiplos, que, muitas vezes, aparentam ter pouca relação entre si; e 4) projetos pouco estruturados, nos quais quase não é possível observar uma projeção de futuro.

Esperaríamos, a partir da divisão entre dois grupos de trabalhadores com diferentes níveis de estabilidade, que os assalariados formais apresentariam projetos mais estruturados e a longo prazo. Contudo, ainda que tenha aparecido uma profusão de projetos múltiplos no grupo dos entregadores, pudemos ver também casos de projetos pouco estruturados no grupo dos assalariados, mesmo naqueles que se encontravam em situação de melhor remuneração e estabilidade. Os projetos em longo prazo, ainda que tenham aparecido, foram menos presentes do que o esperado nos assalariados formais, indicando como a instabilidade e a aceleração social atingem a todos como efeitos sistêmicos. Desse modo, sem analisar a viabilidade ou não desses projetos, podemos considerar os planos já apresentados dos assalariados formais nº. 1, 2 e 6 como de longo prazo por projetarem passos a serem dados para chegar a um objetivo numa maior temporalidade (uma vida sem trabalho, um cargo de boa remuneração, uma transição de área e de forma de trabalho).

Um caso exemplar de projeto de longo prazo é o do Entregador nº. 4, que também é o único que podemos qualificar assim nesse grupo. Ele nos diz:

Para o futuro eu quero só terminar a faculdade, que eu deixei parada, e atuar na área de formação. Quero ser professor, inicialmente no Ensino Médio, para depois fazer o mestrado e depois fazer um bacharel para chegar a ser historiador. Mas até chegar no bacharel, eu quero fazer concurso público para dar aula. O objetivo máximo seria ser professor de faculdade, mas por enquanto o futuro mesmo é só terminar a licenciatura. Falta pouco, falta dois anos só (Entregador nº. 4, 2023, informação verbal).

Assim, podemos ver em seu depoimento objetivos claros: retomar e terminar a faculdade de Licenciatura em História, fazer concurso público para se tornar professor, fazer o Bacharelado em História para se formar historiador e, como sonho distante, se tornar professor da Educação Superior. Esses objetivos também passam por uma organização temporal: ele narra os passos a serem tomados em sequência, salienta que antes de se formar bacharel tem que estar trabalhando no ensino público, sabe que o objetivo de dar aula em faculdade é um objetivo bem mais distante. Não sabemos como ele vai se organizar, no que diz respeito ao seu trabalho, para retomar e terminar o curso superior, já que ele interrompeu justamente pela sua carga horária; nesse sentido, suas

necessidades de renda atuais e o trabalho necessário para atingi-las talvez acabem inviabilizando esses planos. Contudo, observamos um pensamento prospectivo organizado, que passa pelo avanço em educação formal e pelo concurso público<sup>33</sup>.

Projetos que podemos considerar como encurtados foram vistos em ambos os grupos de trabalhadores, relacionados, em nosso modo de ver, à instabilidade própria do atual mercado de trabalho e, no caso dos entregadores, com as novas formas de exploração laboral. Vejamos o caso da Assalariada Formal nº. 5, que diz que, para o futuro, ela deseja:

Me formar na faculdade. Quero seguir nos meus negócios on-line [revenda de produtos], que eu acredito que dá muito certo. No escritório onde estou atualmente, pretendo fechar pelo menos um ano para ter as minhas férias. De todos os trabalhos que te falei, esse é onde eu me sinto mais realizada em questões de ambiente e salário (Assalariada Formal nº. 5, 2023, informação verbal).

Chamamos atenção, inicialmente, para o caráter encurtado desse projeto de futuro: terminar a faculdade, manter seu trabalho como revendedora e fechar pelo menos um ano no emprego atual. Não há uma projeção em longo prazo, como, num exemplo hipotético, a construção de uma carreira profissional dentro do campo da contabilidade (curso que a entrevistada está fazendo). Esse encurtamento dialoga com sua trajetória no mundo do trabalho, repleta de experiências múltiplas e de curta duração, numa história altamente instável e fragmentada, mesmo que composta, em sua maior parte, por empregos formais. Desse modo, é como se, diante da instabilidade do mercado de trabalho vivida diretamente por ela, a entrevistada responda com projetos curtos quase como uma forma de se adaptar a esse cenário acidentado e mutável. Os horizontes encurtados parecem uma maneira de se manter estruturada e forte num contexto no qual a trabalhadora está, sempre, sujeita a mudanças que vão além de sua capacidade de controle.

Projetos encurtados aparecem de forma ainda mais exemplar no caso de alguns entregadores, ainda que em um grau mais baixo de organização, a ponto de quase os qualificarmos como projetos ainda não estruturados, como podemos ver no caso do Entregador nº. 5 (2023, informação verbal). Lembramos que ele não quer permanecer na mesma vida financeira que está hoje, sendo essa sua imagem negativa de futuro. Contudo, em termos positivos, vemos ideias soltas, que parecem ainda estar tentando formar um

---

<sup>33</sup> Curiosamente, ele foi o único dos entregadores a comentar sobre a possibilidade de fazer carreira pública. No outro grupo, a Assalariada Formal nº. 4 comentou, como possibilidade, um concurso público para enfermeira, mas sem que isso fosse ainda um projeto de futuro.

plano mais organizado: “Eu tenho plano de parar [com as entregas], estou tentando terminar as carteiras de automóvel e de repente montar um negócio próprio. E ir tocando, de vez em quando, quando tiver tempo livre, de repente o *iFood*”. Como podemos ver, é uma fala que parece mais como um ensaio: ele fala em parar com as entregas assim que terminar sua carteira de motorista, e fala, talvez, em montar um negócio próprio. E a partir dessa imagem, fala em “ir tocando, de vez em quando, quando tiver tempo livre, de repente, o *iFood*”. Vejamos quantos condicionantes na frase anterior – se tiver tempo livre, de repente, de vez em quando –, isso logo após ter afirmado que quer parar de trabalhar com as entregas. Depois, quando perguntamos que negócio próprio seria esse, ele fala em “montar um negócio de delivery, estabelecimento, assim. Para o futuro, bem mais para o futuro”. Desse modo, também a imagem de um negócio próprio parece mais uma ideia, um desejo, sem estrutura lógica e projeção temporal de passos a serem dados nesse sentido. Por fim, ele responde ainda que quer seguir trabalhando com as entregas “mais para terminar esse plano da minha carteira de automóvel, daí eu já fico mais estável, posso partir para outros modelos de serviço. Hoje em dia está crescendo”. Observamos, portanto, ideias múltiplas, que não necessariamente dialogam entre si num projeto de futuro estruturado. O projeto que mais claramente podemos enxergar é extremamente encurtado: terminar a carteira de motorista. Contudo, numa perspectiva de futuro mais longa, o que vemos são ideias que passam por ter um negócio próprio, deixar de fazer entregas – mas talvez fazê-las quando tiver tempo livre –, partir para outros modelos de trabalho assim que tiver a carteira, sem que elas estruturam um projeto.

O encurtamento dos projetos nos parece estar diretamente relacionado à condição de insegurança e instabilidade no atual mercado de trabalho. Um indício disto está no fato dessa categoria de projetos ter aparecido de modo exemplar na classe trabalhadora assalariada cuja trajetória foi também a mais representativa do atual cenário de fragmentação e instabilidade, bem como num dos entregadores que, devido às suas condições de precariedade econômica e poucas oportunidades de educação formal, tem uma trajetória caracterizada pelo predomínio de trabalhos braçais e informais. Como escreveu Schutz (1979), projetos bem estruturados dependem de certa estabilidade mínima na estrutura básica que sustenta a vida, de modo a permitir um nível necessário de confiança para a projeção em longo prazo. É justamente essa estabilidade que estaria ausente no capitalismo contemporâneo, se seguirmos a reflexão de Rosa (2019a) sobre a aceleração social, para quem não haveria mais um solo estável mínimo a permitir o planejamento da ação em prol da construção de um futuro diferente do presente. Desse

modo, há outros estudos que têm apresentado certa tendência de proliferação e de multiplicidade de projetos encurtados, como o de Maia e Mancebo (2010), que estudaram a inserção de jovens universitários que realizavam estágio em uma grande empresa. De acordo com a pesquisa dessas autoras, o futuro apareceria para esses sujeitos em sonhos e desejos não integrados às estratégias de ação presentes em seu alcance, com os projetos se mostrando vinculados a ações em curto ou curtíssimo prazo.

De nossa parte, argumentamos que em um mercado de trabalho que é histórica e estruturalmente marcado pela instabilidade, pela porosidade entre a formalização e o trabalho informal, pelo constante “se virar” das classes trabalhadoras, podemos entender que esse tipo de encurtamento do futuro que tem sido observado com mais clareza nos últimos anos seja um elemento já presente e constitutivo da formação histórica de setores trabalhadores mais precarizados. Se assim for, um dos fenômenos que estaríamos vendo agora seria a expansão desse tipo de instabilidade para setores outrora mais protegidos e estáveis, como os trabalhadores com ensino superior no mercado brasileiro ou a classe trabalhadora dos países do centro do sistema capitalista.

Projetos múltiplos também apareceram em nossa pesquisa, predominantemente no grupo dos entregadores, fato que, por si só, ilustra a relação dessa multiplicidade com a desproteção social. Não vislumbramos projetos que poderíamos enquadrar nessa categoria nos assalariados formais, o que indica que, apesar de também pressionada pelo avanço da precariedade, a relação salarial ainda permite um nível um pouco maior de organização da vida. No caso dos entregadores, observamos projetos que expressam essa polivalência precária própria da viração das classes trabalhadoras nacionais, nos termos de Abílio (2014). Desse modo, vejamos como o Entregador nº. 7 planeja para o seu futuro retomar sua faculdade de engenharia elétrica, continuar com o restaurante delivery para aplicativos que havia tentado começar em meio à pandemia e retomar sua empresa de instalações elétricas. Se podemos observar uma coerência clara entre o desejo de seguir seus estudos e fazer uso dos seus cursos técnicos no setor voltando a trabalhar no ramo, vemos, por outro lado, uma ideia que parece não ter relação nenhuma com esse universo: reabrir um serviço de refeições para entregas em aplicativo. Nesse sentido, o ponto que faz relação entre as diferentes ideias é o próprio sujeito, que calcula as condições necessárias para que isso seja levado em frente. Revela-se, aí, uma certa capacidade de navegar em meio à instabilidade, na medida em que não há condições de segurança mínimas para o investimento de todas as energias e recursos em um projeto único, como exemplifica bem a fala de outro entrevistado desse grupo: “ A gente não foca numa coisa

só. Para tu entender: a gente tem vários planos A e planos B. Se uma coisa não der certo, a outra dá” (Entregador n°. 1, 2023, informação verbal).

Ao adentrarmos na última categoria de análise lógica-estrutural dos projetos, chamamos atenção para como, no grupo dos assalariados formais, justamente a entrevistada com maior renda e estabilidade apresenta o projeto menos estruturado. No grupo dos entregadores, há alguns sujeitos em cujas falas não conseguimos detectar um projeto claro, com estruturação mínima de ações a serem tomadas. Um exemplo é o Entregador n°. 3 (2023, informação verbal), cujo depoimento é entremeado por idas e vindas, de modo que não conseguimos perceber um plano de futuro mais claro. Ele diz primeiro que quer sair das entregas, depois fala em abrir um negócio, depois fala em retornar para a área em que fez cursos de formação (salvamento aquático), por fim diz que não se vê no futuro tanto nas entregas, mas “não digo que eu vou abandonar e nunca mais volto”. Parece-nos que em seu caso, mais do que multiplicidade, há indeterminação e ausência de estrutura nos projetos, com ele dizendo que quer parar com as entregas e, ao mesmo tempo, dizendo que não diz que não volta mais. Essas características dialogam com a realidade de um trabalhador que relata fazer, por vezes, jornadas de 14 horas diárias para atingir o nível de renda que deseja, indicando que, diante de tamanha instabilidade e trabalho excessivo, os projetos de futuro simplesmente não conseguem se estruturar. O que vemos são somente ideias – negócio próprio, retomar a antiga profissão, sair das entregas (mas talvez retornar) –, sem um projeto com ações a serem tomadas para isso. Como se, em meio à corrida pela renda do hoje, ele conseguisse somente permanecer onde está.

Mais difícil é analisar o caso da Assalariada Formal n°. 4 (2023, informação verbal), justamente a trabalhadora com maior remuneração dentre todos os entrevistados que, quando perguntada sobre o futuro, responde: “Eu te juro, eu não estou restringindo nada, não estou filtrando nada, *mas eu não consigo enxergar*”. Na análise das trajetórias profissionais, seu caso é o único que qualificamos como de inserção bem-sucedida com mobilidade social ascensional. Ela está há 17 anos trabalhando no mesmo hospital, tendo ascendido profissionalmente no local e ganhando hoje uma remuneração bem acima da média geral. Contudo, ainda que ela se sinta muito segura no atual emprego, sem risco de demissão, ela diz também que, em longo prazo, não é o que ela gostaria de seguir fazendo. Em suas palavras: “É o que me mantém, o que me sustenta, mas não é o que faz mais sentido para mim como um dia fez”. Desse modo, ao mesmo tempo que ela diz que gostaria de ter mais tempo com a família, ela não se imagina com uma remuneração

menor hoje – “então, o que é que se faz?”. A interrogação grifada, ao final da fala, expressa o dilema real vivido, sem caminhos ou projetos claros para o futuro se revelando na entrevista.

Portanto, encontramos a situação de, provavelmente no caso da trabalhadora com maior estabilidade profissional – seja do ponto de vista de remuneração, seja do ponto de vista de se sentir segura no trabalho –, não conseguimos observar nenhum projeto claro de futuro. Seu exemplo de trajetória bem-sucedida no mercado de trabalho capitalista se dá em conjunto com uma imensa angústia pelo preço a ser pago por esse sucesso (a ausência de outras esferas importantes de sua vida). Isso deveria nos ajudar a lembrar, primeiro, de certa dimensão de sofrimento e de espoliação do tempo de vida que está presente nessa relação social específica – a exploração capitalista do trabalho remunerado –, mesmo que em casos de sucesso. Há um tempo de vida perdido irrecuperável em torno de um trabalho ordenado em prol de interesses alheios. Sua incapacidade de traçar projetos com alguma solidez parece ter relação também com a instabilidade geral que a cerca: ela hoje está segura e com uma remuneração que lhe permite uma vida confortável, do ponto de vista material, com a família. Desse modo, a incerteza e as difíceis condições de inserção no mercado de trabalho atingem a todos, fazendo com que, mesmo em alguém em posição muito mais protegida do que a grande massa trabalhadora, projetos de futuro não consigam se estruturar claramente devido à incerteza presente na ideia de tentar uma transição para outra experiência profissional<sup>34</sup>.

Como conclusões desse tópico de análise, observamos como estiveram ausentes projetos claramente ascensionais que passem pelo trabalho assalariado. Os sujeitos do grupo dos assalariados formais apresentaram projetos que vislumbravam uma mobilidade bastante modesta ou, em outros casos, somente permanecer onde estavam. No caso dos entregadores, a imensa maioria não demonstrou interesse em voltar à relação salarial no futuro. Desse modo, o trabalho assalariado, diante das baixas remunerações e da perda de direitos que têm sido observadas nos últimos anos, parece quase não ser mais capaz de sustentar projetos de futuro de mobilidade ascendente. A ideia de ascensão social passa, para alguns, pelo mercado financeiro (ainda que, conforme apontamos previamente, pareça haver certa distância da realidade concreta nesses projetos), e para muitos –

---

<sup>34</sup> Isso não significa, importante deixar claro, que a posição em que essa entrevistada está se assemelhe à mesma situação de trabalhadores muito mais desprotegidos, como os entregadores. Ela não só está numa situação de maior segurança como também tem maiores recursos para, eventualmente, realizar uma troca para outro posto de boa remuneração (trazemos como exemplo a ideia de concurso público, que ela mesmo apresenta em certo momento da entrevista como uma possibilidade).

especialmente os entregadores – pelo empreendedorismo e pela aspiração de um negócio próprio. Salientamos como, por trás dessa idealização, há um real desejo de liberdade de setores historicamente sobre-explorados. O ideal empreendedor nos parece constituir um real horizonte geracional, de modo que voltaremos a tratar desse tema no próximo capítulo.

Do ponto de vista da estrutura lógico-temporal, observamos uma presença importante de projetos encurtados, múltiplos e com pouca estruturação, dado que dialoga com a construção teórica de Rosa (2019a), para quem a aceleração social teria chegado num nível tão alto que, ao erodir as condições mínimas de estabilidade, fez com que a própria ideia de futuro perdesse força para uma espécie de presente estendido. Salientamos, contudo, que ainda que Rosa (2019a) proponha uma teoria sistêmica da aceleração social, que passa por dimensões econômicas, técnicas e culturais, há inegavelmente uma relação entre o que o autor propõe e o avanço da insegurança social observada nas últimas décadas. Desse modo, a falência do futuro estaria associada à dissolução da estabilidade mínima fornecida pela relação salarial clássica, tal qual pensada por Castel (1998). Nesse ponto, propomos a indagação de, a partir de uma sociedade que nunca foi capaz de expandir o assalariamento em níveis próximos daqueles observados na Europa Ocidental e que é historicamente marcada pela instabilidade e pela insegurança social, o quanto esse tipo de futuro encurtado não estava já presente nas classes subalternas da periferia do sistema. Não por acaso, esse encurtamento do futuro se deu em vários daqueles entrevistados com trajetórias profissionais e familiares mais marcadas por uma reprodução da precariedade, indicando que as transformações estruturais vistas na experiência temporal dos sujeitos passam, em alguma medida, pela expansão de elementos já presentes nos modos de vida dos setores mais desprotegidos das classes trabalhadoras periféricas.

## 6. DIMENSÃO GERACIONAL DO TEMPO: ESBOÇO DE INTEPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA

A partir das análises das dimensões cotidiana e biográfica apresentadas nos capítulos anteriores, vamos traçar aqui uma interpretação sociológica acerca da experiência geracional dos jovens adultos que fizeram parte desta pesquisa: em que medida, podemos observar no que foi exposto até aqui, experiências, riscos e horizontes em comum de modo a constituir uma experiência geracional? Conforme ficará claro ao longo deste capítulo, observamos, nos sujeitos participantes do estudo, um risco social compartilhado que se estrutura a partir de determinado contexto histórico, mobiliza experiências e respostas em comum e formata horizontes de expectativas próprios.

A iniciativa de realizar uma interpretação sociológica da experiência geracional foi inspirada, primeiramente, pela divisão do tempo em três dimensões proposta por Rosa (2019a) – adaptado de Anthony Giddens –, que sugere, para além das dimensões cotidiana e biográfica, uma dimensão que ele denomina como o tempo de sua época e geração. Essa última dimensão temporal diz respeito a certa realidade história e social que caracteriza a experiência de determinada geração, motivo pelo qual propusemos chamá-la de dimensão geracional do tempo. Karl Mannheim (1993) propôs o conceito de geração para contemplar, mais do que a coincidência cronológica que perpassa os sujeitos, um processo histórico em comum a partir do qual os membros de determinada geração compartilham experiências, riscos e horizontes em comum, propondo soluções próprias influenciadas por outros fatores sociais (por exemplo, marcadores da posição social como classe, raça e gênero). Desse modo, uma mesma geração se vê diante de um determinado campo de possibilidades para a vida, estruturado pelos acontecimentos históricos e transformações sociais ocorridas e que formatam suas experiências e horizontes de futuro. As diferentes respostas que os sujeitos darão para os dilemas históricos enfrentados constituem aquilo que o autor chama de unidades da geração, que, como explica Weller (2010), dizem respeito às diferentes perspectivas, reações, posições políticas e estilos de vida adotados em frente aos problemas comuns.

Conforme explicado na introdução desta pesquisa, propomos pensar um recorte de geração a partir dos jovens adultos nascidos entre a segunda metade da década de 1980 e o final da década de 1990. Ainda que esse seja um intervalo cronológico grande – 15 anos –, são sujeitos que têm em comum a infância, adolescência e, no caso dos mais velhos, juventude em certo clima de relativo otimismo a partir das promessas de

incorporação social da Nova República, com esse contexto dando lugar à crise aberta do mercado de trabalho e a um pessimismo geral com as possibilidades de melhoria da vida. Desse modo, as próprias condições socioeconômicas atuais homogeneízam trajetórias distintas, o que pode ser visto a partir de exemplos de sujeitos de mais de 30 anos, várias experiências de trabalho e cursos técnico-profissionalizantes, família constituída, inseridos a partir de uma mesma forma de trabalho de outros de 23, solteiros e com poucas experiências profissionais anteriores.

Propomos, como chave interpretativa dessa análise geracional, o compartilhamento, pela maioria dos sujeitos entrevistados em ambos os grupos de trabalhadores, do risco social de insegurança econômica. Esse temor apareceu amplamente na análise dos futuros não-desejados, moldando horizontes marcados pelo desejo de ter algum controle sobre a própria vida – uma remuneração um pouco melhor, trabalhar um pouco menos, ter um pouco mais de tempo para viver com a família. Esse risco social está relacionado às condições específicas da economia e sociedade brasileira desde a metade da década de 2010, quando o país ingressou em importante crise econômica, política e social. Contudo, para além desse contexto mais recente, ele também está conectado a um quadro histórico mais longo: conforme mostraremos, a inserção de jovens e jovens adultos no mercado de trabalho se tornou consideravelmente mais dificultada a partir da década de 1990, com os fatores associados a essa maior dificuldade – reformas econômicas com orientação liberalizante e, paradoxalmente, o avanço dos níveis de educação formal na sociedade – se mantendo e se acentuando nos últimos anos.

O aumento das dificuldades de jovens e jovens adultos na inserção no mercado de trabalho são um fenômeno observado em diferentes países ao redor do mundo, indicando uma tendência que vai além de nossa realidade nacional. Uma ampla revisão de literatura realizada por Gardiner e Goedhuys (2020) acerca das aspirações dos jovens a respeito do trabalho aponta como a transição da escola para o trabalho tem se tornado progressivamente mais difícil no mundo como um todo, com dados apontando o crescimento do desemprego juvenil (taxa global de 13,6% em 2020) e do trabalho informal para jovens (na média, três a cada quatro jovens no mundo hoje estão empregados no setor informal). Nesse cenário de transição mais difícil, os autores demonstram uma tendência de maior preocupação dos jovens com a remuneração do trabalho em países com índice de desenvolvimento humano (IDH) mais baixo, indicando, obviamente, uma maior preocupação com as condições materiais de vida em nações nas quais a população se vê em situação mais precária. Aqui, cabe destacar que as regiões da

América Latina e Caribe foram a que apresentaram maior preocupação de jovens com a falta de trabalho.

Países do centro do sistema capitalista também têm apresentado um cenário de maiores índices de desemprego e menores perspectivas de mobilidade por parte da atual geração de jovens e jovens adultos do que seus índices históricos, que se traduz num crescimento do pessimismo e do sentimento de perda de controle sobre a própria vida por parte dessa população. No Reino Unido, estudo da *Social Mobility Commission* (2017) demonstrou que a atual geração de jovens e jovens adultos é bem mais pessimista do que as gerações anteriores no que diz respeito às suas possibilidades de ascensão social, oportunidades de trabalho e manutenção e/ou melhoria de seu padrão de vida. De acordo com a pesquisa, há uma percepção generalizada na sociedade inglesa de que os nascidos após 2000 terão menos possibilidades de mobilidade ascendente devido a fatores como o alto custo para moradia e as atuais condições do mercado de trabalho. No cenário da Austrália, a pesquisa da *Foundation for Young Australians* (FYA, 2014) aponta fenômeno similar, com o pessimismo maior desta atual geração de jovens adultos relacionado aos maiores índices de desemprego, subocupação e endividamento observados.

Também no contexto australiano, Chesters et al. (2019) demonstraram que os jovens adultos expressam angústia com relação ao futuro e sentimento de perda do controle sobre a própria vida. Na interpretação dos autores, esse sentimento de perda de controle tem relação com o avanço da precariedade e da insegurança no atual mercado de trabalho. As transformações no trabalho, ao estabelecer um novo cenário mais inseguro e instável de transição para a vida adulta, estariam ligadas a outras esferas da vida – como educação, saúde (física e mental), relacionamentos pessoais –, fazendo com que, para estes jovens adultos australianos, se faça presente um sentimento de perda de controle sobre a vida como um todo. Ao citarem transformações na inserção no mundo do trabalho que se deram na Austrália nas últimas décadas, os autores se referem à massificação da educação pós-secundária (compatível aos estudos posteriores ao Ensino Médio no Brasil), que fez com que porções maiores de jovens permaneçam estudando entre seus 20 e 30 anos, bem como a emergência de mercados de trabalho caracterizados como precários, com empregos de curto-prazo, trabalhos por contrato (*contract-based*) e em tempo parcial. Deste modo, os autores traçam um quadro no qual a atual geração de jovens adultos, ainda que seja a que atingiu maior nível de educação formal, se defronte com um mundo do trabalho que lhes parece hostil e inseguro. A partir dessa análise, o estudo conclui que a incerteza no mundo do trabalho e o sentimento de insegurança que desafiam

os jovens adultos não é algo meramente transitório, uma vez que novas condições econômicas e sociais geraram uma nova experiência de vida adulta.

No contexto da Espanha, estudos de Cantó-Milà, Moncunill e Seebach (2015, 2020), que exploraram os imaginários de futuro de jovens espanhóis, observaram também o avanço de preocupações de jovens com relação ao trabalho e à crise econômica. No estudo de 2015, os autores investigaram narrativas de futuro em jovens de classe trabalhadora, classe média e classe média alta. No caso dos jovens de classe trabalhadora, as narrativas eram atravessadas por sentimentos de medo e ansiedade associados à possibilidade de se ver sem lugar no mundo do trabalho, bem como por angústias relacionadas à sobrevivência material da família. Em sua pesquisa mais recente, Cantó-Milà, Moncunill e Seebach (2020) estudaram os imaginários de futuros não-desejados pelos jovens espanhóis. Nesse estudo, os autores observaram que tais imaginários eram profundamente marcados pela crise econômica e pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, com os jovens temendo se ver sem emprego, dinheiro e moradia e eternamente dependentes de seus pais, sem condições de sustentar a si mesmos de maneira independente.

Desse modo, o risco de insegurança econômica, o ceticismo quanto às possibilidades de mobilidade social ascendente e as dificuldades no processo de ingresso no mundo do trabalho têm aparecido como elementos em comum em estudos com jovens em diferentes sociedades nacionais. No caso de nossa pesquisa, observamos quadro algo similar, ainda que, em vários casos, com sujeitos mais velhos, que denominamos aqui como jovens adultos. Assim, no presente capítulo vamos expor o quadro de inserção dificultada no mercado de trabalho que se dá, paradoxalmente, em um momento no qual os níveis de educação formal se tornam mais elevados na sociedade brasileira como um todo. Posteriormente, vamos tratar de como esse novo contexto do mundo do trabalho se traduz em experiências específicas, como trajetórias profissionais fragmentadas e instáveis, bem como num rebaixamento do imaginário ascensional em torno do assalariamento formal. Esse quadro propicia respostas específicas, dentre os quais destacamos os projetos de futuro que passam por modelos de empreendedorismo popular.

### 6.1. EDUCAÇÃO SUPERIOR, DESENCANTO E PROJETOS DE FUTURO

Conforme apontamos na análise da dimensão biográfica do tempo, as histórias de vida dos participantes da pesquisa revelam um momento no qual a sociedade brasileira atingiu níveis relativamente altos de educação formal para os seus próprios padrões

históricos. Dos 18 entrevistados, somente dois não haviam concluído o Ensino Médio e a maior parte havia realizado ou começado um curso superior. Como ficará claro adiante, essa conquista de níveis mais altos de educação formal não representou, contudo, um movimento geracional de mobilidade social. Isso se deu por uma série de fatores e gerou respostas próprias, que vamos examinar neste tópico.

Conforme expomos no tópico introdutório deste capítulo, pesquisas de países distintos – como o Reino Unido (uma das nações mais representativas do centro orgânico do sistema capitalista), a Austrália (sociedade que, como a brasileira, passou por processo de colonização, mas que, por suas próprias especificidades históricas, atingiu um padrão de vida mais alto para a maior parte de sua população nacional) e a Espanha (país do chamado sul da Europa, marcado, desde 2008, pela crise econômica) – indicam o crescimento das preocupações, da insegurança e do pessimismo de jovens e jovens adultos com relação às suas condições materiais de vida a partir de uma inserção no mundo do trabalho que se torna mais difícil no contexto contemporâneo. Observamos claramente, em nossa pesquisa de campo, como o temor com a insegurança econômica – seja para a possibilidade de se ver nessa mesma situação no futuro, seja a alternativa de permanecer nela – perpassa a maior parte dos entrevistados de ambos os grupos, demonstrando similaridades com os resultados desses outros estudos em contextos nacionais diferentes.

Também no Brasil podemos observar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho associadas a um momento no qual a sociedade atingiu os maiores níveis de educação formal de sua história. Emerge assim como um paradoxo geracional o avanço dos níveis de educação formal sem um aumento sustentado dos postos de trabalho condizentes com essa nova realidade, que se expressa, em nossa pesquisa, com a maioria dos assalariados formais exercendo empregos de nível médio e todos os entregadores realizando um trabalho completamente desregulado, sem requisito de escolaridade qualquer.

Esse cenário em que o avanço na educação formal não foi acompanhado por um movimento sólido e claro de mobilidade social poderia ocasionar aquilo que Cardoso (2008; 2010; 2015) denominou de frustração das expectativas ascensionais, fenômeno interpretado por ele no contexto da ampliação do acesso à escolarização básica da década de 1990. Como ponto de partida, esse autor argumenta que a educação formal era historicamente percebida pelas famílias de classe trabalhadora no Brasil como, ao mesmo tempo, uma barreira e um caminho possível para a ascensão social por meio do trabalho.

Era visto como barreira devido ao fato de a educação formal, durante o chamado período desenvolvimentista, ser em grande parte limitada às classes médias e às elites econômicas, uma vez que a maior parte da juventude trabalhadora nacional se engajava precocemente em trabalhos precários e, com isso, abandonava a escola ainda cedo. Desse modo, o acesso às posições superiores do mercado de trabalho no Brasil, com maior remuneração e reconhecimento social, é historicamente resguardado para pessoas que completavam a educação escolar e, eventualmente, o ensino superior. Justamente por servir como elemento de seleção para esses postos mais elevados no mundo do trabalho, a educação formal também é vista como um caminho para a ascensão familiar e geracional. Isso explicaria o grande investimento que as classes médias nacionais historicamente fazem na educação familiar, bem como imensos sacrifícios que as classes trabalhadoras fazem para o progresso educacional de seus filhos.

Contudo, ainda na interpretação de Cardoso (2008), a massificação do acesso à escola no Brasil se dá concomitantemente ao ajuste econômico da década de 1990 e à intensificação do processo de desindustrialização nacional, bem como ao aumento do contingente de força de trabalho disponível no mercado a partir da crescente inserção feminina<sup>35</sup>. Isso faz com que, ao mesmo tempo em que há um aumento da proporção de pessoas escolarizadas na população total, cresça como fenômeno social um expressivo desemprego estrutural de jovens, fazendo com que as transições entre escola e trabalho sejam cada vez mais atravessadas por períodos de inatividade e dificuldade de acesso a posições superiores. Como ilustra Pochmann (2001), o Brasil no final da década de 1990 não só apresentava o maior desemprego observado desde a transição do regime escravista para o assalariado, no final do século XIX, como também tinha patamares de desemprego de jovens (até 24 anos) no mínimo duas vezes maiores do que no final da década de 1980. Esse cenário de desestruturação do mercado de trabalho era marcado pela expansão das taxas de desemprego, pelo desassalariamento – isto é, a perda da participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação – e pela geração insuficiente de postos de trabalho, ainda na interpretação de Pochmann (2001). Tais fenômenos se dão associados a transformações estruturais da economia brasileira, com a perda da centralidade da

---

<sup>35</sup> O autor explica que, durante o período desenvolvimentista, às mulheres da classe trabalhadora era relegado prioritariamente o trabalho doméstico não-remunerado em casa ou pessimamente remunerado em casa de famílias de classe média ou ricas.

indústria, o inchaço do setor de serviços e a financeirização acentuada (Pochmann, 2020; Paulani, 2008)<sup>36</sup>.

Esse cenário, ainda que o Brasil jamais tenha sido capaz de constituir uma sociedade salarial com pleno emprego nos moldes das nações da Europa ocidental no pós-guerra, era uma novidade histórica em seu tempo, uma vez que desde a década de 1930 e do início do ciclo desenvolvimentista observava-se o fortalecimento e crescimento constante do emprego assalariado (Pochmann, 2001). Assim, o mesmo autor nos diz que durante o período desenvolvimentista, ainda que num contexto marcado pelo trabalho infantil, pela exploração de mão-de-obra e por grande precariedade material, “[...] os jovens encontravam oportunidades não desprezíveis de acesso aos empregos assalariados com registros [...]” (Pochmann, 2001, p. 33). Contudo, na década de 1990 se verifica, pelo contrário, a pouca capacidade da economia brasileira de criar postos de trabalho mais qualificados e protegidos, com a ocupação de vagas instáveis e de baixa qualificação por adultos com escolaridade mais elevada. Desse modo, “[...] mesmo no caso da oferta de postos de trabalho de baixo conteúdo profissional, há elevação dos requisitos contratuais pelos empresários [...]” (Pochmann, 2001, p. 33), tornando a inserção no mercado mais difícil e fazendo com que o avanço na escolarização não se traduza em mobilidade social ascendente.

É nesse contexto que Cardoso (2010), atento à importância que a educação formal desempenha historicamente nos desejos ascensionais da classe trabalhadora brasileira, observa uma frustração das expectativas geracionais. Vejamos o argumento:

O aumento global da escolaridade da população, pois, teve como efeito, paradoxalmente, piorar as condições de entrada no mercado de trabalho dos jovens de todos os perfis educacionais. Isso só pode ser explicado pelo ritmo mais lento de crescimento dos postos de trabalho de uma maneira geral e dos postos de melhor qualidade em particular, por comparação com o crescimento da PEA [população economicamente ativa], o que aumentou a competição pelas posições existentes em todos os segmentos, muito especialmente as posições superiores. Isso configura um *quadro de duradoura reversão de expectativa de mobilidade social dos mais jovens por comparação com seus pais* (Cardoso, 2010, p.303, grifo nosso).

Esse fenômeno, observado no acesso à escolarização básica, também pode ser transposto como hipótese para a ampliação do acesso à Educação Superior. Ao

---

<sup>36</sup>Nessa perspectiva, Leda Paulani (2008) argumenta que a economia brasileira no período pós-desenvolvimentista constituiria uma plataforma de valorização financeira: manteve-se alguma capacidade de produção de renda real a partir de uma base industrial rebaixada que serve como fonte do capital a ser direcionado para a valorização no mercado financeiro.

examinarmos a trajetória passada de nossos entrevistados, apontamos como eles fazem parte de uma geração – alguns mais jovens, outros menos – para a qual a conquista de um diploma universitário passou a fazer parte do horizonte de expectativas. Isso não significa que todos terão acesso a esse nível educacional, mas sim que ele passou a ser visto como um objetivo alcançável para grande maioria desses jovens adultos e que, por isso, pode servir como um elemento organizador dos horizontes de expectativa e regulador das condutas e trajetórias individuais, uma vez que, para muitos, sua conquista depende de grandes sacrifícios pessoais e familiares. Contudo, esses mesmos jovens adultos conviveram com períodos importantes de crise econômica e social, com grande impacto nas taxas de emprego, bem como com um período histórico de desorganização das relações de trabalho por meio da ação política organizada em torno de pautas empresariais. Desse modo, há também um paradoxo: o maior acesso à universidade se dá em momento próximo da piora das condições de ingresso no mercado de trabalho.

A relação entre formação universitária e ocupação dos postos superiores no mercado de trabalho brasileiro é histórica. Conforme argumentou Oliveira (2019), o acesso extremamente restrito à educação superior no Brasil, tradicionalmente reservado para membros da elite econômica nacional, fez com que, em grande medida, a criação das universidades tenha tido um caráter de ampliação das desigualdades sociais. O primeiro momento de expansão universitária se deu, de acordo com Neves e Martins (2016), a partir de meados da década de 1970, quando o desenvolvimento autoritário da Ditadura Militar promoveu uma ampliação das matrículas nas instituições de ensino superior. Esse movimento foi motivado pela percepção da classe dirigente de que, com o processo de industrialização em curso, se fazia necessária a formação de quadros profissionais para impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Essa primeira expansão propiciou um maior acesso das classes médias urbanas ao ensino universitário, permitindo-lhes disputar cargos superiores nas burocracias públicas e privadas por meio do investimento na escolarização e na obtenção de um diploma de nível superior (Neves; Martins, 2016). Desse modo, tratou-se de uma abertura na qual a grande maioria da classe trabalhadora nacional não se viu incluída, constituindo um fenômeno que passou então a caracterizar as classes médias urbanas.

Conforme exposto por Neves e Martins (2016), as demandas pelo acesso ao ensino superior por parte das classes de menor poder aquisitivo crescem de maneira importante a partir da década de 1990, se traduzindo numa ampliação não desprezível a esse nível educacional. Os autores informam que, entre 1995 e 2012, houve um

crescimento de 360% nas matrículas no ensino superior, que passaram de 1.758.703 para 7.037.688 estudantes. Essa verdadeira expansão universitária brasileira foi amplamente lastreada pela proliferação das instituições de ensino privadas, ainda que tenha havido, também, um aumento no número de instituições públicas e a criação de mecanismos para propiciar o acesso a setores da população historicamente excluídos<sup>37</sup>. Essa ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas que se deu, predominantemente, a partir do setor privado, foi amplamente impulsionada pela instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni), programa de bolsas para estudantes de baixa renda em instituições privadas iniciado em 2005, bem como pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), fundo de financiamento para o pagamento de mensalidades em instituições de ensino superior privadas instituído em 2001.

Voltamos aos nossos entrevistados, que foram selecionados para a pesquisa sem qualquer consideração sobre a trajetória educacional individual. Dos 12 que têm curso superior concluído ou em andamento, somente um deles o realizou numa instituição pública (Assalariado Formal nº. 1) e dez frequentaram instituições privadas; não temos essa informação referente ao Entregador nº4. Desse modo, podemos observar como os participantes da pesquisa se encontram historicamente inseridos nesse processo de ampliação do acesso à educação superior, cujo modelo privilegiado foi o das instituições de ensino privadas.

A expansão universitária privada se deu concomitantemente à transformação do setor educacional em objeto de interesse do grande capital, algo que, conforme defende Carvalho (2013), já era uma realidade nos países centrais do sistema capitalista. Essa mesma autora analisou, em texto mais recente, o processo de concentração e financeirização do capital na educação superior brasileira, ocorrido a partir da formação de grandes conglomerados por meio de fusões e aquisições, bem como pela abertura do capital das companhias educacionais no mercado de ações brasileiro (ocorrido em 2007) e pela injeção de grandes somas no setor por parte de fundos de ações privados (Carvalho,

---

<sup>37</sup> A esse respeito, dados apresentados por Sguissardi (2015) demonstram o crescimento muito maior das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, que passaram de 905 para 2.100 (132% de aumento) entre 1999 e 2012, quando em comparação com as IES públicas, que no mesmo período foram de 192 para 278 (44% de aumento). O mesmo autor demonstra o crescimento muito maior das matrículas nas IES privadas quando em comparação com as públicas. Dados mais recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (2018) informam que, do total de 2.537 mil IES existentes no país, a imensa maioria de 2.238 mil é composta por instituições privadas, sendo as 299 restantes públicas.

2017)<sup>38</sup>. Para nossos propósitos, entendemos que esse processo histórico expõe como uma antiga aspiração das classes trabalhadoras foi em parte possibilitada a partir dos interesses do capital globalizado, promovendo, assim, uma transformação importante na experiência das gerações mais jovens desses setores da população.

Nesse sentido, Ristoff (2014) demonstra, a partir de dados do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), como os cursos de graduação das universidades brasileiras são compostos por pessoas significativamente mais ricas que a média da população brasileira, bem como por maior percentual de estudantes brancos, oriundos de escolas privadas e de famílias cujos pais também possuem formação superior em comparação com essas categorias na população brasileira como um todo. O autor analisou informações dos três primeiros ciclos do ENADE, percebendo, a partir delas, uma tendência importante de mudança desse perfil socioeconômico: houve um processo de diminuição no percentual de pessoas brancas nos cursos de graduação, bem como no de estudantes oriundos de famílias ricas. Os dados demonstram também uma diminuição progressiva da presença de filhos de pais com escolaridade superior, “[...] indicando que as classes populares, historicamente excluídas deste nível educacional, começam a ter oportunidades de acesso” (Ristoff, 2014, p.741). Assim, com os programas de inclusão da última década, a educação brasileira estaria, na visão do autor, proporcionando “[...] oportunidades de mobilidade social para alunos trabalhadores, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e filhos de pai sem escolaridade [...]” (Ristoff, 2014, p.746).

É necessário algum cuidado com afirmações deste tipo, uma vez, como exposto por Neves e Martins (2016), mesmo com essa tendência democratizante, o ensino superior permanece tendo um predomínio de estudantes oriundos de famílias de maior poder aquisitivo. Dados recentes do IBGE (2019) reforçam a percepção do ensino superior como um espaço onde a presença de setores mais ricos da sociedade brasileira é sobrerepresentada, com mais de 30% dos estudantes da rede pública e de 36% da rede privada pertencendo ao quinto da população com maiores rendimentos. Desse modo, seria incorreto afirmarmos que o ensino superior se tornou aberto e facilmente acessível às camadas mais pobres da população, historicamente excluídas desse espaço. Contudo, nos parece inegável que, com a importante ampliação de vagas ocorrida nas últimas duas

---

<sup>38</sup> Carvalho (2017), assim como Sguissardi (2015), questionam até que ponto a lógica de mercantilização revelada nesse processo é conciliável com a dinâmica educacional em si, discussão que ultrapassa os propósitos desta pesquisa.

décadas, a educação universitária passou a ser vista como uma possibilidade para os jovens de famílias de classe trabalhadora, algo que observamos, concretamente, nos diferentes perfis de trabalhadores entrevistados para esta pesquisa.

Nossos entrevistados, contudo, revelam não somente o avanço nos níveis educacionais, mas também a discrepância entre estes e os postos de trabalho produzidos. Dos cinco trabalhadores que concluíram Ensino Superior, somente uma atua em sua área de formação; outros três atuam em postos de nível médio e uma atua como entregadora. Os três trabalhadores com Ensino Médio e curso técnico atuam como entregadores. A grande maioria dos participantes da pesquisa com curso superior ou cursos técnicos realizaram essas formações na década passada (2011-2020), período marcado por forte instabilidade econômica e no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a expansão do ensino superior brasileiro foi seguida por uma crise econômica e social ainda em curso que teve impactos importantes no mercado de trabalho. A recessão da economia brasileira dos anos de 2015 e 2016 foi seguida por índices de crescimento bastante reduzidos e acompanhada por um aumento importante do desemprego. Dados da PNAD (IBGE, 2019) indicam que a taxa de desemprego, que esteve ao redor de 5 e 6% nos primeiros anos da década de 2010, subiu vertiginosamente a partir do final de 2015, atingindo 13,9% no início de 2017. A partir das estatísticas do mesmo instituto (IBGE, 2023; IBGE, 2021), podemos observar os impactos da pandemia de Covid-19, com retração econômica em 2020 em torno de 3,3% e aumento da taxa de desemprego, no primeiro trimestre de 2021, para 14,7% (quase 15 milhões de pessoas). Esse cenário indica um rebaixamento do mercado de trabalho brasileiro como um todo, atingindo, também, os trabalhadores com diploma de graduação. Números do primeiro trimestre de 2019 indicam quase 1,4 milhão de pessoas com formação superior desempregadas; em comparação com o mesmo dado de quatro anos antes (1º trimestre de 2015), essas eram 732 mil (IBGE, 2019), indicando um crescimento importante do chamado desemprego de diplomados. Filgueiras (2019) informa que, no final de 2017, 56% dos profissionais de nível superior empregados estavam em funções subdimensionadas, como auxiliares administrativos, vendedores em lojas e mercados, recepcionistas, teleoperadores etc., retratando uma elevação da ocupação de postos de menor exigência por sujeitos de maior nível educacional. O quadro nos traz alguma segurança para afirmar que a economia brasileira não tem sido capaz de gerar a quantidade necessária de vagas de trabalho condizente com o processo de escolarização

de sua população observado nas últimas décadas. Essa tendência à subocupação se traduz na situação da imensa maioria dos entrevistados da pesquisa.

Dito isso, mais do que expressar claramente uma frustração, os participantes da pesquisa demonstraram como o avanço educacional parece estar se tornando menos um caminho para projetos de ascensão e mais um fator necessário para a sobrevivência e manutenção num cenário de horizontes rebaixados. Explicando melhor: não significa que não exista uma frustração histórica em suas trajetórias, já que boa parte dos trabalhadores com Ensino Superior são os primeiros a atingirem esse nível educacional em suas famílias, bem como o avanço em cursos técnicos buscava, quando foi realizado, um passo no objetivo de postos de trabalho com maior qualidade. Ao narrar o passado, as falas do presente tendem a contemplar os dilemas, interesses e desafios do próprio presente, conforme argumentou Rosenthal (2014), fato que explica em parte porque os trabalhadores entrevistados, ao tratarem sobre sua formação educacional e o lugar em que se encontram hoje, não expressaram claramente uma frustração em torno da relação entre esses dois elementos. A própria vida presente seria muito menos suportável caso a atitude dos sujeitos fosse organizada por um sentimento de lamentação daquilo que foi prometido no passado e não se cumpriu. Contudo, o fato de esses sujeitos, em sua grande maioria, não quererem permanecer nas experiências laborais em que hoje estão imersos sinaliza essa frustração e esse desejo por uma vida melhor. Dito isso, uma vez que um processo de mobilidade social consistente não seguiu os avanços educacionais que eles conquistaram, observamos como, para o futuro, vários desses entrevistados veem a educação formal como uma ferramenta a mais para se manter minimamente organizados ou como só mais um fator em caminhos de futuro que são múltiplos. Poucos são aqueles que expressam um projeto de futuro ascensional inteiramente organizado em torno do avanço na própria formação educacional. O quadro 23 ilustra como esse horizonte que passou a ser compartilhado – a formação na Educação Superior – mobiliza diferentes respostas dos sujeitos.

Nele, encontramos respostas que podemos classificar dentre as seguintes categorias: (1) sujeitos cujos projetos de futuro que passam pela educação superior, seja se formar e atuar na área, seja retornar para a área de formação, seja fazer uma formação para ter pequenas melhorias ou manutenção de suas condições; (2) sujeitos que falam em seguir estudando ou estudarem em longo prazo, mas cujos projetos profissionais não passam pela educação; (3) sujeitos que não falam ou não querem mais seguir estudando.

**Quadro 23:** Relação entre formação educacional e projetos de futuro

Trabalhador	Nível educacional	Projetos de futuro
Formal 1	Pós-graduação	Enriquecer com investimentos no mercado financeiro.
Formal 2	Superior completo	Fazer pós-graduação para conseguir cargos de nível médio um pouco melhores e mais bem remunerados.
Formal 3	Superior completo	Terminar pós-graduação para ter mais segurança no atual emprego.
Formal 4	Pós-graduação	Não tem projeto claro.
Formal 5	Superior incompleto	Terminar faculdade. Seguir no atual emprego por um tempo e manter trabalho de vendas.
Formal 6	Superior incompleto	Terminar faculdade e trabalhar na área de formação, preferencialmente como autônomo/microempreendedor.
Formal 7	Superior incompleto	Terminar faculdade. Seguir no atual emprego até achar outro interesse. Fazer outra faculdade, não sabe qual.
Entregador 1	Superior incompleto	Ter bom retorno a partir de investimentos no mercado financeiro. Terminar faculdade e talvez trabalhar na área de formação.
Entregadora 2	Superior completo	Retornar para a profissão de formação e montar negócio próprio.
Entregador 3	Curso técnico	Projetos múltiplos e pouco claros. Deseja retornar para área de formação, mas fala sem planos claros.
Entregador 4	Superior incompleto	Formar-se e ingressar na carreira pública na área de formação.
Entregador 5	Fundamental completo	Sem projetos claros em médio prazo. Terminar CNH em curto prazo. Desejo de montar negócio próprio.
Entregadora 6	Curso técnico	Seguir nas entregas e melhorar suas condições de trabalho (comprar moto).
Entregador 7	Superior incompleto	Retomar faculdade. Projetos múltiplos: atuar como eletricista e montar restaurante delivery.
Entregador 8	Superior incompleto	Não quer voltar à faculdade. Projeto: empresa própria.
Entregador 9	Fundamental completo	Montar negócios próprios. Seguir estudando e um dia fazer curso superior.
Entregador 10	Curso técnico	Não fala em voltar à área de formação nem em seguir estudando. Trabalho com entregas, marketing e vendas online.
Entregador 11	Ensino Médio	Melhorar suas condições nas entregas. Montar restaurante próprio. Fala em curso superior no futuro.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas para pesquisa.

Desse modo, na primeira categoria temos as trabalhadoras formais nº. 2 (quer fazer uma pós para ter um emprego administrativo um pouco melhor), nº. 3 (terminar a pós para ter mais segurança no atual emprego), nº. 6 (se formar e atuar na área de formação), bem como os entregadores nº. 2 (voltar para área de formação) e nº. 4 (se formar e atuar na área de formação no serviço público). Observamos como alguns desses projetos de futuro que passam pela educação têm uma perspectiva ascensional modesta ou quase inexistente (revelando mais um desejo de permanecer onde está): manter o modelo de emprego administrativo de nível médio, mas com uma remuneração um pouco mais justa. Não por acaso, esses são projetos de duas trabalhadoras que já concluíram cursos de Ensino Superior sem que essa formação tenha significado uma mobilidade social consistente, de modo que há uma certa compreensão do papel da educação formal

como mais vinculado a um investimento em si mesmo para sobreviver no atual mercado de trabalho e menos à aspiração de fazer uma carreira profissional ascensional na área de formação. Os dois projetos ascensionais mais claros que passam pela Educação Superior (Formal nº. 6, Entregador nº. 4) são de sujeitos que ainda estão tentando terminar suas graduações em meio a um tempo presente marcado pelo pouco tempo e energia disponíveis: desse modo, nesses casos há uma aspiração clara de mobilidade que passa pelo estudo. Por fim, outro projeto de futuro que passa pela educação formal, da Entregadora nº. 2, se estrutura a partir da ideia do negócio próprio, uma vez que o nível de formação atingido não foi capaz de lhe assegurar um emprego de qualidade (a entrevistada adoeceu na sua experiência profissional em sua área de formação, lembramos).

A segunda categoria engloba seis entrevistados que falam em estudar no futuro ou seguir estudando, mas cujos projetos profissionais não passam necessariamente por esse avanço educacional. São eles os assalariados formais nº. 5 e 7, bem como os entregadores nº. 1, 7, 9 e 11. No caso dos formais, ambos estão cursando seus cursos superiores, mas não falam em seguir carreira nas áreas de formação (a Formal nº. 5 diz que quer se dedicar cada vez mais ao trabalho de vendas, não comentando a possibilidade de trabalhos de nível superior na área de contabilidade; o Formal nº. 7 quer terminar o curso porque está perto do final, mas não pretende seguir nessa área). O Entregador nº. 1 também está realizando seu curso superior, mas diz que atuar na área de formação no futuro é algo que vai depender de muitos fatores, já que seu projeto principal passa pelos investimentos no mercado financeiro. O Entregador nº. 7 fala em retomar a faculdade, mas seus projetos profissionais são abrir um restaurante delivery e retomar empresa como eletricitista (cuja exigência é de nível técnico); ainda que seu curso seja de Engenharia Elétrica ele não falou, em nenhum momento, numa carreira como engenheiro. Por fim, os entregadores de nº. 9 e 11 falam em fazer faculdade no futuro, mas seus projetos de trabalho passam por outras alternativas (negócio próprio e entregas).

Por fim, não querem seguir estudando nem têm projetos associados à educação formal os seguintes entrevistados: Assalariado Formal nº. 1 e os Entregadores nº. 5, 6, 8 e 10. O único assalariado formal do grupo tem curso superior e mestrado; contudo, seu projeto de futuro passa por enriquecer no mercado financeiro. Ele pretende chegar a um emprego mais bem remunerado – aqui, observamos que esse plano de melhor remuneração passa pela formação que ela já conquistou –, mas somente para ter uma boa sobra de dinheiro que lhe permita investir e, então, parar de trabalhar por volta dos 40

anos de idade. A Entregadora n°. 6 quer seguir em seu trabalho atual; em um momento da entrevista ela fala que até sabe que é importante fazer uma faculdade, quase como se concedesse a posição para certa expectativa social em torno dela, mas que isso não está em seu horizonte agora. Os entregadores n°. 8 e 10 são ambos bastante jovens (23 anos) e falam em modelos de trabalho que não passam pela educação formal, como o de empresário e o de revendedor autônomo; o primeiro chegou a começar uma faculdade, mas diz que se desencantou, o segundo tem alguns cursos técnicos. Por fim, o Entregador n°. 5, com Ensino Fundamental completo, parece não vislumbrar esse tipo de possibilidade em seu horizonte de expectativas.

Desse modo, diante de um contexto específico que é compartilhado pelos nossos entrevistados – a possibilidade de cursar a Educação Superior que passou a fazer parte do horizonte de expectativas da maior parte dos entrevistados e, concomitantemente, sua não tradução numa trajetória de ascensão social – observamos diferentes respostas que revelam algumas transformações que possam estar em curso. Se ainda podemos ver expectativas ascensionais que passam pelo estudo, em alguns casos, vemos também como a educação formal é percebida por muitos como mais um elemento que pode lhe garantir alguma segurança mínima no atual contexto e menos como uma porta para a mobilidade social. Nessa perspectiva, vimos como alguns entrevistados falavam em realizar cursos de pós-graduação para ter alguma segurança ou conseguir um emprego um pouco melhor, sem pretensões de grande ascensão: a educação formal funciona como mais um elemento para autovalorização enquanto profissional em um mercado de trabalho onde abundam sujeitos com qualificação superior para a disputa de cargos de nível médio.

O fato de terem aparecido casos nos quais, mesmo em sujeitos que cursaram ou começaram a cursar o ensino superior, os projetos de futuro não passarem pela educação formal também revela como, para parte dessa juventude trabalhadora, os modelos de ascensão social hoje têm menos vinculação à ideia da construção de uma carreira profissional do que com a perspectiva de empreender e de enriquecer por meio de investimentos no mercado e negócios próprios. Portanto, após quase duas décadas de grande aumento do ingresso na Educação Superior, observamos, em nossos entrevistados, um real desencanto com a mobilidade social que esse tipo de percurso educacional pode proporcionar. Como diz uma de nossas entrevistadas, a Assalariada Formal n°. 2, “hoje não é mais nada o nível superior, não é mais nada a graduação em si”. Essas respostas têm relação direta com as transformações no mercado de trabalho e com o avanço da insegurança social para as diferentes condições laborais, com o ensino superior não

significando mais um caminho aberto para o acesso a postos de trabalho mais bem remunerados e protegidos. Desse modo, no próximo tópico veremos como tais transformações se traduzem, também, nas trajetórias profissionais dos entrevistados, que, por sua fragmentação e instabilidade, podem ser compreendidas como um fenômeno de contração do tempo presente.

## 6.2. O TRABALHO COMO TERRENO MOVEDIÇO E A CONTRAÇÃO DO PRESENTE

Conforme apresentamos na análise da dimensão temporal biográfica a respeito do passado dos entrevistados, nos chamou atenção como, em ambos os grupos de trabalhadores, foram comuns trajetórias profissionais extremamente fragmentadas e descontinuadas, que alternam várias experiências em diferentes formatos – formal, informal, estágio e desemprego. Esse padrão pode ser considerado uma experiência geracional na medida em que foi comum, com as particularidades das histórias individuais, para trabalhadores de diferentes níveis de formação em ambos os grupos. Conforme vamos argumentar neste tópico, a fragmentação das trajetórias profissionais observada pode ser analisada a partir de transformações históricas no mundo do trabalho, se dando a partir de tendências de desorganização da experiência de diferentes formas e relações laborais, bem como ocasiona uma contração do tempo presente para os trabalhadores e a elaboração de horizontes e respostas próprias para esse contexto.

Lembremos inicialmente como, para Rosa (2019a), o mundo do trabalho é não somente um espaço privilegiado para observar o que o autor denomina de aceleração técnica, mas também fator importante para a experiência do que ele chama de aceleração da mudança social, que corresponde à transformação das condições estruturais e culturais que permitem alguma estabilidade para a ação, que pode ser vista, por exemplo, em trajetórias profissionais marcada por trocas de funções, ocupações, experiências e formas de trabalho, situação que pode ser bem exemplificada nas histórias de vários dos nossos entrevistados. Como escreve o autor:

Na Modernidade Tardia [...] as profissões e relações ocupacionais raramente possuem a duração de uma vida profissional; múltiplas trocas de profissão e ocupação *ao longo* de uma vida profissional (por vezes acompanhadas de fases mais ou menos longas de desemprego) parece ter passado, segundo a esmagadora maioria dos achados empíricos, de exceção à regra (Rosa, 2019a, p. 218, grifo do autor).

A partir da aceleração da mudança social, haveria um movimento de contração da experiência do presente, isto é, de “[...] redução geral da duração temporal na qual prevalece uma segurança de expectativa com relação à estabilidade de ação [...]” (Rosa, 2019a, p. 221). Desse modo, o conceito de contração do presente caracteriza uma experiência de instabilidade e insegurança, com as condições de fundo que permitem a regulação racional da ação se transformando continuamente e os sujeitos se equilibrando em um terreno movediço. Se admitirmos o argumento do autor, devemos também considerar as trajetórias fragmentadas de nossos entrevistados como uma manifestação desse fenômeno, fruto da aceleração em seu estado vertiginoso na Modernidade Tardia, de modo a fazer com que esses sujeitos se vejam continuamente sobre terrenos movediços e inseguros, no que terá consequências para as respostas propostas por eles para essa situação.

No caso dos participantes da pesquisa, em especial aqueles com mais de 30 anos, há o aparente paradoxo de tais trajetórias fragmentadas terem ocorrido, em parte, em um período no qual se observava um crescimento do emprego formal, dos salários e do poder de compra da classe trabalhadora (segunda metade da década de 2000 e a primeira metade da década de 2010, quando houve o que vários autores chamam de um ciclo virtuoso com crescimento econômico e transformações positivas no mercado de trabalho). Conforme já mencionamos anteriormente, devemos lembrar como o Brasil jamais foi capaz de estruturar uma sociedade salarial nos moldes do fordismo europeu (Rosenfield; Almeida, 2014), com a alta rotatividade constituindo uma característica estrutural do mercado de trabalho do país, especialmente para aqueles trabalhadores de menor escolaridade (Krein *et al.*, 2018). Contudo, é inegável que o crescimento econômico observado entre 2004 e 2014 foi associado a uma elevação dos padrões de regulação do trabalho, com melhorias na remuneração e redução da informalidade, conforme a exposição de Manzano e Caldeira (2018). Esses autores apontam como entre 2002 e 2014 houve uma variação positiva de 25% na geração de ocupações, totalizando 19,8 milhões postos de trabalho adicionais. Esse saldo positivo se deu amplamente alicerçado nas atividades do comércio, do serviço e da administração pública, com fraco crescimento da ocupação na indústria de transformação (Manzano e Caldeira, 2018).

Borges (2012) também chamou atenção para como o crescimento do emprego urbano nos anos 2000 se deu predominantemente a partir do assalariamento formal, concentrando-se predominantemente no setor terciário (serviços), onde se observa empregos e ocupação que tendem a menor remuneração e com nível mais baixo de

exigências em termos de qualificação formal. A mesma autora indica que setores que absorvem trabalhadores mais escolarizados (como Indústria de transformação, Administração Pública, Serviços de Educação, Saúde e Serviço Social), ainda que também tenham apresentado crescimento de vagas durante este período, o fizeram em volume bem menor. Desse modo, Borges (2012) argumenta que, mesmo que tenha havido uma importante recuperação da economia brasileira em sua capacidade de geração de empregos – em grande medida a partir da expansão econômica baseada no aumento dos preços de matérias primas no mercado internacional, por um lado, e pela expansão do mercado interno a partir da incorporação dos segmentos de menor renda ao universo do consumo, por outro –, esse crescimento dos empregos se deu a partir de um padrão rebaixado. Isto é, as vagas, em sua maioria, não estavam de acordo com as aspirações de remuneração, oportunidades de crescimento e de qualificação condizentes com os ganhos em educação formal das novas gerações de brasileiros. Em leitura parecida, Ruy Braga (2012) aponta para como a expansão dos empregos formais observada nos anos 2000 se deu amplamente a partir da expansão do setor de serviços em empregos de baixa remuneração, com 94% das vagas abertas do mercado formal pagando até 1,5 salário-mínimo. Desse modo, conforme argumentam Krein *et al.* (2018), as melhorias vistas nessa década não foram capazes de transformar a estrutura do mercado de trabalho nacional, “[...] marcado por baixos salários, alta desigualdade, forte heterogeneidade e expressiva informalidade [...]” (Krein *et al.*, 2018, p. 98).

Assim, o chamado ciclo virtuoso da economia e mercado de trabalho brasileiros no início do século XXI não está em contradição com as trajetórias irregulares que observamos em vários dos entrevistados mais velhos, uma vez que aquele se deu, no âmbito do trabalho, em grande medida a partir de empregos de baixa remuneração do setor de serviços. Para além desse ciclo, contudo, é importante lembrarmos como ele foi abruptamente encerrado para dar lugar a um cenário muito mais sombrio. Como apontam Manzano e Caldeira (2018, p. 86), o mercado de trabalho brasileiro demonstrou grande sensibilidade às quedas na taxa de crescimento econômico a partir de 2014, apresentando pioras significativas na ocupação e nos níveis de formalidade, especialmente a partir da adoção da estratégia da austeridade a partir do segundo governo Dilma Roussef (2015). Com o país entrando em recessão em 2015, observa-se um aumento vertiginoso do desemprego, com o número de desempregados saltando de 6,4 milhões no final de 2014 para 13,5 milhões no início de 2017. Nesse cenário, Manzano e Caldeira (2018) apontam o crescimento da ocupação nos serviços domésticos – sinal importante da eliminação de

postos de trabalho em outros segmentos da produção e da queda de renda das famílias trabalhadoras –, bem como o aprofundamento de um processo de reprimarização da economia que conduz à tendência de precarização do trabalho no país de forma geral.

Nesse sentido, para voltarmos aos sujeitos de nossa pesquisa, as trajetórias fragmentadas se dão num contexto geracional marcado pelo crescimento de postos ocupacionais de baixa remuneração e estabilidade de curta duração e, em um segundo momento, pela crise aberta no mercado de trabalho. Esse cenário é fator importante na experiência de um presente comprimido, em que as condições que permitem algum planejamento racional da ação parecem estar sempre em movimento, com muitos dos trabalhadores muito mais se equilibrando do que efetivamente agindo em prol de um futuro outro. Desse modo, para grande parte dos entrevistados, as experiências curtas, múltiplas e fragmentadas de trabalho marcam uma realidade em constante transformação diante da qual a compreensão de projetos em longo prazo que passem pelo trabalho remunerado parece ter perdido força. Em seu lugar, observamos uma corrida pela sobrevivência e pela permanência no mesmo lugar. Esse encurtamento do porvir é bem expresso na fala do Entregador n.º 9 (2023, informação verbal), que diz que não sabe como será o futuro: “Eu vivo com a realidade, com o presente, com o que rola no presente. Não penso futuramente em outras coisas que vão mudar, eu vivo só com o presente”.

Esse contexto de uma imensa mobilização em meio a um cenário em transformação nos parece ter relação direta com o temor pela insegurança econômica que se mostrou tão presente nos futuros dos nossos entrevistados: o risco de rebaixamento socioeconômico ou de permanecer indefinidamente em uma vida de correr atrás da máquina (como formulou um dos entregadores) passa pela incapacidade de vislumbrar caminhos minimamente claros de mobilidade social nessa realidade na qual a mudança é a única constante. Só o que resta é o próprio movimento como imposição para sustentar condições mínimas de vida, motivo pelo qual o temor de viver somente para o trabalho também apareceu fortemente nas falas dos participantes da pesquisa. Mesmo os três assalariados formais que apresentaram trajetórias mais estáveis e permaneceram no mesmo emprego há vários anos (lembramos, os assalariados formais n.º 4, 6 e 7) expressaram claramente, por diferentes motivos, desejos de sair de onde estão, com esses anseios se mostrando impossibilitados no atual momento devido à insegurança econômica gerada por uma eventual saída do emprego.

Diante disso, as respostas e desejos para o futuro também se transformam, revelando cada vez mais horizontes que não passam mais pelo assalariamento formal, se

estruturando a partir de esferas como o empreendedorismo e o mercado financeiro. O modelo formal em sua forma atual dos empregos de nível médio parece se transformar no imaginário dos trabalhadores, se mostrando menos um caminho para a ascensão social e mais uma experiência de sofrimento e subordinação associada à pobreza e à ausência de perspectivas de crescimento, conforme veremos no próximo tópico.

### 6.3. O REBAIXAMENTO DO ASSALARIAMENTO FORMAL NOS IMAGINÁRIOS DE FUTURO

Nossa pesquisa de campo mostrou que, para muitos dos trabalhadores entrevistados, a experiência do assalariamento formal está associada a situações de sofrimento, injustiça, pobreza e subordinação. Essa percepção passa por relatos em torno das diferentes dimensões temporais que viemos trabalhando. A experiência cotidiana do tempo dos assalariados formais é marcada muitas vezes pela angústia de perder todo o tempo de vida ao redor do trabalho, pela exaustão e pelo sentimento de sufocamento em meio às muitas e múltiplas demandas. No âmbito biográfico, grande parte dos participantes de ambos os grupos da pesquisa relataram experiências progressas de assalariamento formal que são lembradas como situações de sofrimento, abuso, baixa remuneração e heteronomia; também comuns foram projetos e horizontes futuros que não passam pela formalização, mas por formas outras de trabalho e de enriquecimento.

Esse é um achado que está em contradição com certo imaginário que perpassou historicamente os horizontes de expectativas da classe trabalhadora brasileira, conforme a interpretação de alguns autores, em especial Adalberto Cardoso (2010). Esse autor demonstrou como a estruturação do fordismo em sua versão nacional criou no trabalho formal uma utopia ascensional irresistível em meio a um cenário de grande precariedade e penúria, organizando os horizontes de expectativas da maior parte da classe trabalhadora do Brasil. Ora, falamos, no fim, a partir de um país no qual, quase às portas do século XX, ainda vigorava como principal instituição social a escravidão, a qual, segundo defende o autor, foi responsável pela formação de uma ética de desvalorização do trabalho que estaria na base da formação da sociabilidade brasileira. Diante desse contexto, o período desenvolvimentista brasileiro pode ser pensado como um processo de aceleração social que erigiu para as classes trabalhadoras, a partir da organização do mercado de trabalho urbano pela ação do Estado, um horizonte de expectativas baseado na ascensão social por meio do trabalho – ainda que, na maioria das vezes, essa ascensão tenha sido vivida somente como promessa.

Rosa (2019a) enfatiza o papel que a formação e consolidação dos Estados nacionais tiveram no processo de aceleração da vida nas sociedades europeias por terem uniformizado as condições de ação e de desenvolvimento e, assim, propiciado a aceleração dos processos e transações sociais. Teria sido o Estado nacional que formou as condições “[...] para o planejamento seguro e para a previsibilidade em longo prazo, que assim possibilitaram a aceleração do desenvolvimento técnico-científico e econômico-industrial” (Rosa, 2019a, p.397). No caso brasileiro, o Estado foi, a partir dos governos de Vargas iniciados em 1930, o principal indutor da industrialização nacional, direcionando a transição de um modelo essencialmente agroexportador para uma economia industrializada periférica, organizando o mercado de trabalho urbano e, ao mesmo tempo, pouco intervindo nas condições da massa trabalhadora rural. Nesse sentido, a ação do Estado desencadeou, durante o período desenvolvimentista brasileiro, um grande processo de aceleração, aumentando as possibilidades de experiências dos sujeitos e delineando horizontes de expectativas distintos aos do período anterior.

Adalberto Cardoso (2010) argumenta que esse processo histórico acima narrado trouxe, para a classe trabalhadora brasileira, um determinado horizonte de expectativas de melhoria das condições de vida a partir do trabalho urbano formal que jamais se concretizou para a maior parte dessa camada da população, mas cuja existência como possibilidade foi o suficiente para servir como horizonte, mobilizando energias e regulando as ações dos sujeitos em sua relação com o trabalho. A tese de Cardoso aqui citada baseia-se, em seu principal, no conceito de cidadania regulada, formulação de Wanderley Guilherme dos Santos (1979). Na proposição desse autor, a sociedade brasileira, devido à ordenação do trabalho urbano realizada a partir da experiência varguista, teria dado à luz um modelo de cidadania regulada que se basearia “[...] não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional [...] definido por norma legal” (Santos, 1979, p.75). Assim, haveria uma associação entre cidadania e ocupação regulamentada pelo Estado, estabelecendo fronteiras entre o cidadão (trabalhador formalizado) e aqueles colocados à margem da cidadania. Conforme ilustra o autor, “[...] o instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico” (Santos, 1979, p.76). Conforme iremos expor adiante, essa estratificação da sociedade brasileira por meio do trabalho formal fez desse o elemento organizador dos anseios de melhoria de vida da grande

maioria da população brasileira a ponto de podermos falar em uma utopia brasileira do trabalho, como o faz Cardoso (2010).

Esse autor, em ampla investigação acerca da formação brasileira do trabalho e da permanência do alto nível de desigualdade na sociedade nacional, sugere que a sociabilidade brasileira seja, em grande medida, movida pela esperança de melhoria de vida por parte das classes trabalhadores historicamente precarizadas. Numa reconstrução histórica de grande fôlego, o autor refaz a trajetória do trabalho no Brasil desde a escravidão até o período pós-ditadura, apontando como, até a década de 1940, o capitalismo brasileiro se caracterizou por uma imensa inércia estrutural. O desenvolvimentismo inaugurado pela Era Vargas, com a estruturação do mercado de trabalho urbano a partir do processo de industrialização – concomitante à manutenção das estruturas de violência e sobre-exploração que organizavam a vida no campo –, bem como a instituição da legislação social e trabalhista para os trabalhadores urbanos teria feito surgir uma promessa de integração cidadã, “[...] uma utopia irresistível num ambiente de grande vulnerabilidade socioeconômica das massas: a utopia da proteção social representada pela legislação social e trabalhista” (Cardoso, 2010, p.207). Essa cidadania mediada, portanto, era vislumbrada como uma promessa no horizonte de expectativa dos sujeitos, incorporando os trabalhadores “[...] como artífices do processo de construção Estatal no Brasil” (Cardoso, 2010, p.186). Havia uma grande porosidade nesse modelo de cidadania regulada, com os sujeitos alternando, continuamente, inserções e exclusão do assalariamento formal e, com isso, do universo dos direitos sociais. Assim, a promessa de incorporação, a partir da qualificação e do trabalho remunerado, teria “[...] grande impacto sobre os projetos, esperanças, horizontes de expectativas e sobre a práxis das populações que vivem do trabalho no país [...]” (Cardoso, 2010, p.218).

Não seria outra senão essa promessa de ascensão que estaria na base das intensas ondas migratórias do campo para a cidade que colocaram vastas populações em movimento: a crença de que a vida poderia ser em alguma medida melhorada no ambiente urbano justificaria o esforço, os riscos e desafios da migração. Nesse sentido, Cardoso (2010) sugere que a abertura e a mobilidade da sociedade brasileira dentre as posições de classe inferiores – concomitante ao quase absoluto fechamento das posições superiores – fundamentaria a crença na possibilidade de ascensão, ainda essa possibilidade não seja, em nenhuma medida, acessível a toda a população pobre. Assim, não importaria que a perspectiva de ascensão social e melhoria das condições de vida jamais tenha sido

acessível a todos: “[...] o que importa, e sempre importou desde Vargas, é *sua existência como possibilidade*” (Cardoso, 2010, p. 428, grifo nosso).

Ainda na visão desse autor, uma das heranças do meio século de desenvolvimentismo brasileiro teria sido tornar a ascensão social por meio do trabalho urbano e da formação profissional o horizonte de expectativa de toda a classe trabalhadora nacional. Novamente, essa utopia da inserção pelo trabalho era, do ponto de vista concreto, extremamente excludente, não abarcando a maioria da classe trabalhadora brasileira<sup>39</sup>, e passava em grande medida pelo trabalho precário e marcado por grande exploração. Lembremos o texto clássico de Francisco de Oliveira (2013), que demonstrou como a modernização conservadora da Ditadura – um dos momentos de nosso ciclo desenvolvimentista – conjugou grande expansão econômica com achatamento salarial, informalidade e precariedade das condições de vida da população trabalhadora, que se mostrava funcional para o modelo de desenvolvimento nacional ali traçado. Esse autor defendeu que a acumulação industrial colocada em movimento pelo desenvolvimentismo brasileiro se deu conjugando setores que, no debate da época, eram chamados de arcaicos aos da indústria moderna, se concretizando efetivamente a partir do aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Nesse contexto, o custo de reprodução de vida das classes trabalhadoras era retirado dos custos de produção por meio da manutenção de uma “economia natural” representada pelos mutirões para construção de residências e pelo desenvolvimento de serviços a baixíssimo custo que, ao mesmo tempo, serviam como “[...] bolsões de subsistência [...]” (Oliveira, 2013, p.69) para os setores desempregados e mantinham um exército industrial de reserva numeroso que permitia a depressão salarial. Nas palavras do autor, “[...] a resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é resolvida pelo aprofundamento da exploração do trabalho” (Oliveira, 2013, p. 105).

De acordo com o argumento de Cardoso (2010), esse alto nível de exploração do trabalho e manutenção de grandes precariedades nos modos de vida das classes trabalhadoras nacionais, contudo, não impediram que o assalariamento formal se constituísse numa poderosa promessa de integração social. Ainda que, para grande parte das populações trabalhadoras brasileiras ela tenha permanecido somente como uma

---

<sup>39</sup> Uma releitura histórica a contrapelo (conforme a célebre tese de Walter Benjamin sobre a história) deve, necessariamente, narrar a trajetória de violência, encarceramento e eliminação exercida sobre a grande camada da população para quem a cidadania prometida pelo trabalho formal jamais chegou, trajetória essa que acompanha, como uma sombra, o processo que estamos aqui referindo.

promessa e não uma realidade, tal possibilidade foi o suficiente para organizar os projetos de vida de gerações de trabalhadores. Desse modo, o autor aponta como as expectativas de futuro de gerações de trabalhadores passaram pelo trabalho assalariado e pela ascensão possível por meio dele. O desejo direcionado ao futuro como promessa de melhoria possível de vida a partir do trabalho formal revela, aqui, a dimensão normativa da experiência aceleratória no caso brasileiro. Para além do processo de disciplinamento do tempo pensado por Thompson (1998), é também essa crença no futuro como portador de uma outra vida que sustentaria uma moral socialmente compartilhada que valoriza o sacrifício individual e os imensos esforços necessários no tempo presente em prol de um horizonte de expectativa que é vislumbrado somente como possibilidade e que emerge, também, como elemento justificador de uma ordem social desigual.

Retomando, se Rosa (2019a) fala em trajetórias de vida confiáveis do capitalismo europeu estruturadas a partir da socialização familiar, formação pela escola (pública), entrada no mercado de trabalho e constituição da família – o autor cita como encontrar uma profissão e constituir uma família eram, nesse período, as tarefas formadoras da identidade do sujeito –, essas, em sua versão típica, no Brasil, seriam compostas pelo abandono escolar, pelo ingresso em um mercado de trabalho marcado pela baixa remuneração e pela alta rotatividade, em trajetórias que se concretizariam no “[...] emprego precário dos homens com subordinação das mulheres ao trabalho doméstico em condições de pobreza ou de renda muito baixa” (Cardoso, 2008, p.591). No entanto, mesmo considerando a precariedade e a desorganização do padrão brasileiro de trajetória de vida da classe trabalhadora, Cardoso (2015) salienta que os jovens “[...] malgrado a penúria da condição real da maioria, podiam olhar para o futuro e imaginá-lo melhor do que sua vida presente” (Cardoso, 2015, p.896). Em suma, apesar da condição de precariedade, também aqui haveria a perspectiva de um horizonte de expectativa distinto do espaço de experiência vivenciado pelas pessoas, que poderia ser construído pela ação humana a partir da instituição do trabalho socialmente organizado nas grandes cidades. Em um país no qual o trabalho constituiu-se historicamente como atividade desvalorizada, sobre-explorada e regulada pela violência, a sua regulamentação pelo Estado, com a Carteira de Trabalho e Previdência Social associadas a uma condição de cidadania não acessível a todos, significou a criação de um horizonte de desejo irresistível para as populações pobres submetidas às condições de vida no meio rural oligárquico. Foi essa utopia do trabalho que, efetivamente, pôs o país em movimento durante o século XX, com as grandes migrações para a cidade, a industrialização e a expansão econômica

experimentada durante esse período. Nesse contexto histórico, apesar das condições de precariedade que atingiam grande parte da população trabalhadora, o futuro passou a ser visto como portador de uma promessa de melhoria das condições de vida, com uma ordem social que começou a ser percebida como menos inerte e mais aberta para a ascensão – ainda que essa abertura jamais tenha se estendido a todos, tampouco possibilitasse o acesso para os estratos mais altos da sociedade.

Contudo, as falas dos nossos entrevistados ilustram o momento histórico distinto vivido hoje, com o trabalho formal se mostrando insuficiente para a estruturação dos horizontes de expectativa e dos projetos de futuro de grande parte dos participantes da pesquisa de ambos os grupos. Vimos como a grande maioria dos entregadores entrevistados não desejava um emprego formal, projetando para o futuro outros modelos de ação econômica, em especial o pequeno empreendedorismo – “montar um negócio próprio”. No caso dos formais, ainda que em alguns casos observamos projetos e previsões que passavam pelo assalariamento, na maioria não estava presente uma perspectiva real de mobilidade social, mas sim uma manutenção ou uma ascensão mínima. Também nesse último grupo houve narrativas de futuro que passam por outras formas de trabalho e rendimentos que não o modelo formal, como os desejos de trabalhar por serviços e de enriquecer por meio de investimentos financeiros.

Já tratamos, no tópico anterior, sobre a grande crise do mercado de trabalho ocorrida no Brasil a partir de 2015, com aumento das taxas de desemprego, informalidade e trabalho doméstico, num quadro de rebaixamento geral das condições laborais. Em concomitância com esse contexto, houve importantes ataques, por parte da classe capitalista organizada, aos direitos trabalhistas, representados pelas reformas Trabalhista e Previdenciária. Conforme analisaram Krein et al. (2018), a Reforma Trabalhista aprovada em 2017 agiu para aumentar a capacidade das empresas de manejarem o trabalho a partir de seus interesses, institucionalizando práticas de flexibilização e de redução de custos. Esses autores apontam como a nova lei está em consonância com um processo histórico já documentado de flexibilização do trabalho a partir do interesse empresarial. Tratando do mesmo tema, Krein e Oliveira (2019) observaram como as tendências de flexibilização da jornada de trabalho a partir da Reforma tenderiam a uma crescente polarização, com aumento da população que trabalha até 14 horas semanais e daquela que trabalha mais de 48h, bem como ampliação da despadroneização da jornada oficial e adoção de jornadas mais flexíveis e específicas para cada setor econômico.

Nesse sentido, os entrevistados têm como contexto geracional compartilharem um momento histórico no qual parece haver um rebaixamento das condições e da segurança no mundo do trabalho como um todo, com esse processo já ocorrendo há décadas e assumindo novas formas na contemporaneidade. Assim, observamos como as trajetórias de vários entrevistados em empregos formais revelou um modelo de estabilidade de curta duração, com as experiências profissionais sendo atravessadas pelo trabalho não-remunerado, por baixos salários, pelas demissões associadas ao período de crise econômica e por sofrimentos diversos, seja por motivo de excesso de carga de trabalho, seja por situações de posturas abusivas e assédios por parte de chefias. Desse modo, como já mencionado anteriormente, projetos de futuro que não passavam pelo assalariamento formal, bem como entrevistados que afirmavam claramente que não desejavam retornar para esse modelo, foram predominantes no grupo dos entregadores por aplicativos e presentes em menor grau no grupo dos assalariados formais. Trata-se de um dado que demonstra certo esgotamento da utopia do trabalho assalariado enunciada por Cardoso (2010), que organizaria os horizontes de expectativa da população trabalhadora brasileira desde o período desenvolvimentista. O desejo de não retornar para o modelo formal foi mais presente justamente no grupo dos trabalhadores que, hoje, desempenham um trabalho mais precarizado e que se localizam, do ponto de vista da estrutura de classes da sociedade nacional, mais próximos de estratos economicamente mais inseguros da classe trabalhadora: lembremos como as trajetórias de trabalho de alguns é caracterizada por inserção precoce em experiências informais e inseguras, bem como por trabalhos de baixa remuneração e desemprego. Desse modo, para seguirmos a interpretação histórica de Cardoso (2010), esse seria o grupo que – por sua insegurança material, excesso de trabalho desempenhado e histórias marcadas pela instabilidade – seria mais propenso a buscar no assalariamento formal um caminho para a mobilidade social. Ao contrário disso, os sujeitos narraram experiências prévias de formalização que não desejam repetir, sinalizando que o fenômeno histórico analisado por Cardoso (2010) talvez se encontre em processo de transformação. Parece haver uma substituição das expectativas ascensionais projetadas em certa ética do trabalho assalariado por modelos outros, que passam pelo negócio próprio, pela remuneração por serviços e pela projetada acumulação financeira. Em ambos os grupos também observamos falas que revelam o temor de envelhecer em situação de insegurança material como os pais e avós: foram comuns depoimentos que associavam a aposentadoria dos pais como um modelo a não ser seguido, associado à pobreza e ao adoecimento. O quadro 24 ilustra esse cenário:

**Quadro 24:** Imaginários de futuro que não passam pelo assalariamento formal

Entrevistado	Temores e desejos para o futuro
Formal 1	“Não quero para o meu futuro é estar com uma aposentadoria, tipo a minha mãe” “Eu quero trabalhar só até aos 40 anos, se pudesse. Meio que viver de rendimentos, fazer outras coisas”.
Formal 6	“Eu não quero viver só de salário. [...] Eu quero – é uma ideia – abrir uma empresa, ter uma própria empresa”. “Justamente por causa dos meus pais [...] eu vi que se eu esperar para viver só de salário e aposentadoria, lá na frente tu tem que viver pelo que estão dispostos a te pagar”.
Entregador 1	“Hoje, boa parte do dinheiro que eu ganho eu guardo para fazer aplicações financeiras, porque é o dinheiro que eu quero no futuro que seja parte da minha renda, como a minha renda passiva”.
Entregadora 2	“Eu quero ver se eu consigo abrir o meu próprio negócio no ramo da gastronomia”.
Entregador 3	“Eu pretendo abrir um negócio, eu já tenho um negócio na parte alimentícia”
Entregador 5	“Eu tenho plano de parar [com as entregas], tô tentando terminar as carteiras de automóvel e de repente montar um negócio próprio”. “[sobre experiência prévia de emprego formal]: Bah, pior, bem pior! Salário regrado. Escravidão.”
Entregadora 6	“Eu pretendo continuar nas entregas”. “[sobre experiências prévias de carteira-assinada]: hoje é melhor! Em questão de rentabilidade, ganha mais hoje, bem mais”.
Entregador 8	“[sobre experiência prévia de carteira assinada]: a pior experiência da minha vida”. “Eu nunca quis depender de dinheiro de aposentadoria”.
Entregador 9	“O que vai ser do futuro eu não sei, mas eu estou lutando para que seja bom, né... Que eu tenha meu próprio negócio, para não estar dependendo mais do <i>iFood</i> e nem ter que trabalhar de carteira assinada”.
Entregador 11	“Eu quero ter as minhas coisas, quero ter o meu carro, a minha moto, quero ter um apartamento meu, e trabalhando de carteira assinada eu nunca iria ter”.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas

Como podemos ver, há uma abundância de imaginários de futuro que passam por desejos de ter o próprio negócio, por investimentos no mercado financeiro e por temores associados a experiências pregressas e histórias de vida de seus familiares. Assim, as experiências de vida e familiar parecem se impor sobre expectativas ascensionais pelo assalariamento que hoje parecem antigas. O sentimento de uma vida marcada pela instabilidade, pelo trabalho excessivo e por um envelhecimento empobrecido entra em conflito com a percepção real de uma imensa riqueza que segue sendo produzida e apropriada por poucos setores da sociedade. Nesse sentido, houve entrevistados que falaram sobre desigualdades no mercado de trabalho e na divisão da riqueza, bem como demonstraram desejo de uma vida marcada pela abundância – não trabalhar mais, ter rendimentos financeiros altos, ir ao restaurante sem olhar a coluna de preços. Falas, em suma, que revelam inconformidade e desejos de enriquecimento que não passam mais pela formalização. Desse modo, se o horizonte de expectativas da classe trabalhadora brasileira foi historicamente marcado pela possibilidade restrita da ascensão social pelo assalariamento formal, nossos dados sugerem que essa utopia talvez esteja se esgotando a partir do próprio rebaixamento do trabalho formal, dando lugar a outros modelos de

projetos de futuro. Essa afirmação necessita, certamente, de investigações mais extensas e em trabalhadores de diferentes setores, mas está baseada em indícios qualitativos colhidos com sujeitos cujas trajetórias revelam justamente sua vulnerabilidade e insegurança. O fato deles não quererem um retorno – pois todos tiveram experiências nesses moldes – ao assalariamento formal é revelador de uma transformação histórica. Os temores e projetos de futuro demonstram como essa geração de jovens adultos compartilha um tempo presente de rebaixamento do modelo de emprego e horizontes marcados pelo desejo de acessar a riqueza socialmente produzida a partir de outros caminhos. Vamos analisar, agora, alguns desses outros caminhos.

#### 6.4. “TER O MEU PRÓPRIO NEGÓCIO”: PROJETOS DE FUTURO, EMPREENDEDORISMO POPULAR E DESEJOS DE LIBERDADE

Como podemos ver no quadro 24, exposto no tópico acima, se os projetos de futuro de grande parte dos entrevistados não passam mais pelo assalariamento formal, no caso dos entregadores observamos o predomínio do desejo de ter um negócio próprio. Essa perspectiva de não ingressar no modelo dos empregos formais é explicada, conforme argumentamos anteriormente, por um cenário de rebaixamento do trabalho como um todo e pela compreensão dos sujeitos de sua própria exclusão do acesso à riqueza socialmente produzida, se traduzindo em relatos de experiências prévias ruins e em exemplos familiares aos quais os entrevistados não querem seguir. Por sua predominância, podemos compreender o projeto de ter um negócio próprio como um horizonte compartilhado pelos entregadores que foram entrevistados, constituindo uma característica geracional para esses jovens adultos.

Para analisarmos esse projeto de futuro vinculado ao empreendedorismo como uma experiência geracional observada na pesquisa, é necessário antes traçar hipóteses explicativas para o fato dele ter aparecido predominantemente no grupo dos entregadores. Há algo de contraintuitivo nesse fato: se supormos que o projeto de ter um negócio próprio passa por um desejo de libertação da subordinação própria à condição salarial, esperaríamos que ele estivesse mais presente nas entrevistas dos trabalhadores que hoje se encontram formalmente assalariados e que, portanto, desejariam se libertar dessa condição. Não foi o que a pesquisa de campo nos mostrou, contudo, com parte considerável dos assalariados formais tendo como projetos a permanência nesse modelo (ainda que desejando sair de seu emprego atual). Uma primeira explicação poderia ser a condição dos próprios entregadores, cujo modelo de vínculo de trabalho procura,

justamente, obscurecer a subordinação presente, conforme a interpretação de diversos autores<sup>40</sup>. Contudo, diante desse argumento, que é condizente com as reais condições de trabalho exercidas por esses sujeitos, cabe também atentar que os entregadores entrevistados em geral referem se sentir mais livres na sua atual condição do que nos tempos em que estavam em empregos formais, não se percebendo como subordinados às plataformas.

Um segundo argumento, que nos parece mais adequado à questão, é a condição de classe de grande parte dos entregadores que participaram da pesquisa: em comparação com os assalariados formais entrevistados, cuja maioria é hoje parte de uma baixa classe média urbana cuja vida é estruturada a partir do emprego formal, os entregadores demonstraram com suas histórias fazerem parte de estratos da classe trabalhadora que historicamente sobrevivem a partir da alternância e do equilíbrio entre empregos formais de baixa remuneração e qualificação, trabalho informal, bicos e pequenos empreendimentos familiares, naquilo que Telles (2006) e Abílio (2014; 2017) chamam de viração. O fato de, no Brasil, o assalariamento nunca ter se espalhado nos padrões europeus fez com que o mercado de trabalho nacional seja historicamente marcado pela alta rotatividade e pela associação entre a informalidade e o trabalho independente e por conta própria. Desse modo, para grandes parcelas da classe trabalhadora brasileira, a flexibilidade, o senso de oportunidade e o autogerenciamento são características constituintes de seus modos de vida. Parece estar presente como *ethos* de classe, nessas camadas da população para as quais o emprego formal costuma ser condição momentânea em meio a trajetórias repletas de outras formas de trabalho, uma certa orientação empreendedora que pode explicar a predominância do negócio próprio como projeto de futuro para os entregadores. Como argumentam Della Torre, Altheman e Puzone (2019), nas nações periféricas do sistema capitalista, onde o trabalho informal sempre foi elemento constitutivo do mercado como um todo, “[...] o eu empreendedor é intimamente relacionado ao precariado<sup>41</sup>” (Della Torre; Altheman; Puzone, 2019, p. 285, tradução nossa)<sup>42</sup>.

Rosenfield e Almeida (2014) relatam como o processo de reestruturação produtiva da economia brasileira das décadas de 1980 e 1990 teve como alguns de seus efeitos a

---

<sup>40</sup> Remetemos aqui aos estudos de Abílio (2019; 2020), Antunes e Filgueiras, (2020), Moda (2020).

<sup>41</sup> Os autores empregam o termo precariado no sentido de Braga (2012), que utiliza o conceito para contemplar um estrato subalternizado da classe trabalhadora historicamente constituído à margem do processo de formalização do trabalho urbano.

<sup>42</sup> No original: “[...] the entrepreneurial self is intimately related to the precariat”.

dissociação entre os ritmos de crescimento econômico e os níveis de emprego e, associado a essa incongruência, “[...] o crescimento dos trabalhadores autônomos, aqueles por conta própria, donos de pequenos negócios, que passaram a engrossar as denominadas formas atípicas de trabalho” (Rosenfield; Almeida, 2014, p. 255). Tal crescimento é também impulsionado, de acordo com as autoras, por um movimento de políticas públicas que “[...] oferecem crédito, assistência técnica e criam mecanismos legais e fiscais que facilitam a criação ou formalização de um empreendimento, contribuindo para a difusão de uma cultura do empreendedorismo” (Rosenfield; Almeida, 2014, p. 257). Essas políticas, intensificadas a partir de 1995, culminam na Lei do Microempreendedor Individual (MEI), que entrou em vigor em 2009 e constitui um marco importante na institucionalização do empreendedorismo como movimento de geração de renda. Sabemos que os modelos de trabalho autônomo e baseados na prestação de serviços muitas vezes são impostos pelas empresas como forma de ocultação do assalariamento, com intuito de diminuição dos custos com o trabalho. Contudo, isso não nega a existência de um movimento de expansão da lógica e da cultura do empreendedorismo nas últimas décadas.

Desse modo, nossos entrevistados – jovens adultos entre 23 e 36 anos – se inserem no mercado de trabalho num cenário no qual o empreendedorismo é fortalecido por políticas públicas e simbolicamente reconhecido. Para além desses elementos, há também um processo de criação e fortalecimento dessa cultura, que está associada ao próprio processo de rentabilização das camadas mais pobres que caracterizou o ciclo de governos progressistas entre 2003 e 2016, na interpretação de Della Torre, Altheman e Puzone (2019). De acordo com esses autores, a disseminação do discurso empreendedor passou, durante o chamado período lulista, pela expansão do crédito e a incorporação das populações excluídas a partir do consumo, por um lado, e, por outro, pelo padrão particularista de método de seleção dos beneficiários dos programas sociais. De acordo com os autores, a parte da população mais pobre favorecida por essas políticas era dividida a partir de sua compreensão como um grupo específico de indivíduos:

[...] mãe (Bolsa Família), consumidores (expansão do crédito), estudantes (FIES/PROUNI), famílias (Minha Casa, Minha Vida). Isto é, eles foram interpelados majoritariamente como indivíduos – e indivíduos empobrecidos,

uma vez que todos esses programas eram condicionados pela renda (Della Torre, Altheman, Puzone, 2019, p. 273, tradução nossa)<sup>43</sup>.

Desse modo, na visão desses autores, esse padrão individualista (no sentido de recorte a partir de indivíduos que compartilham determinados predicados) de método de seleção de beneficiados para os programas sociais favoreceu “[...] um processo que resultou na disseminação do empreendedorismo como diretriz não somente para o comportamento econômico, mas também para a conduta política e social como um todo” (Della Torre, Altheman, Puzone, 2019, p.273, tradução nossa)<sup>44</sup>. Assim, a mobilidade social experimentada no lulismo estaria associada diretamente pelos seus beneficiários à responsabilidade individual e à meritocracia, massificando certo modelo de ação associado ao *ethos* empreendedor:

Ainda que os indivíduos recebam um pagamento mensal do governo, eles também precisam realizar atividades como sujeitos autônomos e tomadores de decisão, alocando recursos na melhor estratégia possível, calculando meios e fins, exatamente como um empreendedor – mas pertencente ao estrato social mais baixo de um país periférico como o Brasil (Della Torre; Altheman; Puzone, p. 285, tradução nossa)<sup>45</sup>).

Essa transformação nas políticas sociais seria baseada, conforme a leitura foucaultiana de Gago (2018), numa acepção do governar como propiciar aos indivíduos espaço dentro do qual esses possam empreender, arriscar-se e enfrentar a própria realidade do mercado. Desse modo, ao invés de um modelo de proteção estatal, teríamos um modo de governamentalidade – para falarmos em termos foucaultianos como o faz a autora – que se estrutura a partir da liberdade de agir economicamente dos indivíduos dentro da própria ordem capitalista. Assim, na visão de Della Torre, Altheman e Puzone (2019) haveria, a partir da experiência histórica do lulismo e do modelo de mobilidade social por ele promovido, uma expansão da cultura do empreendedorismo na sociedade brasileira como um todo e, de modo mais específico, nos setores favorecidos pelas políticas públicas instituídas no período. A partir dessa interpretação, os autores retiram consequências políticas, associando o crescimento da extrema direita e o fenômeno do

---

<sup>43</sup> No original: “[...] mothers (Bolsa Família), consumers (credit expansion), students (FIES/PROUNI), families (Minha Casa Minha Vida). That is, they were interpellated mostly as individuals – and impoverished individuals, since all these programs were conditioned by income”.

<sup>44</sup> No original: “[...] a process that resulted in the dissemination of entrepreneurship as a guideline not only for economic behavior, but also for political and social conduct as a whole”.

<sup>45</sup> No original: “Even though individuals receive a monthly payment from the government, they also have to perform activities as autonomous decisionmaking subjects, allocating resources in the best possible strategy, calculating means and ends, exactly like an entrepreneur – except one that belongs to the lower social stratum of a peripheral country like Brazil”.

bolsonarismo também ao fortalecimento desse determinado modelo de pensamento e ação empresarial, o que escapa ao escopo desta pesquisa<sup>46</sup>.

Observamos, também, em nossos entrevistados, como a ideia de um negócio próprio aparece em suas falas como uma utopia de libertação. Abrir uma empresa, ter um negócio próprio no setor alimentício ou montar um comércio de bairro são projetos de futuro compartilhados por sujeitos que, conforme expusemos no tópico anterior, narram experiências de trabalho que passam por sofrimentos de diversos tipos, bem como histórias familiares de pauperização e insegurança. Nesse sentido, é importante – mesmo que entendamos as dificuldades que esse tipo de projeto tende a experimentar para ser colocado em prática no futuro, bem como as eventuais consequências políticas desse modelo de ação e reflexão baseada no empreendedorismo – não desconsiderar a dimensão positiva desse desejo, isto é, sua motivação de cunho emancipatório. Como afirma Gago (2018), há uma potência vitalista no cálculo inscrito em certa empresarialidade popular:

Não se aceita morrer, ou ver a vida reduzida ao mínimo de suas possibilidades. A aceitação das regras do cálculo vem intimamente emparelhadas a um movimento de produção de subjetividade, de “querer”. São os verbos: “empreender”, “se virar”, “se salvar” (Gago, 2018, p. 241).

Desse modo, diante das restrições impostas pela vida de baixos salários e de excesso de trabalho, o desejo por um negócio próprio é também um desejo de uma vida para além da mesquinhez da realidade presente: os entrevistados buscam se libertar de histórias de precariedade e subordinação em favor de uma vida com acesso à plenitude material. Acessar o mundo do consumo sem estar subordinado a chefias abusivas em trabalhos ruins. Que esse desejo de libertação passe pelo projeto empresarial – o pequeno negócio –, bem como, muitas vezes, seja estruturado a partir de imagens de grandes empresários, executivos ou investidores, é um fenômeno que merece maior estudo e que passa, em nosso modo de ver, pelo momento histórico contemporâneo no qual mesmo o desejo de emancipação da relação capitalista passa por, paradoxalmente, projetos de futuro baseados no empreendedor capitalista. Nesse sentido, é possível afirmar um provável choque entre a ideia do sujeito empreendedor – com sua determinada maneira de pensar, de calcular riscos, consequências e ações, seu culto ao próprio individualismo como fonte de riqueza e seu desejo de liberdade – que estrutura esses projetos de futuro

---

<sup>46</sup> Aqui, recomendamos também a reflexão de Rodrigo Nunes (2022) sobre o tema, em especial o capítulo 4, que pensa o Bolsonarismo a partir da ascensão do empreendedorismo como prática e pensamento na sociedade.

e a realidade social e econômica dura que tende a fazer com que tais projetos enfrentem grandes dificuldades para serem colocados em prática de maneira sustentável a longo prazo. Desse choque muito pode surgir, inclusive o sofrimento individual em termos absolutamente devastadores<sup>47</sup>.

Portanto, em meio a um cenário no qual o modelo de emprego formal demonstra não exercer mais o papel organizador dos anseios e projetos de setores precarizados da classe trabalhadora, o empreendedorismo aparece como horizonte geracional nas entrevistas dos entregadores. A ideia de ter um negócio próprio foi quase onipresente nos projetos de futuro dos participantes desse grupo da pesquisa. Explicamos tal dado a partir das próprias características de classe dos integrantes do grupo, bem como pelo contexto histórico de quase três décadas de políticas públicas que fortaleceram o empreendedorismo institucional e simbolicamente, espalhando-o como modo de vida, de ação e de pensamento na sociedade brasileira. Por fim, reforçamos que, ainda que analiticamente possamos compreender tais projetos de futuro como pouco exequíveis e sustentáveis em longo prazo no atual contexto socioeconômico, eles estão intimamente ligados a um desejo de libertação dos sujeitos dos modelos de subordinação propiciados pela exploração capitalista do trabalho.

---

<sup>47</sup> A respeito das relações entre sofrimento psíquico e culto ao indivíduo e ao empreendedorismo, sugerimos os trabalhos de Alain Ehrenberg (2008; 2010), que estudou a expansão do modelo de sofrimento organizado a partir da categoria clínica da depressão na sociedade francesa.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito o percurso da pesquisa, voltamos à questão lançada inicialmente: como duas formas de trabalho urbano, diferenciadas a partir de sua estabilidade, formatam a experiência temporal de jovens adultos em suas diferentes dimensões?

Realizamos aqui uma divisão operacional da experiência do tempo a partir das categorias de dimensão cotidiana, dimensão biográfica e dimensão geracional do tempo, buscando um caminho analítico para a compreensão da experiência temporal das duas categorias de trabalhadores estudadas – os assalariados formais administrativos e os entregadores por aplicativo. No início desta pesquisa, definimos que trataríamos a estabilidade das formas de trabalho a partir do nível de organização e segurança propiciada por elas para os trabalhadores nas diferentes dimensões da experiência do tempo. Desse modo, um trabalho mais estável na dimensão cotidiana significa aquele com jornadas e horários bem estabelecidos, o que permite aos sujeitos organização de rotinas e separação de horários para se dedicarem a interesses outros além do trabalho; um menos estável ocupa os espaços de tempo de maneira confusa e desorganizada, com sobreposição entre tempo de trabalho, tempo fora do trabalho e tempo de vida doméstica. Do ponto de vista biográfico, o modelo mais organizado permite o planejamento dos sujeitos, a partir do presente, de suas trajetórias de vida em médio ou longo prazo e, desse modo, uma apropriação do futuro (ainda que, por óbvio, a vida nem sempre respeite planos). Assim, permanência mais segura no posto de trabalho, possibilidades de ascensão, regulamentação de afastamentos por motivos diversos, períodos de descanso remunerado, remuneração fixa realizada no mesmo período mensal: todas essas são características de uma maior estabilidade propiciada na dimensão biográfica da experiência do tempo.

Há um pressuposto implícito nos caminhos pelos quais estruturamos esta pesquisa a partir do conceito de estabilidade: o assalariamento formal é uma modalidade de trabalho mais estável do que o trabalho mediado por plataformas. Nossos achados demonstram que esse pressuposto segue se confirmando, mas de maneira muito distinta, com o emprego formal não mais apontando completamente para a tradicional estabilidade associada à relação salarial e sendo também objeto de um processo de desestabilização que nos parece tendência geral no mundo do trabalho. O título desta tese – “Correndo atrás da máquina” –, retirado do comentário de um dos entrevistados na pesquisa, foi escolhido por ilustrar o que há de comum na experiência temporal da grande maioria dos

entrevistados: a necessidade de desempenho constantes de suas atividades – profissionais e educacionais –, o sentimento de se estar numa corrida em que é necessário se instrumentalizar e capacitar o quanto for possível para permanecer em sua posição atual ou, com alguma esperança, melhorar de vida um pouco, e a percepção de que a máquina pode atropelar a todos em qualquer momento de descuido. Esse quadro assume formas distintas nos dois grupos, contudo, aparece presente em ambos, sugerindo que a máquina – outro nome para o mercado de trabalho do capitalismo em sua fase avançada em uma sociedade periférica – segue a todo vapor, plenamente adaptada para a extração de valor dos diferentes projetos e trajetórias de vida.

Há uma similaridade entre a descrição acima e o panorama geral das sociedades contemporâneas elaborado por Rosa (2019a), tendo em vista que esse autor, ao propor uma interpretação sistêmica da modernidade a partir do conceito de aceleração social, argumentou sobre como a aceleração teria chegado a um nível tamanho que estaria fazendo com que as condições mínimas de estabilidade para o planejamento da vida estivessem em dissolução. Na compreensão do sociólogo alemão, a vida não se estruturaria mais sobre um solo minimamente estável, que permitiria que ela se projetasse para ser diferente no futuro. Ao invés disso, a vida se equilibraria sobre um terreno movediço e acidentado, não se projetando mais para lugar nenhum que não um presente estendido.

Vimos como ambos os grupos estruturam inteiramente sua temporalidade cotidiana em torno do trabalho, com os assalariados formais tendo maior organização de rotina, desempenhando jornadas menores e em menos dias. No caso dos entregadores, a grande maioria de sujeitos realiza jornadas extremamente extensas, com muito mais horas de trabalho não-remuneradas e dias trabalhados, fato explicado pela adoção do modelo de remuneração por tarefa pelas empresas de aplicativos. Nesse grupo, também vimos uma experiência cotidiana mais desorganizada, ainda que possamos afirmar que há uma tendência maior de organização de rotinas naqueles que atuam no modelo OL em comparação com os Nuvens; ambos os modelos, contudo, são marcados por longos períodos de tempo não pagos, que se traduzem na angústia da espera por pedidos e, com isso, da possibilidade de atingir os rendimentos necessários.

Observamos, também, como há uma tendência, em alguns casos de assalariados, de incorporação do modelo de instabilidade própria do mundo do trabalho informal para os empregos formais, indicando um cenário no qual o antigo local de estabilidade no mercado brasileiro passa, também, por transformações importantes oriundas de uma

reestruturação do trabalho como um todo. Casos de não-remuneração de trabalho com sobreaviso, por exemplo, são extremamente aproximados do modelo dos entregadores, com os tempos de espera não sendo remunerados. Essa tendência de desestabilização do emprego formal está em curso há décadas e foi agravada nos últimos anos a partir da ofensiva do capital cujo grande símbolo é a Reforma Trabalhista de 2017. Não por acaso, essa lei traz em seu texto possibilidades como jornadas de 12 por 36 horas, compensação individual de horas trabalhadas e o trabalho intermitente, indicando um movimento de redução dos custos empresariais com os tempos mortos do trabalho e uma tendência maior de avanço da insegurança sobre o trabalho formal como um todo. Parece-nos que a Reforma tende a institucionalizar práticas que já eram efetivadas sobre os setores mais desprotegidos do mercado de trabalho brasileiro, estruturalmente marcado pela informalidade e pelo alto nível de exploração da força de trabalho – chamamos atenção que o texto da lei apresenta como objetivo “[...] adequar a legislação às novas relações de trabalho” (Brasil, 2017). Uma adequação ao que já se constatava na prática, portanto.

A análise da dimensão biográfica a partir de seus dois sentidos de orientação temporal – do passado para o presente e do presente para o futuro – revelou um rebaixamento do emprego formal no imaginário dos trabalhadores de ambos os grupos, bem como certo ceticismo com a Educação Superior como caminho de mobilidade social. Observamos diversas trajetórias profissionais instáveis e fragmentadas e/ou repletas de sofrimento e sentimento de injustiça pela remuneração. Assim, a maioria esmagadora dos entregadores diz não querer voltar ao modelo de assalariamento formal no futuro. Em ambos os grupos a insegurança econômica apareceu como risco social predominante, ameaçando os sujeitos que temiam pelo seu rebaixamento socioeconômico ou sua permanência num modelo de vida que lhes parece insuficiente. Também foram comuns projetos de futuro que não passam pela construção de carreiras estáveis, mas por outros caminhos, como o empreendedorismo e o investimento no mercado financeiro. Os projetos de grande parte dos entrevistados sugerem que o trabalho assalariado formal esteja, cada vez mais, perdendo sua capacidade de estruturar os horizontes de expectativa de jovens adultos de classe trabalhadora, alterando um pouco o quadro visto por Cardoso (2010) em sua interpretação sobre a sociedade do trabalho brasileira.

Observamos, também, como a Educação Superior, ao mesmo tempo em que se tornou parte real dos horizontes de expectativa da classe trabalhadora brasileira, passou também a ser vista, pelos nossos entrevistados, de maneira desencantada. A maioria dos sujeitos não demonstra grande crença nas possibilidades de mobilidade social por meio

do investimento no ensino formal. Não observamos, nesses imaginários de futuro, uma perspectiva de chegar a postos de trabalho melhores, mais bem remunerados e protegidos pela conclusão do curso universitário, mas sim de ter mais um elemento que lhes ajude a permanecer no mesmo lugar – empregos de nível médio, no caso dos assalariados formais – ou lhes propicie ferramentas um pouco melhores para seguir correndo atrás da máquina. Dito de outra forma, a educação formal segue central para os projetos de parte importante dos nossos entrevistados, mas a partir de um desencantamento e de um rebaixamento das expectativas ascensionais historicamente associadas a ela.

Diante do quadro de crise econômica e social dos últimos anos, é como se a maioria desses jovens adultos entrevistados fossem marcados pelo ceticismo e por certo pessimismo realista com relação às suas possibilidades no atual mercado de trabalho. O que parece lhes atrair e fazer com que alguns criem planos que, por vezes, parecem ter pouca relação com a realidade concreta, são saídas empreendedoras e vinculadas ao mercado financeiro. O desejo de ter o próprio negócio perpassa quase todos os sujeitos do grupo dos entregadores, com o pequeno empreendedorismo em estabelecimentos de alimentação, serviços de beleza ou revendas na internet aparecendo como um caminho de libertação da atual situação e de um eventual retorno para a subordinação mal remunerada do emprego formal de baixa qualificação. Os investimentos financeiros, como projeto de futuro, são vistos como um caminho para um dia parar de correr atrás da máquina. Libertar-se. O desejo emancipatório que passa por saídas e projetos contraditórios como esses deve ser pensado a partir de seus próprios termos em meio a situações de importante crise social e, em nosso modo de ver, não pode ser desconsiderado por qualquer iniciativa de tentativa de melhoria das condições gerais da classe trabalhadora nacional. Por trás de aspirações como abrir um próprio negócio ou ganhar dinheiro no mercado financeiro, há um desejo de uma vida não precária que subjaz e que, talvez, possa também assumir outras formas e encaminhamentos.

Desse modo, nossa pesquisa coletou experiências temporais marcadas pela aceleração propiciada pela reestruturação produtiva, que se traduzia em cansaço, exaustão e relatos de sofrimento psíquico, bem como por horizontes de futuro encurtados e que passam pouco pelo emprego formal. Esse quadro foi mais claro nos entregadores justamente pela maior instabilidade do trabalho que exercem, sendo essa forma – o trabalho mediado por plataformas – uma espécie de vanguarda da aceleração e da reestruturação do mundo do trabalho como um todo. A estabilidade de baixa remuneração, muitas vezes precária, observada em parte dos assalariados formais ainda

parece permitir a eles um planejamento um pouco mais organizado do futuro. Contudo, essa estabilidade, para a maioria dos entrevistados desse grupo, parece cada vez menor e mais ameaçada.

Aqui, nos permitimos ensaiar uma pequena contribuição teórica à reflexão sobre aceleração social. Já detectamos como o quadro descrito pela expressão “correr atrás da máquina” se aproxima da interpretação de Rosa (2019a) das sociedades contemporâneas, tendo esse autor como uma das referências centrais para a construção teórica da presente pesquisa. A dimensão sistêmica da teoria de Rosa (2019a) ultrapassa em muito o escopo desta tese. O autor empreende uma análise da aceleração em suas diferentes dimensões – técnica, da mudança social e do ritmo de vida – demonstrando como elas se relacionariam entre si. Também examina as várias causas desse processo – econômicas, própria das sociedades capitalistas, culturais, que teriam relação com uma concepção moderna da vida, e socio-estruturais que se efetivariam a partir da complexificação das sociedades modernas. Contudo, há uma associação inegável entre sua periodização histórica – modernidade clássica marcada por certa abertura de horizontes de expectativa e modernidade tardia, marcada pelo fechamento desses horizontes devido ao aumento incontrolável da aceleração – com o advento e a crise da sociedade salarial e do Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental. Parece-nos revelador que o autor, em outro escrito (Rosa, 2019b), tenha localizado a transição definitiva entre esses modelos por ele teorizados a partir da década de 1990. Desse modo, é a crise da sociedade salarial, tal qual vista por Castel (1998), que subjaz a tal interpretação teórica, crise que, no Brasil, já se dá em nível muito mais rebaixado do ponto de vista material, tendo em vista que esse modelo nunca se efetivou por aqui da mesma forma que na Europa Ocidental.

Em diferentes momentos do texto desta tese, argumentamos, apoiados em outros autores, que há uma linha de continuidade entre novos modelos de exploração da força de trabalho e práticas informais, desprotegidas e instáveis próprias de setores mais explorados do capitalismo de sociedades como a brasileira. A ideia de uma grande massa de trabalhadores sobrando e sem vínculo salarial formal, em busca de distintas formas de sobrevivência, capazes de desempenhar diferentes funções temporárias e bicos numa verdadeira polivalência precária (expressão de Abílio, 2014) e, sobretudo, exposta a altíssimas taxas de exploração, tomou corpo pioneiramente nas grandes sociedades da periferia do capitalismo. Seguindo esse argumento, o que a interpretação sistêmica de Rosa (2019a) não vê é que a novidade que atinge a todos sob a forma da aceleração e da desestabilização da experiência de vida possa, sob novas roupagens que passam em muito

pelos motivos analisados pelo autor, ser uma proliferação de um tipo de experiência antes restrito aos setores mais subalternizados da classe trabalhadora mundial. Aquilo que era característico da periferia do sistema, portanto, apontava para o futuro, que chegou em forma de crise e de instabilidade a partir de um capital que agora parece escapar de qualquer controle social ou democrático.

Finalizando com um retorno ao empírico, talvez a pergunta que falte seja: será possível, para esses sujeitos, parar de correr atrás da máquina para ter um pouco mais de tranquilidade e estabilidade? Não podemos responder de maneira clara e definitiva. Para além das questões individuais, a possibilidade de uma tranquilidade maior na vida se relaciona com uma dimensão política que passa pelos sujeitos da pesquisa, mas vai muito além deles. Nesse cenário, alguns assalariados formais comentaram, espontaneamente, suas impressões sobre o momento e as disputas políticas atuais, sobre as possibilidades do novo governo, sobre o período bolsonarista; contudo, em nenhuma de suas falas pudemos observar uma dimensão de luta coletiva a partir de sindicatos e organizações de representação da classe trabalhadora. Uma possível reorganização do mercado de trabalho em termos mais justos e com maior abertura de oportunidades, ou a imagem de uma emancipação da espoliação capitalista, não parecem estar em vista no horizonte próximo.

Os entregadores, por sua vez, durante a pesquisa de campo, se encontravam em parte alvoroçados pela instalação, pelo governo federal, de um grupo de trabalho para regulamentação do trabalho por aplicativos<sup>48</sup>. Nesse contexto, pudemos observar um processo de discussão entre eles a respeito do que seria desejado e da tentativa da criação de uma associação de ciclo-entregadores, que, no último dia em que fui à base, havia sido abortada devido a discordâncias no grupo. Nossa impressão é de que há uma turbulência própria das tentativas de organização de uma categoria trabalhadora caracterizada por uma novidade histórica das formas de exploração (ainda que essa novidade atualize modelos mais antigos). Nesse sentido, entram no debate as longas jornadas, a exaustão física e as questões de saúde, mas também o sentimento de autonomia e liberdade que os entregadores relatam, bem como as ações de desmobilização realizadas pelas próprias

---

<sup>48</sup> O grupo de trabalho foi instituído em 1º de maio de 2023 a partir de decreto do Presidente da República e tem 150 dias para elaborar uma proposta de regulamentação desse tipo de atividade. O grupo é composto por representantes das empresas, dos trabalhadores e do governo. Ver em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11513.htm).

empresas<sup>49</sup>. Uma fala especialmente ilustrativa das complexidades do cenário se deu em meio a uma reunião em torno dessa associação: um dos entregadores disse que não queria nenhum tipo de regulamentação no estilo CLT e sim o aumento do valor pelas entregas realizadas. Essa observação de campo revela como talvez, para alguns sujeitos já tão acostumados com uma lógica instável e flexível de organização em torno do trabalho, atributos como salário fixo e férias parecem nem aparecer como um horizonte vislumbrável (ainda que, salientamos, essa foi uma fala em uma reunião, não podendo ser estendida a todo o grupo de entregadores).

No cenário que foi descrito até aqui, observamos que ao mesmo tempo em que a aceleração do tempo e os horizontes turvos de futuro apareciam em falas muitas vezes de sofrimento e inconformidade, os trabalhadores de ambos os grupos buscam, cada qual dentro de suas possibilidades, se instrumentalizar para navegar nesse cenário de incertezas. Assim, diferentes respostas à instabilidade generalizada aparecem como cálculos realizados e postos em prática no meio desse contexto. Seja a opção por permanecer, mesmo que descontente, o quanto for possível num emprego formal de baixa remuneração, seja a percepção de que o trabalho com vendas propicia uma renda extra em meio a uma trajetória profissional marcada pela fragmentação, seja a capacidade de lançar projetos paralelos como um pequeno negócio de produção de refeições para entregas e uma empresa de instalações elétricas. Todos esses cálculos e decisões apontam para certa capacidade de se equilibrar em meio à mobilidade das condições de fundo, mesmo que por vezes frustrantes, mesmo que por vezes em sofrimento.

---

<sup>49</sup> Remetemos aqui à reportagem de Levy (2022), que expôs como o *iFood* mobilizou uma verdadeira máquina de propaganda para desmobilizar os movimentos de entregadores de 2021, com uso de perfis falsos, campanha não identificada nas redes sociais e infiltração nas manifestações. Ver em: <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>.

## 8. REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, 18 (3), pp. 1-11, 2019.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, Niterói, v.39, n.1, p.12-26, abr./jul. 2020.
- ABÍLIO, Ludmila. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog da Boitempo**, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao>. Acesso em: 19/07/2023.
- ABÍLIO, Ludmila. Perfis e trajetórias ocupacionais. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (Orgs.). **O trabalho controlado por plataformas digitais**: dimensões, perfis e direitos. Curitiba: Clínica Direito do Trabalho, 2022.
- ADORNO, Theodor. Tempo livre. In: ADORNO, Theodor. **Palavras e sinais**: modelos críticos 2. Petropolis, RJ: Vozes, 1995. p. 70-82.
- AGUIAR, Marina Moreira de. **A elevação dos preços dos imóveis no Brasil de 2002 a 2013**: uma abordagem teórica, histórica e econométrica. Dissertação de mestrado em economia do Curso de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: [disserta\\_o\\_marina\\_aguiar\\_merc\\_imobiliario\\_4.pdf](disserta_o_marina_aguiar_merc_imobiliario_4.pdf) (ufmg.br). Acesso em: 11/08/2023.
- AMORIN, Daniela; NEDER, Vinicius. Produção da indústria cai 20% em 10 anos e enfraquece a economia. **O Estado de São Paulo**, 09/01/2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/producao-da-industria-cai-20-em-10-anos-e-enfraquece-a-economia/>. Acesso em: 09/08/2023.
- ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos**: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2023.
- ALIANÇA BIKE **Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo**. São Paulo, Brasil: Aliança Bike, 2019.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-34, abr./jul. 2020.
- ARTRITE reumatoide e artrose (osteoartrite). **Biblioteca Virtual em Saúde**, Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/artrite-reumatoide-e-artrose-osteoartrite/#:~:text=A%20artrose%20ou%20osteoartrose%20%C3%A9,parte%20do%20envelheciment%20do%20organismo>. Acesso em: 04/07/2023.
- BARBOSA, Marina. 10 profissões concentram 31% dos empregos formais do Brasil. **Poder 360**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/10-profissoes-concentram-31-dos-empregos-formais-do-brasil/>. Acesso em: 21/07/2023.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. **Horizonte Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 71-92, jul./dez. 2010.
- BORGES, Ângela Maria Carvalho. O emprego no Brasil urbano nos anos 2000: recuperação e reconfiguração. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n°. 30, v. 10, p. 17-34, 2º semestre de 2012.
- BORSARI, Pietro. Consequências da financeirização para os trabalhadores. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, v. 2, e020013, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/13501/10129>. Acesso em: 13/08/2023.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. *Ebook*.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm).

BRASIL. Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 15/08/2023.

BRASIL. Decreto nº. 11.513, de 1º de maio de 2023. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de plataformas tecnológicas. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11513.htm). Acesso em: 15/08/2023.

CANTÓ-MILÁ, Natàlia; MONCUNILL, Mariona; SEEBACH, Owen. Imaginarios de no-futuro de los jóvenes. Mapeando futuros no deseados. **Cuadernos de Teoría Social** 6 (11): 121-153, 2020. Disponível em <http://cuadernosdeteoriasocial.udp.cl/index.php/tsocial/article/view/101/81>. Acesso em: 20/07/2023.

CANTÓ-MILÀ, Natàlia; SEEBACH, Swen. Desired images, regulating figures, constructed imaginaries: the future as an apriority for society to be possible. **Current sociology**, 63 (2), 198-215, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011392114556583>. Acesso em: 20/07/2023.

CARDOSO, Adalberto. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, nº. 3, 2008, p. 569-616.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto. Metamorfoses da questão geracional: o problema da incorporação dos jovens na dinâmica social. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, nº.4, p.873-912, 2015.

CARDOSO, Adalberto. **Classes médias e política no Brasil**: 1922-2016. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições financeiras. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, pp. 761-801, jul.-set. 2013.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. Capital concentration and financialization in Brazilian private higher education. **ACADEMIA**, nº. 10, n.p, 2017.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHESTERS, Jenny; SMITH, Jonathan; CUERVO, Hernan; LAUGHLAND-BOOY, Jacqueline; WYN, Johanna; SKRBIS, Zlatko; WOODMAN, Dan. Young adulthood in uncertain times: the association between sense of personal control and employment, education, personal relationships and health. **Journal of Sociology** 55 (2), p. 389-408, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1440783318800767>. Acesso em: 20/07/2023.

COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos** 9, pp. 75-95, nov. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a04n91.pdf>

CREMONINI, Caetano B. **Sofrimento de jornalistas**: expectativas de reconhecimento e reconfiguração do mundo do trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

CREMONINI, Caetano Braun. Trabalho por plataformas: vanguarda da aceleração social. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, n.º. 20, 2021a, Belém, PA. Anais eletrônicos 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Disponível em: <https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/site/anaisarquivoresumo>. Acesso em: 14/08/2023.

CREMONINI, Caetano Braun. Esboço de uma interpretação teórica da aceleração social: tempo presente, horizontes futuros e a experiência da periferia do capitalismo. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), n.º. 45, 2021b, evento virtual. Disponível em: <https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJRF9BUiFVSUZPIjtzOjQ6IjY0NzUiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiNWZjYjgwNWYzNDdlMjdlYjU4ODEyMjlkNDcwMTU3NzciO30%3D>. Acesso em: 14/08/2023.

CRUZ, Bruno Oliveira; SANTOS, Iuri Roberto Soares. **Texto para Discussão**, 1673. Rio de Janeiro: Ipea, novembro de 2011. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1673.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1673.pdf). Acesso em: 09/08/2023.

DELLA TORRE, Bruna; ALTHEMAN, Eduardo; PUZONE, Vladimir F. Neoliberal Unfoldig of Lulism: remarks on the strained relationship between class and entrepreneurship. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.13, no.2, p.: 271-297, 2019. Disponível em: [https://pdfs.semanticscholar.org/afd0/7c6f1966bb6f8e1798791af4d1a6ec67609a.pdf?\\_ga=2.8737269.1574325695.1590072696-1541754013.1590072696](https://pdfs.semanticscholar.org/afd0/7c6f1966bb6f8e1798791af4d1a6ec67609a.pdf?_ga=2.8737269.1574325695.1590072696-1541754013.1590072696)

DE STEFANO, V. The rise of the “just in time workforce”: On-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”. **Conditions of Work and Employment Series**, n.º. 71. Geneva, Suíça: OIT, 2016.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). Escolaridade garante ocupação, mas não melhores empregos. **Emprego em pauta**, n.º. 9, agosto de 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta9.pdf>. Acesso em: 09/08/2023.

EHRENBERG, Alain. **La Fatigue d’être soi**. Dépression et société. Paris: Odile Jacob, 2008.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras; FILGUEIRAS, Vitor Araújo [Orgs.]. **Reforma Trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2019.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

FURLANI, Daniela Dias; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Juventude e Afetividade: tecendo projetos de vida pela construção de mapas afetivos. **Psicologia & Sociedade**; 22 (1): 50-59, 2010.

FYA (Foundation for Young Australians). **Renewing Australia's Promise**: Will young Australians be better off than their parents? FYA: 2014. Disponível em: [https://www.fya.org.au/wp-content/uploads/2016/10/Renewing-Australias-Promise\\_copyright-1.pdf](https://www.fya.org.au/wp-content/uploads/2016/10/Renewing-Australias-Promise_copyright-1.pdf). Acesso em: 20/07/2023.

GAGO, Verônica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.

GARDINER, Drew; GOEDHUYS, Micheline. Youth aspirations and the future of work. A review of the literature and evidence. **ILO Working Paper** 8, 2020. (International Labour Organization). Disponível em: [https://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/working-papers/WCMS\\_755248/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/working-papers/WCMS_755248/lang--en/index.htm). Acesso em: 20/07/2023.

GAVRAS, Douglas. Aplicativos como Uber e iFood são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos. **O Estado de S. Paulo**, 28/04/2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/aplicativos-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-autonomos,70002807079>

GROHMANN, Rafael; QIU, Jack. Contextualizando o Trabalho em Plataformas. **Contracampo** – Brazilian Journal of Communication, 39 (1), n.p, 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 01/07/2020.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: 2003. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/mapa\\_do\\_analfabetismo\\_do\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf). Acesso em: 10/08/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE: contas nacionais trimestrais**. Séries Históricas. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT): IBGE, 2023. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa). Acessado em 16/07/2023.

IBGE. Indicadores IBGE: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: primeiro trimestre de 2021. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2021\\_1tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf). Acesso em 16/07/2023.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

IBGE. **Indicadores IBGE: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua [mensal]**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086>

KREIN, José Dari; ABÍLIO, Ludmila; BORSARI, Pietro. A despadronização do tempo de trabalho: múltiplos arranjos e sofisticação dos mecanismos de controle da jornada. In: KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; LEMOS, Patrícia Rocha [Orgs.]. **O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**: volume 1. São Paulo: Cesit – Centro de Estudos Sindicais e da Economia do Trabalho, 2021. Livro eletrônico. Disponível em: VOL-1\_A-reforma-trabalhista\_21.06.21.pdf. Acesso em: 06/08/2023.

KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação**, Campinas, SP: Centro de Estudos de Educação e Sociedade, v. 40, e0223441, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/X9zPP8bXjjvTHTXK4wYqszk/?format=pdf&lang=pt>

KREIN, José Dari; OLIVEIRAS, Roberto Vêras. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras; FILGUEIRAS, Vitor Araújo [orgs.]. **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LECCARDI, Carmen. Tiempo y construcción biográfica en la ‘sociedad de la incertidumbre’: reflexiones sobre las mujeres jóvenes. **Nómadas**, nº.16, 2002, p. 42-50. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3990980>

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12470/14247>

LECCARDI, Carmen; FREIXA, Carles. El concepto de generación en las teorías sobre la juventud. **Última década** nº34, CIDPA Valparaíso, junio 2011, p.11-32. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v19n34/art02.pdf>

LEVY, Clarissa. A máquina oculta de propaganda do iFood. **Agência Pública**, 04/04/2023. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/>. Acesso em: 15/08/2023.

MACEDO, Aline. Renda variável: entenda o que é, como funciona e como investir. **G1**, 22/08/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/22/renda-variavel-entenda-o-que-e-como-funciona-e-como-investir.ghtml>. Acesso em: 13/07/2023.

MACIEL, Fabrício. **A nova sociedade mundial do trabalho**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2010, v. 30 (2), p. 376-389. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282021782012.pdf>

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, n. 62, p. 193-242. Disponível em: [http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS\\_062\\_12.pdf](http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_062_12.pdf)

MANZANO, Marcelo; CALDEIRA, Christian Duarte. Dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro ainda nos marcos da CLT. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; DOS SANTOS, Anselmo Luis (Orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

MARTINS, Gabriel; GARCIA, Karen. Desemprego avança 13% em um ano entre os mais qualificados. **O Globo**, 07/07/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/desemprego-avanca-13-em-um-ano-entre-os-mais-qualificados-23789772>

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. Evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. **Instituto Futuro Brasil**, março de 2001. Disponível em: [https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGOT-SCM/documentos/educacao/artigo\\_naercio\\_educacao%20no%20brasil\\_trabalho.pdf](https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGOT-SCM/documentos/educacao/artigo_naercio_educacao%20no%20brasil_trabalho.pdf). Acesso em: 10/08/2023.

MODA, Felipe Bruner. **Trabalho por aplicativo**: as práticas gerenciais e as condições de trabalho dos motoristas da Uber. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza; OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales de; ACCORSI, André. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647-681, dez/2019.

NASCIMENTO, Vitor Almeida do; BORGES, Silvana Maia. A precarização do trabalho e a saúde mental dos trabalhadores por aplicativo. **Disciplinarum Scientia**, Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 23, n. 1, p. 133-157, 2022.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom; ZEN, Eduardo Luiz; WELLER, Wivian; SHUGUANG, Jiu; KAIYUAN, Guo (Orgs.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: IPEA; Pequim: SSAP, 2016. Livro eletrônico. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160715\\_livro\\_jovens\\_universitarios.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios.pdf)

NERY, Carmen. Setor industrial perde 9,6 mil empresas e um milhão de empregos em dez anos. **Agência IBGE**, Editoria Estatísticas Econômicas, 21/07/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34432-setor-industrial-perde-9-6-mil-empresas-e-1-milhao-de-empregos-em-dez-anos>. Acesso em: 09/08/2023.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ONLINE Marketplace. In: WIKIPEDIA, The Free Encyclopedia. Wikipédia, 2023. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Online\\_marketplace](https://en.wikipedia.org/wiki/Online_marketplace). Acesso em: 14/07/2023.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Educação Superior brasileira no início do século XXI**: inclusão interrompida. Tese (doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

OLIVEIRA, Francisco. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmen A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, nº. 2 (118), p. 219-232, abril-junho de 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09/08/2023.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PETERS, Gabriel. Admirável senso comum? Agência e estrutura na sociologia fenomenológica. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, no. 1, p. 85-97, jan/abr 2011.

POCHMANN, Márcio. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações dos anos 90. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Desemprego juvenil no Brasil**: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. Brasília: OIT, 2001.

POCHMANN, Marcio. **Brasil sem industrialização**: a herança renunciada. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016. Livro eletrônico.

POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25 (1): 89-99, 2020.

POCHMANN, Marcio. A vida penhorada sob a lógica da financeirização. **Outras Palavras**, 20/06/2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/a-vida-penhorada-sob-a-logica-da-financeirizacao/>. Acesso em: 13/08/2023.

QUADROS, Waldir José. **A nova classe média brasileira: 1950 – 1980**. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 197f, 1985.

QUASE 4 milhões de novos empregos foram abertos em 2021. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-02/quase-4-milhoes-de-novos-negocios-foram-abertos-em-2021>. Acesso em 12/08/2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **Nota técnica n.º. 69 de 16 dezembro de 2022**. PIB dos municípios do RS em 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202212/15164825-pib-municipios-rs-2020-nt-dee-69-1.pdf>

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v19n3/10.pdf>

ROSA, Hartmut. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 2019a.

ROSA, Hartmut. **Resonance**. A sociology of four relationship to the world. Cambridge, UK: Polity Press, 2019b (e-book).

ROSENFELD, Cinara L.; ALMEIDA, Marilis L. de. Contratualização das relações de trabalho: embaralhando conceitos canônicos da sociologia do trabalho. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, n. 41, p.249-276, outubro de 2014.

ROSENFELD, Cinara L. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n.º. 89, p. 115-197, out/2015

ROSENFELD, Cinara L. Labour, self-entrepreneurship in Brazil and paradoxes of social freedom. **Transfer**, v. 24 (3), p. 337-352, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHIEBER, Noam. How Uber Uses Psychological Tricks to Push Its Drive's Buttons. **The New York Times**, 02 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2017/04/02/technology/uber-drivers-psychological-tricks.html>. Acesso em: 20/10/2020

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n.º. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

SOCIAL MOBILITY COMMISSION. **Social Mobility Barometer**: Public Attitudes to Social Mobility in the UK. London: Social Mobility Commission, 2017. Disponível em: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/858908/Social\\_Mobility\\_Barometer\\_2019-2020.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/858908/Social_Mobility_Barometer_2019-2020.pdf). Acesso em 20/03/2023.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

TELLES, Vera. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006.

THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELOSO, Fernando; FILHO, Fernando de Holanda Barbosa; PERUCHETTI, Paulo. Impactos da educação no mercado de trabalho. **FGV IBRE (Instituto Brasileiro de Economia)**, janeiro de 2022. Disponível em: [https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/educacao\\_e\\_mercado\\_de\\_trabalho\\_03012022\\_-\\_final.pdf](https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/educacao_e_mercado_de_trabalho_03012022_-_final.pdf). Acesso em: 09/08/2023.

WAJCMAN, Judy. How Silicon Valley sets time. **New media & society** 2019, v. 21 (6), p. 1272-1289. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1461444818820073>

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, nº. 2, p. 205-224, maio/agosto 2010.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### EIXO 1: Dimensão cotidiana da experiência temporal

1. Descrição objetiva do dia, desde que acorda até a hora em que vai dormir.
2. Jornada de trabalho de quantas horas?
3. Descrição da jornada de trabalho (tarefas desempenhadas, intervalos, tempos mortos)?
4. O que costuma fazer em casa, quando está fora do trabalho?
5. Realiza coisas relacionadas ao trabalho fora do horário de trabalho?
6. Tem horários de descanso?
7. Como sente a rotina? Tranquila, difícil, exaustiva?
8. Relata algum sofrimento em decorrência do cotidiano de trabalho?

### EIXO 2: Dimensão biográfica: passado

11. História com relação ao trabalho?
12. História de trabalho dos pais?
13. Nível de educação formal dos pais?
14. Nível de educação formal do entrevistado?
15. Como era tua vida, em termos materiais, durante infância e adolescência?
16. Como tu te vês agora em relação ao que tu desejavas no passado?

### EIXO 3: Dimensão biográfica: futuro

17. O que tu não desejas para o teu futuro?
18. O que tu desejas para o teu futuro?
19. Que futuro tu julgas provável para ti?
20. Como tu acha que vai ser o mundo e o teu país no futuro?